

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A GÊNESE DOS CONFLITOS
ISRAELO/ÁRABES**

LUCIANO KNEIP ZUCCHI

Marília
2020

LUCIANO KNEIP ZUCCHI

**IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A GÊNESE DOS
CONFLITOS ISRAELO/ÁRABES**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista, UNESP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Área de Concentração: Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela de Lima Vieira.

Marília
2020

Zucchi, Luciano Kneip

Z94i

IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A
GÊNESE DOS CONFLITOS ISRAEL/ÁRABES/

Luciano Kneip Zucchi. - - Marília, 2020
237 p. : il., tabs., mapas

Tese (doutorado – Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Rosangela De Lima Vieira

1. Conflitos no Oriente Médio. 2. História judaica e
Árabe. 3. Relações Internacionais. 4. Ciência
Política. 5. Antropologia e Ciências Sociais. I. Título

Sistema de geração automática de fichas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados
Fornecidos pelo autor (a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Luciano Kneip Zucchi

**Implantação do Estado de Israel e a Gênese dos
Conflitos Israelo/Árabes**

Avaliado em 20/02/2020 com conceito aprovado

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosangela de Lima Vieira.

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas/Unesp, Marília.

Prof. Dr. Francisco Luís Corsi.

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas/Unesp, Marília.

Profa. Dra. Maria Valéria Barbosa.

Departamento de Sociologia e Antropologia/Unesp, Marília.

Prof. Dr. Jayme Wanderley Gasparoto.

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/Unesp, Marília.

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques.

Programa de Pós Graduação em Economia e Relações Internacionais/
UFSC.

*“Para mim basta morrer em meu país,
Estar aqui enterrada.
E dissolver-me, ressuscitar vegetação na terra,
Ressuscitar flor.
Que será cortada por um menino nascido em meu país.
Para mim, basta estar no regaço
De minha pátria, terra, vegetação, flor.”
(Fadma Towfak)*

*Para minha esposa Vânia e nossa pequena Natália;
Sem as duas, a caminhada perderia o sentido.*

AGRADECIMENTOS

Devo destacar que estes agradecimentos são para aquelas pessoas e instituições que realmente contribuíram ou me incentivaram na jornada que teve como resultado este trabalho. Somente a esses. Quanto às contribuições “contraproducentes” — e foram algumas —, eu evoco o esquecimento “nietzschiano” e sigo em frente; como dizia o saudoso poeta da minha terra, Mário Quintana, “eles passarão, eu passarinho”.

Porém, nesta nova jornada, dentro do doutorado nesta instituição que tão bem me acolheu, devo lembrar, em primeiro lugar, de minha orientadora, que sempre me auxiliou em todos os sentidos (e, olha, alguns momentos foram bem estressantes, de cunho pessoal, não os explicitarei, mas ela os sabe). Obrigado minha amiga, espero tê-la assim pelo resto da vida.

Também agradeço à Unesp, que, sem dúvida, é acolhedora e sem “xenofobias bobas”, tão em voga atualmente; a seus professores, funcionários e meus colegas de jornada no PPGCS. Também à Capes, pois sem o auxílio de sua bolsa, as dificuldades teriam sido maiores e, muito provavelmente, o trabalho teria sido atrasado. Uma lembrança especial ao Professor Francisco Corsi, por ter me escolhido para um estágio na Argentina. Minhas coletas de material por lá enriqueceram as pesquisas e, sem sombra de dúvida, serão base de outros trabalhos, já que, como bom brasileiro, voltei com “excesso de bagagem”, toda de papel. Enfim, a todos esses, meu especial e fraterno abraço!

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) Código de Financiamento 001”

RESUMO

Objetivamos, dando continuidade a nossas pesquisas de mestrado, aprofundando-as e a seus resultados, demonstrar, principalmente através da análise histórica e da política internacional, que a gênese dos conflitos no Oriente Médio entre judeus e árabes está inserida dentro de um contexto global. Tendo como seu cerne, interesses imperialistas e o bipolarismo surgido após a Segunda Guerra Mundial, e não rivalidades ou ódios seculares entre povos. Muito embora o discurso étnico/religioso tenha, muitas vezes, conseguido mascarar a realidade desse antagonismo originário do século XX, que adentrou o século XXI sem perspectivas de resolução. A História demonstra que se por um lado judeus e árabes tiveram alguns “ínterims conflituosos”, principalmente na aurora do Islã, por outro, conviveram pacificamente e produtivamente durante séculos, como no Califado Omíada da Espanha e em outras regiões. A proclamação do Estado de Israel em 1948, muito embora tenha se configurado numa solução de compromisso para o problema antisemita no continente europeu, redundara, paradoxalmente, num novo estranhamento e em novos conflitos, agora entre judeus e árabes habitantes da Palestina e de todo o Oriente Médio. As potências europeias, nesse contexto, desaguam uma contradição que é sua no mesmo movimento em que reiteram seus preconceitos, transportando-os para o Médio Oriente, agravando-se o quadro sensivelmente com a Guerra Fria e o confronto entre os Estados Unidos e União Soviética, que farão da região — rica em recursos energéticos imprescindíveis para o Ocidente — palco de seu enfrentamento, tornando pior uma situação que já era desesperada ao extremo.

Palavras-chave: Israel. Palestina. Sionismo. Oriente Médio.

ABSTRACT

We aimed to demonstrate mainly through historical analysis and international politics, the genesis of the conflict in the middle east between jews and arabs, is embedded within a global context and has its heart in imperialist interests and also the bipolarity emerged after world war ii world, and not in rivalry or hatred between secular people, although the ethnic/religious discourse has often succeeded mask the reality of this antagonism, originating in the twentieth century, which entered the xxi no prospect of resolution. history shows that, on the one hand, jews and arabs had some "conflicting interinsti", especially at the dawn of islam, on the other hand, lived peacefully and productively for centuries, as the umayyad caliphate in spain and elsewhere. History shows that, on the one hand, Jews and Arabs had some "conflicting Interinsti", especially at the dawn of Islam, on the other hand, lived peacefully and productively for centuries, as the Umayyad Caliphate in Spain and elsewhere. The proclamation of the State of Israel in 1948, although it had set up a compromise solution to the problem anti/Semitic in Europe, redound, however, and paradoxically, a new strangeness and new conflicts now between Jewish and Arab inhabitants of Palestine and throughout the Middle East. The European powers, in this context, flow into a contradiction that your in the same motion that reiterated their prejudices, transporting them to the Middle East and, worsening noticeably with the Cold War and the confrontation between the United States and Soviet Union, which will make region – rich in essential energy resources to the West – the scene of their confrontation, making worse a situation was already desperate in the extreme.

Keywords: Israel. Palestine. Zionism. Middle East.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

CAPÍTULO I

A CONVIVÊNCIA ENTRE JUDEUS E ÁRABES ATRAVÉS DOS TEMPOS.....	18
1.1 A DISPERSÃO	18
1.2 A AURORA DO ISLÃ E OS JUDEUS: EXPECTATIVAS E CONTRARIEDADES ..	31
1.3 SOB GOVERNOS ISLÂMICOS	42

CAPÍTULO II

AS CRÔNICAS DA MONTANHA RUSSA: UMA SÍNTESE DA HISTÓRIA JUDAICA NA DIÁSPORA EUROPEIA (FRANÇA, ITÁLIA, PENÍNSULA IBÉRICA).....	54
2.1 SÉCULOS I AO VIII. DO JUGO IMPERIAL A MÃO PESADA DOS REIS VISIGODOS	54
2.2 IDADE MÉDIA OCIDENTAL. SÉCULOS VIII AO XV.....	60
2.2.1 SÉCULOS XIII AO XV. A INQUISIÇÃO.....	65
2.3 TEMPOS MODERNOS. SÉCULOS XVI AO XVIII.....	74
2.4 AS LUZES, ENFIM! A UM PASSO DA EMANCIPAÇÃO.....	79
2.4.1 DA RESTAURAÇÃO AO SÉCULO XX: AS IDAS E VINDAS.....	83
2.5 ÀS VÉSPERAS DA TRÁGEDIA	90

CAPÍTULO III

O SIONISMO: ORIGEM, TIPOLOGIA E CONSEQUÊNCIAS.....	96
3.1 SIONISMO: UM TÍPICO NACIONALISMO EUROPEU	96
3.2 SIONISMO POLÍTICO: DA IGUALDADE FRACASSADA NA EUROPA AO ATIVISMO NA PALESTINA	108

CAPÍTULO IV

A INTERFERÊNCIA OCIDENTAL.....	127
---------------------------------------	------------

4.1 CONTEXTO POLÍTICO DO ORIENTE MÉDIO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	127
4.2 O IMPACTO DA ASCENSÃO DO NAZISMO E DA II GUERRA MUNDIAL SOBRE A PALESTINA	138

CAPÍTULO V

RUMO À IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL: O INÍCIO DA HISTÓRIA SEM FIM.....	147
5.1 PÓS II GUERRA MUNDIAL – A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS.....	147
5.2 A PROCLAMAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL	160
5.3 O MITO E O LOBBY ISRAELENSE ATRAVESSAM O ATLÂNTICO: DISCURSOS E PERSPECTIVAS ATUAIS, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	173
CONCLUSÕES	181
REFERÊNCIAS	187
GLOSSÁRIO	196
ANEXO A - Cronologia relativa ao I Capítulo	202
ANEXO B - Cronologia relativa ao II Capítulo	205
ANEXO C - Cronologia relativa ao III Capítulo	210
ANEXO D - Cronologia relativa ao IV Capítulo.....	202
ANEXO E - Cronologia relativa ao V Capítulo	214
ANEXO F - Extracto de la Resolución 181, ONU. Acerca de Jerusalén.....	215
ANEXO G - Declaração de Independência do Estado de Israel.....	223

LISTA DE MAPAS E TABELAS

Figura 1 - Mapa do Império Kazar.....	22
Figura 2 - Mapa of Expansion of Califate - pt.svg.....	44
Figura 3 - Mapa da reconquista cristã sobre o Império dos Almóadas.....	52
Figura 4 – Mapa da diáspora judaica no oriente.....	56
Figura 5 - Mapa dos campos nazistas.....	95
Figura 6 - Partilha do Oriente Médio.....	130
Figura 7 - Plano de Partilha da Palestina.....	148
Tabela I - População judaica na Europa em 1939.....	91
Tabela II - População judaica na Palestina antes e depois da II Guerra Mundial	147
Tabela III - Diáspora Palestina	170

INTRODUÇÃO

Devemos destacar que o resultado deste trabalho é produto não só do período do doutorado, embora esse tenha sido fundamental para a finalização do mesmo, mas também devido ao interesse pessoal pelo tema, a pesquisas realizadas anteriormente durante o mestrado, e a materiais há muito armazenados e cujas fontes bibliográficas se encontram disponíveis nos acervos das melhores universidades da Região Sul e Sudeste do país. Foi de especial relevância, também, o período de estágio sanduíche realizado na Argentina, no Instituto de Relações Internacionais da Universidade Nacional de La Plata, UNLP, quando, em nossas buscas investigativas, adquirimos importantíssimos subsídios bibliográficos e documentais, sem os quais o trabalho não teria o resultado que teve. Dificilmente os teríamos descoberto em outro lugar, devido às particularidades da província de Buenos Aires e sua importante e antiga comunidade judaica, bem como de suas instituições — suspeitamos que obras ali encontradas, em espanhol, raramente poderiam ser encontradas em outro lugar.

Consideramos que o diferencial de nosso trabalho está na utilização de autores considerados antagônicos¹, tidos por muitos como impossíveis (mas não por nós) de serem utilizados numa mesma redação: judeus sionistas e antissionistas, palestinos moderados — até os mais descrentes, quanto há uma possível solução de compromisso entre as partes —, marxistas, internacionalistas, liberais e defensores do estado compartilhado pelos dois estados, além de obras cujos autores, embora relevantes e eruditos, parecem que foram relegados a uma espécie de limbo nessa época de transição estranha em que vivemos. Como diz minha orientadora Rosangela de Lima Vieira, estamos longe da síntese, vivemos num momento dialético², de pleno embate. Eu concordo!

¹ Desejamos explicar esta opção, de modo algum é uma escolha relativista, ou que procura conciliar o inconciliável, é simplesmente uma metodologia investigativa. Novamente reiteramos: “contrapondo fatos e versões que adversários, que via de regra, raramente concordam, porém que sobre determinado evento, narram quase o mesmo, cremos que podemos, de nossa parte, evidenciar-lo como verdadeiro”. Esse método, simplificando, é uma espécie de “acareação”, envolve a mesma técnica na obtenção da verdade dos fatos. Pois apesar do relativismo atual da “pós verdade”, cremos que ela existe (a verdade). É este o caso por exemplo, do massacre de “Deyr Yassin”, onde nem a Haganá negou as atrocidades cometidas, muito embora tenha procurado se distanciar da autoria, veremos isso no último capítulo. Portanto neste caso específico podemos usar como fontes para um mesmo evento, tanto as apresentadas por forças judaicas como a Haganá, como as Palestinas, e sem contradição, a não ser as relativas ao barbarismo extremo, atenuado claro, por fontes sionistas oficiais.

² Segundo Rosangela, o período atual corresponderia a “antítese” ainda.

Contrapondo as informações sobre os fatos estudados, que esses autores citam de forma similar, pois, se opositores, que via de regra, “nunca concordam” em nenhum aspecto, não se contradizem em determinados assuntos, é porque há consenso quanto a certos eventos, tira-se, assim, uma espécie de contraprova factual.

Tentamos extrair de textos altamente tendenciosos e publicitários de uma ou outra causa em questão, pelo mesmo método citado, informações úteis ao desenvolvimento do trabalho, a exemplo da biografia de Bem Gurion, feita por um amigo dele, Michel Bar Zohar, e do trabalho do nitidamente apologista do sionismo, Jacob Tsur. Só para citarmos o inverso, do mesmo modo, foram conferidos textos propagandísticos da outra causa, como os da Delegação Especial na Palestina no Brasil.

De modo similar, foram acumulados dados e informações úteis ao desenvolvimento do trabalho, através de *sítes* na internet³ e, nessa questão tão suscetível a paixões e tendências pessoais, como esses, em geral, apoiavam um ou outro lado, procuramos utilizar apenas dados verificáveis. De inestimável valia é o *site* pacifista “Paz Agora”, que aglutina “Israel/Palestina e/ou Palestina/Israel”, e, no mundo inteiro, aqueles que tentam contribuir e lutam, à sua maneira, pela paz em tal região.

Ou seja, a probabilidade de termos certeza, ou pelo menos chegarmos o mais perto dela possível, sobre como certos eventos realmente ocorreram, fica mais próxima, e isso, sem dúvida, é muito, pois em questões que envolvem História, assim como em qualquer litígio entre seres humanos e seus assuntos, a “realidade” depende muito do ângulo, ou melhor, do lado pelo qual a observamos, e, frequentemente, quase sempre há mais de uma “realidade”⁴. Parafraseando Jean Pierre Vernant

³ Recorremos principalmente a documentações disponíveis nos seguintes *sítes*: <http://www.pazagora/BR>, <http://www.terrornapalestina> e <http://www.esquerdacritica>.

⁴ Explicamos que sobre esta “realidade” a que nos referimos, ela é bem material e verificável, e está mais ligada a fatos concretos, do que a qualquer pós modernismo que possa evocar a frase, fiquem tranquilos, o autor não entende nem opina sobre tal. Este “ângulo” plural, antecipando a leitura, está ligado por exemplo as “múltiplas faces de Jerusalém, disputada por tantos, e ao mesmo tempo, em nossa opinião, “de tantos”. A milênios é assim, a cidade é representativa para bilhões, ela é ao mesmo tempo “judaica, crista e muçulmana”, entre outras coisas que também, e ao mesmo tempo, é. ‘Os adeptos das três religiões monoteístas estão certos quando dizem que ela é sua. Cristãos deveriam entender isso melhor visto a trindade (D’US ser três e ao mesmo tempo um) ser base e dogma para sua fé, pelo menos para grande parte. Nossa intenção na frase acima, foi apenas enfatizar o respeito a heterogeneidade. Nosso país deve compreender isso, é um, não deixando de ser muitos também, o que nos diferencia não deve ser fator de desunião e sim de orgulho pela heterogeneidade que nos torna exemplo único no mundo. Nesses tempos sombrios, é fundamental lembrar isso “Somos formados pelo encontro de vários interesses e objetivos, tanto quanto de indivíduos e etnias, que em algum ponto da jornada histórica se encontraram, e sim, milhões contra a vontade! Porém, todos,

(1986), que considera com extrema propriedade não existirem chaves universais para compreender o humano, eu gostaria, com todo o respeito à Vernant, acrescentar que talvez existam muitas e válidas chaves, dependendo do assunto humano que queiramos tratar e, claro, do enfoque que quisermos priorizar, cabendo somente a nós escolher a chave mais adequada e em qual fechadura encaixá-la. Todavia, sem dúvida, no caso humano, uma chave mestra, universal, utilizável e infalível em todas as questões, só é possível no cérebro de sectários e intransigentes dogmáticos ao extremo do absurdo — e sabemos quanto mal isso já causou. A história do último século está cheia de exemplos.

Por tais dificuldades, é imprescindível a quem se propõe a estudar as ideias políticas e os fatos e eventos derivados delas, prestar muita atenção às cores com que se pintaram o quadro que se quer estudar, pois as nuances podem mudar toda a interpretação e, dentro das cores primárias, sem dúvida, está o “discurso”. É principalmente nele, em quem o proferiu e a quem foi direcionado que reside toda a diferença entre simplesmente crer no que foi contado, construído e difundido, e realmente descobrir algo novo. Sabemos que isso pode ser muito difícil, mas que, pelo menos, seja feito o melhor, pois não raro um detalhe quer dizer muito, e muito causou, como observa Engels (1884, p. 15): “é preciso estudar de novo a história, pesquisar de novo todas as condições de vida das diversas formações sociais antes de se pôr a derivar delas as ideias políticas que lhes correspondem”.

Como uma das propostas deste trabalho é averiguar se a tão propalada inimizade entre judeus e árabes é, de fato, algo “secular e tangível”, investigamos tanto em bibliografia especializada como em fontes sagradas do Alcorão e da Torá. Essas, no entanto, não demonstraram, nem incentivaram, de modo algum, qualquer belicosidade entre os povos; muito pelo contrário, em vários trechos (suras no Alcorão e versículos na Torá), depreende-se perfeitamente que deveria haver respeito entre esses povos, pois eram aparentados e muito próximos. Apenas em alguns contextos que devem ser historicamente analisados e contextualizados dentro de um panorama de múltiplas implicações é que se pode verificar “tentações belicosas”, porém, é a exceção, não a regra.

contribuindo cada qual com sua diversidade para a formação de um “Povo”, que embora tão heterogêneo em origem, e ainda em formação permanente, encontra, e forja elos, que foram, incorporados pela maioria da população, e hoje são reconhecidos como seus. Não deixemos tais elos se quebrarem, pois isso seria irreparável. Mesmo com a solda posterior, a liga nunca é a mesma.

Também procuramos recorrer a fontes documentais primárias e estudá-las, como o acordo Picot-Siks, de 1916; a Declaração Balfour, de 1917; o Plano de Partilha da ONU, de 1947; e a Declaração de Independência de Israel, de 1948, os quais foram examinados na íntegra, além de outros, estudados apenas em parte ou excertos.

Ao estudarmos toda essa documentação, verificamos, por exemplo, que o acordo Picot-Siks, de 1916, foi acertado antes mesmo de ter sido terminada a guerra e tombado de vez o Império Otomano. Assim é feita também a Declaração Balfour, por parte do governo britânico aos sionistas, e percebemos que esse governo havia se comprometido também com as lideranças árabes, especialmente aos pertencentes ao clã dos *Hachem*, originário da Península Arábica, o que denota claramente que Londres fez alianças com os representantes de dois objetivos difíceis, se não impossíveis, de conciliar: os *Hachemitas*, que sonhavam com um grande estado árabe na região, e os sionistas, que pretendiam estabelecer seu estado na Palestina, ignorando a população autóctone, como se lá não estivesse.

Depois da II Guerra Mundial, não podendo resolver a situação, a potência mandatária britânica encaminha a questão para a ONU, que decide pela partilha. O plano foi aprovado pela resolução 181, de 28 de novembro de 1947, que preconizava dois Estados, um árabe e outro judeu; Jerusalém seria internacionalizada e haveria união econômica. Nada se concretizou, em 1948⁵ a guerra sobreveio e a situação só piorara, visto, a partir daí, atuarem também sobre a região os EUA e a URSS, e fazerem dela mais um palco para a Guerra Fria.

Não avaliamos o Plano de Partilha da ONU⁶ tão negativamente, apesar dos problemas inerentes à descontinuidade de ligação entre as terras de um Estado e outro, como também não o consideramos totalmente permissivo aos judeus, nem tão nefasto aos árabes/palestinos, apesar de muitos considerarem que ele beneficiou

⁵ A Primeira das muitas que assolaram a região e que tiveram a participação e protagonismo de Israel: 1948/1949, Guerra de Suez 1956, Guerra dos seis dias 1967, Yom Kippur 1973, Guerra civil libanesa 1975/90, intifada de 1987 e de 1993. Todas estas tiveram também, via de regra, uma vítima final, ou primeira, como preferirem, a ordem não alterara a realidade, os Palestinos a cada guerra ou conflito eram despojados de mais terra, e mais motivos se levantavam no ceio do novo estado judaico, para a “cerca de proteção para com seus vizinhos”. Desejamos explicar também, porque usamos muitas vezes a nomenclatura “Palestinos/árabes”, a razão é que antes da fundação do estado de Israel, os sionistas se classificaram diversas vezes como Palestinos, assim lutaram na II guerra, ao lado de britânicos. Após 1948, e a afirmação também do povo da Palestina como entidade diferenciada no “mundo árabe”, não é mais apropriado, em nosso entender, continuar se referindo assim, seria uma redundância, e talvez por muitos até interpretado como depreciativo ao Povo Palestino.

⁶ A resolução 181, aprovada em assembleia geral, em 29 de novembro de 1947, está disponível em: <http://terrornapalestina.home.sapo.pt/onu.htm>.

territorialmente o Estado judeu (maior), onde metade da população era árabe, o que, em um Estado de Democracia Real, com todos os segmentos representados no sufrágio, daria o tão necessário equilíbrio em eleições livres. Ou seja, o plano não era, em nossa opinião, tão incoerente com a realidade, se não houvessem ocorridos os conflitos e os consequentes motivos para a fuga (de acordo com sionistas), ou a expulsão (segundo árabes).

Se o projeto lograsse êxito, a população de Israel atual comportaria, no mínimo, 50% de árabes,⁷ já que, como afirma Edward Said (2010, p. 125), sobre o que qualifica o problema demográfico dos árabes em Israel, “ao contrário dos judeus, cujo crescimento é de 1,5% ao ano, os árabes crescem a uma taxa de 5,9%”. Acreditamos, ainda, que isso, sem dúvida, faria toda a diferença num país democrático e com eleições livres⁸, e que essa população que, novamente, segundo Said afirma, “é mantida subordinada”, estaria com um peso de barganha bem maior, o consenso teria de ocorrer, e um “Estado realmente respeitador de suas etnias constitutivas” que, cedo ou tarde, emergiria, não como um sonho utópico, mas como uma realidade factível. A alternativa seria a hecatombe estatal, e isso valeria também para o soberano Estado Palestino, vizinho de Israel, que existiria com uma área bem maior que as migalhas territoriais que hoje controlam precariamente a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, com um arremedo de autonomia.

A probabilidade de os palestinos estarem mais fortes seria maior, e com um governo soberano num território independente já há algumas décadas — claro, se os seus irmãos étnicos dos Estados do entorno os deixassem em paz. Mas, para a manutenção do equilíbrio regional em suas fronteiras, talvez contassem com o apoio oportuno de Israel, como fez algumas vezes em relação ao monarca jordaniano, apoiando-o em sigilo, em detrimento dos sírios e dos próprios palestinos que se encontravam em seu território. Todavia, o rei *Hachemita* Hussein era um astuto

⁷ A população em 1948, na área prevista pelo plano da ONU para o estado judeu, era de 497 mil árabes para 498 mil judeus, ou seja, o peso da população árabe nessa época, antes dos deslocamentos, era praticamente idêntico ao de judeus. E, mesmo hoje, a população árabe de Israel é significativa, em torno de 16%, e elege cerca de 19% das cadeiras do *knesset*. Se não contassem com estas, a esquerda israelense estaria numa desvantagem imensamente maior frente à força dos partidos de direita, que contam também com agremiações de cunho religioso a seu lado e a votar com eles.

⁸ Na Declaração de Independência de Israel, foram oferecidos direitos civis e cidadania aos habitantes árabes do país, apesar disso, parecer ter um cunho “oportunistico”, ou “para inglês ver”. O fato concreto é que, pelo menos, os termos de um compromisso escrito e formal com a contemplação de direitos dos árabes do estado de Israel foram escritos na carta, disponível em: <http://www.pazagora.org/1948/05/declaração-da-independencia-de-israel>. Portanto, poderiam ser evocados, e sua não aceitação denotaria, ai explicitamente, a desonestidade do oferecimento.

negociador, do tipo raro, tanto para o mundo árabe como em relação aos diplomatas ocidentais, acostumado, desde os primórdios de seu governo, a condições nada favoráveis, herdadas do seu antecessor e pai, Habdula, porém transitando entre elas e sobrevivendo com seu trono incólume, talvez até mais forte, apesar das perdas⁹.

Pensar em como seria a região se esse país uno (falamos da área correspondente a Israel) e, ao mesmo tempo, “multi-étnico-religioso”, tivesse tido lugar e se o bom senso houvesse prevalecido ante as equivocadas opções adotadas pelas lideranças de ambos os lados, é um exercício utópico de esperança que não deixo de realizar. Não fazê-lo seria também como deixar de acreditar que um dia a paz chegará àquelas fronteiras inundadas de sangue, porém, tão cheias de representatividade e significado para bilhões de seres humanos.

Mas, o que realmente ocorreu na época, e que ainda persiste em se manter, por insistência de forças retrógradas e reacionárias, que ambicionam apenas seus projetos de poder ou defendem escusos e mesquinhos interesses, mesmo às custas do sofrimento e da ludibriação ideológica dos seus próprios cidadãos, entretanto, foi diferente disso, desta possibilidade nem cogitada pelas lideranças, senão por alguns, taxados como sonhadores irrealistas e utópicos. A cruel realidade que se apresentou falsamente como única possível e plausível de ser implementada foi a constituição de um *guetho* moderno, próspero e pujante, cercado por despossuídos, sentindo-se ameaçado por eles e ameaçando-os. Novamente, a reedição da fórmula excludente mais fácil (em vez da inclusiva mais trabalhosa) venceu, agora com novas feições, mas com a mesma velha fórmula desumana, particularista, e, por isso, fadada a gerar ódios e conflitos contínuos.

Enfatizamos que estamos conscientes do “irremediável inacabamento” deste trabalho e, como Edgar Morin, sentimos o peso da tragédia de ter que escolher entre “ler e parar de escrever ou escrever e parar de ler” (MORIN, 1987, p. 32). Por ora, optamos por escrever para, imediatamente, voltarmos a ler após cumpridas as nossas obrigações de escrita e sabedores de que logo teremos que realizar uma nova escolha. Contudo, de certa forma, conformados com isso, pois, enquanto continuarmos “humanos, a incompletude de nossas realizações será a regra”, e outros procurarão renovar, corrigir ou simplesmente contestar e rebater aquilo que

⁹ Husseem também perdeu suas guerras, mas seu trono resistiu e tornou-se um exemplo de estabilidade para a região.

escrevermos, o que, se ocorrer, nos trará a certeza de que fomos úteis, pois, pelo menos, contribuímos para as discussões sobre um tema tão complexo e denso.

Durante toda a jornada que resultou este trabalho, nos norteamos sempre pela busca da sua utilidade, concordamos completamente com Eric Hobsbawn, que considera as “ciências sociais essencialmente ciências aplicadas”, e reitera Marx quando afirmou: “destinadas a mudar o mundo, e não somente a interpretá-lo ou, então, explicar porque ele não precisa ser mudado” (HOBSBAWM, p.149). É, sem dúvida, incontestável que, sem o “engajamento”, o desenvolvimento das ciências sociais teria sido, no mínimo, diferente, e como um saber, ou saberes, em construção ininterrupta, como nós mesmos como espécie. Essa busca terá sempre algo incompleto, parafraseando Marc Bloch “se não nos ajudar cedo ou tarde, a viver melhor” (BLOCH, p.45).

Aproveitando para, desde já, explicitar nossas opções teóricas, os autores citados no parágrafo acima, nos nortearam, dentre outros que se apresentarão no texto, tais como Carlo Guinsburg e seu paradigma indiciário, e Michel Foucault com seu método genealógico, de onde extraímos parâmetros fundamentais para nossas investigações, ou seja a metodologia, indo da atualidade para o passado, e vice versa. Procurando indícios, odores¹⁰, onde estes se apresentarem e realizando sua “Genesis”. É pois, aí encontrado também, os motivos da enormidade do recorte temporal do trabalho, centrado na “longa duração”, um capítulo não funcionaria sem o anterior, e nisso se vão quase 20 séculos. E como tivemos de optar pela síntese, pela obviedade da extensão temporal, lacunas que não interessavam diretamente a “essa gênese” foram deixadas em aberto, e, podem servir para estudos posteriores, meus, ou de outros, pois esperamos que nosso trabalho seja útil a outros pesquisadores, em prol de suas pesquisas, como bem comum, compartilhado.

E, como consideramos que educação e pesquisa séria são também inequivocamente “bens comuns”, sem sombra de dúvida, principalmente se a pesquisa for usada por nossos pares educadores para o esclarecimento a respeito do tema que pesquisamos, pois, certamente, o conhecimento que esperamos ter gerado vai ser multiplicado, mediante suas práticas em sala de aula por muitas vezes,

¹⁰ Segundo Guinsburg (2012), o homem desde o paleolítico, como caçador, aprendeu a prestar a atenção nos pequenos e quase invisíveis detalhes, a relva pisada, o cheiro da presa, as fezes, usava e aprendia com tudo, para ir atrás da presa. Assim na percepção detalhada e na confrontação dos indícios, é que pautamos nossas investigações históricas, e nesse sentido, tudo, é digno de atenção.

concordamos totalmente com Pierre Bordieu e Chartier em relação às possibilidades de transformar que o intelectual possui: “Mas o intelectual é também alguém que pode agir a distância ao transformar as visões de mundo e as práticas cotidianas.” (BORDIEU; CHARTIER, 1996, p. 243).

Esse é um dos objetivos ao qual esperamos chegar, pelo menos, perto, contribuindo com o que estiver ao nosso alcance para o rompimento de uma visão hegemônica, que prega ódios seculares e civilizações antagônicas, e que não representa nada de positivo para a convivência produtiva e pacífica entre povos e culturas. Consideramos que isso vale também para o Brasil, pois é necessário cuidar para que a coexistência entre as diversas culturas formativas do país (que, aos poucos, se mesclam, dando origem ao novo) continue sendo possível, e que nossa nação se constitua num exemplo de tolerância e respeito, não apenas ao nível do “discurso tendencioso” e abrandador de tensões, como muitas vezes temos notado, mas como política formadora de nação, que é indiscutivelmente “multicultural e multiétnica”¹¹ e, ao mesmo tempo, “Uma”, no sentimento de pertencimento a ela. Sem dúvida, somos um “povo novo”.

Visão, dirão alguns, utópica. Pode ser, mas e daí? Sonhar com o melhor é também iniciar o melhor. Afinal, tudo começa nas mentes e nos sonhos. Nesse sentido, compactuamos completamente com o velho Darci Ribeiro, que afirmava que povos como o nosso “são povos em disponibilidade, abertos ao novo, só vislumbrando futuro juntamente com o futuro do homem, da humanidade” (RIBEIRO, 1978, p. 160). Então, sonhemos com esse futuro; que seja profícuo, de paz, aberto, “disponível” a caminhos novos, com respeito por nossos semelhantes e “dessemelhantes” também, e ensinemos isso a nossos filhos, eles merecem. Se assim fizermos, já estaremos iniciando um futuro melhor para “o homem da humanidade”; ao menos estaremos colocando a porção que nos cabe na estrutura da construção, que deve (tem de) ser impreterivelmente “coletiva”.

Novamente, enfatizamos o papel da educação e seu poder, que pode assumir um viés de reprodutor e mantenedor do *status quo* dominante, ou assumir um papel

¹¹ Não afirmamos de nenhuma maneira com isso que nosso país conviva separado em “subseções étnicas ou culturais”, mas, ao contrário: que convivendo e miscigenando-se etnias e culturas diferentes, como já havia percebido Gilberto Freire e Darci Ribeiro, de maneiras diversas, mas em aspectos convergentes, formaríamos — melhor, estamos formando — um povo singular, que não é mais “nenhum de seus constituintes primevos”, mas algo novo que, originando-se de muitas partes, é diferente delas, mas guarda em si esses elos, congregando-os como “elos indispensáveis” numa corrente de ligação, sua “beleza e sua força”, sem dúvida.

emancipatório, esclarecendo mentes e combatendo visões hegemônicas discriminatórias, que servem para corroborar discursos que trazem em seu bojo interesses, mesmo que não se deixem vislumbrar numa primeira mirada, mais superficial: “Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo” (FOUCAULT, 2000, p. 44).

Procuramos não prender ideologicamente este trabalho a fórmulas doutrinárias, uma vez que não objetivamos a construção de um panfleto, mas, sim, de um trabalho sério, que vislumbre, procure indícios de alternativas reais, implementáveis, oriundas do lado que vier, pois sabemos dos equívocos já causados por intransigências e fundamentalismos. Isso vale para “qualquer margem do rio”. Na verdade, qualquer extremismo exacerbado só pode redundar na impossibilidade de construção de pontes sobre o mesmo “rio”, e impedir sua ultrapassagem pelos dois lados, que ficarão só a vislumbrar o lado inverso com olhares desconfiados, sem o conhecer realmente, impedindo o aumento da perspectiva, dos horizontes, das alternativas, do compartilhamento produtivo. No caso deste trabalho, visamos vislumbrar a possibilidade de “paz para dois povos” que, há quase um século, sofrem com alternativas equivocadas por parte de suas lideranças, sejam essas de esquerda ou de direita.

Ali, naquele pequeno pedaço do mundo, podemos perceber claramente, com exatidão matemática¹², o que os extremismos podem fazer. Ali, naquele ínfimo e árido pedaço do Oriente Médio, podemos encontrar todos os representantes das loucuras que o gênero humano pode realizar, todos os fundamentalismos religiosos, todos os extremismos políticos, os racismos xenófobos e as intolerâncias. Tudo o que foi gestado no século mais violento e extremista de toda a história do gênero humano (HOBSBAWM, 1994) está ali representado, como em uma demonstração empírica para antropólogos mirarem. Está ali, ainda vivo e mantido por quem assim o fez, como uma cruel demonstração de poder. Quem fermentou, formou e implementou todos os extremismos assassinos do século passado os transplantou para o Oriente Médio, como que para ali lhe servirem de algo. Talvez da lembrança viva do que tais barbáries ideológicas podem fazer, e muito já fizeram, em suas próprias terras ocidentais.

¹² Tida até pouco tempo como a mais “exata” das ciências. Sabemos que não é tão exata assim, também, mas não é nosso interesse discutir tal assunto, somente fazer uma analogia aproximada.

Creemos que reside aí nossa contribuição mais específica para as “Ciências Sociais”, auxiliar na compreensão de que os atuais conflitos¹³ não estão relacionados com nenhuma beligerância inerente¹⁴ a povos ou culturas, mas sim diretamente relacionados aos interesses estratégicos e energéticos na região. Assim como as contemporâneas guerras genocidas entre etnias na África, apesar da mídia¹⁵ esquecer, ou não saber realmente, que as regiões onde tais se desenvolvem, foram colônias ocidentais. A exemplo do pobre Congo, colônia do rei Leopoldo da Bélgica de 1885 até 1909 quando passou ao governo central de Bruxelas até 1960, e onde se estimulou a matança étnica, e a utilização do facão cortador de mãos, inclusive infantis, foram milhões decepadas¹⁶. Porém quando ocorrem novas carnificinas na África, como em 1994 em Ruanda, outra ex colônia belga, entre Tutsis e Hutus, ou as atuais na República Centro Africana, denunciadas pela ONU em 2017, o que se percebe é uma “indignação geral contra os barbarismos africanos”, esquecesse o ocidente e os ocidentais que quem exportou o “facão cortador de mãos e pescoços”, foi o ocidente. Tal ignorância chega a corroborar outro discurso em voga “os africanos escravizados estariam melhor aqui do que lá”.

Reiteramos, é nessa gênese “clarificadora”, que desmente discursos e preconceitos, que esperamos seja nossa maior contribuição a “Ciências Sociais no Brasil”.

Acreditamos que com nossas pesquisas e com o desenrolar de nosso trabalho, pode-se vislumbrar claramente que o que realmente está em jogo no Oriente

¹³ Nesse momento se desenvolve na região um conflito genocida no Yemen, patrocinado e fomentado pela Arábia Saudita, e ignorado pelo ocidente. Obs: quase não existe petróleo neste país, será por isso que o ocidente o ignora, e não saí em defesa da democracia e dos infelizes yemenitas.

¹⁴ Ouvimos tal de um médico que trabalhou muitos anos no Iraque, ou seja esses lugares comuns, estão presentes em todas as classes sociais e níveis culturais.

¹⁵ A mídia televisiva segundo Florestan Fernandes “tornou-se um estado dentro do estado, uma escola acima da escola e uma forma subliminar e assustadora de manipulação das mentes”. É nesse sentido que clarificar certos assuntos é tão importante para as “Ciências Sociais” (a qual inclui a História), talvez sejamos a última barreira entre a total “alienação da sociedade”. E hoje ainda temos as mídias digitais a fornecer farto material falacioso, produzindo estragos incalculáveis nas mentes de nossa população. Nosso trabalho, sem dúvida, é árduo.

¹⁶ Mesmo engano histórico acontece em nosso país, quando se narram as “degolas feitas durante o cangaço no nordeste brasileiro”, imediatamente se encontram, ainda mais no período atual, pessoas a atribuírem tais fatos a “crueldade e barbarismo”, intrínseco a populações do norte. Acontece que quem introduziu, e ensinou, a “Deguela”, numa terra onde tal era desconhecido, foram contingentes de “gaúchos” durante o combate a guerra de Canudos, as mortes de prisioneiros beatistas desta maneira eram usuais, as vezes as dezenas, economia de munição, (ver Belo Monte: uma história da guerra de canudos, de José Rivair de Macedo e Mário Maestri, 1997). Essa prática foi comum nos conflitos platinos e sul riograndenses, mas hoje, esquecem-se dos “civilizados professores” e atribuem o desenvolvimento da prática aos aprendizes.

Médio, na base de tudo e de sustentáculo dos conflitos, é um cruel jogo de interesses¹⁷ mesmo que tais interesses se escondam por trás de “discursos forjados a pretexto de amparar e proteger determinada minoria perseguida”. Porém, ao invés de resolver o problema em seu lugar de origem, transportaram-no, e com ele a população segregada, para outro continente.

Consideramos que o responsável pelas transposições para o Oriente Médio de todos os “atuais antagonismos e conflitos ideológicos” foi o Ocidente — talvez tentando desaguar em outras terras contradições que não conseguiu resolver nas suas, transferindo os seus problemas. Porém, a volta da xenofobia e dos partidos fascistas na Europa demonstra que a tentativa foi inócua, não resolveram ou exportaram totalmente seus males; pior, os transmitiram como vírus para regiões onde tais doenças anteriormente não vingavam, senão como um germe fraco, facilmente eliminado pela própria natureza proselitista da religião majoritária.

O racismo do tipo xenófobo era inexistente no Oriente Médio, muito pelo contrário, havia “o respeito aos povos do livro” (judeus e cristãos), os protegidos, “*Dhimmi*” (MANTRAN, 1977 p. 73), claro, desde que pagassem o imposto de captação dos não-muçulmanos. A “*Jizya*” (HOURANI, 1977, p. 55) era um preceito muçulmano, e, legalmente, todos os convertidos, desde que não agissem como oportunistas, hipócritas ou “*munafiqun*”, “que se convertiam apenas externamente, prontos a mudar conforme as circunstâncias” (MANTRAN, 1977, p. 65), mas, sim, corretamente, membros “da etnia que fossem”, eram considerados pertencentes a comunidade dos crentes (*Umma*) e deveriam ser tratados com respeito e igualdade.

Achamos interessante destacar que o instituto da escravidão, embora tenha existido desde os primórdios no Islã, no início, em sua maioria, era aplicado apenas a servos, perdedores de guerras com as quais não entraram em acordo ou não

¹⁷ Sim, simples assim, retire o Petróleo da região, e se verá que os interesses para implantação da democracia nos “regimes tirânicos da região se arrefecerão” (Arábia Saudita, não conta, pois é aliada dos EUA). Como acontece em regiões como Somália e Etiópia, ou o Haiti no quintal americano. talvez retirando Petróleo da equação “oriente médio”, o que sobre seja apenas uma massa humana mais empobrecida ainda, forçando, ameaçando as fronteiras do ocidente, como já o faz nas guerras atuais. Porém com o Petróleo e os interesses estratégicos em jogo, sempre tem a “gente e empresas querendo ficar”, sem tais, a debandada seria geral. É o mesmo motivo do regime ditatorial chinês perdurar tanto, com críticas para inglês ver, imaginem 1 bilhão e meio de chineses sem um regime forte a lhes controlar, será interesse ocidental isto mesmo? As vezes a realidade é só simples, não necessariamente é ingênuo enxergar com olhos “simplificados”. Logicamente depois de décadas de conflitos, novas variáveis se somarão, a exemplo dos novos nacionalismos árabes, as identidades próprias de cada nação, fomentadas e hoje solidificadas, atualmente um estado árabe unificado não encontra seguidores em nenhum dos países surgidos pós II Guerra. A nível extremo, houve o ressurgimento de tribalismos, é o caso da Líbia, mas de novo, quem fomentou isso, por último quem fomentou a queda de Kadafi?

“pactuaram” ou comprados, geralmente de mercadores como os *vikings* ou *varegues*, como eram conhecidos nas terras eslavas, sempre muito assoladas por esses em busca de cativos. Porém, em período algum da história islâmica, a escravidão “jamais se justificou por um conceito racial”.

Que se tenha bem claro que a igualdade dentro do Islã era concernente, apenas, e tão somente, aos “convertidos verdadeiramente”. Geralmente, a primeira ou a segunda geração ainda sofria com os efeitos da desconfiança à sua conversão. No entanto, os casamentos eram permitidos, e imediatamente o imposto de captação dos não crentes (*Jhizia*) era suspenso, sendo o convertido, perante a lei islâmica, igual a alguém de antiga cepa. Claro que, tratando-se de uma sociedade humana, não poderíamos contar com o respeito total aos preceitos estabelecidos na legislação, mas os tribunais do *Cadi* sempre se faziam presentes para resolver as mais diversas questões, inclusive as desse teor.

Não fazemos apologia ao Islã, nem o contrário. Devemos ter claro nas mentes que nossos conceitos atuais (ocidentais) de igualdade, liberdade e fraternidade (oriundos dos ideais iluministas e da Revolução Francesa) não podem ser aplicados a outros lugares e povos indiscriminadamente. Sabemos dos equívocos que podem causar as transposições de nossas ideias civilizacionais¹⁸ para outros lugares, tempos e condicionamentos culturais distintos, tanto na idealização de uma idade áurea nunca existente, de um paraíso terrestre de tolerância, como no seu inverso, qualificando culturas como intolerantes, quando nunca foram e corroborando teses de civilizações antagônicas. O Islã não foi uma coisa nem outra.

Faz-se interessante citar dois comentários de egípcios sobre as tentativas de transposição de valores civilizacionais por parte dos EUA: o primeiro, de um

¹⁸ Interessante é a leitura sobre tal de Samuel P. Huntington, que afirma que “nós”, os latino-americanos, não compartilhamos da mesma civilização, “a ocidental”, e sim, constituímos outra, diversa, “a civilização latino-americana”. Essa ideia sem dúvida é uma transposição de sua própria ótica sobre a América Latina e os latinos. Esqueceu-se esse autor, que verbete “latino” remete a entidade, que é a verdadeira fundadora do ocidente como tal, “Roma”, e sua civilização e cultura greco/latina. Portanto verbetes como “latino, latinidade” deveriam ser utilizados como intrinsecamente relativos ao “Ocidente”, inclusive em sua miscigenação, tão próprias do império base do ocidente, o romano. É um exemplo bem claro de “transposição preconceituosa”, visto o que este autor considera de “base ocidental”, são as nações herdeiras dos “povos germanos”, que acoplaram tradições, leis, costumes, de Roma, ou seja se “Latinizaram”, ou, a mesma coisa, se “ocidentalizaram”, fato inconteste, enquanto os anais da História estiverem vivos. Ver *O Choque de Civilizações*, de Huntington, 1998, p. 52. No estudo desse autor também são enumeradas nada menos que nove civilizações, atuais e diversas, quando não conflitantes e antagônicas. A América latina é negra, ameríndia, europeia, mestiça enfim, mas é também, se não por isso mesmo, “Ocidental”, pois não destoa das origens “plurais e heterogêneas” do que classificamos como “ocidente”. Entender mal a história não é só fundamental para se tornar nação, mas também para erguerem-se barreiras hemisféricas.

funcionário do governo egípcio: “Os americanos vêm aqui e querem que nós sejamos como eles. Eles não entendem nossos valores e nossa cultura”, com o qual um jornalista egípcio concordou: “Nós somos diferentes. Nós temos origens diferentes, uma história diferente. Por conseguinte, temos o direito a futuros diferentes.” (HUNTINGTON, p. 1998, p. 268). Concluímos este parágrafo com um ditado islâmico que afirma: “a vós a vossa religião, a mim a minha religião”. Sintetizando: Respeito mútuo é fundamental.

Ambos os extremismos são perigosos: tanto o que faz apologia quanto o de viés antagônico. Posicionamo-nos ao lado de Bernard Lewis (1990, p. 12), quando afirma: “a verdade, como sempre, encontra-se em algum lugar entre esses estereótipos opostos e contrastantes e é mais complexa, mais variada, mais matizada que qualquer um deles”. Porém, quando afirmamos que o antissemitismo, tal qual como o conhecemos, é originário na Europa¹⁹, assim como as piores formas de racismo e preconceito que o mundo viu, temos o breve século XX, não há muito terminado, para convalidar nossa avaliação. E, numa cruel ironia do destino, como a demonstrar a força devastadora e capaz de arraigar-se nas mentes que tais (pré) conceitos têm, hoje, muitos (de maneira nenhuma, todos!) dos descendentes de quem mais sofreu com a xenofobia e o racismo dentro da Europa demonstram tais sentimentos e comportamentos racistas em relação aos palestinos, e, também, em algum grau, a seus compatriotas de origem *sefaradi* e africana.

Depois de estudar um tema tão complexo, não podemos deixar de nos perguntar: será que um dia os seres humanos aprenderão as “lições da história”? Algumas implícitas, outras totalmente explícitas, a nosso ver. Apesar de alguns historiadores atuais questionarem se a história tem algo realmente a ensinar (lições) ao presente e às futuras gerações, nós cremos que sim, ela tem muito a nos oferecer e demonstrar, se não o que devemos fazer, pelo menos, aquilo que não podemos repetir de maneira alguma.

No primeiro capítulo, visamos a compreensão de como eram as relações entre esses povos desde a queda de Jerusalém, em 138 d.C., quando uma boa parte da

¹⁹ Não esqueçamos também dos milhões de filhos de África, aprisionados e trazidos para as Américas como carga nos tumbeiros, com base em uma ideologia que embasava a pretensa superioridade do branco, e justificadora da escravidão, essa barbaridade que os positivistas brasileiros designavam de “o crime ocidental” (ver Bossi, Alfredo, 1992, p. 299). Essa ideologia é, também, construção dos tão evoluídos europeus que se davam o direito de escravizar as populações descritas por eles como bárbaras do continente africano. Pensando bem: quem dava maiores demonstrações de barbarismo ao escravizar outros seres humanos?

população judaica foi encontrar abrigo justamente em terras de população árabe do Oriente Médio e por muitas gerações ali viveu. Segundo autores como Albert Hourany e José Itzigsohn, essa população conviveu em simbiótico e profícuo relacionamento, tanto que a cultura judaica oriental *sefaradi* tem, em muitos pontos, mais aspectos comuns com a cultura árabe do que com sua irmã europeia *Askenasi*.

Essa convivência entre judeus e árabes atingirá seu apogeu no governo dos *Omíadas*, na Península Ibérica muçulmana, os quais, aleijados do poder central no império muçulmano por uma conspiração, foram buscar refúgio em terras espanholas, onde sua autoridade foi aceita. Lá, iniciaram um emirado com sede em Córdoba, o qual, em sua plenitude, refletiu características sincréticas, tanto das culturas muçulmanas quanto judaicas e cristãs. Foi um tempo que muitos consideram como a idade de ouro de tolerância sob o islã, amparados pela política *Omíada*. Essa foi a época áurea da civilização de *Al Andalus*, sem dúvida, bela e fascinante em tantos aspectos.

Estudar esse assunto é um trabalho árduo e marcado pela incompletude inerente ao humano, mas tentar é preciso, e isso fazemos, desde o iniciar desta pesquisa, com a maior seriedade e o mais atento comprometimento. Afinal, sabemos da complexidade e das implicações de um tema tão suscetível a paixões e primordial a milhões de seres humanos, encontrando-se dentro do que Edward Said chamou de “última grande causa do século XX”, que adentrou o novo século sem perspectiva de elucidação — pelo menos a curto prazo.

A histórica e, em sua maior parte, salutar e produtiva convivência entre judeus e muçulmanos no Califado de Córdoba, na Idade Média e em outros lugares, demonstra que a inimizade entre estes povos — apesar das opiniões equivocadas, conceitos e pré-conceitos divulgados pela mídia ignorante ou tendenciosa, às vezes, ambas ao mesmo tempo — são oriundos do século XX e do jogo político perpetrado, inicialmente, por britânicos e franceses no Oriente Médio e de certas ideologias europeias, entre outras, o sionismo.

No capítulo seguinte, fomos de encontro ao verdadeiro lar dos judeus durante 2000 anos, a Europa, de onde contribuíram em todas as nações em que viveram para a construção do que se convencionou chamar de “civilização ocidental”. Nesse continente, verificamos uma verdadeira odisseia de amor e ódio, expulsões, voltas, extorsões, momentos de brilhantismo e emancipação, para, em etapa posterior, surgirem ondas de perseguição e antissemitismo. Aliás, esse termo é originário do

continente europeu, anotado no século XIX. Tal capítulo nos parecia importante, pois precisávamos considerar a situação da população judaica e os motivos do surgimento do Sionismo.

O recorte, ou melhor, a escolha que fizemos por realizar uma síntese da história judaica europeia em três regiões ocidentais, a citar: França, Itália, e Península Ibérica, se deram por alguns motivos específicos. Os enumeraremos a seguir.

Em primeiro lugar, como gostaríamos de demonstrar que alguns núcleos judaicos na Europa eram, inclusive, anteriores aos dos povos que “formaram os estados nacionais no continente”, lançamos mão de fontes latinas, ou seja, relativas ao período de expansão romana ainda na República. Além dessas retrocederem, com credibilidade, cerca de 20 séculos, eram as únicas disponíveis, e os motivos obviamente não precisam ser elencados. Outro motivo a que priorizamos este recorte é que, apesar da população judaica da Europa oriental ser notadamente bem maior já na idade moderna, sua história só começa no século VII, sem falar que as fontes iniciais, envoltas em lendas, são bem menos abundantes e mesmo confiáveis que as latinas. O crescimento da população judaica no leste foi um fenômeno de relativa e paulatina construção, intuímos²⁰, após a queda do estado kazar no século XI, a fuga de populações para regiões eslavas e adjacências, e, principalmente, após o crescimento do Hassidismo, esse último, um incentivador de proles elevadas ainda hoje. O “baby boom” judaico no leste parece ser explicado pelos mesmos motivos de fenômenos de nascimentos pós guerras, ou seja, como nas áreas orientais, eram notadamente de maior antissemitismo, principalmente as do império russo²¹, a taxa de natalidade entre os perseguidos subia para “compensar”.

Outro, e não menos importante motivo para a escolha, foi nossa intenção de demonstrar que até nas áreas mais esclarecidas do continente, herdeiras da civilização romana, onde judeus atingiram posições elevadas, houve altos e baixos, e mesmo essas regiões não estavam imunes à contaminação pelo vírus monstruoso e à catástrofe que iria se consubstanciar na contemporaneidade com o nazismo. Os indicativos de que algo andava mal no “enamoramento” entre o ocidente continental e os seus Hebrei já estavam dados décadas antes — vide caso Dreifus, e sua resposta

²⁰ Isto é, reiteramos, apenas uma intuição nossa, sem pesquisa a corroborar, portanto escusamo-nos se acaso alguém tiver dados mais completos sobre este fenômeno.

²¹ Não esqueçamos que o Estado Nacional Russo é tardio, portanto talvez, as perseguições até o fortalecimento central nestas paragens, a vida nos “shetlel” (aldeias judaicas), não fosse tão sazonal em termos de “receios persecutórios”, como no ocidente, organizado nacionalmente séculos antes.

escrita em Paris, por Teodor Herzl, responsável pelo aparecimento do Sionismo moderno. É também o ocidente, aí já com protagonismo britânico e francês, devido a interesses que estudaremos no IV capítulo, que exporta para o “oriente Médio”, os germes dos atuais problemas, tanto entre judeus e árabes, como os que hoje assolam a região como um todo. Portanto consideramos relevante, descobrir, como as áreas, indiscutivelmente base da ocidentalidade, tratavam seus judeus.

No terceiro capítulo estudamos essa ideologia, o Sionismo, que se traduziu numa resposta às perseguições sazonais que as comunidades judaicas sofriam no continente europeu. Paradoxalmente, apesar de ter, no início, elementos de esquerda e socialistas, deixou-se influenciar por pressupostos desta mesma sociedade que os perseguia. Foi, também, utilizada e manipulada pelas maiores nações do continente, como procuramos demonstrar. Havia escritores sionistas *goyim*, ingleses e franceses, grandes incentivadores da ida em massa dos judeus à Palestina, e, dependendo da origem do autor, também variava a potência que eles, os judeus, lá deveriam representar.

No quarto capítulo, ater-nos-emos à penetração dessas potências (império britânico e França) no Oriente Médio, aproveitando-se da queda do Império Otomano para dividirem seus despojos entre si, e da fragilidade política da região para alargar sua influência nesta. Na época, a importância maior ainda era o Canal de Suez e a retenção da Rússia, mas as potencialidades do petróleo já eram presumidas desde a Grande Guerra, antes ainda, já nas últimas décadas do século XIX e a Segunda Revolução Industrial. Sabia-se, há muito tempo, que a região do Oriente Médio era rica no óleo negro, o qual, agora, para infelicidade dos povos da região, é também foco da cobiça das potências ocidentais.

Por fim, no último, focaremos especificamente na Implantação do Estado de Israel, que, aproveitando-se de um momento peculiar e propício na História, conseguiu impor seu projeto estatal, porém, para isso, teve de despojar outro povo.

Aproveitamos esta introdução para nos desculparmos por eventuais “repetições”, pois este trabalho se desenvolve a tanto tempo, e recolhemos tanto material que, por vezes, pensamos ter esquecido de algo importante e o reiteramos. Poderíamos ter prolongado os assuntos, porém, em nossas escolhas e recortes, preferimos priorizar a relevância e a síntese, mais apropriadas à contemporaneidade, contudo, sempre tendo em vista a construção sólida do quadro que pretendemos. A aparente desproporção do tempo estudado, 2 milênios, esperamos que seja

arrefecida com a leitura dos capítulos, já que ela demonstrará a inequívoca ligação dos temas e a necessária colocação em dada ordem cronológica e interdependente desses. Sem a verificação desta “Gênese”, a relação dialética que surge, a nosso entender, bastante visível, não seria possível de notar, seria encoberta pelas cortinas erguidas pela contemporaneidade, como se o hoje não estivesse embutido no ontem, e o amanhã gestado hoje.

CAPÍTULO I - A CONVIVÊNCIA ENTRE JUDEUS E ÁRABES ATRAVÉS DOS TEMPOS

E no livro de D'US²², os parentes estão mais próximos uns dos outros do que o são dos outros crentes e dos emigrantes. Contudo deveis tratar todos vossos amigos condignamente. (ALCORÃO, 33:5).

1.1 A DISPERSÃO

A Judéia sempre se mostrara uma região conturbada e problemática para os Césares de Roma, quando no ápice de seu descontentamento com esses, em 66 d.C, inicia uma revolta contra tal domínio, tão execrado pela população que o considerava não somente exploratório (como para um judeu religioso), mas pior que isso: “sacrílego”. É, então, enviado um grande exército comandado pelo general Tito, futuro imperador, que consegue debelar a rebelião somente 4 anos depois, quando em 70 d.C entra em Jerusalém e, mesmo sem o saber, cumpre a profecia de Jesus, que previra décadas antes: “Não sobrará pedra sobre pedra do templo”. O templo realmente é destruído e incendiado, não somente, mas toda a cidade. Flávio Josefo, contemporâneo e testemunha de tudo escreve, referindo-se a triste situação de Jerusalém e seus arredores:

Nenhum estrangeiro que tenha visitado a Judeia e tenha visto os belos sítios da cidade e agora contemple esta desolação, poderá conter suas lágrimas nem seus lamentos diante desta mudança tão terrível, pois a guerra trocou toda a beleza pelo deserto, e ninguém que conhecesse estes lugares, por haver os conhecido anteriormente, os poderia reconhecer. Estou falando de um sucesso que não tiveram igual, nem se pode achar, nem entre os gregos, nem entre os bárbaros. (JOSEFO *apud* QUELLET, 2004, p.34, tradução nossa.)

²² Utilizaremos a palavra com a apóstrofe em substituição a letra “E” no restante do trabalho. Gostaríamos de explicitar que esse procedimento não está relacionado com dogma religioso estabelecido, ou tabu. É de nossa parte um total respeito por algo maior, indiscernível, “Ein Sof”, o infinito, portanto não nominável, ou imaginável completamente por mentes humanas. Quando Moisés perguntou o Nome, a resposta foi “Sou o que sou”, logo, o nome não foi explicitado. A definição de Paulo nos encanta, “o Senhor nos criou para que o busquemos, o procuremos, e, talvez, o encontremos, muito embora não percebamos, que vivemos inteiramente nele”, ou seja, somos parte desse infinito inominável. Sendo assim, nossa opção pela apóstrofe, antes de vinculação com alguma religião, é um respeito por todas que buscam essa percepção, essa “ligação” que, de fato, em nosso entender, somente é eclipsada ao tomarmos e optarmos, pela “consciência de uma individualidade egoísta” que as separa; ao comermos a “Fruta” que nos dá a impressão de que estamos separados do resto da humanidade e do universo. Somente ilusão — Maya, em hindi. E, num momento histórico, em que o avanço tecnológico poderia auxiliar no entrelaçamento entre nossa espécie, ao contrário disso, está auxiliando na criação de mais barreiras, difundindo a ignorância, o ódio e a destruição, urge que todos aqueles que ainda creem que “outro mundo é possível”, façam sua parte, enquanto ainda temos um mundo.

De acordo com o mesmo Flavio Josefo, as perdas em vidas foram elevadíssimas em um transcurso de três meses e, somente por uma das sete portas da cidade, contaram-se 115.000 cadáveres, excluindo-se da conta os desaparecidos e crucificados, se tivermos em vista que a população de Jerusalém “Bajo Herodes se habia convertido em una importante metrópoli de 200.000 habitantes” (QUELLET, p.32). Como o governo do tetrarca já se findara há muito tempo, podemos depreender que a solução romana para os problemas advindos da capital israelita foi, claramente, a implementação de um genocídio sobre seus habitantes. Tendo ocorrido quase 2000 anos antes do holocausto perpetrado pelos nazistas sobre a população judaica europeia, foi, sem dúvida, o maior cataclismo advindo sobre ela, muito embora os massacres, perseguições e os “pogroms continentais” fossem frequentes desde tempos imemoriais, principalmente no leste ortodoxo²³.

Mas o horror da tragédia que se abateu sobre Yerushalayn²⁴ não impediu a segunda revolta, a de Bas-Korheba (ROCHE, 1992, p. 200), dos judeus contra o domínio romano, ocorrida entre 132 e 135 d.C. quando, após sua derrota, a população é dispersada por ordem imperial, a Judeia²⁵ torna-se colônia romana, e, a partir de então, vem a ser conhecida como “Palestina”, nome proveniente de *filistins*, povo originário²⁶ de Creta que ali desembarcara, construindo cidades litorâneas como Gaza e o principal antagonista dos hebreus, segundo o Velho Testamento. Jerusalém também foi renomeada e passa a ser chamada de *Aelia Capitolina*. A sentença de expulsão dos judeus, promulgada por Adriano, foi renovada em 335 d.C., e, em 438 d.C., o Código de Teodósio II a reitera novamente e “[...] proíbe a construção de sinagogas [...]” (BRUNO, 2005, p. 32).

Os romanos pareciam querer apagar a memória dos habitantes judeus da sua antiga capital²⁷, que tantas dores de cabeça lhes haviam dado com suas revoltas

²³ Não apenas na Itália papal os massacres eram, muitas vezes, não só permitidos, mas incentivados pelo pontífice que se beneficiava deles, e livrava-se das dívidas com os banqueiros judeus através da “extinção dos mesmos”.

²⁴ Em hebraico, “a cidade da paz”, Jerusalém.

²⁵ Antes era um reino tutorado por Roma.

²⁶ Segundo Ricardo Luiz Quellet “Alredor del 1500, a. C, una tribu de raza aria, los filisteos, procedentes del mar, de la islã de Creta, ocuparon su territorio, y cambiaron su nombre por el de Philistina, hoy, palestina” (QUELLET. 2004, p.30). Muito embora, sem dúvida, a terra continuou sendo conhecida por Canaã, e a ser lar dos diversos povos semitas designados pelo nome genérico de “Cananeus”.

²⁷ Somente da Capital e arredores, pois continuaram a existir populações judaicas na Palestina, tanto que retornaram de Tiberíades para Jerusalém em 638, com a permissão do califa Omar, sendo a ideia de uma total expulsão dos judeus da região, segundo o historiador israelense Sholomo Sand, um mito. É interessante ver o debate “A invenção da Terra de Israel”, disponível no YouTube. Também de acordo com esse autor (e outros), um palestino de Ramahla teria geneticamente mais similaridades com os

e sua particular fé sem ídolos. Os bizantinos, sucessores dos romanos, e agora, cristãos (uma fé oriunda do judaísmo, tão estranho a seus antecessores), não os queriam também, mas, dessa vez, por diferentes razões. Os bizantinos, adotando, à sua maneira, os ensinamentos de Jesus difundidos por Paulo e seus enviados, que pregaram na Grécia e Ásia Menor, acomodavam melhor suas consciências atribuindo unicamente aos judeus a culpa pela morte do Cristo. Assim, aliviavam aqueles dos quais eram os sucessores diretos da culpa pela crucificação (afinal, o romano Pôncio Pilatos lavara as mãos). Também liberavam, portanto, a si mesmos e, assim, iniciavam o que só no século XIX foi classificado por Wilhen Mer como antissemitismo, desde então presente em elevada escala nas populações de fé cristã oriental. Ainda na atualidade, muitos sacerdotes ortodoxos²⁸ são manifestadamente antissemitas e não admitem a existência de um povo de Israel, pois, para eles, com o advento de Cristo, a verdadeira igreja (a ortodoxa, claro!) é a nova Israel. Eles se consideram os “novos eleitos do Senhor”. De escolhidos, a história está repleta.

Depois de espalhados²⁹ pelo Império Romano e proibidos de entrar em sua antiga capital, tomada “dos Jebuseus em 1350 a.C.” (TSUR, 1976, p. 99), apesar de não ter sido a primeira vez que tal fato acontecia, essa foi, sem dúvida, a ausência mais longa e dramática, pois os judeus foram impedidos até mesmo de praticar suas orações na cidade e, de maneira alguma, residir nela. Os remanescentes se espalharam por todo o “limes” do império, atingindo regiões distantes e até mesmo não abrangidas pelas antigas fronteiras romanas, indo muito além, ao extremo Leste europeu, praticando, às vezes, o proselitismo e cooptando populações³⁰ que em origem nada tinham de semitas. Isso era, então, aceito e, muitas vezes, incentivado

“antigos hebreus” do que um judeu asquenazi de origem europeia, sendo ele mesmo (Sand) um “*sabra* de origem asquenazi”.

²⁸ É interessante que sacerdotes orientais, principalmente russos, quando em trajes cerimoniais, lembram figuras sacerdotais hebraicas, até nas barbas compridas e exuberantes. A competição, pelo posto de representantes do céu, únicos, parece ser denotada nisso. A analogia e a comparação não passa despercebida a um observador atento.

²⁹ Não necessariamente pela expulsão de sua capital, mas sendo essa característica de “espalhamento das populações de cultura judaica” algo já verificável há muito, existindo comunidades judaicas espalhadas pelo império muito antes da derrota da rebelião de 134/135 d.C., da consequente queda de Jerusalém e da destruição do templo pelos romanos.

³⁰ Ou pelo menos a elite dirigente destas, como nesses casos acontecia. O mito sobre a conversão dos kazares afirma que o monarca deles, procurando uma religião mais conveniente que o politeísmo original de seu povo, convoca três representantes de religiões monoteístas: um do judaísmo, um do cristianismo e um muçulmano, e patrocina um debate entre eles. O ganhador da discussão teria como prêmio a conversão do soberano e sua corte; o vencedor foi o sábio judeu.

pelas autoridades da religião judaica. Assim se explicam passagens como estas, narradas por George Friedman:

Quando em minhas visitas à Polônia, entre as duas guerras lembro-me de meu espanto ao constatar frequentemente, nas ruelas dos bairros judeus em Varsóvia, em Lodz, em Czeszochowa, em Bialistok, a presença de grandes rapagões loiros ou ruivos de olhos azuis, o rosto pálido enquadrado por cachos vestidos de levitas negras como, ao seu redor, a multidão de pequenos 'judeus'. Muitos dos judeus da Polônia e também da Bessábia, da Ucrânia descendem de eslavos ou de tártaros, convertidos ao judaísmo sob a influência militar e política dos kzares, senhores, do século VI ao X, do imenso império do Dniépr, eles próprios turanianos convertidos ao judaísmo. (FRIEDMAN, 1969, p. 213).

Parece que, após a queda do império dos Kzares e a ascensão e predomínio do cristianismo em seu ramo oriental sob a região, a situação de relativa tranquilidade para as populações judaicas e judaizadas mudou drasticamente, já que o judaísmo, religião dominante dos senhores kazars, passou a ser a religião dos dominados. Muito se depreende dessas informações, e indícios se vislumbram de uma possível causa, ou pelo menos uma delas³¹, do posterior e paulatino segregamento ocorrido no leste europeu. É inconteste que o antissemitismo era acentuadamente mais forte na Europa oriental, exatamente nas áreas e nos entornos dos antigos domínios kazars no Dniépr, futuro império dos Czares e dos justificadores de seu poder dentro da Igreja Ortodoxa Russa, implacáveis antissemitas incentivadores dos *pogroms* nas vastas terras dominadas pela Moscóvia. Novos senhores, nova religião dominante, velhas teses justificadoras remoldadas.

A Figura 1 apresenta os domínios judeus em terras eurásianas no Século X. Podemos notar que, ao oeste, encontram-se terras cristãs; ao sul e leste, regiões de maioria muçulmana; ao passo que, ao norte, as regiões que comporão o futuro grão-ducado de moscou no século XV, eram ainda habitadas por uma grande gama de tribos eslavas que seriam convertidas ao cristianismo ortodoxo ao estilo de Bizâncio nos séculos posteriores. Existem suposições que defendem que, sendo o único estado territorial onde o judaísmo era a religião da elite governante, o império Kazar tenha atraído importantes contingentes judaicos para tal, porém, como as demais religiões do povo eram, em geral, permitidas, é impossível argumentar a favor de uma “suposta maioria judaica entre a população”. Deixemos tal discussão, em nossa

³¹ Não acreditamos na superstição monocausal e a ignoramos, seguindo os conselhos dados por Jacques Le Goff, no seu prefácio de *A apologia da história: o ofício de historiador*, de Marc Bloch, no qual ele também deixa essa mensagem implícita.

opinião, bastante bizantina, para ser otimista, ou tendenciosa, se levarmos em conta que a discussão sobre a maioria ou não de judeus no estado Kazar serve a teses manifestadamente antissemitas, que procuram classificar como “falsos judeus” os judeus asquenazis, que são hoje 85% da população judaica, esquecendo-se que, desde o antigo testamento, a condição obrigatória para a integração no seio do povo era praticar o *brit milha*, o ritual de circuncisão, e a aceitação dos preceitos do judaísmo, ocorrido inúmeras vezes.

Depois da queda do reino Kazar, podemos imaginar que a situação para quem era judeu de origem ou para aqueles cujos ancestrais abraçaram o judaísmo não ficou nada confortável, visto não terem um estado ou governo próximo (nem distante!) para buscarem abrigo ou refúgio. Nem mesmo, e simplesmente, para agir como representante estatal de sua população perante outros governos estabelecidos durante uma perseguição movida contra suas comunidades, como os cristãos da Palestina durante os atritos com os turcos Seljúcidas, que redundaram nas cruzadas e foram uma das desculpas utilizadas pelos Estados cristãos para as realizarem.



Figura 1 - Mapa do Império do Império kazar

Fonte: <http://www.google.com.br/mapa-do-imperio-dos-kazares>

É interessante ressaltar que esse império foi, por muitas vezes, um importante antagonista das forças bizantinas e árabes, tendo, inclusive, obtido a supremacia sobre vários povos bárbaros³² da região:

³² Utilizamos o termo “bárbaro”, pois é convencionalmente utilizado pela História ao designar povos “não românicos ou latinizados”. Assim é a convenção, não se trata de qualquer preconceito.

Os Cazares expandiram-se rapidamente e cerca de 650 derrotaram os adversários instalados no Cáucaso, os Alanos e os Búlgaros. A expansão dessa nova força para o sul colidiu com o avanço dos árabes para o norte, originando uma guerra em três frentes entre kazes, Árabes e Bizantinos. (MCEVEDY, 1973, p. 36).

Entretanto, também segundo McEvedy, a partir do século VIII, trouxeram as guerras constantes e o avanço do Califado Muçulmano, aliados à insatisfação de povos dominados, como os:

Búlgaros do Volga que tiraram partido das derrotas Cazares e declararam a independência; o mesmo se passou com os magiares, tribo finlandesa³³ que havia migrado para a estepe e se transformado em principal instrumento de domínio kazar no sul da Rússia. (MCEVEDY, 1973, p. 38).

Esses três poderes (kazares, Búlgaros e Magiares) conservaram relações amigáveis, sendo, todavia, concedido um certo grau de superioridade aos Cazares. Essa supremacia vai decrescer, século após século, até o outrora grande e belicoso Canado³⁴ Judaico Eurasiano desaparecer completamente no século XI, em meio a vizinhos que se tornaram bem mais poderosos, mas não sem deixar vestígios em populações da região, as quais, a partir de então, formavam uma minoria³⁵ dentro de estados que não eram mais seus.

³³ Consideramos importante frisar que as constantes migrações de povos, principalmente entre povos germânicos, eslavos e turcos durante toda a alta Idade Média, pela eurásia, puseram essas populações em contato permanente, as quais, muitas vezes, se alternariam na suserania de uma sobre outra, o que poderia indicar um possível indício do porquê de o vocabulário da língua dos judeus asquenazi, o ídiche, ser 80% composto de palavras de origem germânica. Contatos e alternâncias de suseranias entre Cazares e tribos germânicas foram verificáveis, muitos dos territórios que hoje compõem a Polônia eram de colonização germânica, assim como a Hungria e uma parte da antiga Valáquia (Países de antissemitismo muito mais acentuado que a Alemanha), com o território de uns se sobrepondo ao de outros com o passar dos tempos, até o desaparecimento definitivo do Canato Cazar no século XI, quando populações deste extinto estado, fugindo das invasões mongóis, teriam se refugiado (muitos também foram para regiões islâmicas) em áreas germânicas e eslavas (Ucrânia). Apesar de puristas raciais judeus não admitirem as possibilidades de tais hipóteses, que explicariam, somente em parte, a origem dos judeus *asquenazi* e de sua língua, e condenarem quem as reafirma, como no caso de Arthur Koestler, em *A décima terceira tribo*, de 1976, autor que, embora fosse sionista e *asquenazi*, não dava importância à “pureza genotípica dos judeus europeus”. O direito destes a um estado seria, para ele, baseado em uma decisão da ONU, e não em discursos etnobíblicos. Porém, é necessário advertir que a “origem kazar”, ou, no mínimo (o que achamos), da percentagem genética de sangue kazar na população de cultura judaica europeia, vem sendo usada por grupos antissemitas, que atualmente vêm criando *sites* e difundido a ideia de que “judeus askenazin não prestam”, não por serem judeus, mas por descenderem de um povo considerado por estes grupos racistas como “pérfido e maléfico”, como os “kazares”, dado a butins e rapina, antikazarismo, em vez de antijudaísmo ou antissemitismo, a mesma xenofobia preconceituosa, contudo, para ser melhor aceita, assumindo outros moldes e discursos. O cuidado é fundamental, pois são *sites* bem organizados e com alguma sofisticação.

³⁴ Canado ou Kanato, estado governado por um Kã ou Cã, título utilizado por governantes mongóis, turcos e turcomanos, estes últimos antes de converterem-se ao islamismo.

³⁵ Fenômeno similar ocorrera séculos antes, em áreas do antigo Império Romano, quando os remanescentes dos antigos pagãos, antes dominadores, passam a ser perseguidos pela nova maioria

O historiador F. Conte, em uma de suas obras, faz uma citação sobre a opressão sofrida por outro povo os láziges³⁶, por parte de judeus e muçulmanos, e ora podemos depreender que, se judeus também exerciam tal ação sobre outra população e rivalizavam em “proselitismo”, como se pode perceber no texto, seu poder organizado não poderia ser desprezado. Sabemos que uma população subjugada, não completamente independente e segura, jamais poderia desafiar um poder em seu apogeu como o Islâmico, na conversão de outros povos, portanto “os Hebreus”, como são citados na passagem, não se encaixam, de nenhuma maneira, dentro dessa categoria.

Verificamos, assim, com mais um testemunho de uma fonte Bizantina dada por Conte, que o Estado Judaico/Kazar tinha real força. Transcrevemos a seguir um trecho deste texto para a visualização e análise do episódio representativo:

Reuniram-se então na presença do imperador emissários IAZIGES e disseram: “Reconhecemos desde a origem um D’US superior a todas as coisas, o adoramos (dirigindo-nos) ao oriente e observamos (além disso) outros costumes inconvenientes”. OS HEBREUS nos aconselham abraçar sua fé e suas tradições, mas por outro lado os SARRACENOS nos atraem até suas crenças oferecendo-nos a paz e numerosas dádivas. Dizem-nos: “Nossa religião é melhor que a dos outros povos”. Por isso viemos a vós, em nome de nossa antiga amizade e nosso amor. E como formais uma grande nação e possuis um império pela graça de D’US, rogamo-nos, pedindo-vos conselho, que nos envie um homem de letras de forma que, se for capaz de replicar as argumentações dos HEBREUS e dos SARRACENOS, nos abraçaremos vossa fé”. O imperador então enviou Constantino/Cirilo e Metódio. (CONTE, F. *Gli Slavi, le Civiltà dell Europa Centrale e Orientale*. 2010, p. 23.)

Esses monges, segundo inúmeras fontes, comprovadamente viajaram a terras eslavas, sendo os patronos do cristianismo nelas por meados do Século IX. Cirilo, conhecido por “Cirilo, o filósofo”, também esteve no país dos Kazares, onde teve importantes debates com sábios rabinos do reino, bem ao gosto e às tradições judaicas, tão apreciadas desde os tempos do templo de Jerusalém. Intuísse que nesse reino conviviam outras religiões, e a conversão era uma questão de “vencer o debate”. Cirilo teve pouco sucesso entre os kazares, mas aprendeu a língua Hebraica utilizada pela elite dominante.

cristã; o mesmo ocorrerá mais tarde na Península Ibérica “reconquistada”, quando mouros e judeus são discriminados pelos novos senhores católicos.

³⁶ Percebesse que o povo lázige sofre desde o passado por causa de suas crenças particulares. Atualmente, nas mãos do estado Islâmico, que o perseguiu e o tentou exterminar.

Antes disso, concernente às relações entre os judeus e árabes, é inequívoco que eram estreitas desde a antiguidade, sendo muitos dos hábitos de ambos os povos bastante assemelhados até a atualidade, pelo menos no que tange às populações judaicas de origem *Sefaraditas* (termo que provem de *Sefarad* e significa Espanha em Hebraico). As próprias línguas hebraica e árabe seriam originárias de um mesmo tronco comum; as semelhanças, sob todos os aspectos, são inegáveis, e os indícios são claros. Eis só dois, para exemplificar: paz, em hebraico, é *chalón*, no árabe, *salán*; dia, em hebraico, é *yom*, e em árabe, *yur*. Mas, de acordo com José A. Itzigsohn, isso não seria o mais importante, existindo muitos outros fatores que fariam as culturas se encontrarem:

Judeus e árabes têm um tronco linguístico comum, porém não é só isso que importa, e sim os contatos entre os dois povos e as duas culturas em momentos decisivos para vida de ambos. Os contatos entre judeus e árabes são anteriores à destruição do antigo estado Hebreu. A presença de povos de origem árabe na zona geográfica de Israel/Palestina é muito velha, desde a presença de um povo que se chamava Nabateu, que habitou no que hoje em dia é o deserto do Neguev, até a época da colonização romana, não sabemos bem em que medida foi importante essa influência árabe para a vida dos reinos judeus, mas sabemos que foi importante a presença de comunidades judias e judaizadas na Arábia para a formação da cultura peculiar dos árabes. O Islã está tomado em grande medida do pensamento judeu e de fontes comuns a ambos. Muitas das tradições judias foram recolhidas no islã e incorporadas dentro do sincretismo religioso Árabe. (ITZIGSOHN, 1969, p. 188, tradução nossa).

Na área correspondente ao Oriente Médio, região originária dos Hebreus, a população judaica nunca deixou de estar presente, embora sempre como minoria. Mesmo na Palestina, após a expulsão de Jerusalém, esta manteve colônias, como a de Tiberíades, de onde retornou quando, em 638 a.C., “Omar I toma Jerusalém e permite 70 famílias judias de Tiberíades entrar na cidade” (BRUNO, 2005, p. 32), mesmo com a contrariedade das autoridades eclesiásticas cristãs de *Aelia*. Omar é irredutível quanto à retirada de uma cláusula dos termos propostos pelos cristãos para a entrega de *Aélia*, pois essa impedia a entrada de judeus na cidade e com a qual não podia concordar. Para ele, os judeus eram protegidos, considerados “*ahl al dhimma*, o povo do pacto, ou simplesmente *dhimmis*” (LEWIS, 1980, p. 27), tanto quanto os cristãos, mas, para conseguir um acordo que não contrariasse totalmente os patriarcas cristãos, que não queriam a introdução de nenhum judeu, ou, se não o pudessem evitar, do mínimo possível, o limite é fixado em 70 famílias³⁷ no Pacto de

³⁷Segundo a crença difundida, o Califa teria insistido em 200 famílias Judias.

Omar de 638, que estipula as condições da entrega de Jerusalém. Esse pacto é citado com frequência por escritores muçulmanos e *dhimmis*; entretanto, Lewis (1990 *apud* TRITON, 1980, p. 56) nos adverte:

É pouco provável que o documento seja autêntico, como assinalou A. S. Triton – não é normal que os vencidos proponham os termos de rendição aos vitoriosos, nem é provável que, no século VII, os cristãos sírios, que ignoravam o árabe e não se propunham a estudar o corão, reproduzissem com tanta fidelidade a sua linguagem e suas prescrições. Algumas cláusulas refletem claramente processos ocorridos num período posterior, e provavelmente – neste como em vários outros aspectos da história administrativa muçulmana – a tradição religiosa atribuíra certas medidas efetivamente introduzidas e aplicadas pelo califa Omíada ‘Umar II’ (717-720) ao menos controvertido e mais venerável ‘Umar’.

No entanto, mesmo não afirmando uma total contrariedade à interpretação de Lewis, é possível intuir um indício possível de contradição nessa análise, pois, exatamente por não conhecerem as prescrições do Islã, os cristãos sírios pretenderam, em uma das cláusulas do acordo, continuar impedindo a entrada dos membros de um povo considerado protegido pelos muçulmanos, com o que, exatamente por isso, o Califa, guardião da pureza da religião e dos ensinamentos do profeta, não poderia concordar. Impedir os seguidores do livro e descendentes de Abraão de entrar na cidade não era possível, como ele explicita em sua resposta posterior.

Apesar das controvérsias, somente a partir da conquista muçulmana, os judeus, mesmo em número limitado, puderam retornar a Jerusalém e nela praticar sua religião, muito a contragosto dos chefes religiosos cristãos da cidade. Certamente, é no século I Islâmico que datam as primeiras formulações de regras quantos aos protegidos. Percebemos isso no próprio Alcorão, no qual várias “suras” fazem inúmeras referências a eles. Os ângulos e as definições sobre os judeus dependem, muito provavelmente, da época em que foram escritos: se no início das pregações do mensageiro, com indulgência e com a esperança de cooptação, ou se já na fase expansionista e ofensiva de Maomé, quando tais esperanças estavam desconstruídas, e o profeta precisava afirmar sua própria mensagem como a atual e única verdadeira, sem grandes concessões a outras retóricas religiosas. É, também, nesse primeiro século que o sucessor do Profeta, Abu Bekar:

Receando que a mensagem se perdesse com o desaparecimento dos primeiros companheiros e as flutuações dos textos memorizados, encarregou Zaid Ibn Thabet de reunir todos os fragmentos. E Osman, terceiro sucessor

de Maomé, mandou organizar o livro definitivo que chegou até nós. (O ALCORÃO, 2012, p. 11).

Constatamos no Alcorão, em algumas “suras” (sura 33, os Coligados; sura 19, Maria) que, diferentemente dos idólatras e politeístas, os membros das religiões cristãs e judaicas não eram classificados como adeptos a uma mensagem falsa, embora desvirtuada por eles mesmos, porém não “falsa”; havia, portanto, uma dose de condescendência para com esses, os quais não podiam ser repudiados, nem destruídos (a não ser que se voltassem contra o Islã). O melhor seria convertê-los ou, no mínimo, cooptá-los; afinal, apesar de estarem superados com o advento da nova revelação, ainda assim faziam parte de uma linha ininterrupta que provinha de Abraão e, como tal, deveriam ser respeitados.

Por tais motivos, Jerusalém se revestia de conotação especial e, segundo Hourani, a construção da primeira grande edificação islâmica na cidade, na década de 690, no domo da rocha, local do antigo templo judeu, se insere dentro de um simbolismo bem claro, que pretendia demonstrar que o Islã era o final dessa linha, sua forma mais evoluída e perfeita, superando e completando a de suas antecessoras judaica e cristã:

A construção do domo nesse lugar tem sido convincentemente interpretada como um ato simbólico, colocando o islã na linhagem de Abraão e dissociando-se do judaísmo e do cristianismo. As inscrições no interior deste se constituem na primeira materialização física conhecida de textos do corão, proclamam a grandeza de D’US “O poderoso o sábio” e declaram que “D’US e seus anjos abençoaram o profeta”, e exortam os cristãos a reconhecerem Jesus como um apóstolo de D’US, sua palavra e espírito, mas não seu filho. (HOURANI, 1997, p. 46).

De acordo com Hourani (1997), esse ato dissociaria o islã do judaísmo e do cristianismo, mas não os antagonizaria, como podemos depreender, pois o islamismo estaria na linha da revelação iniciada com Abraão, na qual também estão o judaísmo e o cristianismo. Referente a esse último, não o combate, mas exorta seus adeptos a não considerarem “Jesus filho de D’US”, e sim seu apóstolo, sua palavra e espírito. Ora, se isso é “combater”, entendemos que é um combate bastante ameno e mais no nível das discussões religiosas de Bizâncio, famosa pelo embates entre as diversas correntes dentro de seu cristianismo, que defendiam suas teses em calorosas discussões e longos colóquios, os quais poderiam durar anos.

As citações Corânicas na Sura a “Vaca”³⁸, uma das primeiras, podem deixar bem visíveis as intenções de Mohamad em englobar, se possível, os outros povos monoteístas em sua comunidade nascente. A seguir, exemplificamos dois versículos desta Sura que nos parecem demonstrar uma clara tentativa unitária, e em nada antagonica, pelo menos neste período:

Os que creem e abraçaram o judaísmo e os cristãos e os sabeus, todos os que creem em D’US e no último dia e praticam o bem obterão sua recompensa de D’US nada terão a recear e não se entristecerão. (SURA AS ABELHAS, 16: 62).

Cremos em D’US e no que foi nos revelado, e no que foi revelado a Abrão e Ismael e a Isaac e a Jacó e as tribos, e no que foi outorgado a Moisés e a Jesus e aos Profetas pelo seu Senhor. Não fazemos distinção entre eles, e a Ele nos submetemos. (SURA AS ABELHAS, 16: 135).

Como podemos notar, o tão disseminado antagonismo eterno — milenar, desde o “Genesis” — toda essa retórica infértil e contraproducente a que todos estamos acostumados, disseminada pelos meios de comunicação³⁹ e por outros veículos, inclusive religiosos, sobre os conflitos entre judeus e árabes, ou judeus e islâmicos, são inverídicos, e o antagonismo real era, no mínimo, irrelevante, já que, desde o início, o islamismo não repudiava o judaísmo, muito menos queria exterminá-lo ou aos judeus, nem aos cristãos. Muito pelo contrário: os considerava portadores de verdades quando não desvirtuados, porém, para outros tempos, ultrapassados, portanto, “caducos”, como escreve Bernard Lewis (1980).

Porém, consideramos, a partir das leituras das Suras desse período, que o “adjetivo” de Lewis (caducos) a respeito do pensamento do profeta sobre os demais povos de religiões monoteístas não se sustenta, pois, como podemos verificar no segundo versículo demonstrado, Mohamad afirma crer na revelação dada aos povos que o antecederam, como também em “todos os seus profetas” e “não fazer distinção entre eles”. Abaixo, uma passagem da Sura III, “A tribo de Omran”, em que o “Mensageiro” reitera que as escrituras anteriores, tanto judaicas como as cristãs, eram verdadeiras, e a sua mensagem é a confirmação destas, observem:

Fez descer sobre ti o livro que contém a verdade e CONFIRMA o que foi revelado aos mensageiros antes de ti. E fizera descer a TORÁ e o EVANGELHO. Para servirem de guias aos homens, e fez descer o

³⁸ Título de uma das “Suras” do Corão.

³⁹ A “escola de adultos”, como afirmou Gramsci a respeito dos jornais, a televisão, ainda não existia; porém, hoje é verificável que desempenha o mesmo papel educador (ou manipulador), da opinião pública que muitos jornais tiveram no passado.

discernimento. (SURA: A TRIBO DE OMRAN, Versículos 02 ao 03, destaques em letras maiúsculas nossos)

Nos parece que demoraria algum tempo para que houvesse uma proposta clara de seguir um caminho diverso e não integrado a seus predecessores, muito provavelmente ocorrido devido aos acontecimentos posteriores, que deteriorariam suas relações e modificariam os planos do profeta — pelo menos em relação aos judeus. Veremos tais acontecimentos no próximo tópico.

Entretanto, nunca se formulou um discurso que visasse o conflito ou o extermínio dos adeptos do livro. Tais retóricas, quando aparecem no século XX contra os “sionistas” ou no Ocidente, são pronunciadas, em sua maioria, “[...] por líderes em discursos caricaturais [...]” (VISENTINI, 2012, p. 162), e devem ser consideradas dentro de um arcabouço retórico cultural que não nos é mais compreensível, do tipo que afirma, para conclamar e manipular suas massas, e atemorizar o adversário que pode ou vai dar combate, que a batalha a ser enfrentada vai ser a “mãe de todas as batalhas”, “que se abrirão as portas da Geena (inferno)”. Repetição de fórmulas discursivas antiquíssimas — para nós, do Ocidente, só ainda presentes e verificáveis em textos do Apocalipse bíblico, como no *Armagedom*, a última batalha do bem contra o mal —, retórica, discurso, fórmulas literárias de impacto, repetidas há milênios no Oriente, em todos os conflitos⁴⁰.

As querelas que realmente surgirão serão de outro tipo, de cunho bem prático e político, dentro de um quadro em nada favorável ao então pequeno grupo de crentes liderados pelo profeta em Medina, num período inicial de afirmação e consolidação do Islã dentro de seu berço de nascimento, a Arábia, e tais conflitos, sangrentos até, nada tinham a ver com pseudo-ódios milenares e as incompatibilidades culturais.

Na Península Arábica, a presença judaica resultou em muitas conotações pois, além dos contatos entre seus povos e os Hebreus terem sido constantes desde a antiguidade e após a diáspora, provavelmente populações oriundas da Judeia tenham ido estabelecer-se na península, visto sua presença ser facilmente verificada no Sul, onde tribos judias yemenitas faziam desta a sua terra até o século XX, quando se exportaram para o Estado de Israel. Sua visibilidade e presença eram

⁴⁰ É interessante lembrar de Sadan Hussein, em discursos veiculados pela TV na época da Guerra do Golfo (1991), afirmando que os EUA, se atacassem o Iraque, enfrentariam “A mãe de todas as batalhas”. A similaridade referente a uma espécie de Armagedom não é mera coincidência, ele é recidivo em outros discursos de líderes árabes da região.

inquestionáveis também no Norte, onde suas tribos faziam dos oásis da região sua morada há séculos:

Os judeus também estavam presentes: tinham no lêmén algumas comunidades ativas; e na maioria dos oásis ocidentais da Arábia do norte viviam tribos judaicas que se dedicavam essencialmente à agricultura: ocorria isto em kaybar e sobretudo em Yatrib, onde as tribos judaicas dos banu nadhir e dos banu gorayza se imiscuíam nas rivalidades das tribos árabes dos awz e dos khazradj. (MANTRAN, 1977, p. 54).

Mas é na parte meridional onde situava-se o importante reino de Sába⁴¹ — que desde a antiguidade mantinha relações com o antigo reino de Israel —, que a presença judaica tomaria outras conotações, outra dimensão, pois, assim como no Império dos Kazar, na Europa do leste, com a conversão de um monarca, o judaísmo acabou se convertendo, por um período, em religião dos dominantes:

Nessas regiões da Arábia meridional puderam situar-se estados como Main, Sába, Qataban, Hadramute. O reino de Sába, o mais conhecido de todos, foi célebre não só por suas riquezas, mas ainda pela barragem mandada construir por um de seus soberanos em Marib. Escavações recentes levaram à descoberta de vestígios de palácios monumentais, de estátuas, bem como de textos epigráficos. Os árabes do sul, habitantes do que se chamou de 'Arábia feliz', talvez nem tenham sido árabes, mas falavam um idioma parecido com o árabe. Supõe-se que o reino de Sába entrou em decadência mais ou menos no século V a.C. e caiu então sob o domínio de outro povo árabe do sul, os himiaritas dos quais um dos últimos soberanos, Dhu Nuwas, converteu-se ao judaísmo. É possível que a invasão da Arábia meridional pelos etíopes, em 525, tenha sido provocada pelas perseguições aos cristãos, movidas por Dhu Nuwas; todavia também é igualmente possível que esta intervenção haja tido motivos econômicos, com a intenção dos etíopes de se apoderarem do controle dessa rica região e da passagem do mar vermelho ao oceano Índico (MANTRAN, 1977, p. 50).

Como podemos depreender, sem dúvidas, nesse trecho do trabalho dirigido por Robert Mantran, realmente um monarca árabe, Dhu Nuwas, da tribo dos Himiaritas, conquistou Sába, um reino importantíssimo no sul da península, e converteu-se ao judaísmo. Supostas perseguições por parte deste aos cristãos não são taxativas. Colin McEvedy também reforça a ideia de um “proselitismo judaico” quando afirma que, em meados do século IV, “nessa época, a religião judaica ganhou aderentes entre os Árabes e os Berberes” (MACEVEDY, 1973, p. 26).

⁴¹ Esta cidade, muito embora a tradição atribua sua localização erroneamente à Etiópia, na verdade, localizava-se no sul da península arábica. A confusão ocorre muito provavelmente devido à história bíblica da relação entre o rei hebreu Shlomoh com a rainha de Sába, relação que teria resultado em um filho “Menelik”. Os sabeus, entre os séculos II a. C e IV d. C, colonizaram a região etíope de “Axum”, futura capital de um império no qual os monarcas pretendiam e invocavam a descendência do rei hebreu, pretensão essa que perdurou até a queda da monarquia na Etiópia, o título invocado pelo último representante desta, Haíle Selassíe, era de “leão de Judá”.

Sabemos que os árabes não haviam iniciado ainda a sua expansão sob a égide do islã rumo ao norte da África, islamizando os berberes, naturais dessa área, portanto, podemos deduzir, de acordo com esse autor, que os judeus haviam praticado o proselitismo nessa região antes dos muçulmanos.

Comunidades judaicas marroquinas eram comuns até a primeira metade do século XX, sendo algumas mais antigas que os *sefaradis*, expulsos ou fugitivos da Península Ibérica pelo casal de monarcas católicos, Fernando e Isabel, quando muitos buscaram refúgio no mundo muçulmano — tanto que o monarca marroquino os considerava sob sua proteção. Quando foi proclamado o Estado de Israel, em 1948, “o rei se declarou disposto a tornar público um comunicado favorável à partilha e a colocar os judeus marroquinos sob sua proteção”. (BAR ZOHAR, 1967, p. 175).

Porém, para nós, o mais impressionante⁴² é a constatação da influência e antiguidade da presença judaica na Península Arábica, ao ponto de converter um soberano de importante estado árabe do período, por volta de 525. Isso ocorreu menos de um século antes do surgimento das pregações de Mohamed em Meca na história, pouco antes de 622, ano marco do calendário muçulmano, iniciado com sua *Hégira* para Medina, ou *Yatrib*, seu nome anterior à chegada de Mohamed, e onde, como se percebe no trecho transcrito mais acima, viviam tribos judaicas dedicando-se à agricultura, as quais “[...] [se] imiscuíram nas rivalidades das tribos Árabes dos awz e dos khazradj” (MANTRAN, 1977, p. 54).

Mas, com a chegada do profeta à cidade, sua tradicional neutralidade será abalada de muitas maneiras. As relações com o “mensageiro” variaram da tentativa de cooptação à perseguição, assunto do qual trataremos mais adiante.

1.2 A AURORA DO ISLÃ E OS JUDEUS: EXPECTATIVAS E CONTRARIEDADES

E fizemos um pacto com os Profetas e contigo e com Noé, e Abraão, e Moisés, e Jesus o filho de Maria, fizemos um pacto solene
(ALCORÃO, 33:6).

Mohamed foge de Meca perseguido por sua própria tribo, os *Qorayshitas*, que não se agradaram com suas pregações a respeito de uma divindade única. Afinal, eram os guardiões da cidade e dos locais sagrados há séculos, e lucravam com o politeísmo das tribos árabes, que iam à cidade realizar suas adorações. O profeta

⁴² Quanto a influência de tribos judaicas em terras predominantemente árabes.

condena a excessiva confiança no dinheiro e a busca desenfreada do lucro, que, para essa tribo, se dava pela exploração do politeísmo das populações da península. “Com efeito, o corão estigmatiza esta confiança no dinheiro e faz dele o maior dos pecados dos *Qorayshitas*, que leva o homem a esquecer e até negar sua dependência de D’US” (WATT, 1988, p. 104-105).

De acordo com Mantran, bastou esse conteúdo (o monoteísmo) para levantar a oposição dos *Qorayshitas* para com a nova mensagem, que, com o tempo, se tornou cada vez mais determinada. Mesmo assim, parece que Mohamed ainda persiste em suas pregações por alguns anos; porém, com o recrudescimento da perseguição e algumas deserções de convertidos, tal situação culminou à perda, em 619, em poucos dias, de “[...] sua esposa kadidja e o tio Abu Talib” (MANTRAN, 1977, p. 63). Além da dor pelos desaparecimentos de duas de suas mais íntimas pessoas, a perda do tio se converte também em um retrocesso político, pois este era o líder do clã dos banu hashin e seu protetor, sendo Abu Lahab o seu sucessor, inimigo declarado de Mohamed, que perdeu um importante, senão o maior, sustentáculo que tinha em Meca.

Desiludido e sem apoio, procura emigrar. Em princípio, decide tentar apoio das tribos nômades e da cidade de Taifa; no entanto, parece não ter tido boa recepção, nem ser compreendido nessas empreitadas. Depois, segue para a velha cidade de *Yatrib*, situada em um Oasis a 350Km de Meca, com mais ou menos 3.000 habitantes, mais campesina que comercial, região de habitação de duas tribos judaicas arabizadas, que ali se dedicavam à agricultura: “Os nadhir, qorayza e qaynoqa haviam fixado domicílio em épocas passadas e a elas se reuniram duas tribos árabes iemenitas, os awz e khazradj, estas depois de derrotarem as tribos judaicas, lutaram entre si e os awz saíram vitoriosas” (MANTRAN, 1977, p. 63).

Nessa cidade, parece que Mohamed teve mais sucesso, e logo se juntam a ele convertidos da tribo dos khazrad, e, em pouco tempo, obtém-se o juramento de fidelidade de 73 homens e 2 mulheres, que lhe oferecem acolhida e a seus seguidores que ainda se encontravam em Meca, mais ou menos uns 60. Da união dessas duas comunidades, gera-se o embrião da futura *ummã* e de todo o Islã. Do mesmo modo, foi em *Yatrib*, há muito tempo habitada também por tribos judaicas, que se contornaram as primeiras relações entre o profeta e seus seguidores e os judeus. A princípio, provavelmente embasadas na esperança de uma futura conversão destes ou, no mínimo, de sua cooptação. Para tanto, o profeta realizara algumas concessões

a seus ritos, para compatibilizarem-se e assemelharem-se, evocando a origem comum a ambos e a linhagem Abrâmica e Moesética.

Tendo encontrado esse porto seguro para seus seguidores, e onde poderia dedicar-se sem problemas à expansão da nova religião, Mohamed trata de juntar as duas parcelas de seu rebanho em *Yatrib*, mandando, aos poucos, todos para essa cidade; porém, ele mesmo e Abu Bekr são os últimos a partir de Meca, pois havia retornado para a cidade a fim de arregimentar todos os seus. Conforme Gaudefroy (1990, p. 111):

O próprio Maomé e Abu Bekr foram os últimos a partir e chegaram a Qoba, perto de Yatrib, em 12 rabi primeiro, ou seja em 24 de setembro de 622. Esta data é a Hégira (ou, mais precisamente, hidjra, emigração) que assinala uma nova era: considera-se o seu início no primeiro mês daquele ano, no dia muharrem, ou seja, 16 de julho de 622.

Foi, portanto, na data de 16 de julho de 622, que oficialmente nasceu o Islã, sendo o período de residência do profeta em *Yatrib*, de suma importância para o sucesso de sua empreitada e da posterior conformação da própria religião Islâmica, pois, das 114 suras contidas no Corão, “oitenta e seis foram reveladas em Meca, onde Maomé nasceu, em 570, e viveu até a idade de 52 anos; 28 suras foram reveladas em Medina, onde se refugiou e morreu em 632” (CHALITA, 2012, p. 12), ou seja, é na rebatizada Medina (a cidade do profeta) que Mohamed termina sua obra. Conforme suas próprias palavras: “Hoje completei vossa religião e vos concedi meu inteiro benefício. Aprovo o islamismo como religião para vós” (O ALCORÃO, 2012, V:5).

É importante ressaltar que todos os ensinamentos foram transmitidos por Mohamad de forma oral, pois, segundo Mansur Chalita, “ele [...] não sabia ler e escrever” (CHALITA, 2012, p. 10). A posterior reunião dos seus textos foi feita após sua morte, a mando de seu amigo e sucessor, o califa Abu Bekr, sendo a compilação definitiva realizada por Osmar (Omar), o terceiro sucessor. É também em *Madīnat Al nabi* (a cidade do profeta) que ele vai realmente organizar seus seguidores, transformando-os numa força coesa de “ação”, pois foi através dessa cidade que a nova religião avançou sobre a península e o mundo. Nela, o profeta se empenha na tarefa de organizar seus habitantes num todo ordenado, juntando os grupos diversos: “[...] de fato juntaram-se os crentes emigrados de Meca (*muhadjirun*) aos de *Yatrib*, qualificados de ajudantes ou auxiliares (*anṣar*)” (MANTRAN, 1977, p. 65).

Havia, como citado anteriormente, importantes grupos judaicos na cidade, os quais Maomé esperava que iriam se juntar a seus fiéis. Afinal, para ele, sua revelação

era a complementação das revelações recebidas pelos judeus anteriormente; e ele, um profeta a ser aceito por esses, uma vez que em todo o Corão existem referências a episódios, figuras e eventos presentes primordialmente na bíblia judaica. Para Robert Mantran, “[...] eis porque fez algumas concessões a seus hábitos, mantendo a oração voltada para Jerusalém e adotando o jejum de 10 *muharrém* (*ashura*), imitando o *tishri* judeu” (MANTRAN, 1977, p. 65), pois era sua intenção, a princípio, integrá-los na comunidade nascente como membros plenos da *Umma*.

Segundo Hamidullah, “as bases da organização da comunidade estavam registradas no Pacto, cujo texto, provavelmente autêntico, a tradição nos conservou” (HAMIDULLAH, 1990, p. 124). Esta comunidade, a *Umma*, seria única, distinta e solidária entre si, formada primordialmente pela união dos crentes primevos de Meca e dos convertidos de Medina, estava aberta a outras conversões, e, com sua total união, se constituiriam também numa irmandade fraterna, pois, segundo o profeta, “Todos os crentes são irmãos. Fazei a paz entre vossos irmãos e temei a D’US. Quiçá recebereis misericórdia” (ALCORÃO, 2012, Sura 49:10). Depreende-se, portanto, que, a princípio, a intenção era a conversão pacífica e a constituição de uma grande comunidade de irmãos.

Os judeus sempre estiveram inseridos nos planos iniciais de Mohamad para a constituição dessa grande comunidade, e abertos aos termos do pacto fundacional, “provavelmente autêntico”, como afirma Hamidullah (diverso do chamado pacto de Omar de 638, que suscita controvérsias, como já foi citado). Segundo Robert Mantran, esse Pacto afirmaria:

Os judeus formam uma comunidade única com os crentes. Aqueles dos judeus que nos seguirem têm o direito à nossa ajuda e ao nosso apoio, enquanto não agirem incorretamente contra nós ou não prestarem auxílio aos nossos inimigos contra nós. Fora disto, os judeus assumiam o compromisso de observar a concórdia, de respeitar a vida dos muçulmanos e, eventualmente, de participar da defesa do oásis. (MANTRAN, 1977, p. 65).

Contudo, a despeito das concessões, das tentativas de cooptação e de semelhanças entre as duas concepções religiosas que, além de monoteístas e crentes nos profetas, tinham outras similaridades: “Há alguns paralelos entre a doutrina muçulmana do *Jihad* e a doutrina judaica rabínica do *milhemet mitsvá* ou *milhemet hová*, com a importante diferença de que a noção judaica limita-se a um país, ao passo que o jihad islâmico tem alcance mundial” (LEWIS, 1990, p. 27). Atrevemo-nos, também, a elencar, entre as similitudes, quando o assunto é o esforço militar (em

árabe, *jihad* é luta no sentido de esforço, não necessariamente belicoso), o princípio judaico da *thohar haneshk*, ou pureza das armas, segundo o qual estas devem agir de acordo com regras e rumo a um determinado fim, não indiscriminadamente e sem uma base justa para a luta — e nisso a guerra deve se justificar. Além dessas similaridades entre as regulações para a guerra, havia a oração voltada para Jerusalém, como no judaísmo, e o jejum, já citados anteriormente.

Apesar desses paralelos, similitudes e laços em comum, os judeus notaram que, cada vez mais, Maomé construía um arcabouço teórico religioso próprio, inaugurando realmente outra religião bem diversa do judaísmo, e:

Os judeus sentiram que Maomé se afastava gradativamente das concepções e dos costumes judeus e que sua pregação se distanciava de seus livros sagrados. As tribos judaicas talvez nutrissem a esperança secreta de levar Maomé ao judaísmo, da mesma forma que ele esperava convertê-las ao islã. A ruptura entre eles era fatal. Em fevereiro de 624 (data pouco segura), Maomé proclamou que a verdadeira fé era a de Abraão, construtor da Caaba, e que doravante, para a oração, os fiéis deviam voltar-se para ela, e não mais para Jerusalém. Destarte, o profeta estabeleceu definitivamente sua independência religiosa com relação aos povos da escritura, não admitindo mais desde agora outra interpretação da palavra de D'US além da do Corão (MANTRAN, 1977, p. 66).

As esperanças que Maomé nutria de converter os judeus de Medina à sua revelação parecem ter sido desconstruídas de vez por essa data, visto que retrocedeu-se até em sua estipulação anterior de ser a oração voltada para Jerusalém, pois o novo preceito estipulava, a partir daí, que as orações deveriam ser na direção de Meca e a *Caaba*. E, da parte dos judeus, o mesmo deve ter acontecido, a esperança de converter novamente um líder árabe ao judaísmo, como no passado já havia acontecido, na península com o Himiarita Dhu Nuwás, do reino de Sába, parece ter sido desfeita, as cartas estavam colocadas e, como assinalou Mantran (1977), o “conflito era fatal”.

Visto os antagonismos e problemas com que se deparava o profeta em sua cidade serem de ordens econômicas, políticas e estratégicas, sua situação era crítica, e se fazia urgente dar uma resposta aos antagonistas. Era uma questão de sobrevivência e uma demonstração de força de que, na cidade do profeta, quem mandava era ele. O discurso muda e, a fim de deixar claro que ele era o intérprete da única e verdadeira religião para aquele tempo:

Maomé multiplicou as ações contra os judeus, e os versículos da revelação testemunharam que estes se desviaram do caminho traçado por D'US, os

muçulmanos a seu lado, receberam a verdade. Por isso, não se podia tolerar que os judeus difundissem o erro. A tribo judaica dos banu nadhir comprometida com os qorayshitas, foi a vítima desta reação: teve de abandonar Medina e mudar-se para kaybar, deixando bens e armas, que foram distribuídos entre os emigrados. (MANTRAN, 1977, p. 67).

Lewis corrobora os entendimentos de Mantran afirmando que o rancor provocado pela oposição das tribos judaicas a Maomé se reflete em passagens do corão e nas tradições do profeta predominantemente negativas aos judeus a partir daí (LEWIS, 1990, p. 17). O intelectual líbano/venezuelano Mansur Chalita, também parece concordar com isso quando, no prefácio à sua tradução do Corão para o português, afirma que as relações entre os judeus e Maomé variaram muito de época para época, e se transubstanciaram nas qualificações sobre eles em passagens das Suras, às vezes depreciativas, às vezes não, dependendo da época.

Parece, então, que a constatação de uma mudança de perspectiva, discurso e expectativas entre os judeus e o Islã na Península Arábica é, a partir desse período, um ponto pacífico e não contestável, corroborada pelo próprio Corão, pois, do total das 114 Suras pronunciadas pelo profeta, 86 foram em *Yatrib*, e, do restante de “28 foram reveladas em Medina” (CHALITA, 2012, p. 12), e é exatamente entre essas últimas que encontramos as referências negativas aos judeus.

A respeito desses eventos, é preciso ter claro que os *Qoraiyshitas* foram os principais antagonistas de Maomé em Meca e, agora, organizavam uma coalizão contra ele, reunindo-se sob o comando de Abu Sofyan, inimigo declarado do profeta, “que em março de 627 marcha sobre Medina”. Ora, sendo a tribo judaica dos Banu Nadhir aliada deles, era natural Maomé os expulsar da cidade e privá-los de seus bens e armas, “afinal, aliado de meu inimigo é meu inimigo”, e sempre fora assim. A coalizão de Meca marcha contra Medina, que é cercada, a mando de Maomé, por um fosso (*khandaq*); os guerreiros de Abu Sofyan não logram êxito na conquista da cidade e se retiram, deixando a Maomé o benefício da vitória.

Após esse conflito, salvo pela não insistência dos guerreiros de Meca e pela proteção de seu fosso, já que seu número é imensamente menor, Maomé decide não mais arriscar-se com gente pouco confiável dentro de suas fronteiras e, finalmente, dar um ultimato à última tribo judaica de Medina, os Banu Qurayza, que tiveram, de acordo com Lewis (1990, p. 17), alternativas de “conversão ou morte”. Parece que, diferente das outras, que tiveram as opções mais amenas de “converterem-se ou

emigrarem”, estas mantiveram-se fiéis à sua religião, mesmo com a alternativa extrema da morte:

Segundo o parecer de um árbitro, Said Ibn Moadh, foi condenada à exterminação total: os homens foram decapitados e as mulheres e crianças reduzidas à escravidão. Esta solução drástica suscitou uma reprovação geral. No entanto, convém enquadrá-la nos costumes da época e principalmente na situação especial dos emigrados, sempre temerosos de uma ameaça na retaguarda. Essa foi também a última das ações qualificadas de ‘defensivas’ para os muçulmanos. Doravante, de 628 e 632, desenrola-se a fase ofensiva. (MANTRAN, 1977, p. 68).

Inegavelmente, a solução foi radical e sangrenta e, como percebemos na leitura do trecho, a reprovação foi geral. No entanto, essa atitude resolvida por um árbitro, nos parece uma espécie de *cadí* (juiz), que se inauguraria nos litígios e julgamentos no mundo islâmico a partir dessa época; foi uma atitude extremada, levada pelas circunstâncias de quem acabara de ser atacado, mas foi salvo por uma retirada pouco explicada, ou um “milagre”. O que se deve ter em vista é que esse tipo de represália era, e continuou sendo, incomum no Islã. “A perseguição, ou seja, a repressão ativa e violenta, foi rara e atípica” (LEWIS, 1990, p. 15), e, realmente, não constatamos mais atos como esse, que parece ter sido uma atitude extrema para tempos extremos.

Seja como for, a partir daí Maomé decide parar de somente defender-se e parte para o ataque. É o início da expansão islamita e, novamente, o encontro dele com judeus é inevitável — porém, mais tranquilo. Indo em direção ao norte, a fim de controlar as rotas de caravanas da Síria, vai deparar-se com a cidade de Kaybar, habitada por maioria judaica e onde se encontravam muitos dos expulsos por ele anteriormente de Medina. No entanto, depois de um mês e meio de hostilidades, os judeus capitularam com o profeta, que lhes concedeu o direito de permanecerem no oásis e cultivarem suas terras, com a obrigação de entregar metade do que produzissem aos muçulmanos, como afirmam MANTRAN (1977) e LEWIS (1980).

Kaybar é o primeiro território conquistado, é o início do “Império Muçulmano” e, segundo Lewis, o acordo e o tipo tributário imposto aos judeus da cidade é o *locus* clássico para os futuros entendimentos entre o Estado muçulmano e os súditos não muçulmanos, mesmo após os desentendimentos com o Califa Omar (634-644), segundo sucessor de Maomé, e a consequente expulsão dos judeus na cidade. Esse Omar (também Umar, ou Osman, dependendo do autor), que os expulsa de Kaybar,

é o mesmo que mais tarde os deixa retornar a Jerusalém, muito a contragosto dos cristãos da cidade, “encontros continuados na história”, alguns mais felizes que outros.

O Islã, por razões que não vêm ao caso discutir aqui (ater-nos-emos apenas aos encontros e às convivências entre o Islã e os judeus), realiza sua expansão de forma retumbante pela Península Arábica, controlando-a totalmente e, em sua marcha de conquista ao norte, vai de encontro à cidade de Jerusalém, a terceira mais sagrada para os muçulmanos. No princípio, era a ela que os crentes deveriam dirigir suas orações. Tal cidade, então, era denominada *Aelia Capitolina* desde a expulsão dos judeus, em 135, e, nesse momento, pertencente ao Império Bizantino e habitada e dominada por cristãos. Exceto por um breve momento quando “Tras em 611d.C. Cósroes II, rey de Persia invadió la tierra prometida, Jerusalén fue tomada una vez más; el santo sepulcro, destruído, y sus restos, llevados fuera del país” (QUELLET, p.36). Esse soberano persa, também conhecido por “Parvez o sempre vitorioso”, foi feroz adversário do imperador bizantino Heraclío, que, como seus antecessores, interditava a cidade a seus antigos moradores israelitas.

Judeus não entravam em *Aelia* por edito do Império Romano, sempre renovado por seus sucessores bizantinos e pagãos, se existissem nessa época, viviam seus cultos em secreto, visto a ferocidade com que os cristãos os tratavam. Para citar um exemplo, Alexandria e seus tesouros de arte e literatura que foram destruídos no século IV d.C.⁴³, pela sanha irascível dos seguidores da nova religião. Omar, segundo sucessor de Maomé após Abu Bekr, encontrava-se às portas da cidade em 638. Havia derrotado, dois anos antes, o exército bizantino na Palestina, em Yarmuk, e há muito esperava entrar na “Santa” (como denominavam a cidade), porém, queria fazê-lo sem manchar as ruas da cidade com sangue, muito menos com

⁴³ Vale ver o filme Espanhol “Ágora”, de Alejandro Amenábar, 2009, sobre os conflitos ocorridos entre cristãos e outras religiões na cidade de Alexandria, no final do século IV e início do V d.C., os quais passaram rapidamente de representantes de uma religião intolerada a intolerantes, após adquirirem poder. Impossível não realizar uma analogia comparativa com a situação atual dos cristãos no Egito, principalmente no Cairo, de casta paria que sustenta-se realizando os trabalhos que o resto da sociedade despreza, a exemplo e reciclagem de lixo. E, atualmente, sofrendo ataques de grupos fundamentalistas islâmicos, como o Isis. É também impossível não pensar na ideia “da roda da caprichosa Fortuna”, tão prezada pelos antigos, de alguma maneira ela “roda”, sim, e a parte de cima volta a ser a de baixo, que me desculpem os historiadores que não encontram lições na história, nenhum movimento cíclico, de forma literal e levada a dogma ou sacramento talvez não haja, porém algum indício de perspectiva futura, de “reação”, em nossa opinião, é possível, sim, podemos inferir possibilidades, mesmo que variadas, formar quadros futuros, e o excesso, tão depreciado pelos gregos (Hibris), quase sempre, cedo ou tarde, engendra a reação, a mudança, os exemplos históricos são incontáveis. Como disse Heric Hobsbawn, a “única lei da história é a mudança”, e concordando com o grande erudito, verificamos que quando a “corda elástica da história” é puxada em demasia para um lado, quando ela se solta vai com frenética rapidez para o lado oposto.

o sangue de um povo que, para ele, era constituído de *dhimmis*, protegidos, e não eram pagãos ou idólatras, aos quais seus preceitos permitiriam a destruição. Haveria, portanto, de se conseguir um entendimento. Para isso, esperava.

Em fevereiro de 638, quando, enfim, pareciam ter chegado a um termo⁴⁴ com a entrega da cidade pelos mandatários cristãos, sem perspectiva de mantê-la ou de receber auxílio de Constantinopla, a intransigência do patriarca bizantino Sofrônio quanto à entrada de judeus na cidade é quase inquebrantável: “os judeus já não estão em Jerusalém desde a época da dispersão. Ajamos de modo que para lá não voltem” (BRUNO, 2005, p. 42), a que Omar teria respondido: “os judeus são o povo do livro. São nossos ancestrais de fé. A cidade deverá estar aberta a eles também” (BRUNO, 2005, p. 42).

Sem dúvida, a retórica propagandística da tolerância de Omar é verificável nesse episódio muito conhecido, a qual já foi usada por escritores muçulmanos e *dhimmis*, como explicitado anteriormente; porém, há o fato, corroborado por todas as fontes, de que, só a partir dessa data, da conquista muçulmana, é que os judeus, em número limitado a 70 famílias, puderam retornar à cidade.

De acordo com Lewis (1980), a tradição historiográfica muçulmana atribui a primeira formulação desses regulamentos ao califa Umar I (634-644) “[...] e preserva o que se supõe ser o texto de uma carta endereçada a ele por cristãos da Síria, indicando em que bases estariam dispostos a se submeter – as limitações que estavam preparados a aceitar se violassem tais compromissos” (LEWIS, 1980, p. 29). Segundo essa versão, quando a carta foi apresentada ao califa, ele somente concordou com seus termos após adicionar duas cláusulas.

Entre essas “cláusulas” adicionais, inseridas por Omar, estaria a permissão da entrada de judeus na cidade, cogitada, a princípio, em 200 famílias. Terminadas as negociações, foi permitida a entrada de 70 famílias de Tiberíades na cidade. Seja como for, é dessa época a institucionalização da *dhimma*, os pactos, e de seus beneficiários, os *ahl al dhimma* (povo do pacto). Como esses aceitaram a soberania do Estado muçulmano sem a resistência armada, tinham direito à tolerância e proteção.

⁴⁴ Também é interessante, para ilustrar a existência desses acordos e a ocorrência dos ‘termos’ e como eram realizados, o filme “Cruzada”, produção de 2005, de EUA, Reino Unido, Espanha e Alemanha, dirigido por Ridley Scott.

No início, só os *ahl al kitab*, os povos do livro, habitualmente um designativo próprio dos judeus, porém extensivo a demais religiões com escrituras reconhecidas como possuidoras de verdades, como os cristãos e zoroastristas, tinham direito à proteção dada pelos “Pactos”. Posteriormente, com a extrema expansão do mundo muçulmano e da vastidão dos povos governados por suas leis, “o *Dar al Islam*, a casa do Islã” (LEWIS, 1980, p. 27), diverso do *Dar el Harb* (casa da guerra), ou mundo exterior, ocorrerá a dilatação desse conceito (*Dhima*), para abranger povos como os hindus e outros. O conceito, muito difundido publicitariamente no Ocidente, principalmente em filmes, de chamar ou julgar alguém de infiel (*takfir*), é mais uma sentença de excomunhão, a qual é aplicada geralmente para quem abandona o Islã ou para apostatas, como uma esposa que foi infiel ao seu marido, denotando que este não mais pertence à comunidade dos crentes. Essa sentença, contudo, não é aplicável aos seguidores de religiões monoteístas, como cristãos ou judeus, a não ser por interpretações forçadas do conceito.

Quando da tomada de *Aelia* (Jerusalém), a versão difundida apregoaria que, depois de acertado o pacto e Omar entrar na cidade, esse foi convidado a orar no Santo Sepulcro, ao que teria respondido: “Se eu rezar em vossa igreja, os muçulmanos a transformarão em lugar de culto muçulmano” (BRUNO, 2005, p. 42). Depois, teria ido à esplanada sobre o monte do templo, onde erguia-se a estátua do destruidor Adriano. Afirma-se que Omar limpou a sujeira e o lixo que os cristãos costumavam jogar no local onde situava-se o antigo templo hebreu, com a intenção de evidenciar o desprezo destes pelos judeus, e, ali, “orou”.

Certamente, ainda estavam bem nítidos na memória do califa os tristes e sangrentos episódios passados em Medina, entre muçulmanos e as tribos judaicas, em Jerusalém⁴⁵. “Omar, o fiel entre os fiéis” pretendia marcar a entrada da cidade na era muçulmana com novas tintas, sem desencadear um ciclo de perseguições. Os cristãos orientais da cidade, que eram antagonizados pelos de Constantinopla, ficaram aliviados. Sobre a esplanada — local onde erguia-se o antigo coração do judaísmo —, Omar manda construir uma pequena e modesta mesquita, sem ostentação alguma, como se estivesse somente informando a continuidade da linha religiosa iniciada com Abraão, o pai de todos eles. Portanto, quem sabe um dia, a

⁴⁵ Terceira cidade mais sagrada do Islã, atrás apenas de Meca e Medina na Península Arábica, o berço do Islamismo.

irmandade entre povos esquecidos do parentesco afloraria novamente. Afinal, Ismael⁴⁶, pai dos árabes, segundo a tradição bíblica e corânica, e Isaac, segundo patriarca hebreu, eram irmãos, mas o ciúme entre a esposa e a concubina os separou (GÊNESIS, 21:10).

Religião à parte, talvez dentro de uma perspectiva e análise confessadamente otimista desse evento, o intuito de Omar seria unir povos que tinham mais compatibilidades que diversidades. Porém, anos mais tarde, em 691, o Califa Abb al Malik constrói o Domo da Rocha, e seu filho ergue a suntuosa e dourada *Al Aqsa* no lugar da singela mesquita de Omar. Parece, então, que esses “irmãos mais novos” pretenderam demonstrar o quanto estavam poderosos e ricos aos superados velhos e decadentes. Como a fortuna é uma mulher caprichosa ou volúvel, com o correr do tempo, mudando muito de preferidos, girando com sua roda em espaços de tempo — esses, sim, muito pouco previsíveis (mas gira sempre!) —, atualmente, quem tem o poder e a soberania real sobre essa área e esses tesouros são os que, naquele período e espaço temporal, eram os dominados “velhos e decadentes”.

História *magistra vitae*, cujo enunciado ainda significa muito, apesar dos detratores e críticos, e são muitos, em determinados sentidos, concordamos com Reinhart Koselleck (2006) quando ele afirma que as mudanças estruturais se dão atualmente em intervalos de tempo cada vez mais curtos, portanto: “resultam em predições que têm por objeto não mais eventos concretos singulares, mas sim as condições de um determinado futuro possível” (KOSELLECK, 2006, p. 144).

Apesar de considerarmos que existe a possibilidade, em larga medida, de antever determinado tipo de “eventos concretos”, pois intransigência, intolerância e humilhações desferidas por um grupo a outro só gerarão a contrapartida em um futuro, às vezes imediato, no conflito entre israelenses e palestinos, as experiências concretas que corroboram tais previsões são inegáveis. Há décadas, ano após ano, tem-se verificado isso: força desproporcional desmedida e humilhações desnecessárias de um lado, vinditas, foguetes e, mais atualmente, ataques suicidas de outro.

Atualmente, tais futuros, apesar de ainda indeterminados com exatidão, chegam cada vez mais rápidos; portanto, compactuamos novamente com Engels (1884), sobre a necessidade inescapável de estudar e pesquisar em detalhes as

⁴⁶ Primeiro filho que Abrão teve com a escrava Agar, por insistência da esposa legítima Sara.

condições de vida das formações humanas, para quem pretende dissertar e derivar sobre elas e suas relações (no nosso caso, entre judeus e árabes), sob a pena de produzir, ou melhor, construir falsos muros e convalidar “antagonismos inconciliáveis e muralhas segregadoras inexpugnáveis” nunca antes existentes. E, mesmo se houve, por algum lapso de tempo, toda muralha é passível de ser escalada ou derrubada; as de Constantinopla, quando caíram sob os turcos, em 1453, exemplificam o que afirmamos.

No tema que pesquisamos, urge de uma forma gritante, mais que necessária, imprescindível, a desconstrução de muros erguidos no século XX, em forma de discursos e retóricas que justificaram guerras e mascararam interesses. Portanto, é fundamental o trabalho de montagem de pontes (nunca muros), que proporcionem as condições de determinado futuro possível, mas sempre dentro de uma postura de ação ativa, para que “predições otimistas” sejam mais que isso e se tornem “possibilidades bem viáveis”, pois o trabalho, para isso, foi realizado em conjunto.

Nesse sentido, concordamos com Habermas, que pensa ser necessário que transitemos progressivamente da “ação estratégica”⁴⁷ para uma “ação comunicativa”, a do entendimento mútuo, pois, certamente, quando os dois lados se sentirem satisfeitos, mesmo que não totalmente, a possibilidade de evitar novos conflitos será minimizada imensamente. O consenso é inegavelmente melhor do que uma eterna postura antagônica e sempre possibilitará acomodações melhores com o diálogo ininterrupto dentro de uma perspectiva democrática real e plena, se essa não for a realidade dos dois lados no momento, a busca por parte dos integrantes do grupo não abrangido por tal realidade deve continuar, e as forças progressistas e os intelectuais comprometidos ou simpatizantes delas têm o dever de apoiá-los em sua busca.

1.3 SOB GOVERNOS ISLÂMICOS

Todos os crentes são irmãos. Fazei a paz entre vossos irmãos e temei a D'US. Quiçá recebereis misericórdia
(O ALCORÃO, 49:10)

Depois de concluírem a expansão às expensas dos impérios Bizantino e Persa, os islâmicos avançam pelo norte da África, conquistando e islamizando todo o *Magreb*, chegando até a Península Ibérica, e seu avanço para a Europa só é detido nos Pirineus, na Batalha de Poitiers, em 732. Na Ibéria, só restariam pequenos

⁴⁷ Segundo Habermas (1999), essa é uma ação egoísta, centrada apenas nos ganhos individuais.

estados cristãos nas montanhas íngremes e inacessíveis do norte. As questões e os conflitos se dariam agora no âmbito interno do mundo muçulmano, pois, desde a morte de Maomé em 632, se desenvolveriam problemas sucessórios.

No primeiro momento da morte do profeta, apesar da insatisfação do grupo liderado por Al ibn Abi Talib, marido de Fátima, filha de Maomé, que se sente no direito a requerer a sucessão, Abu Becker consegue se impor e assumir o governo, sendo o primeiro dos três chamados Califas legítimos, os quais foram assim chamados por serem os companheiros fiéis do profeta, de primeira hora, desde o começo em Meca. Porém, essa disputa sucessória inicial se refletirá por toda a história do Islã, dando início ao primeiro cisma e à divisão no seio da nova religião, que se mantém fortíssimo e bem acentuado até hoje, sendo os adeptos de Ali (os *Fatímiadas* ou *Xiitas*), após o conflito intestino que se inicia em 657, os que procuraram refúgio na Pérsia⁴⁸, nos antigos domínios *Sassânidas*, onde, no futuro, se tornaram majoritários; foram, também, em regiões do norte da África, no *Magreb*, entre tribos berberes. “Depois instalaram-se no lêmén, onde se mantiveram no poder até o século XX” (DEMANT, 2012, p. 51).

Após a morte de Maomé, três califas o sucederam: Abu Becker, Omar e Otman, esse da tribo dos *Qorayshitas* de Meca e do clã *Banu Omeyya* (os Omíadas). Otman morre assassinado por soldados, em 17 de junho de 656 (MANTRAN, 1977, p. 92) e, logo em seguida, ⁴⁹Ali consegue ser proclamado califa em Medina. Entretanto, seu reinado tornou-se pródigo pela infelicidade, pois, desde o início, lhe fez oposição Moawya, governador da Síria, do clã dos *Omíadas*, até que, por fim, em 661, Ali é assassinado em Kufa por um jovem dos *kharidjitas* (os que saíram), pertencente a um grupo que o havia abandonado por não concordar com sua transigência para resolver a disputa com Moawya — ele aceitara a arbitragem, e um Califa não poderia isso fazer.

Após a morte de Ali, assume o poder Moawya, sendo proclamado “califa em 660 em Jerusalém” (MANTRAN, 1977, p. 94); em seguida, transfere a capital para

⁴⁸ Segundo Demant (2013), os sucessos políticos dos xiitas nesses tempos primevos foram raros e, justamente, na área em que atualmente dominam. Após o assassinato de Zaid, em 740, o quinto imã (líder xiita) e seus seguidores, os zaiditas, conseguem temporariamente o controle do Irã setentrional.

⁴⁹ Nessa disputa, encontra-se a origem de dois principais movimentos de cisão no Islã, o xiismo, do partido *Shia*, dos adeptos de Ali, para os quais só um familiar do profeta poderia assumir o poder máximo no mundo muçulmano, e o *karadijismo*, em que os integrantes, embora primordialmente estivessem vinculados a Ali, se desvincularam dele e o antagonizaram. A corrente que ficou com Abu Becker ficou conhecida por Sunita, sendo essa majoritária entre as populações de fé islâmicas até hoje.

Damasco e inicia a dinastia *Omíada*, a qual governará o império de 661 a 750 e comandará a expansão do mundo muçulmano até a Europa.

O general Muça Ibn Noçar, entre 705 e 708, conquistou as tribos do centro e oeste do *Magreb*, “cristãs ou judaicas, lançando mão de violentos processos” (MANTRAN, 1977, p. 108). A partir de então, o avanço *Omíada* em direção à Península Ibérica é irrefreável e, aproveitando-se das disputas e conflitos internos, Córdoba e Toledo são ocupadas rapidamente, entre outubro e novembro de 711. Para ilustração das rápidas e geograficamente imensas conquistas territoriais sob os primeiros cinco Califas, inserimos o mapa da Figura 2.

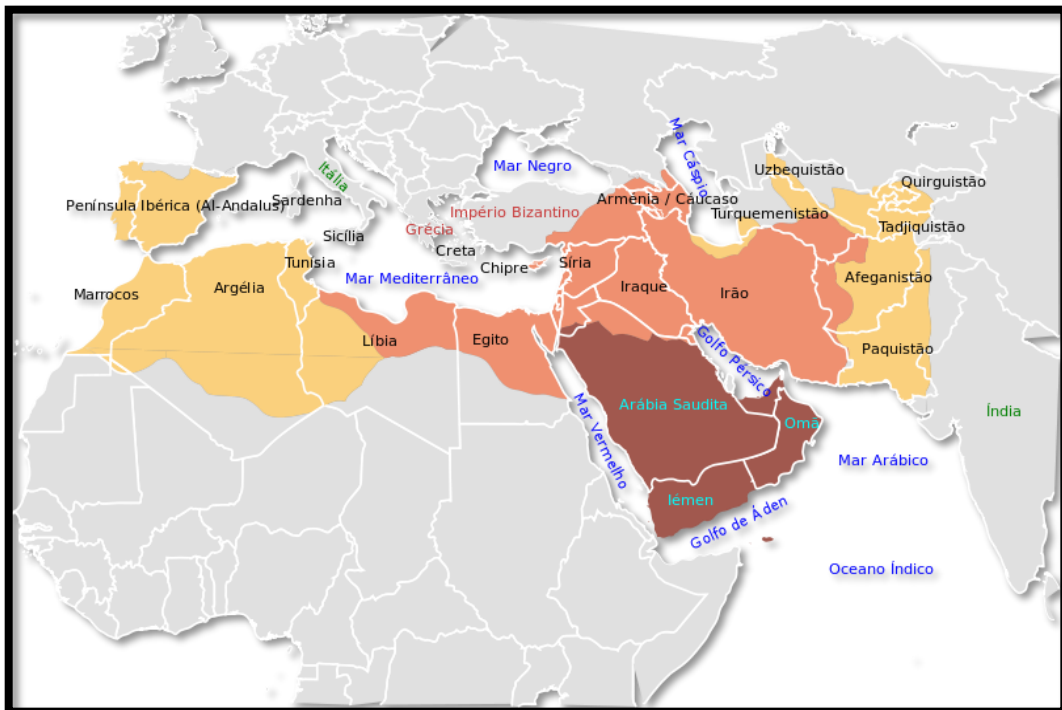


Figura 2 - Mapa of Expansion of Califate - pt.svg
 Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2011.

Notamos que o avanço islâmico, a partir da área marrom na Península Arábica, conquistada e islamizada ainda sob o comando de Maomé, é, num primeiro momento, sobre regiões em poder do império Bizantino e *Sassânida* (Pérsia), aproveitando-se da relativa debilidade desses Estados, enfraquecidos por lutas e conflitos intestinos, bem como pelas guerras frequentes entre eles, que eram rivais de longa data. Porém, a avalanche muçulmana não tardaria, num roteiro que incluiria e dominaria o norte da África, a penetrar em terras europeias pela Ibéria, então dominada pelos visigodos.

É inequívoco que, no que concerne à conquista da Península Ibérica, essa foi grandemente facilitada pela fraqueza da monarquia visigótica e pela ausência de

oposição local, mas houve um fator a mais a facilitar decisivamente a conquista: “os judeus de Córdoba e Toledo apoiaram os muçulmanos, reagindo assim contra os visigodos que os perseguiram” (MANTRAM, 1977, p. 108). Dava-se início, assim, a uma profícua coexistência entre os judeus das terras de *Sefarad* (Espanha) e os novos senhores dessas terras, os *Omíadas*.

Essa dinastia comandará o império islâmico até 750, quando uma conspiração interna vai destronar o último califa dessa família, e iniciará uma nova dinastia, a dos Abássidas, que mudará a capital de Damasco para Bagdá. Nas acomodações que se darão com essa mudança, todos os integrantes do clã *Banu-Omeia* serão perseguidos e assassinados; porém, um membro desse clã consegue escapar e encontra refúgio em Córdoba, na Espanha, onde é bem recebido e aceito por sua autoridade. Trata-se de Abder Raman que, para não provocar a ira dos abássidas, não se proclama califa na Espanha, mas cria um emirado, aceitando nominalmente a autoridade universal do califa de Bagdá.

Será nesse emirado independente de Córdoba, sob o governo dos *Omíadas*, que florescerão as relações mais produtivas, profícuas e sincréticas culturalmente entre judeus e árabes. É na península ibérica onde se dará um período florescente de desenvolvimento de ambas as culturas que criaram conjuntamente “nos séculos XI, XII e XIII o foco de civilização mais importante do mundo neste momento, que não se pode chamar nem judeu nem árabe, porque é misto, e que se deu sob um poder político árabe na Espanha, porém com uma muito profunda participação judaica [...]” (ITZGSOHN, 1969, p. 199, tradução nossa). É verificável que não só judeus e muçulmanos viveram em relativa harmonia e de maneira bastante pacífica em *Al Andalus*, pois juntavam-se a esses os cristãos, forjando uma civilização, sem dúvida, neste período, “sui generis e efervescente”. Porém, esse “Clima de tolerância não significava uma adesão tibia à religião, mas era antes uma mostra da grande consideração que merecia tanto a religião própria como a alheia” (História das Religiões, Origem e Desenvolvimento das Religiões, 2008, p.172).

Na Espanha muçulmana surgiram nomes importantes dessa cultura mista judeu/árabe, como Maimônides, Ibn Gabirol e Ibn Ezra. Não esqueçamos que todos os pensadores judeus dessa época escreviam em árabe, que a própria gramática hebraica de nossos dias se formou naquela época sob a influência de gramáticos árabes e que o idioma hebraico atual tomou palavras do árabe, muitas das quais bem

similares, como já foi exemplificado. Itzigsohn afirma existirem mais similitudes em campos do

Tipo abstrato e modelos para expressão do pensamento abstrato. De modo que inclusive a cultura judaica atual está muito e profundamente penetrada por essa época de pensamento comum. O pensamento tradicional judeu, a lei judaica religiosa que teve vigência em comunidades judaicas-orientais e européias – orientais até o século XIX e em algumas até o começo do XX, era profundamente similar a legislação religiosa civil árabe. A legislação talmúdica, as lendas do talmud, todo o pensamento traduzido nesse corpo histórico, é profundamente similar a todos os corpos de tipo religioso, civil e cultural do pensamento tradicional árabe. (ITZIGSOHN, 1969, p. 190).

Ainda segundo esse autor, a diferenciação entre a cosmovisão do judeu europeu e o árabe tradicional começaria realmente com o processo do iluminismo, e, para alguém de tradição israeli anterior a isso, seria bem mais fácil identificar-se com a cultura árabe que com a cultura europeia. Ele cita o exemplo do escritor judeu europeu Agnon, que refletia, com tanta clareza em seu pensamento mágico, características árabes que poderia ter produzido na Babilônia, que, com a conquista de Jerusalém sob Nabucodonosor e o traslado de sua população em 587 a.C, vai tornar-se um centro do judaísmo. O Talmud mais conhecido é o babilônico, “*talmud babil*” (AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2005, p. 56), e seu conteúdo definitivo data de 499; é, portanto, anterior à islamização dessa região, o que corrobora também a convivência judia/árabe mesmo antes dos governos islâmicos, já que a população da área mesopotâmica era, há muito, em grande medida, formada por tribos árabes.

Porém, como já havíamos discutido anteriormente, essas similitudes vinham de muito tempo. A convivência e as relações entre tribos judaicas e árabes na Península Arábica sempre foram constantes. Além disso, no início de suas pregações, Maomé procurou acomodar e assemelhar certas regras, com a esperança de cooptação e conversão dos judeus. Desta forma, afirmar o início da influência de uma cultura sobre a outra, ou melhor, a origem de determinada característica cultural, se numa ou noutra, é quase impossível, a nosso ver, e percebemos o quanto isso é intrincado e difícil.

Conforme já explicitado anteriormente, como houve muitas conversões ao judaísmo dentro da Europa (no Império Kazar), os oriundos desse e dessa região do continente, o centro e o leste europeu, certamente, não deixaram totalmente suas características próprias ao assumir a religião e a cultura judaicas (a culinária e o *ídiche* demonstram isso claramente), e, portanto, concordamos com Itzigsohn (1969), sobre

as similitudes inequívocas entre as culturas judaica, *sefaradi* e a árabe; porém, somente em parte, quanto a essa e à cultura *asquenazi*, que manteve muitas características próprias e naturais de seu berço europeu-oriental. Sem dúvida, no que concerne à importância e ao contingente populacional judaico dentro do mundo muçulmano até o final da Idade Média, esses eram sobremaneira mais expressivos que na Europa. Lewis (1980, p. 67) afirma: “As comunidades judaicas da Europa criaram uma espécie de dependência cultural em relação aos judeus do mundo islâmico, muito mais avançado e sofisticado, estendendo-se da Espanha muçulmana, no ocidente, ao Iraque, Irã e Ásia central, no oriente.”.

É interessante perceber que exatamente quando a decadência galga terreno nas regiões dos antigos Estados muçulmanos árabes, no final da Idade Média, tal situação seria revertida, e a Europa assumiria um papel realmente irradiador da cultura judaica (menos na Península Ibérica da “reconquista cristã”, que os expulsa) e, em certa medida, o Império Otomano também abrigaria importantes focos dessa cultura.

Contudo, no que se refere ao emirado *Omíada* de Córdoba, que, posteriormente, mais fortalecido junto ao enfraquecimento *Abássida*, assume a posição de califado, não há dúvidas quanto à coexistência entre judeus, muçulmanos e cristãos. As características sincréticas dessa florescente civilização são inegáveis, bem como o resultado dessa convivência (denominada por muitos autores de simbiose), profícua e produtiva em inúmeros aspectos, exatamente por ser internacional, como o prêmio Nobel de Física Abdus Salán a caracteriza, nesses primeiros tempos: “a comunidade cultural islâmica englobava toda classe de nações e raças, e a sociedade muçulmana dos primeiros tempos era tolerante para com os estrangeiros e suas idéias” (SALÁN, 1999, p. 93, tradução nossa).

Essa comunhão cultural é comprovável pela efervescência do pensamento judaico na Espanha muçulmana, atestado, sem controvérsias, ao verificarmos os inúmeros expoentes surgidos na região; obra, sem dúvida, de um período em que atos persecutórios eram desencorajados, o que se fosse verificável não possibilitaria o desenvolvimento nem da teologia judaica nem do pensamento filosófico, que alcançaram um aprimoramento considerável na época:

A teologia judaica conheceu na Espanha um período de intenso desenvolvimento. Distinguem-se muitas personalidades ilustres: o poeta e filósofo neoplatônico Shlelomoh Ibn Gebirol (nascido em Málaga em 1021 e morto em Valência entre 1050 e 1070), conhecido no mundo latino como Avicebron (ou Avencebrol, ou ainda Avicebrão) e autor de uma obra, *Fonte*

da Vida, na qual tentava conciliar o criacionismo bíblico com o pensamento neoplatônico; o moralista Bahya Ibn Paquda, que por volta de 1080 escreveu em árabe um tratado intitulado *Os Deveres dos Corações*, no qual dá à doutrina de Gebirol um sentido místico; o teólogo Jehuda Há-Levy ou Judá de Levita de Toledo (1085-1167), gramático, filósofo, comentador bíblico e astrólogo, que viveu sobretudo no exterior (em Roma, Luca e Mântua; na Provença, em Londres e na África). (HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2008, p.172).

É também a partir do Século XI que acontece o desenvolvimento na Espanha, de um pensamento místico, provavelmente como uma reação ao racionalismo dos filósofos, “uma manifestação do pensamento judeu destinada a exercer uma extraordinária influência sobre a cultura europeia: a qabbalah, cabala, tradição” (Hist. das Religiões, p.173). Esta escola esotérica teve como principal representante Azriel Bem Shalom (1160-1238), e tratava-se de um conjunto de doutrinas com fortes conotações místico-esotéricas, expostas em símbolos misteriosos, com base nas letras do alfabeto hebraico. É interessante notar que o período de desenvolvimento mais acentuado desta “retomada mística” é também o do descenso da convivência e da tolerância na península. Acaso, talvez, mas não é nossa intenção dissertar sobre isso, porém a coincidência do período é verificável, e pode trazer indagações posteriores. Um exemplo análogo é o do golen, que surge em ocasiões de necessidade ou perseguição da comunidade judaica, salvando-a. No caso do Cabalismo⁵⁰, este misticismo desenvolveu-se numa ocasião em que a harmonia em *Sefarad* estava se extinguindo. Mas deixemos esta “análise psicossociologia” para estudiosos do assunto.

Enquanto a estabilidade e a prosperidade alcançada sob os *Omíadas* duraram, essa convivência também esteve resguardada. No restante do mundo islâmico, as divisões e lutas intestinas levaram à formação de impérios que se pretendiam universais. Mas, apesar do desaparecimento da estrutura unitária de governo, isso não o levava a um enfraquecimento imediato, pois surgiram estados estruturados e bem organizados e com extensas ligações culturais e comerciais com centros importantes: a Espanha *Omíada*, a Pérsia *Abássida* e *Shiita*, e o Egito e a Síria sob dinastia *Fatímida*. Esse era o mundo Muçulmano da época, com intenso tráfego no seu interior.

⁵⁰ Muito embora o nome provenha da palavra hebraica que significa “tradição”, e a despeito de conter referências antigas, o “Cabalismo” é notadamente um produto deste período do medievo judaico na península ibérica, principalmente na Catalunha, e também na França meridional.

O califado *Fatímida* no Egito, segundo Hourani (1995), apesar da orientação ismaelita dos seus califas (outra divergência dentro do islã), não impôs sistematicamente essa doutrina à população que, em sua maior parte, permaneceu sunita, como ainda é, e com “[...] grandes populações cristãs e judias vivendo, em geral, em pacífica simbiose com eles” (HOURANI, 1995, p. 59). Esse autor nos relata que o califado *Fatímida* Egípcio adquiriu proeminência e prosperidade, graças à fertilidade e produção de suas terras, como havia sido desde a antiguidade. Enquanto essa prosperidade durou, parece que a convivência também foi próspera. Já em Al Andaluz, o califado de Córdoba aglutinava uma população que incluía árabes vindos do Oriente, cristãos autóctones e uma “[...] considerável população judia de artesãos e comerciantes” (HOURANI, 1995, p. 61), e, cada vez mais, o movimento de berberes do *Magreb* se tornava forte — o que, mais tarde, lhes facilitaria tomar o poder num momento de fragmentação do califado Andaluz.

De acordo com Hourani (1995), esses diferentes grupos se mantiveram juntos graças à tolerância dos *Omíadas* para com judeus e cristãos; e os *berberes* do *Magreb*, mesmo sendo imigrantes do norte africano, fundamentalistas em sua maioria, e não sunitas, como os *Omíadas*, eram tratados com igualdade por esses, a real igualdade, que só era completa para islâmicos⁵¹, como já nos advertira Lewis. Porém, essa tolerância dos califas de Córdoba para com os fundamentalistas, mais tarde lhes alienaria o controle do Estado para dinastias berberes auxiliadas por contingentes chegados da África.

Todo esse amálgama de origens e culturas, aliadas a uma língua comum e a um governo diferenciado e conciliador, ajudou a criar uma sociedade andaluz distinta do resto do mundo islâmico. Inclusive, sua cultura religiosa islâmica se desenvolveu em linhas mais ou menos diferentes das dos países orientais “e sua cultura judaica também se tornou independente da do Iraque, principal centro da vida religiosa judaica” (HOURANI, 1995, p. 61). Portanto, depreendemos que, nesse momento, e especialmente durante o reinado dos califas *Omíadas* na Espanha, o que realmente verificamos, se não foi a “Idade de Ouro” da tolerância e da convivência entre judeus e islâmicos, como também dos cristãos dentro do Islã, foi bem próximo disso. As realizações culturais, artísticas e científicas desse período corroboram essa constatação, não sendo antagonizada por nenhum autor estudioso do tema.

⁵¹ Apesar de respeitadas, as outras monoteístas estavam em desigualdade frente ao Islã, “A isonomia real” era somente para os adeptos do Islamismo.

Entretanto, após o apogeu do poder *Omeya andaluz*, atingido durante o governo de Abd al Rahaman III (912-61), que assume o título de califa, este Estado vai paulatinamente perdendo poder, e acaba, a partir do século XI, se desagregando nas mãos de reinos menores, na maioria controlados por dinastias berberes do *Magreb*; aí, a situação e o reino da tolerância se reverteriam. Lewis (1990) considera que, nos impérios que se julgavam universais, como os *Abássidas* e os *Omíadas*, a tolerância foi ampliada; porém, a partir dos “séculos XII e XIII, há um movimento visível na direção oposta” (LEWIS, 1990, p. 57).

Notamos, também, que esse momento de retração do mundo árabe/islâmico é cultural e econômico, mas ainda político/militar, ficando as dinastias árabes na dependência de exércitos estrangeiros: no caso andaluz, de berberes, e no caso abássida, de turcos islamizados. É exatamente nesse momento que começam as cruzadas no Oriente e, no Andaluz, a “reconquista”⁵² pelos reinos cristãos do norte. Depreendemos, portanto, que a intransigência religiosa e cultural caminha muitas vezes ao lado, ou antes, dos conflitos armados, pois os berberes na Espanha não só terminaram com a tolerância *Omeya*, mas realizaram massacres de judeus e cristãos e conversões forçadas (inconcebíveis sob a dinastia anterior), e os turcos seldjúcidas (diversos dos otomanos), que controlavam Jerusalém, humilhavam e extorquiam peregrinos cristãos, sendo essa uma das desculpas para as cruzadas.

De acordo com Lewis (1980), é desse período o caso famoso de conversão forçada de Maiomônides (Córdova, 1135-1204), que depois migra para o Oriente e reassume seu judaísmo. Nele, também médico e teólogo, a redescoberta da filosofia aristotélica rende frutos:

Mosheh bem Maimon, nascido em Córdova em 1135, mas que viveu muito tempo no Marrocos e no Egito (morreu no Cairo em 1204), obrigado a exilar-se pela intolerância das autoridades religiosas. Maimônides escreveu uma série de comentários sobre a Tora e o Talmud, e um célebre tratado de filosofia que ficou conhecido com o título de *Guia dos Perplexos*. (HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2008, p.173).

Todavia, no auge de seu poder e fama, é reconhecido por um conterrâneo muçulmano, que o denuncia e exige como pena a apostasia: a morte. O caso é levado

⁵² Estamos convictos de que, apesar desse termo ser amplamente utilizado, não traduz a realidade da época, pois, depois de séculos, a civilização que se formara na região, assim como a sua população, era algo totalmente novo e diverso da antiga civilização visigótica da península Ibérica; portanto, o que ocorreu, a nosso entender, se assemelharia muito mais a uma conquista por parte dos reinos católicos, com tudo que tal pressupõe.

a um *cádi* (juiz), que delibera que a conversão de Maimônides em Córdoba foi obtida por coação, sendo, portanto, ilegal. Como o Corão determina, conversões são de livre vontade, se forem obtidas de maneira diversa, são ilegais. Podemos visualizar isso claramente nas determinações contidas na Sura “As Abelhas”, em seu versículo 105: “Quem renegar a D’US depois de o ter proclamado — exceto se for coagido, enquanto seu coração se mantém firme na fé — e quem abrir o coração à descrença, sobre todos esses caíra a cólera de D’US. Seu castigo será grande” (ALCORÃO, 2012, SURA 16:105). Essa Sura estabelece a condenação para a apostasia e a infidelidade ao Islã, porém, como se pode notar, isenta a quem for coagido a converter-se (depreendido em “exceto se for coagido”). Portanto, o retorno de Maiomônides ao judaísmo não representava uma apostasia.

Consideramos que esse evento influenciou sua pregação contra o proselitismo que, sem dúvida, nesse período, já ocorria em escala diminuta (até porque, uma religião de subalternos não oferecia grandes vantagens a novos agregados), porém sendo ainda realizado por judeus. Uma atitude, talvez, com resquícios de rancor que o filósofo tinha do domínio do Islã (ele o vai criticar a partir de então), que não era igual, visto a própria proeminência que Maiomônides teve em outra região, depois de ter voltado ao judaísmo, e, sem dúvida, a equilibrada e coerente decisão do *Cádi*, quando ele foi denunciado por apostasia, corrobora a diferença de entendimento sobre questões religiosas entre as diversas áreas do mundo islâmico. Segundo Roche (1992), seria de Maiomônides a inspiração de um judaísmo racional e mundial, é ele que o divulga:

Deslocando-se sem cessar, ele levará de sua terra natal Córdoba, de seu paraíso de tolerância, preparado pelos *Omíadas* muçulmanos, a ideia cara de um renascimento do pensamento judaico. É nele que pedira a seus irmãos judeus emigrados nas extensões da Rússia, desde a Criméia até o Volga, de não converter os *goys* (estrangeiros). A noção de raça, e Povo toma, então corpo. (ROCHE, 1992, p. 200).

A Córdoba do tempo de Maiomônides não era mais o paraíso de tolerância dos *Omíadas* citado por Roche, e a situação dos não islâmicos, e até de novos convertidos, variava muito, sendo nas áreas centrais bem-vindos e bem tratados; mas bastante difícil, segundo Lewis, sobretudo nas regiões controladas por xiitas, a saber, a Pérsia, e de *bérberes* do norte da África que, na data da conversão forçada de Maiomônides, dominavam a Península Ibérica, fragmentada em vários pequenos estados, os reinos de *taifas* (pequenos reinos muçulmanos independentes).

Esses reinos são *a posteriori* unificados, em parte pelos califas fundamentalistas *Almoádas*, dinastia berbere proveniente do Marrocos que, insatisfeita com o fato de os *Almorávidas* (sucessora dos *Omíadas*) não conseguirem deter o avanço cristão, forma um império no norte da África e, com a fragmentação de *Al Andalus* em pequenos estados, a anexa — o norte montanhoso e íngreme continuou cristão. Ao contrário da dinastia *Omíada* que, ao seu tempo, controlava quase toda a península, esses califas não demonstraram tanta tolerância para com as outras comunidades, o que facilitaria a reconquista.



Figura 3 – Mapa da reconquista cristã sobre o império dos Almoádas
Fonte: WIKIPEDIA, 2013.

As atitudes dos novos dominadores, no caso da Andaluzia, em muito contribuíram para a reconquista cristã, pois as populações perseguidas pelos berberes fundamentalistas auxiliaram as tropas cristãs; uma reedição da velha história, quando judeus de Córdoba e Sevilha ajudaram os árabes na conquista dessas cidades.

Porém, depois de toda a Península ser “conquistada” no final do século XV, com a tomada de Granada (Figura 3), o último bastião mouro em terras ibéricas, em 2 de novembro de 1492, a situação das comunidades judaicas não melhorou, muito pelo contrário, e um ultimato foi dado pelos reis católicos: conversão ou saída. Populações desses vão, então, procurar refúgio nos Países Baixos, onde farão, mais tarde, toda a diferença na economia (companhias de navegação patrocinadas com capital judeu) e na cultura e filosofia, a exemplo de Spinoza. Uma grande parte prefere

como destino os domínios otomanos. Os turcos desse império, ao contrário dos seljúcidas, tinham fama de tolerantes⁵³ com os povos do livro, e assim se comportaram. A comunidade judaica sob os otomanos cresceu e se tornou proeminente, alcançando judeus no governo dos sultões, cargos elevados e grandes fortunas.

Como o império englobava várias nacionalidades, havia intrigas entre essas e seus senhores para tentar detratar alguma etnia rival aos olhos dos mestres otomanos, cristãos gregos, entre outros. Às vezes, tentaram transpor seu antissemitismo (o termo ainda não existia), típico da Europa, segundo Lewis (1980), para essas relações; porém, tais intrigas palacianas nunca conseguiram assumir contrastes preocupantes. Afirma-se que o sultão Bazaget exclamou quando um grande contingente de judeus procurou refúgio em suas fronteiras, depois de expulso pelo casal de reis católicos: “que cegos, Fernando e Isabel! Livrar-se assim de uma população tão rica e culta e ativa para entregá-la a mim dessa forma” (BRUNO, 2005, p. 44).

A partir daí, grandes levas de judeus *sefaraditas* empreenderam também o caminho da Palestina e Jerusalém: seria a primeira onda judaica para a área, mas a imigração aumentaria ao longo do tempo. Os massacres do século XVII, na Polônia e Ucrânia, provocariam a fuga de massas consideráveis também de *Asquenazitas* para as fronteiras muçulmanas, e essas, nominalmente, pelo menos, até o século XX e a Primeira Grande Guerra, seriam controladas pelo Império dos Sultões Otomanos, Senhores da *Sublime Porta*, Istambul.

⁵³ Apesar de, segundo Bernard Lewis (1996), a Europa crista estar durante o apogeu deste império, sempre ameaçada por uma *jihad*, assumida pelos Sultões Otomanos, e essa do tipo “totalmente belicoso”, com vistas a conquista territorial, tanto que chegaram as portas de Viena duas vezes.

CAPÍTULO II – AS CRÔNICAS DA MONTANHA RUSSA: UMA SÍNTESE DA DIÁSPORA JUDAICA NA EUROPA OCIDENTAL (FRANÇA, ITÁLIA E PENÍNSULA IBÉRICA)

“Quonian D’US dispersit vos gentes quo ignorante um, ut vos enarretis mirabilia ejus et faciatis scire eis quia non est alius D’US Onnipotentis prater eum”

“D’US os tem dispersado entre as nações que não o conhecem a fim de que possam contar suas maravilhas e os façam saber que não há outro D’US onipotente como ele” (TOBIAS, cap.13, vers. 4).

Se no primeiro capítulo procuramos verificar como era a convivência entre judeus e árabes, principalmente depois do advento de Maomé e do Islamismo, agora, nos ateremos a eventos relativos à diáspora judaica na Europa ocidental. Faremos um retrocesso desde os primeiros imperadores romanos, a turbulenta relação com os cristãos e a igreja — verdadeira odisseia de amor e ódio, com predominância da última —, até o ocaso da civilização judaica europeia já no Século XX. Nossa intenção não é, todavia, realizar uma história dos judeus no continente, não temos condições para isso, entretanto, achamos conveniente tentar, sinteticamente, pincelar essa trajetória em alguns países, pois, assim, poderemos entender melhor como o Sionismo de cunho estatal se mostrou tão atraente⁵⁴ para uma parcela dessa população. Nesta primeira parte do capítulo teremos como guia, fundamentalmente⁵⁵, as pesquisas do erudito francês Jassuda Bedarribe, pois seu trabalho trata, literalmente, século por século a trajetória dos judeus na Itália, França e Espanha, destacando “as grandezas e misérias de um povo” que fez por tanto tempo (e apesar de tudo) deste continente seu lar, e dos países em que viviam, suas pátrias, tendo participação inequívoca na construção, desde os primórdios, da civilização ocidental.

2.1 SÉCULO I AO VIII – DO JUGO IMPERIAL À MÃO PESADA DOS REIS VISIGODOS

A dispersão das tribos judaicas é ainda anterior ao primeiro século cristão, pois, antes mesmo da ruína de Jerusalém sobre os exércitos romanos, os reis assírios

⁵⁴ Mais que isso, para muitos, era a única alternativa viável.

⁵⁵ Não só, o capítulo também se apropria de documentos históricos e textos de autores consagrados.

já haviam invadido várias vezes seu território e levado a população cativa, assim como os babilônicos, sendo que a região denominada nos tempos romanos de Samaria, ao norte, fora repovoada por populações medas e persas com a volta de judeus liderados por Esdras (Neemias), que, com o aval de Ciro, rei dos persas, reconstroem Jerusalém e o templo. A região sul é, então, repovoada com populações judaicas, cerca de 40.0000 chegam com Esdras, e difundem novamente o judaísmo como crença predominante; os habitantes de Samaria o adotam como sua religião, contudo, sendo considerados estrangeiros⁵⁶ pelos descendentes dos retornados de Babilônia. É esta a origem do preconceito relatado na Bíblia em relação aos samaritanos no tempo de Jesus.

A imigração vai ainda mais longe, e por vontade própria, fugindo das invasões ou praticando o comércio, difundem-se pelo norte africano e Ásia, penetrando até a China, “Os primeiros missionários enviados a china tiveram conhecimento de uma colônia judia estabelecida em Kai-Fong-Fon, capital de Honan. Em 1704, o padre Cozani os viu e foi introduzido em sua sinagoga...” (BEDARRIBE, 1947, p.28, tradução nossa). Encontram-se indícios da influência das escrituras judaicas, inclusive, no confucionismo e no taoísmo: existe um livro dos salmos chinês, o “Ching-King”, em que o filósofo Lao Tse literalmente cita o tetragrama, transmutando-o para o idioma chinês, mas, inegavelmente, o tetragrama “I- HI-WEI”, indicando o “Nonbre inefable y no tiene sin embargo nombre”. A alusão é ainda mais explícita em “Aquel a que no véis”⁵⁷, o divino invisível a olhos humanos, como no Judaísmo ou no Islamismo.

Abaixo, para contextualização das andanças judaicas, um mapa da dispersão a partir de Jerusalém no primeiro século cristão. É fácil perceber que a migração era uma constante, e os destinos, diversamente de outros povos⁵⁸, bastante plurais:

⁵⁶ Faziam parte de populações transplantadas, uma prática comum dos Babilônicos.

⁵⁷ Abel Rémusat in “*Mémoire sur Lao-Tseu*”, p.19

⁵⁸ A exemplo das tribos germânicas que migravam geralmente em grande escala e conjuntamente.

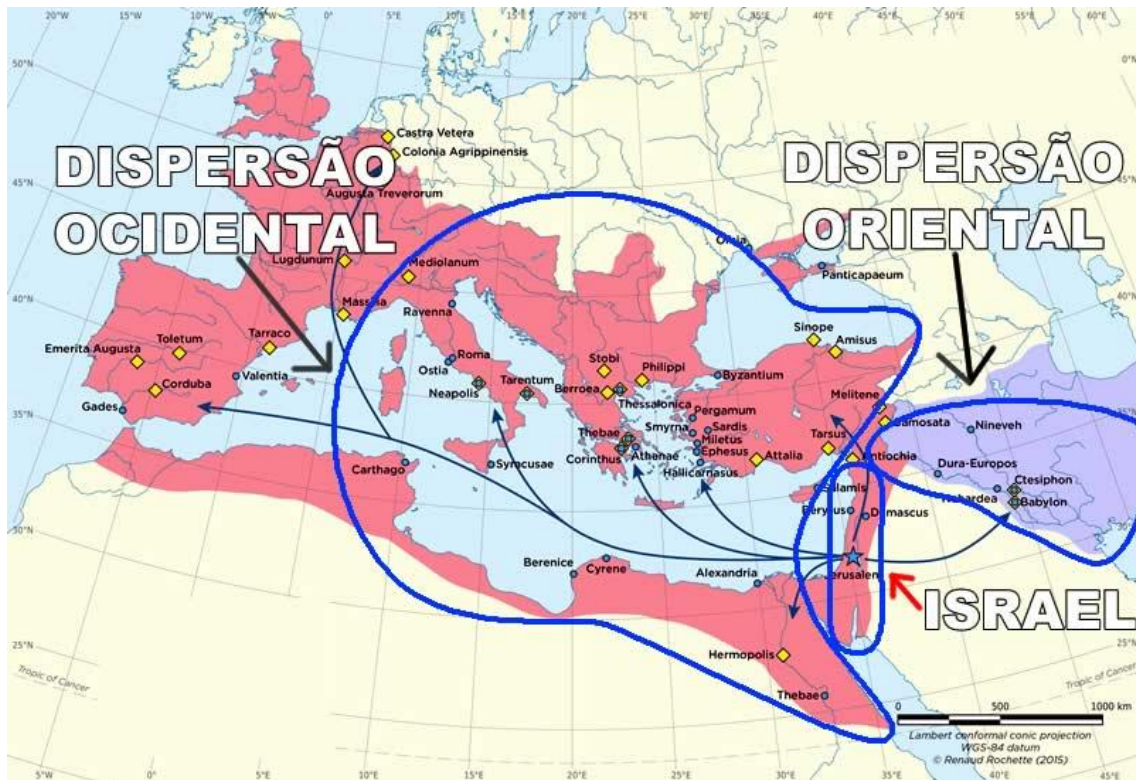


Figura 4: A Diáspora judaica no oriente

Fonte: <http://www.google.com.br/a-diáspora-judaica-no-oriente>

A diáspora pelo continente europeu também é bastante antiga. Antes ainda do início da era cristã, Pompeu (106/48 a.C.) já havia trazido um grande número de cativos para Roma, que haviam se dispersado pela Itália, pouco a pouco conseguindo sua liberdade e erguendo suas sinagogas. Dedicavam-se às artes liberais e, principalmente, ao comércio, aproveitando suas conexões com o oriente e seus irmãos na Judéia para intensificar um comércio que lhes enriquecia e muito representava para a capital do império. Na época de Pompeu, já se contavam 4000 “libertini” emancipados judeus na cidade.

Cesar os havia protegido e concedido a vários o direito de cidadania e, como a intolerância e o fanatismo religioso eram inexistentes em Roma neste período, puderam exercer seus costumes e tradições livremente, praticando, inclusive, o proselitismo muito comum nesta época. Augusto (63/14 d.C.) segue o exemplo de Cesar em relação aos judeus, sendo que, no seu governo, a população judaica havia conhecido um grande aumento, e os judeus habitavam três bairros diferentes:

O Vaticano, que era o bairro dos mercadores; o vale de Egéria, e a ilha do Tibre, perto da ponte Fabricio. Era no vaticano, onde tinham sua sinagoga e seu cemitério, e o D'US dos judeus era adorado no mesmo lugar onde mais

tarde lhes foram jogados tantos anátemas. Sob o governo de Augusto, os judeus de Roma ergueram sua casa de justiça, o Beth-Din, que tinha jurisdição tanto sobre as questões religiosas como civis. (BEDARRIBE, J, p..30, tradução nossa).

Os sucessores de Augusto não o repetiram. Tibério proscreve os ritos judaicos em Roma e ordena que 4000 dos emancipados da cidade sejam transportados à Sardenha. Sobre esse período, Suetônio escreve “*judeorum juventutem per speciem sacramenti in províncias gravioris caeli distribuit, reliquos gentis ejusdem vel sectantes urbe summovit*” (SUETÔNIO In VITTA TIBÉRIO, parágrafo 36). Calígula repete as perseguições e as intensifica devido à recusa deles de o adorar como divino; Cláudio manda fechar a sinagoga de Roma, mas parece que as perseguições foram mais amenas em seu governo; já com Nero e com as agitações em Jerusalém, elas voltam a acirrar-se. Neste período, muitos romanos converteram-se ao judaísmo e ao cristianismo, preocupando as autoridades imperiais. Vespasiano passa a maior parte do seu reinado combatendo as agitações na palestina, o que, sem dúvida, não o faz ser mais simpático aos judeus de Roma; as revoltas são finalmente sufocadas com seu filho Tito, que toma e destrói Jerusalém, praticando o primeiro genocídio judaico da história, contudo, sua intenção nunca foi de extinguir o povo, mas de acabar de vez com sua “estranha aversão a dominação romana”. Depois da queda da cidade, os sobreviventes são vendidos como escravos, o que era uma prática comum.

Após a catástrofe da queda e a destruição de sua capital, a situação parece ser um *continuum* de adversidades, a ponto de levantarem-se “messias”, a exemplo de Bacochebas⁵⁹ que, intitulando-se “filho da estrela”, novamente lidera as massas judaicas à revolta. Adriano, após vencer o levante, ao custo de milhares de homens, manda passar o arado sobre as ruínas de Jerusalém e funda uma nova cidade completamente romana, “Aélia Capitolina”⁶⁰. Os próximos imperadores tão pouco lhes serão favoráveis, editando seguidamente leis que os perseguiram, restringiam seus direitos ou tomavam seus bens.

Com Marco Aurélio (121/180 d.C.), terão algum descanso e uma relativa proteção, o que lhes atenua as ideias de rebelião; já os sucessores do imperador filósofo não agirão da mesma forma, pelo contrário: “Décio, Valeriano e Diocleciano, perseguiram indistintamente tanto judeus como cristãos” (BEDARRIBE, p.36).

⁵⁹ O mesmo Bar Kochba.

⁶⁰ Citada no primeiro capítulo.

No período de Constantino (272/337 d.C.), que abraça uma nova fé com origens no judaísmo, as políticas são restritivas, porém, não de perseguição, pois alguns bispos ainda recordavam das admoestações de Paulo contidas nas Epístolas aos Romanos: “guardai-vos de perseguir Israel, não sabeis vocês que não levam as raízes, mas as raízes é que os levam”, e “o senhor não repudiou seu povo ao qual escolheu de antemão”, afirmando que é só pela rejeição destes ao messias que a salvação chegou aos *goyim*, ou seja, deveriam lhes ser gratos. Porém, judeus são proibidos de fazer proselitismo e de maltratar escravos cristãos, se acaso os tivessem. Juliano, Valente e Máximo seguiram o exemplo de Constantino, já Teodósio, por sua vez, lhes foi amplamente hostil: os proibiu de exercer cargos públicos e de erguer sinagogas novas. Essas proibições foram logo postas em prática no ocidente imperial também, e Honório o imita, endurecendo ainda mais as proibições, inclusive, os obrigando a violar o sábado, “pela sua utilidade pública” (CÓDIGO THEODÓSIO, Tít. XVI, LEG.20).

A situação dos judeus na parte ocidental do império não teria mais nenhum alívio até o ocaso completo do império ocidental. Quando Teodorico (454/526 d.C.), rei dos ostrogodos, derrota Odoacro — que havia deposto o último imperador de Roma — e tenta reorganizar a Itália, se depara com grandes comunidades judaicas em Roma, Ravena e Milão, os protegendo desde o início de seu governo, restabeleceu seus direitos, autoriza-os a reerguer o templo que o povo havia demolido, castiga o clero de Milão que ambicionava apoderar-se de sua sinagoga e dos bens desta, e censura enfaticamente o senado romano “por não haver impedido o incêndio desta” (BEDARRIBE, p.43). Esse rei bárbaro, de atos bem mais benevolentes e civilizados que a maioria de seus antecessores romanos, foi o primeiro e o último apanágio, de uma quase ininterrupta série de governantes hostis, que, mais preocupados com suas guerras de sobrevivência e querendo o apoio da cúpula do clero católico, editaram decretos alienando bens, perseguindo, e até os reduzindo à escravidão — se bem que a maioria de suas ações persecutórias foram impraticáveis pela impotência de seus governos frente à desordem peninsular e dependência das “artes judaicas”, principalmente do comércio, num período em que praticamente só esses o faziam, indo de “irmãos a irmãos”, levando mercadorias, realizando trocas, suprimindo mercados isolados, levando novas, enfim; tornando-se cada vez mais necessários e odiados.

Nestes primeiros séculos após a queda de Roma, foram, sem dúvida, os reis visigodos que lhes fizeram as mais encarniçadas perseguições, tudo com o aval, ou

melhor, seguindo as orientações de seus bispos, “do século V ao VII, encontraremos uma série de leis ditadas por Recesvinto, Sibeuto, Recaredo, marcadas todas elas com o selo do ódio mais feroz aos judeus” (BEDARRIBE, p.47). Os Visigodos controlavam, desde o tempo de Honório, a região da Espanha e grande parte das Gálias e, nessas regiões, os novos cristãos procuraram com afinco demonstrar sua lealdade a Cristo, perseguindo o povo em que ele havia nascido e do qual provinha seus ensinamentos — um paradoxo recorrente em questões religiosas, quando os novos convertidos adquirem poder.

Mesmo com todas essas vicissitudes, as populações judaicas na Espanha, Gálias e Itália não decresceram e, apesar da falta de condições para a propagação cultural, “Toledo, Granada, Córdoba na Espanha; Lunel, Narbona na França; Mântua, Modena na Itália, e uma multidão de outras cidades verão levantar-se em seu seio rabinos ilustrados que consagravam sua vida ao culto das letras” (BEDARRIBE, p.49). A cada novo concílio, “Ágade, Orleans, Parma, Macón”, mais restrições eram feitas, como a proibição de casamentos mistos e a obrigação de batizar seus filhos. Até mesmo a espoliação e a escravização, em que tais editos eram, muitas vezes, atenuados em terras Francas, onde conseguiram proteção de governantes locais que precisavam de suas especialidades.

A situação no reino Visigodo Ibérico, o fanatismo exacerbado de seus reis e a crueldade de seus editos só era atenuado pela sua incapacidade de os fazer cumprir completamente, devido ao estado de guerra interna em que se encontravam com a invasão moura. Na península ibérica, mesmo no ocaso dos reinos cristãos, já no “décimo sexto concílio de Toledo, el último reunido por los reyes visigodos. El concílio da a esta persecución más violenta que todas las otras, el pretexto banal de uma conspiración de que los judios habrian sido factores” (AGUIRRE, Concílios Hispânicos, t.II, in BEDARRIBE p.59). Não há dúvidas de que os judeus, sob o domínio dos godos, não poderiam esperar nada pior de outra dominação, assim como também não há dúvidas de que sabiam como os muçulmanos tratavam os povos do livro⁶¹. Portanto, é bastante plausível que ansiassem pela dominação muçulmana, que chegaria logo para atenuar suas penas de tantos anos sobe os reis godos e seus bispos. É significativo, contudo, que mesmo após a Espanha ter caído completamente sobe a espada moura, os bispos espanhóis culpassem a derrocada pela falta de rigor

⁶¹ Ver primeiro capítulo deste trabalho.

na perseguição aos judeus: “os sacerdotes não deixaram de publicar que D’US havia ordenado isso para castigar ao rei porque havia falhado a seu juramento de perseguir os judeus” (BEDARRIBE, p.65), segundo os bispos, essa era a causa da derrota cristã.

As populações judaicas da península ibérica tiveram alguns séculos de paz, e a civilização formada nesse período em “Al Andalus”, congregando judeus, muçulmanos e cristãos, se tornaria “a mais brilhante da idade média”⁶², irradiando cultura para um continente eclipsado pelo fanatismo religioso e pela ignorância. O esplendor desse período, no entanto, seria também suplantado e, no seu epílogo, no século XIII o fundamentalismo novamente tomaria conta da península, agora o islâmico, abrindo caminho para a “reconquista crista”.

2.2 IDADE MÉDIA OCIDENTAL - SÉCULOS VIII AO XV

Em terras francas, a situação das populações judaicas continuou sua montanha russa, alternando períodos de relativa paz com a de intransigente perseguição. No Governo de Carlos Magno, que talvez tenha sido mais implacável com os saxões que com outros povos, sua condição não melhorou; com suas “Capitulares”, eles continuaram a não ter direitos de petição contra cristãos, enquanto esses mantiveram seu direito de “matar judeus sem serem levados a julgamento”⁶³. A condição dos animais perante a lei carolíngia continuou sendo melhor que a de um descendente de Abraão, já que matar um animal acarretaria uma multa, e a um judeu, nada. Porém, no período do governo de Luís II, apesar dos constantes ataques de autoridades eclesiásticas, a vida tornou-se não só suportável, como angariaram privilégios na corte, benefícios reais — o rei, inclusive mantinha um médico judeu, de sua inteira confiança, assim como outros funcionários reais, “se les desejava asi una gran amplitude em la getión de los dineros públicos. Gracias a estos favores y a su activa indústria, la importância comercial de los judíos no se habia elevado em Francia a tan alto grado” (BEDARRIBE, p.84). Toda essa pujança econômica e influência na corte lhes acarretariam ciúmes e inimigos poderosos:

A prosperidade de que disfrutavam não deixaria de lhes levantar inimigos. Cartas de Agobardo, bispo de Lion, dirigidas uma a Hilduino, mordomo do palácio, e outra ao imperador Luís, nos dão a medida de tudo que poderia maquinar contra eles o ódio do clero. Nestas duas cartas, o arcebispo de Lion

⁶² Descrita no capítulo I.

⁶³ Caroli Magni capitulares Aqui Agrense, lib1, cap.1.

denuncia ao imperador os “supostos crimes” dos judeus, e sobre tudo, os maus procedimentos de um personagem chamado Everardo, encarregado pelo imperador de zelar pelos judeus e seus direitos (BEDARRIBE, p.85, tradução nossa).

No reinado de Luís II, os judeus de Lion conseguiram a investidura pelo rei de um funcionário que lhes garantisse os direitos; o citado Everardo é o funcionário designado em Lion, e a notar pelas queixas e denúncias do arcebispo da cidade, estava cumprindo sua função com diligência e justiça — a maior parte do alto clero desta época devia vultosas somas a credores hebreus, quando não vendiam peças sacras a esses, portanto esperavam ansiosos a oportunidade desses caírem em desgraça perante o rei para os espoliar de seus bens. Embora essa e outras tentativas tivessem sido feitas, durante o reinado de Luís II (877/879), os judeus de “Frância”, por pouco tempo, reviveram seu século de Augusto, mas, como em Roma, seus sucessores não lhe seguiram o exemplo.

Carlos, o Calvo, não lhes fez perseguição sistemática, muito embora tenha endurecido as taxações sobre seus negócios, e conquanto o sucessor do arcebispo Abogardo tenha seguido as inclinações difamatórias deste, o rei fez ouvidos mudos a isto, provavelmente pelo proveito econômico que subtraía dos negócios hebreus. A igreja, porém, fazia sua parte: no “Concílio de Meaux” de 845, presidido pelo arcebispo de Reims, Hincmar, renovou todas as exclusões anteriores, mas, novamente, as agitações da guerra as atenuam e os normandos assolavam o país nesta época, impedindo uma rigorosa fiscalização dos editos do concílio. Ainda assim, neste período, em Lion, se praticava regularmente o antigo costume de açoitar judeus 3 vezes ao ano em frente à catedral, sob os auspícios fervorosos do clero. Tal costume, contudo, só foi proibido em meados do Século XII. Tiveram algum alívio no reinado de Luís, o Piedoso (814/840), entretanto, como de costume, com Carlos, o Simples (893/922), as perseguições voltam com rigor redobrado. Na Itália, os excessos contra as populações judaicas eram menores, mas em decorrência da agitação que existia no país na alta idade média, os tumultos não deixavam forças nem tempo para se preocuparem em demasia com a sorte desses.

Já na península ibérica, sob os governos omíadas, as artes e ciências floresciam, congregando personagens de destaque de ambas as tradições religiosas, com as perseguições iniciadas na Babilônia e Pérsia, notáveis sábios judeus partiram a “Al Andalus”, onde sabiam que o reino de tolerância permitiria viverem em paz, e

onde encontrariam seus irmãos a muito instalados. No século X, as letras estavam praticamente abandonadas na França e na Itália, enquanto as ciências encontravam guarida e refúgio na península ibérica: “no século X, o número de seus sábios havia crescido consideravelmente, e, segundo o testemunho de quase todos os escritores, eles e os árabes eram, nesta época, os únicos depositários da medicina” (Cabanis, *Révolution de la médecine*, Cap.I I- Austruc. *Hist. De la Faculté de médecine de Montpellier* in BEDARRIBE, p.93. tradução nossa). Ensinavam medicina em Granada, Toledo e Córdoba, fundando escolas de medicina, inclusive, na França, porém, em áreas cristãs os médicos árabes relutavam em adentrar, devido à intolerância para com “infiéis”. Já médicos judeus, eram majoritários em quase toda a Europa ocidental, sendo que, em muitas regiões, eram praticamente os únicos praticantes da medicina como tal. Muitas vezes o conhecimento e o domínio desta ciência, longe de facilitar-lhes as vidas, lhes valeu inimigos e acusações de bruxaria.

Na península ibérica, no século XI, depois do desaparecimento do califado omíada e a decadência da civilização governada por estes soberanos, fundamentalistas do norte africano dominaram a região e iniciaram perseguições a judeus e cristãos, a partir dos “séculos XII e XIII, há um movimento visível na direção oposta” (LEWIS, 1990, p. 57), ou seja, da tolerância omíada ao fundamentalismo magrebino. Neste período, as Taifas são unificadas pelos califas fundamentalistas “Almoádas”, clã berbere proveniente do Marrocos. Esses, baseavam sua força nas montanhas “Atlas”, e seus domínios em sua máxima extensão englobavam, além do Marrocos, a Tunísia e a Argélia, ou seja, em quase todo o norte africano, sendo contidos a leste pelo Egito, agora “Aíubida”, dinastia iniciada pelo curdo Saladino⁶⁴, não menos fundamentalistas que os Almoádas. Como já citado anteriormente, esse momento de retração do mundo árabe/islâmico é cultural e econômico, mas também político/militar, ficando as dinastias árabes na dependência de exércitos estrangeiros: no caso andaluz, de berberes, e, no caso abássida, de turcos islamizados. As políticas intolerantes perpetradas por esses terão peso decisivo para que as comunidades perseguidas apoiassem novos conquistadores. É o que acontece; mais uma lição não estudada que cobra seu preço. E, quando a intolerância parece galgar terreno, cada vez mais a passos largos, surpreendentemente é em um rei católico ibérico e no papa que encontrariam lenitivo.

⁶⁴ O mesmo que reconquista Jerusalém da mão dos cruzados em outubro de 1187.

Outro protetor haveria de surgir dentro das fileiras católicas, e no mais alto posto. Em 1138, o papa Alexandre II escreve aos bispos espanhóis para que protejam os judeus que estivessem em seus meios, “contra a violência daqueles que que querem mata-los ao ir à guerra contra os sarracenos, levados por uma paixão cega, querem tirar a vida de homens a quem D’US, quer dar a oportunidade da salvação” (BEDARRIBE, p.114). Alexandre II faz os bispos lembrarem o exemplo de São Gregório e os exorta a lhes seguir o exemplo de caridade e amor a seus irmãos hebreus.

Segundo Bedarribe, em fins do século XI, Afonso VI de Castela protege ativamente aos judeus e ignora a admoestação do papa Gregório VII, que pede ao rei que deixe as práticas tolerantes incentivadas por Alexandre II (que eram, segundo ele, completamente equivocadas) e retire a proteção aos agora “proscritos pela santa sé”. O rei ignora os apelos papais, os declara admissíveis em todos os cargos e empregos públicos (BEDARRIBE, p.114. *apud* BARÓN in *Anales Eclesiásticos*, año 1080); os judeus castelhanos aproveitaram o máximo essas determinações e, reunindo forças, prestígio e talento, puderam muitos nobilitar-se. É este o motivo pelo qual tantos judeus de origem castelhana, a partir de então, acrescentaram o pré-fixo *Dom* a seus nomes, pois foi só a partir daí que isso foi permitido, entretanto, o benefício não sobreviveu muito a seu outorgante, já que, após Afonso VI, seus sucessores voltam às práticas persecutórias. No mesmo período, na Aragão de Afonso I, as políticas reais são bastante favoráveis às comunidades judaicas.

Inversamente, no antes esclarecido e brilhante mundo islâmico ibérico, o momento é de retração, em todos os sentidos. Ainda assim, já no “ocaso” da tolerância, em meados do século XII, um filho desta terra e produto das luzes que a haviam iluminado, “Maimônides”, que, além de filósofo era médico, definido por eruditos árabes como “a fênix do século”, escrevia esta célebre carta que bem poderia figurar ao lado do juramento de Hipócrates, pela beleza e doçura quanto à prática dessa profissão. Para ilustrar o que foi produzido durante os séculos de convivência e harmonia, que mesmo no declínio ainda era capaz de irradiar luz, a transcrevemos abaixo:

Oh, D’US de bondade, tu formou o corpo do homem com tua bondade infinita, tem reunido nele inumeráveis miríades de forças, que atuam como outros tantos instrumentos sem descanso, para manter e conservar em seu conjunto esta bela envoltura de sua alma imortal, e sua ação se realiza aprazivelmente, com toda ordem, com toda harmonia e concórdia inimaginável. Porém, se a

fragilidade da matéria, ou a a força indomável das paixões vem obstaculizar esta harmonia, as forças obram umas contra as outras, e o corpo acaba por voltar ao lugar de onde veio. Tu envias então ao homem teus mensageiros, as enfermidades, que lhe anunciam a aproximação do perigo e o obrigam a escuta-lo, e o previnem.

Tua eterna providencia me tem eleito para velar sobre a vida e a saúde de tuas criaturas...., que o amor a minha arte me anime sempre, e que nem a avidez nem a avareza, nem a sede de glória o de uma reputação se apoderem de minha alma; porque, inimigas da verdade e da filantropia, poderiam facilmente me enganar e apartar-me de meu destino que consiste em fazer o bem a teus filhos.

Sustenta as forças de meu coração e de minha alma, a fim de que estejam sempre igualmente dispostas a servir ao rico e ao pobre, ao bom e ao mal, ao amigo e ao inimigo, e não vejam ao paciente mais que meu semelhante em sofrimento; porque tu também és igualmente criador, pai e conservador do rico e do pobre, do bom e do mal, de teu amigo e de teu inimigo...

se médicos mais instruídos que eu, quiserem guiar-me ou aconselhar-me, inspira-me confiança, obediência, reconhecimento perante eles, porque o estudo da arte é imenso. Não é dado a um só ver tudo o que outros vem...

Que eu seja moderado em tudo exceto no conhecimento da arte; que com respeito a isto somente eu seja insaciável; que sempre esteja em mim a vontade de conhecer tudo e de saber tudo sobre ela; concede-me forças, tempo, oportunidade e ocasião para retificar sempre os conhecimentos adquiridos, para estender seu domínio; porque a arte é imensa, e o espirito do homem pode igualmente estender-se indefinidamente, enriquecer-se cada dia com novos conhecimentos; pode descobrir hoje muitos erros, seu saber de ontem e a jornada de amanhã podem lhe trazer muitas luzes das quais nem suspeita hoje.

Oh D'US de bondade, me elegeste para velar sobre a vida e a morte de tuas criaturas, estou aqui, disposto para a minha vocação. (ORAÇÃO DE MAIMÔNEDES, tradução nossa).

A população judaica da Itália cresce consideravelmente, principalmente depois de sua expulsão da França, ordenada pelo rei Felipe Augusto, interessado em apoderar-se de seus bens e livrar-se das dívidas contraídas também com eles.

Essa migração tem como destino principal a Lombardia, onde fazem o comércio local prosperar. Em Nápoles, onde seu número era grande, não havia crime que não os acusassem, na época do desterro da França, foram vítimas de um motim popular, a pretexto de que “havia roubado uma cruz” (SEBETH, Jehuda, In CALAMITAS, p.12). Em Chiesi foram massacrados com a acusação de profanarem uma imagem de Cristo, a punhaladas; em Bolonha, foram expulsos por aliarem-se a usurários cristãos, os levando ao “mal caminho”.

Todavia, isso não impedia aos mercadores judeus realizarem suas atividades e, a despeito de todas as adversidades, prosperarem:

Isso não os impedia de espalharem-se por todas as cidades da Itália. Dedicando-se ao comércio de seda, de especiarias e de todos os produtos do oriente. Que exploravam quase sem concorrentes, exerciam na Itália as profissões industriais, eram fabricantes, tintureiros, (se situava em Banerdi uma tinturaria em púrpura que disfrutava de grande renome), cambistas e sobretudo banqueiros. Com esse título eram encarregados de receber os ingressos da Câmara Apostólica. (BEDARRIBE, p.165, tradução nossa).

É interessante que, mesmo durante o governo de papas que não lhes foram favoráveis⁶⁵, a Santa Sé usou com muita tranquilidade dos préstimos e talentos profissionais de “hebrei”. Esses sempre foram muito úteis na administração financeira do Vaticano, que, muitas vezes, lhes preferiram a banqueiros italianos católicos⁶⁶.

Não só nos negócios e no comércio os judeus da Itália se sobressaíam; Benjamin de Tudela nos relata sobre muitas academias, onde sábios rabinos exercitavam sua erudição e cultura. Esses localizavam-se em cidades importantes como Pádua, Genova, Nápoles, Amalfi, Benevento, entre outras, sendo que em Roma havia grande número deles ocupando altos postos, inclusive na Igreja, a exemplo de R. Jehuiel, que durante o reinado de Alexandre III ocupou o cargo de superintendente da fazenda papal. Esse papa estendeu sua proteção a todos os judeus romanos, impedindo as vexações e violências e permitindo a realização de suas festividades. Entretanto, a pesar de um período de relativa paz durante o pontificado de Alexandre III, o século seguinte e o advento da inquisição lhes reservaria mais desventuras que alívios.

2.2.1 SÉCULO XIII AO XV E A INQUISIÇÃO

Eles cobiçam campos e os tomam, apoderam-se também de casas, usando de violência com o proprietário e a propriedade, com pessoas e a terra herdada. (Mikhah, II, Miqueias, 2).

Paradoxalmente, o mesmo papa que havia protegido os judeus romanos e aliviado suas penas foi um dos responsáveis pela criação, no seio da Igreja, de sua maior perseguidora. O Papa Alexandre e Inocêncio III são os responsáveis pela instituição do sistema jurídico que, mais tarde, foi conhecido por “Inquisição”. No início,

⁶⁵ A maioria não lhes foi, a regra era essa, “a proteção e a tolerância foram a exceção”.

⁶⁶ Ou por confiarem mais, ou por estes serem dependentes de sua proteção, o que, no caso dos banqueiros italianos, não se aplicava, pois todos pertenciam a famílias importantes como os “Médici”, portanto, conjecturas à parte. Fato incontroverso é que dependentes trabalharão mais para a prosperidade do protetor, sem o qual estariam desamparados.

foi usada para combater a heresia dos Albigenses ou Catáros, que se revoltaram contra a dissolução dos costumes e a tirania papal implementada principalmente após as cruzadas, quando o trono do Vaticano foi seguidamente ocupado por soberanos bem mais preocupados com assuntos terrenos e prazeres que com a espiritualidade e salvação da alma crista e da sua própria. A presunção dos ocupantes do trono romano era tanta que se auto intitularão “infalíveis” e “indispensáveis à salvação das almas”. Bonifácio VII declarava, em sua famosa bula *Unan Sanctam*: “Declaramos e pronunciamos que é de indispensável necessidade para sua salvação que toda criatura seja submetida al pontífice romano”.

Os excessos do clero e dos papas tantos eram que suscitaram reações em toda a Europa, a exemplo dos Cátaros e Valdenses, a contra ofensiva papal se deu com o recrudescimento do policiamento inquisitorial, que retirava seus juízes, principalmente, de dentro da ordem dominicana e, muito embora, a despeito de alguns papas que lhes foram favoráveis, como Alexandre III, Honório III e Gregório IX e Inocêncio IV⁶⁷. As comunidades judaicas viram suas vidas se tornarem ainda mais difíceis depois do aparecimento dos “Tribunais Inquisitoriais”. As acusações polvilhavam, iam desde feitiçaria a cuspir na imagem de cristo, a fazer sacrifícios humanos de crianças na época de páscoa. Gregório IX, muito lucidamente, afirma que era impossível que um seguidor da lei de Moises, e, portanto, conhecedor desta, pudesse praticar qualquer espécie de sacrifício humano ou os absurdos que lhes eram frequentemente imputados, porém, para saber disso, era necessário que se lesse “As escrituras”, basicamente as mesmas, judaicas e cristãs⁶⁸. Parece que muitos de seus sucessores não o fizeram.

A benevolência de alguns papas para com judeus não impediu que o Concílio de Latrão, em 1215, presidido por Inocêncio III, os incluísse nas medidas tomadas contra os heréticos e:

Excluir-lhes de todas as funções públicas, os obrigar a usar um **sinal distintivo** para que não fossem confundidos com os cristãos. Este concílio foi destinado principalmente a lutar contra os rebeldes do Languedoc, e como os Albigenses se fizeram poderosos nesta região, os judeus que ali eram numerosos e estavam protegidos, haviam adquirido uma grande importância. Judeus foram colocados nos cargos de baillíos por senhores albigenses. E

⁶⁷ Esse papa publica bula exigindo a necessidade de “provar o crime” acaso um cristão acusasse um judeu, o que antes não era necessário. Disso se pode supor a situação na qual as comunidades judaicas se encontravam dentro do mundo cristão.

⁶⁸ Com a distinção fundamental que as cristãs incorporam o “Novo Testamento”, o “*B’rit Hadasha*”, em hebraico, e nas escrituras judaicas há somente o “*Tanakh*”, ou seja, o Velho Testamento.

isto havia escandalizado as cortes em Roma, ao ponto de quando reconciliaram-se com os nobres albigenes, os fizeram jurar, entre outras coisas, que jamais confiariam o cargo de bailio novamente a judeus. É isso sem dúvida, o que o concílio de Latrão quer referir-se quando afirma serem os judeus incapazes de exercer qualquer função pública, e condena ao que havia aceitado o ofício a perder seu cargo e a pagar em proveito dos pobres o equivalente ao dobro do que tiver recebido ao exercer esse. (BEDARRIBE, p.167, tradução nossa, grifo nosso).

Surpreendentemente, verificamos que a obrigação de usar um “sinal distintivo” não foi invenção nazista no século XX, mas, sim, de um concílio que representava o cristianismo mundial na época. Também é interessante e contraditória a disposição contra os préstimos judaicos, já que, tantas vezes, o trono do vaticano utilizou os serviços e talentos de “hebrei”, quando lhe convieram. Quanto à multa, certamente a igreja faria administração destes fundos espoliados a pretexto de beneficiar aos pobres. A ganância e a dissolução dos costumes dentro do alto clero não se arrefecerá, pelo menos até o advento da reforma no século XVI, quando o Vaticano se viu no dilema: retificar-se ou o catolicismo romano perderia cada vez mais terreno para o protestantismo.

O século XIII viu novamente recrudescerem as perseguições e a intolerância; os cruzados haviam dado o exemplo e, agora, as populações se achavam no direito de espoliarem infiéis de seus bens. O roubo era quase sempre seguido de massacres: “O povo notou que era proveitoso também saqueá-los, e era muito comum formarem-se motins contra eles, em meio aos quais os matavam e se despojava impunemente”. (BEM VIRGA, Salomon, p. 240, Tratado de Gentius, 1460-1554 - Tradução Nossa). O século XIII nos oferece vários exemplos desses, principalmente em Puglia e no Reino de Nápoles.

As calúnias se tornaram ainda mais frequentes, a ponto de prejudicarem o bom andamento dos tribunais da inquisição pelo seu volume, obrigando o papa Inocêncio IV a publicar uma bula exigindo “Que deveriam apresentar o testemunho de três cristãos com o de três judeus” (RAYBOLD, Annales, 1247). Por esta época, polvilhavam em Nápoles e outras partes da Itália, as lendas difundidas sobre assassinatos de crianças cristãs por judeus, ocorridas sempre em rituais na páscoa.

Eram frequentes, também, as acusações de usura e as disposições em contrário a essa, e, muito embora os banqueiros italianos fossem mais numerosos e importantes do que os judeus, sem dúvida, essas tinham o poder de prejudicar muito mais terrivelmente os últimos, estando estes sempre em posição precária, tidos como

eram por “estrangeiros e infiéis”, não importando se acaso suas famílias morassem em terras italianas a mais tempo que a da maioria dos descendentes das tribos germânicas — agora miscigenados com a população e cristianizados.

Paradoxalmente, na Castela de metade do século XIII, no governo de Afonso X, os judeus experimentam um período de proteção e importância. Esse rei, alcunhado “O sábio”, teve a seus serviços uma considerável quantidade de estudiosos judeus, e é por sua iniciativa e ordem que são confeccionadas as “Tábuas Afonsinas”: trata-se de um célebre tratado astronômico, onde estão relacionadas as posições exatas dos corpos celestes em Toledo, a partir de janeiro de 1252, ano da coroação do rei. De acordo com Bedarribe, o rei pagou por este serviço a importância de 400.000 ducados, também seguindo a ordem deste monarca, “Moisés Hacoheh traduziu vários livros árabes, entre outras obras astronômicas de Avicena” (BASNAGE, Libro 7, cap. XV, tradução nossa).

Em França, porém, a leveza e proteção de Afonso X não fez seguidor, Luís IX⁶⁹, o rei cruzado, santificado como o “São Luís católico”, principalmente pelas aventuras na Palestina e Norte da África, onde morreu em 1270. Enquanto esse rei esteve em Paris, e pelo pouco tempo em que se dedicou aos assuntos internos de seu país, ao invés de fali-lo em guerras dispendiosas⁷⁰, e buscar a “Santa tarefa de matar muçulmanos”, promulgou leis que também perseguiam infiéis em seu reino:

A ordem para os judeus, escrita aqui, e, queremos que seja realizada tal como é escrita, a saber: que os judeus deixem de ser usureiros, blasfemos, sortilégos e magos; que o Talmud e outros livros que sejam considerados blasfemos sejam queimados, e os judeus que não aceitem isto sejam expulsos e os transgressores castigados (LUÍ IX In Ordonnances, T. I, – tradução nossa).

Essa é uma das ordenanças de São Luís⁷¹ contra os judeus na França; as próximas iriam intensificar ainda mais o rigor contra esses. Felipe, o belo, retomaria ainda em seu governo todas as leis intolerantes, porém seus verdadeiros interesses eram mais espoliar tantos quantos podia, do que preocupações com a fé católica. Perseguiu e terminou também com a ordem dos Templários, em 1312, a quem devia muito dinheiro, ficando livre, assim, das dívidas; tanto com templários, como também

⁶⁹ Embora seja este rei filho de uma rainha oriunda de Castela, “Branca”, que governou a França até Luís atingir a maioridade.

⁷⁰ Foi tomado como refém pelos muçulmanos, custando muito caro seu resgate, um auxílio a mais na falência do tesouro real.

⁷¹ Ordenou também, entre outras coisas, que usassem um símbolo distintivo, a estrela de Dvi.

dos banqueiros hebreus que expulsara em 1306. Nas possessões inglesas na França, Eduardo III também os expulsaria, tomando seus bens na Gasconha e decretando seu desterro.

Muito embora os editos reais pretendessem expulsá-los da totalidade do país, visto as peculiaridades medievais, os governos locais fortes e sua importância em muitas regiões, continuaram em grande número a exercer atividades empresariais e intelectuais em toda França⁷², sendo, em muitos lugares, protegidos pelos poderes locais:

Gastão, conde de Foix, confirmou estes privilégios, e seus sucessores protegerão com todo seu poder a comunidade judia local contra a qual não se manifestava nenhuma queixa.

Em Narbona, os judeus eram igualmente protegidos; possuíam propriedades, e o bispo de Narbona se queixava ao visconde Almárico para que permitisse aos padres adquirir bens, pois este sempre o permitiu aos judeus isso (BEDARRIBE, p. 202, tradução nossa).

Também na Provença eram numerosos e protegidos:

Em Marselha disfrutavam no século XIII dos mesmos direitos de outros cidadãos. Os estatutos municipais da cidade de Marselha escritos em 1236 pelos burgueses e o bispo da cidade, dispõem que todos os habitantes da cidade, tenham os mesmos "direitos", sejam sarracenos ou judeus; a mesma disposição se encontra de novo no tratado feito entre a cidade e o duque de Anjou, em 1257. Assim nas atas da época os judeus eram qualificados de "cidadãos de Marselha (*Statua Massiliae*, manuscrito de la biblioteca del rey, n 46660; Dufrenne, *Charte*, 1332).

Este estado de coisas não se manteve durante muito tempo, e em Marselha como em outras partes da França, os judeus voltarão a sofrer da mesma sorte de sempre. (BEDARRIBE, p.203).

Infelizmente, até no Burgo igualitário de Marselha, quando, em 1262, depois de uma insurreição contra o duque de Anjou, os marselheses foram obrigados a capitular, concordaram em entregar os judeus ao conde de Provença, reconhecendo que eram de sua propriedade. Como em qualquer ocasião de retrocesso e descenso, tanto econômico ou militar, a história⁷³ nos demonstra que as populações humilhadas ou em perigo, real ou fictício, preferirão entregar o "diferente" e o "não igual", e podem

⁷² Ainda não um estado nacional centralizado.

⁷³ Que tem, sim, muito a ensinar!

mesmo colocar a culpa nestes “estrangeiros”, quando disponíveis e à mão, pelas suas aflições e derrocadas⁷⁴.

O século XIV, para os judeus franceses, foi de extrema humilhação: sucessivamente expulsos, despojados de seus bens e reintroduzidos a troco de pagamentos. Assim ocorreu praticamente durante todo o século. Felipe IV, alcunhado o Belo, que governou a França e Navarra de 1284 a 1305, falido, vislumbrou nos seus “Hebreus”, a quem expulsa e despoja, o lenitivo para seu estado falido, levados juntos pelo furor da sanha gananciosa do rei, é também arrastada a ordem dos templários, a quem devia muito. Seu filho, Luís X, o Teimoso, seguiu os passos do pai até 1316, quando morreu. Antes, porém, lhes permitiu voltar à França para lhes explorar novamente: “Luís devolveu aos senhores os judeus que lhes haviam pertencido. Voltarão a ter uma posição de servos, e nesta qualidade estavam submetidos a todas as extrações de seu senhor” (BEDARRIBE, p.207).

Mesmo com todas as vexações, o século vê crescer o número de médicos judeus e o desenvolvimento da escola de medicina de Montpellier, onde profissionais desta origem ensinam, tornando-se célebres também em outras áreas do saber, a exemplo de “Profatius”, que, como outros sábios judeus, se dedicavam também ao estudo da astronomia. Nesta época, esses dois ramos do saber eram considerados ligados, e era “auspicioso” entender os astros para um médico: “o estudo da astronomia tinha uma ligação estreita com a medicina em um tempo em que os médicos guiavam-se para a administração dos remédios pela observação dos diferentes aspectos dos astros” (ASTRUC, 1942, p. 168, tradução nossa). Profatius tornou-se famoso e, apesar das perseguições de seu tempo, praticou e ensinou medicina, assim como produziu e escreveu sobre os astros:

Este médico que uns dizem ser originário de Marselha , outros da Espanha, e Bartholoccus dizia ser de Montpellier, porém o que é certo, é que se ocupava sobretudo de Astronomia deixou vários escritos sobre esta ciência, entre outros um tratado de quarto de círculo, outro sobre os eclipses e mapas astronômicos (MONTUCIA, História de Las Matemáticas, t.I. p.419)

A França já contava, no século XIV, com um estado suficientemente organizado, e podia, neste período, exercer todo o poder estatal sobre seus súditos.

⁷⁴ A Alemanha nazista é um exemplo clássico disto, porém, o avanço da chamada “nova direita na Europa”, a eleição de Trump nos EUA e as últimas eleições brasileiras demonstram que achar “bodes expiatórios” não é coisa do passado, e a criação do inimigo é sempre um recurso disponível vindo a calhar para os demagogos e inescrupulosos de plantão.

Assim, a desorganização do medievo, que anteriormente aliviava a situação judaica, não se encontrava presente, e sua condição piorava bastante no país. Até Eduardo II, da Inglaterra, se achava no direito de retirar destes o seu quinhão, pois também era Duque da Aquitânia, “estes bens pertencem a nós e não a vocês” (Carta de Eduardo II, 1321, Arquivo Torre de Londres *Apud* BEDARRIBE, p. 181), bradava a seus rivais franceses quando esses apoderavam-se dos bens judaicos em terras que, por direitos sucessórios, eram suas.

Na península ibérica cristã, o século XIV tão pouco lhes foi favorável, embora reis castelhanos usassem do estratagema de sempre ter um judeu a seu serviço, principalmente na fazenda real, para, além da utilização de seus talentos, conseguir recursos com seus irmãos, que sempre amparavam a comunidade onde residiam, tanto na paz como em épocas de calamidade, a exemplo de Veneza, durante a peste que havia dizimado uma importante parte da população e grassava a miséria entre a outra “os judeus ofereceram 100 ducados ao governo para suprir as necessidades do povo” (LUZZATO, Simeón, Discurso circa lo stato del – l'ébrei in Venetia, p.32, tradução nossa). Porém, nem mesmo tais ações os livraram das sanhas irascíveis que, de tempos em tempos, se apossavam do povo, e agora também deviam se preocupar com a Inquisição, que havia se tornado em terras ibéricas juiz e carrasco de todas as religiões, e “bem pronto los monjes sintieron cuán ventajoso les seria someter a su autoridad a los judíos y a los moros” (BEDARRIBE, p.228). Assim, as práticas tolerantes, e até protetivas, dos governos de Afonso XI, rei de Leão e Castela de 1312 a 1350, que haviam se mantido nos reinados de Pedro I (o Cruel⁷⁵) e Enrique II, foram postas de lado nos governos posteriores, e a intolerância popular aliada não só à rigidez da inquisição, mas também à sua cupidez, fez resultados. As riquezas dos judeus eram objeto de inveja para o povo, e os sacerdotes aproveitaram esta disposição:

Incentivaram contra os judeus motins, e o resultado os obrigou a abjuração ou a receber o batismo, e convertidos em cristãos por vontade ou por força, a primeira suspeita de retorno ao judaísmo caíam nas garras da justiça e da inquisição (LLORENTE, História da Inquisição, p.148)

Levados ao tribunal do santo ofício, seus bens lhes eram alienados e iam diretamente para a administração do tribunal, ou seja, um ótimo negócio para esse.

⁷⁵ Ao menos com os judeus de seu reino tal “cognome não procedia”.

Dessa forma, só em Aragão, onde Pedro IV e Juan I os haviam protegido, no final do século XIV, segundo Bedarribe, uma violenta perseguição, na qual 50.000 foram massacrados e mais de 100.000 foram obrigados a abjurar. Em Castela também sua sorte era temerária, e até em Granada, agora sobre o controle de fundamentalistas norte africanos, os muçulmanos pareciam imitar os cristãos “o califa Abul-Ualid, no reino de Granada, ordenou a os judeus usar em suas roupas uma marca distintiva” (CASIRI, *Biblio Árabe-Hispânica*, t.II, p.228), novamente, a “marca”, como visto anteriormente, não foi uma inovação do “gênio nazista”.

A exceção por essa época parecia residir em Portugal, onde importantes comunidades judaicas viviam e trabalhavam, aliados dos reis, em Lisboa, gozavam de direitos e privilégios; alguns se dedicavam, inclusive, às tarefas militares, e podiam vários dedicarem-se às letras, como “Aben Jachai”, que compôs poesias em hebraico e traduziu as fábulas de Esopo. Nas terras portuguesas, ocorreu um fenômeno diverso e interessante, “a miscigenação” entre cristãos e judeus — claro que tais casamentos ocorriam após a cristianização dos primeiros, tornando-se “cristãos novos” — ocorreu com tanta frequência que, posteriormente, quando o “purismo racial” era levantado novamente por qualquer questão, era dificultado pela simples constatação, e isso era incontestável, de que em um terço a metade da população portuguesa havia esse “traço impuro” da mescla com judeus. Portanto, para o bem de todos os ânimos, era bom não entrar em tais assuntos⁷⁶. Portugal, desde os primórdios, nunca pode se dar ao luxo de escolher a população, muito embora a inquisição também escrevera algumas páginas de sua história no país, e em sua maior colônia, o Brasil.

Com o nascimento do século XV, a Espanha, agora praticamente “reconquistada” pela cruz e pela espada católica, acabaria sua transformação; a antes lúcida e brilhante civilização andaluz, que, aos poucos, viu seu brilho ser atenuado paulatinamente pelo fundamentalismo dos norte-africanos, seria totalmente suplantada, até em seus últimos remanescentes luminosos, pela intolerância e

⁷⁶ Getúlio Vargas, presidente e ditador do Brasil, precavidamente dizia, quando algum biógrafo queria levantar sua genealogia: “deixe assim que se muito mexer pode acabar na cozinha”, a despeito de sua ancestralidade poder se encontrar miscigenada com a de africanos, o medo de “denegrir seu passado familiar com tal mistura”, tão constante e inegável no Brasil, era temor das famílias patriarcais no Brasil das primeiras décadas do século XX. Interessante que, a despeito disso, o século XIX e o início do XX, sem dúvida, foram os períodos em que mais negros atingiram a proeminência, em todas as áreas. As décadas posteriores a 1920 parece haver um retrocesso e uma tentativa deliberada de “branqueamento” e de esconder o passado de incontestável miscigenação. Realizamos esta pequena “fuga” em direção a terras brasileiras, apenas para demonstrar que o encobrimento das “origens raciais” é bastante comum, principalmente em elites, sejam novas, ou velhas.

fanatismo cristãos. O século foi pródigo em perseguições contra a grande comunidade judaica do país, chegando no seu limiar em 1412, ao extremo de as cortes de Valladolid decretarem seu confinamento em bairros separados⁷⁷. Juntamente com sarracenos, as cortes de Toledo seguiram seu exemplo, e, então, foram proibidos a judeus exercerem profissões liberais, como medicina, por exemplo. Pela simples inexequibilidade destas, se tornaram leis mortas, e os reinos cristãos não poderiam prescindir de tais profissionais, não encontrados nas fileiras de sua religião.

Sua ciência os salvava, por ora, e ainda surgiram nomes importantes como “Abraham de Bela e José Zapatero”, que fizeram parte ativa das expedições de descobrimento do novo mundo Em Portugal. O nome mais proeminente deste século é “Abrabanel”, ministro de Afonso V, porém a morte desse rei muda sua sorte, tendo de migrar para Castela, onde logo a situação dos filhos de Israel seria tragicamente sacudida, com o advento, dentro das hostes, da inquisição do célebre “Torquemada”⁷⁸, terror de judeus, muçulmanos e qualquer vítima a dispor. Na época desse inquisidor, para piorar a situação, a mesma de Fernando e Isabel, a corrida para fora da Espanha era tão apressada, e, às vezes, tão mal preparada pelo medo da morte que: “jo he visto, disse um historiador, a judíus dar una casa por um asno, y uma vinã por um poco de tela; otros tragaban su oro para llevarlo consigo” (LLORENTE, *História Critica de la Inquisición*, t.I, 1936, p.261). Milhares se foram, e a Holanda, tolerante e empreendedora, vê nesses refugiados uma importante alavanca para seus negócios, ciências e letras, pois muitos se refugiam em terras otomanas, mais precisamente nos Balcãs, onde, já no século XX, se encontrariam os últimos remanescentes da cultura Sefarad, “Los Espanöles sin pátria”, e de seu dialeto o “Judezmo ou ladino” (WASSERSTEIN, Bernard, 2014, p. 235).

Considerável contingente também vai encontrar refúgio dentro do catolicismo, neste caso, no centro. O papa Bórgia, Alexandre VI, sempre ávido por maiores “entradas para a santa sé”, vê nesses milhares de refugiados a oportunidade disso, e oferece sua proteção nos Estados Papais. Florença também os recebe, porém sua situação nesta pujante cidade comercial sempre fora de relativa paz e proteção, e muitos galgaram altos postos participando da administração do burgo. De maneira geral, as cidades italianas os recebem em maior ou menor número, e a grande

⁷⁷ O similar espanhol para o Ghetto veneziano.

⁷⁸ Conhecido como o “Grande inquisidor”, paradoxalmente, de origem sefarad, o número correto de suplícios cometidos por esse personagem é discutível, porém, todos os autores as situam aos milhares.

quantidade de pequenas soberanias dentro da bota italiana lhes dava a possibilidade de negociar sua situação diretamente com estas. Quem perdeu mesmo com a expulsão definitiva foi o estado espanhol; a história posterior de estagnação econômica o demonstra, mesmo dispondo de reservas minerais de ouro e prata, oriundas do novo mundo, que, se bem administradas, fariam toda a diferença, mas estas foram acabar patrocinando a “acumulação primitiva em outros países”. As riquezas extorquidas da América acabaram sendo, por completa inaptidão administrativa do governo, aliadas na ruína espanhola. Tudo se importava, e até a bem sucedida indústria têxtil, do sul peninsular⁷⁹, herdada dos tempos muçulmanos, acabou. A inflação galopante, paradoxalmente pela abundância de ouro e prata, acabou levando o país à paralisia. Tudo isso contribui para a posterior decadência espanhola, porém, como nos bem alertou o professor Luís Francisco Corsi, esses fatores devem ser analisados dentro de um contexto bem mais complexo, onde se somariam outros aditivos, a exemplo da questão agrária, portanto, só os citamos como “somadores” à decadência que viria, não como causa fundamental.

Em terras francesas, durante o reinado de Renato I de Anjou⁸⁰ (1409/1480), Rei de Nápoles e Duque da Provença, puderam usufruir de alguma proteção, mas não sem pagar altas somas, “és verdade que le pagabam 2100 forines, sim contarlos impuestos extraordinários que, en ciertos años se elevaron a 18.000 florines” (BEDARRIBE, p. 264). Segundo Nostradamus⁸¹, o Duque lhes permitia praticar qualquer ofício, participando, inclusive, das procuradorias fiscais. Mesmo assim, no final do século, a segregação aparecia com força; nos “Estatutos de Avignon”, era proibido a judeus e mulheres públicas até mesmo tocar em frutos expostos no mercado. Assim se sucede em todas as regiões francesas, e, agora, as perseguições tinham o poder de alcançá-los em todo reino, pois a unificação já se fazia presente.

⁷⁹ Fundada por Judeus e Mouros.

⁸⁰ Também conhecido como “O bom rei Renato”.

⁸¹ Michel de Nostradamus (1503/1566), de origem judaica convertido ao catolicismo, mais conhecido por suas profecias. Porém desenvolveu carreira como médico e apotecário (antigo farmacêutico). Teve relações com três monarcas franceses, Henrique II, Francisco II e Carlos IX. Por seus trabalhos também como “médico”, é referido nos “anais da faculdade de medicina de Montepelier”, uma das mais antigas da França, com marco inicial em 1220.

2.3 TEMPOS MODERNOS (SÉCULOS XVI AO XVIII)

Levantem-se e vão! vocês não podem ficar aqui, pois a terra está impura, ela os destruirá com crueldade. (Mikhaiah, 2:10).

A medida que os séculos avançavam, a situação das populações judaicas na Europa ocidental se degradava, pois, agora, com governos nacionais, as políticas persecutórias podiam ser praticadas sem o atenuante das alianças entre judeus e senhores locais, quando esses últimos eram favorecidos de alguma forma, e optavam por, em seus domínios, os proteger, de alguma legislação pretendida nacionalmente que tentava se impor. No século XVI, países como França, Espanha e Portugal haviam cessado de incluí-los no compute de seus habitantes, eram considerados estrangeiros, de passagem e sem direitos. Graças a soberanos como “Fernando e Manuel”, países como Espanha e Portugal, antes tão povoados de não cristãos, haviam sido despovoados, e sinagogas transformadas em igrejas católicas, seguindo o lema “Tudo que se encontra em Espanha é católico, a inquisição assim faz”. Em Portugal, pululavam as calúnias, e nem mesmo os convertidos, cristãos novos, estavam a salvo:

Assim ao começo do século XVI, na cidade de Lisboa um novo convertido, suspeito de heresia, foi acusado em praça pública; os monges não quiseram deter-se somente nesta execução, um deles exortou ao povo a levantar-se contra os heréticos, e durante três dias dois mil judeus recentemente convertidos foram massacrados, amarrados em fogueiras e queimados. (SISMONDI, J. C. L. *Littérature du Midi de L'Europe*, 1829, T. IV, p. 508, tradução nossa).

Mesmo Portugal, que tinha uma política mais pragmática quanto aos seus “judeus”, preferindo os converter, em vez de os expulsar ou matar, mesmo lá, os cristãos novos não estavam a salvo da mão inquisitorial. Com as novas descobertas, milhares foram povoar terras além mar, dentre elas, as brasileiras, onde muitas das primeiras famílias eram desta origem. Algumas continuaram a praticar, no Brasil, o “criptojudaísmo”, mantendo escondidas suas verdadeiras convicções religiosas, porém, quando descobertas, eram levadas às raias dos tribunais inquisitoriais.

Mas é na Espanha do século anterior, que o “santo ofício” exerceu suas funções com extrema competência, e a arte de matar não católicos virou uma ação quase que corriqueira. Segundo Llorente, em *História da Inquisição* (o primeiro volume de 1822), mesmo com a prática — claro, no caso de judeus ricos — de tomar o nome

das mais altas famílias, que a troco de “amizade ou vantagens” lhes batizavam⁸², realmente nunca estiveram completamente a salvo, e a sua vigilância perpétua era exercida sem pestanejar por parte dos inquisidores. O século XV espanhol foi o século de Torquemada ⁸³, e a quantidade de mortos e marcados é inacreditável, “el número de estos desgraciados seria incalculable. Torquemada sólo contó más de 100.000 victimas” (LLORENTE, Juan Antonio, 1822, p. 280). Dentro deste número de perseguidos, contavam-se “10.270 quemadas, 6860 quemadas em efígie, 97.321 marcadas de infâmia” (BEDARRIBE, p. 271).

Julgando-se pelo extremo metodismo dos inquisidores ao exercer seu “trabalho” e a anotar seus procedimentos⁸⁴, apesar da enormidade, esses números são críveis, e confiamos nos autores citados, eruditos em seus temas. Como o célebre padre viveu muito, teve tempo de trabalhar bastante por sua causa, e, a esse estranho ódio, que alguns têm de suas próprias origens, que alimentam dentro de suas almas, se auto execrando tanto que procuram “matar nos outros seu eu interior que os apavora e humilha com tanta intensidade”. Tal, geralmente, realizam com extrema eficácia e requintes de crueldade.

Em França, muitos que fugiam da perseguição ibérica no século XV se refugiavam, repovoando o país de israelitas; cristãos novos ibéricos foram parar em terras gálicas e, a seu favor, tiveram um édito e Luís XI, de fevereiro de 1474, que permitia a todos “estrangeiros excetuados os ingleses” estabelecerem-se em Bordéus, bastando, para tal, provar a cristandade. Muitos já eram batizados e continuaram a professar interiormente a sua fé judaica. Na Alsácia francesa, os senhores locais permitiam sua permanência, porém com a paga de tributo por ano de permanência.

Já na península itálica, ainda fragmentada territorialmente, a situação variava, tendo em vista que nas cidades comerciais eram tratados um pouco mais favoravelmente, “em Venecia, Livorna, Florença, Pisa, Ferrara, se les dejaba en entera libertad para el comércio. Si les había assignado, sin embargo, un gheto, fuera del cual no les era permitido habitar” (BEDARRIBE, p. 276). Muito embora tivessem restrições domiciliares, ainda assim podiam exercer quase todas as atividades e, apesar da segregação, os Ghetos acabaram servindo também como mecanismo de

⁸² É por isso a existência de muitas famílias judaicas de posses, com o “apelido” (sobrenome) de casas aristocráticas espanholas. Com o tempo, só os mais “experts” sabiam da diferença.

⁸³ Paradoxalmente, ele mesmo de origem judaica.

⁸⁴ Como os carrascos nazistas também o fizeram ao anotar seus crimes em detalhes.

proteção e manutenção cultural; cultura de *gheto*, cuidadosa, desconfiada, como naturalmente acontece com minorias acuadas.

Em Roma, sob alguns papas, tiveram tratamento mais suavizado Pio IV (1546/1565), que lhes permitiu ter imóveis mais caros e exercer todo tipo de comércio. Clemente VIII (1592/1605), o antipapa, os preferia em Ancona, para manter as relações com o oriente mais estreitas, já que tinham laços com irmãos de fé na velha terra. Tais relações sempre se mostraram proveitosas para papas e príncipes e, quando da chegada dos desterrados ibéricos: “los refugiados españoles que habiam llegado con su dinero y su indústriá, habiam transportado también sus relaciones, e Italia aprovechaba el valor que España había repudiado” (BEDARRIBE, p. 277). Assim, o que os reis católicos espanhóis desprezaram, a terra sede do catolicismo aproveitou de muito bom grado.

Muito embora o século XVI tenha sido de agruras para os judeus europeus, ainda assim surgiram figuras de relevo e continuaram a ser célebres na medicina, onde monarcas preferiam seus serviços aos de sua própria origem: “Carlos V le había enviado un judío recientemente convertido, sabiendo Francisco I que había dejado de ser judío, rehusó sus servicios” (HUARTE, Juan, 1946, p. 483). Supomos que a fama da excelência judaica na medicina era tanta, que dificilmente quem lhes poderia usar deixaria de fazê-lo.

As letras também não foram relegadas, segundo Bedarribe, no século XVI, os judeus não se limitaram somente ao culto da literatura hebraica e de textos sagrados, se entregariam, também, ao estudo de línguas, e traduziam, sobretudo para o latim, obras árabes, hebraicas e gregas. Isso ocorreu de tal forma que, provavelmente, muitos textos teriam sido perdidos sem esse trabalho minucioso e dependente de uma “mão de obra especial”. Um exemplo singular dessas atividades é, surpreendentemente para época, desenvolvido por uma mulher, Débora:

Esposa del rabino José Ascriel, que há traducido em versos latinos um poema de Moisés Rieti sobre la oración. Em um poema imitado de la Divina Comedia há reproducido extractos de la filosofía de Averroes. Su nombre figura entre aquellos que han contribuido por sus traducciones a propagar los escritos del filósofo árabe. (BEDARRIBE, p. 280)

Se o século XV foi o das perseguições sistemáticas por parte da inquisição aos judeus, a partir do século XVI tal seria atenuado pelo surgimento de inimigos oriundos do próprio seio cristão: “Os protestantes”.

Com a reforma, as atenções e forças católicas concentraram-se no combate às vozes destoantes de reformadores que, rapidamente, se espalhariam a vários países europeus — a Igreja tinha muito mais interesse em bloquear essa expansão do que se preocupar com proselitismo ou falsas conversões⁸⁵. Esse movimento acontecia justamente em sua área principal, e logo poderia abarcar, inclusive, seu centro de poder, portanto, as forças disponíveis ficaram concentradas nessa “nova luta”, que punha em risco sua própria existência. Nesse caldeirão conflitivo, saíram ganhando as massas judaicas, que, inclusive, puderam gozar de prerrogativas antes inexistentes, a exemplo das várias “cartas patentes” concedidas por reis franceses durante o século XVIII, que aumentaram consideravelmente seus direitos. Obviamente, todas eram devidamente pagas, e em cada mudança de reinado, renovadas com o respectivo pagamento.

Apesar disto e de alguns episódios cruéis, os séculos XVII e XVIII foram de relativa paz e calma para a (agora bastante numerosa) comunidade judaica da França, o que fez surgir duas classes sociais dentre esses: uma alta, ligada aos empréstimos, enriquecida desde que em uma das cartas patentes reais lhes foi concedido o direito de cobrar até 18% de juros, e outra classe que, por não dispor de capitais para se dedicar a tal atividade, vivia, sobretudo, do auxílio da camada mais alta. As ajudas mútuas dentro das comunidades sempre foram algo importante, e o fator de elevação social dentro delas continuou existindo, talvez mais acentuado durante o século XX, e até durante o ápice do nazismo europeu.

A Alsácia/Lorena parecia destoar do resto do país: nessas regiões, resquícios de um fanatismo intolerante resistiam, e fizeram vítimas ainda nestes séculos de relativa paz para os judeus. Talvez não por acaso, tenha ali origem e residência, por séculos, a família Dreyfus, uma das famílias judaicas que insistiram em ficar quando grande parte mudou-se para Paris ainda nos idos de 1700. Mesmo assim, com sua origem francesa e alsaciana secular, foi o capitão Dreyfus o protagonista do caso mais célebre de antissemitismo do século XIX, a causa do completo descrédito de Teodor Herzl com qualquer assimilação possível, e o motivo pelo qual ele trancafiou-se num quarto de hotel e, em menos de uma semana, escreveu o “Estado Judeu”, o início do moderno Sionismo de Estado — mas, disso, trataremos no próximo capítulo.

⁸⁵ Foco principal da inquisição espanhola.

Já na Itália, como sempre e pelos mesmos motivos, a situação era similar a séculos atrás, porém, incrivelmente, a antes lúcida e “sereníssima república veneziana”, mudara seus procedimentos para com seus “hebrei”, e num contraste singular, apartou-se de seus princípios de tolerância. Porém, antes de ser esta uma prova de fanatismo religioso por parte dos venezianos, era, antes de tudo, um rechaço comercial, pois, agora, bastante prejudicados pela mudança do “eixo comercial marítimo”, do mediterrâneo para o atlântico, necessitava e agarrava-se mais do que nunca ao comércio levantino. Nesse, os judeus eram seus concorrentes, portanto era uma questão econômica de sobrevivência atrapalhá-los. No auge desta “guerra comercial”, o senado da república publica sua “expulsão ao final do século XVII” (DARU, Giovani. P, Storia della Republica di Venezia, 1722, t.II, p.222). No entanto, em quase todas as outras grandes cidades italianas, a situação judaica era relativamente boa; nos Estados Pontifícios, preocupados com o avanço protestante, as tentativas proselitistas chegaram a ser esquecidas, e muitos puderam, inclusive, voltar à sua antiga fé. Ergueram-se sinagogas novas e o sopro de um ressurgimento com calma se vislumbrava nesses tempos.

Paradoxalmente, as letras judaicas nesse período, segundo Bedarribe, “não foram significativas”, e muitos escritores judeus escreviam nos idiomas de seus países de habitação, não em hebraico, como é caso de Baruche Spinoza (1632/1677), que, nascido nos países baixos, escrevia no idioma da pátria que acolheu sua família depois que esta fugiu da perseguição espanhola. Esse caso é similar ao de Léon de Modena (1571/1648), escritor Judeu/Veneziano, cujos antepassados foram expulsos de Castela, já que ele também preferiu escrever na língua do local que os acolheu. Moisés Mendelssohn (1729/1786), que nascido na cidade alemã de Dessau, foi o “tradutor da bíblia para o alemão, para uso de judeus” (TRAVERSO, Enzo, 2014, p. 45), foi um dos maiores expoentes da “Haskala” na Alemanha, e, como a maioria destes, escrevia na língua do país de nascimento.

2.4 AS LUZES, ENFIM! A UM PASSO DA EMANCIPAÇÃO (IDADE CONTEMPORÂNEA)

O século XVIII francês não só foi o “da Haskalá”, o iluminismo judaico, como também foi o de reconhecimento de seus direitos através de decisões das cortes e

cartas patentes reais, muito embora antigas exclusões não deixassem de ser evocadas:

O parlamento de Paris teve de dizer, em fins do século XVIII, se era válido a nomeação para um cargo de um judeu proprietário de uma terra senhorial. A nomeação foi declarada válida (sentença do Parlamento de Paris, 1777), o que prova que ainda que judeus não tivessem na França estado civil. Sem dúvida, sua existência não era um mistério. Além de tudo, não tardaram em ser legalmente reconhecidos, e baixo o reinado de Luís XVI, encontramos uma Acta que pode ser o primeiro passo para sua completa **emancipação**⁸⁶. Cartas patentes deste príncipe haviam permitido aos judeus residir na França (1776), e muitos haviam voltado. No entanto, as corporações, eram zelosas nas antigas exclusões que diziam respeito aos judeus, assim, encontramos em 1776 uma sentença do conselho que rechaçava o pedido que haviam formulado para que os autorizassem a fazer o comércio de tecidos e de mercearia em Paris. Deveriam estar contentes em que se revogassem os velhos éditos que os expulsavam. (BEDARRIBE, p. 313, tradução nossa).

Percebemos que, mesmo em períodos de tolerância e ascenso em termos de direitos, os antigos preconceitos se faziam ouvir, como quem diz: para vocês, seres humanos de segunda classe, isso é mais que suficiente. Tal nos faz pensar em certas situações contemporâneas, e em nosso próprio país, em que alguns, ressentidos com a possibilidade de filhos de classes mais pobres estudarem em universidades, afirmam que isso não é para eles; ou como outros sentiram-se aviltados ao ver que, inesperadamente, suas empregadas domésticas viajavam de avião. Porém, tal não é, por ora, nosso objetivo discutir, mas, novamente, afirmamos que se a História não se repete, se não como farsa; às vezes, essa farsa é de uma repugnância que exala o mau cheiro ao longe⁸⁷.

Acreditamos que, no caso das corporações de ofício francesa, a razão principal da aversão e da evocação de antigas restrições para com os judeus, não esteja inerentemente contida em uma “pretensa superioridade”, e nem em xenofobia, mas, sim, em causas econômicas, visto esses saberem que a liberdade para judeus realizarem tarefas que eram reservadas somente para elas, poderia, de forma imediata, prejudicar suas atividades. Isso ocorre num momento peculiar da história europeia, a da segunda fase do capitalismo. Esse, deixava de ser somente mercantil para adentrar a uma outra etapa, a “industrial”, e a França foi o palco de lutas entre

⁸⁶ O destaque é nosso, para enfatizar a “esperança de emancipação”, sempre nutrida pela maioria nos solos aonde habitavam e faziam seu lar.

⁸⁷ Acreditamos que tais “estados mentais deturpados”, sejam recorrentes, e como a evolução humana, como disse o poeta “anda a passos de formiga e sem vontade”, demoraremos a nos livrar disso, ou melhor, “emancipar” tais pequenezas repugnantes, que nos fazem descrever se realmente somos “*Sapiens Sapiens*”, ou apenas arrogantes com mania evolutiva.

forças antagônicas, algumas representando, inclusive, formas arcaicas, como as corporações e a nobreza, e as novas forças burguesas, que acabariam, por fim, culminando na “Revolução de 1789”.

A etapa histórica anterior à Revolução seria também uma época de intensa atividade cultural e filosófica, conhecida como “Iluminismo” ou “Ilustração”. Esse alvoroço cultural também afetaria a comunidade judaica europeia, cujo período é conhecido como “Haskalá”, o iluminismo judaico. Esse movimento congregou intelectuais e sábios judeus de praticamente todos os grandes centros europeus. Teve, inclusive, uma singularidade: escreviam na língua de seus países natais. Ocorria, então, sobre esses membros esclarecidos da cultura judaica, uma real esperança na possibilidade de emancipação e aceitação total dentro dos países em que viviam, amparados por uma corrente esclarecida, que reivindicava igualdade para todos. Rousseau, em 1762, fala pela primeira vez em “direitos do homem” (HUNT, Lyn, 2009), no sentido de isonomia de todos os membros da espécie *Sapiens*; isso, sem dúvida, era motivo para vislumbrar um novo horizonte, de esperança para minorias oprimidas.

Na verdade, desde o início do reinado de Luís XVI, se anunciavam o prenúncio de uma nova ordem, as velhas ideias haviam perdido muito de sua força e, apesar dos insistentes em sua defesa, a marcha não retrocedia. Segundo Lyn Hunt, em sua “Invenção dos Direitos Humanos”, a partir de romances epistolares que causavam empatia aos leitores, a exemplo de “Pamela (1740) e Clarissa (1747)”, de Samuel Richardson, as pessoas começavam a sentir as dores de outros “lendo romances e imaginando a igualdade”, e o sentido do sacrifício em frente a uma multidão sedenta pelo mórbido espetáculo da execução ou do açoite começa a perder o sentido. Muito embora, algumas décadas mais tarde, isso possa ser questionado, visto as grandes plateias que a guilhotina teve. Porém, tal, certamente tinha outro componente psicológico, pois a guilhotina foi bastante usada contra membros da antiga elite opressora. Então, o prazer em tais espetáculos deve ser analisado sobre outro prisma, e o componente da “vingança e da revanche” contra os outrora mais fortes, deve ser levado em bastante consideração, outra lição bastante interessante para a atualidade.

Judeus e protestantes aproveitaram esse período para arrancar concessões; isso foi conseguido de forma crescente desde o governo de Luís XVI até o ápice da revolução, quando o “governo revolucionário concedeu direitos iguais aos judeus; em

1792, até os homens sem propriedade foram emancipados; e em 1794 o governo francês aboliu oficialmente a escravidão” (HUNT, 2009, p,27).

Um pouco antes disso, quando Luís XVI ainda era considerado o rei e possuía a cabeça ligada ao corpo⁸⁸, já no primeiro ano da Revolução, iniciam rapidamente as conquistas que elevariam formalmente todos os habitantes nascidos em França ao status de cidadania. Em relação específica aos judeus, isso ocorre não sem embates. A seguir, um trecho de Bedarribe ilustra a progressiva, porém não fácil, escalada à cidadania dos judeus, mesmo durante a Revolução Francesa:

Em uma primeira sessão, a Assembleia Constituinte declarou que se ocuparia da sorte dos judeus (sessão de 28 de setembro de 1789). Na sessão de 14 de janeiro seguinte se tratou de saber se os comediantes, os judeus e os protestantes seriam elegíveis para todas as funções civis e militares. Um deputado, o senhor Beaumetz, pediu a proibição em relação aos judeus, pretendia que estes não tivessem direitos a cargos civis ou militares. Mirabeau tomou a palavra, e levantando-se com força contra o requerimento do solicitante, leu o pedido no qual os judeus solicitavam ser declarados Cidadãos de França. A questão foi postergada, mas alguns dias depois, 23 de janeiro, foi debatida solenemente. Se fizeram ouvir vozes eloquentes Mirabeau, Grégoire, Clermont-Tonnerre, Rabaud-Sant-Etienne, defenderam com vigor os direitos da justiça e da humanidade, e um decreto concedeu direitos civis a judeus portugueses, espanhóis e avinhões, somente não era pleno aos da região do meio dia francês. Se elevaram reclamações legítimas; os judeus do norte, e principalmente os da Alsácia, fizeram valer seus direitos; descreveram o estado deplorável que haviam sido reduzidos pela malevolência que, atribuíam a todos as faltas de alguns, e fazia recair sobre eles a funesta direção de leis injustas; pediram justiça. Estas queixas foram ouvidas; e um primeiro decreto, seguido de uma proclamação do rei (16 de abril de 1790), pôs os judeus da Alsácia sob a proteção da lei. Em seguida, sai outro decreto (20 de julho de 1790, 7 de agosto), este suprimiu todas as obrigações que se exigiam deles, e de qualquer título/deveres que se lhes exigissem antigas normas. Em fim um último decreto, que punha termo a todas as exigências antigas (28 de setembro de 1791 e 31 de novembro), estes revogaram todas as reservas e exceções, e ampliou a todos os judeus o direito a cidadania, depois de haverem prestado o “juramento cívico”.(BEDARRIBE, p. 318, tradução nossa).

Enfim, depois de séculos de “amor e ódio”, os judeus franceses conseguiram o direito pleno à cidadania. Durante o governo de Napoleão, esses direitos foram respeitados e ampliados por onde seus exércitos passaram, muito embora, depois de sua queda, e mesmo durante seu governo, em muitos países fossem olhados com desconfiança e como aliados do conquistador estrangeiro, o que, invariavelmente, lhes causaria problemas sérios após a derrocada francesa.

Napoleão, que lhes havia dado o direito de mandar deputados a Paris, restabelecido e dialogado com o “Grande Sanedrin”, os protegeu contra queixas,

⁸⁸ É guilhotinado em 1794.

principalmente na região Alsaciana, que pretendia lhes revogar direitos conquistados ainda no calor da revolução: “um decreto do parlamento local, de 30 de maio de 1806, ordenou que fossem suspensos nos departamentos da Alsácia, todos os juízos decretados a favor dos judeus” (BEDARRIBE, p. 320). Várias outras tentativas foram feitas, mas Bonaparte, enquanto pode⁸⁹, lhes sustava a eficácia. Porém, a queda definitiva do imperador e o retrocesso geral⁹⁰ ditaria outros rumos ao sonho de emancipação em solo europeu, e o século XIX veria o surgimento do que, para alguns, seria a única esperança de “garantia de direitos e cidadania”, uma pátria sua, só sua — isso trataremos no terceiro capítulo.

2.4.1 DA RESTAURAÇÃO AO SÉCULO XX: AS IDAS E VINDAS.

A restauração borbônica, ao contrário do que se poderia pensar, resiste às tentativas de tolher direitos adquiridos aos judeus franceses, e se recusa, inclusive, a reeditar o decreto de um Napoleão já enfraquecido, que havia cedido às “exigências alsacianas contra eles”.

O historiador Simon Dubnov, em sua “História Contemporânea do Povo Judeu” (1940), divide essa em quatro períodos principais: o primeiro, da emancipação (1789/1815), quando até na Rússia Czarista se concedem direitos; o segundo, da Primeira reação política geral (1815/1848), quando somente a França e a Holanda não retrocedem em relação aos direitos adquiridos, a França, paradoxalmente, é a da restauração Bourbonica, no período de Luís Felipe, o rei Burguês, também não se retiram concessões, tão pouco no governo de Napoleão III, que assume o país primeiro como presidente, em 1848, e depois como seu imperador, até 1870; o terceiro período (1848/1881), da Emancipação nas regiões de língua alemã, a “Mitteleuropa”⁹¹, regiões que, de acordo com Enzo Traverso (2014), seriam em “muitos aspectos uma criação judaica” (Traverso, p.43); e o quarto, o da segunda reação (1881/1914), após o governo de Napoleão III, quando na Europa ocidental cresce novamente o antissemitismo, o caso Dreyfus é exemplar, e a leste, a Rússia

⁸⁹ Em 1808, em um retrocesso, cede, e promulga um decreto dirigido aos judeus alsacianos, “o decreto infame”.

⁹⁰ Momentâneo logicamente, o meio do século veria ressurgirem movimentos libertários em todo o continente, embora derrotados, abrirão as portas para outras lutas.

⁹¹ Pequena Europa.

intensifica a perseguição aos seus hebreus. É a época dos massacres cruéis no império czarista, os “Pogrons russos”.

A França do século XIX nos parece emblemática pela verdadeira odisseia de amor e ódio com seus habitantes judeus. O século inteiro vê crescer a infinidade de nomes célebres em todas as áreas; políticos, como Adolf Crémier (1796/1880), Jean Jaures (1859/1914), o filósofo Henri Bergson (1859/1940), o sociólogo Emile Durkheim (1858/1917), escritores, como Léon Halévy (1802/1893), poetas, como Eugene Manuel (1823/1901) e Catulle Mendes (1841/1909), artistas plásticos, como Emile Levy (1826/1890), Camille Pissaro (1831/1903), eruditos, membros da família Bloch, como o economista Maurice Bloch, os historiadores Gustave Bloch (1848/1923) e March Bloch, nascido em 1886, que, além de grande historiador, foi um patriota ao extremo, participou ativamente da resistência francesa e foi fuzilado em 1944 pelos nazistas. Enfim, a gama imensa de nomes de origem judaica que abrilhantaram a cultura e as ciências francesas no século XIX, seriam, sem dúvida, base para uma coletânea inteira, e não podem ser resumidos a poucas linhas. Nos atrevemos, portanto, apenas a exemplificar alguns, para não deixar esse assunto sem alguma referência.

Mas é também o século XIX Francês, nas suas duas últimas décadas, a época do racismo pseudocientífico de Gobinou, a época que Dubnov classifica como a da “Segunda Reação Antissemita”, que ocorre o caso mais exemplar dessa odisseia de altos e baixos, essa montanha russa nem um pouco divertida, o “Caso Dreyfus”⁹².

Esse caso mobilizou a França e repercutiu por toda a Europa, deixando claro que o continente, apesar do iluminismo e de todo o avanço intelectual, estava longe de esquecer preconceitos profundamente enraizados. Esse oficial do exército francês, sem prova substancial alguma, além das forjadas com o próprio aval do estado maior, foi condenado por traição e preso na ilha do diabo, muito embora levantasse-se a favor dele uma grande parte da opinião pública francesa, escritores e intelectuais, como Victor Ugo e Émile Zola. Zola escreve um célebre texto onde acusa Clemenceau e o estado maior francês de fraude. É, em seguida, destituído da “legião de honra”, e assassinado em 1902 por fanáticos nacionalistas. A verdade só foi restabelecida quando “o comandante Henry confessou que a peça de 1896 havia sido forjada por

⁹² Falsa acusação de traição imputada ao oficial Alfred Dreyfus, dividiu a república francesa de 1894 a 1906 ano de sua absolvição.

ele mesmo. Conduzido ao forte de Mont Valérien, Henry se suicida no dia seguinte” (BEDARRIBE, p. 356).

Forçados a rever o processo contra Dreyfus, a pena é reduzida a 10 anos. O escândalo é tão grande que Dreyfus é posto em liberdade em 1899, declarando que “preferia continuar preso, pois a liberdade sem honra não é nada”. Só é declarado inocente em 1906, quando a Suprema Corte anula a decisão do conselho de guerra, reabilita Dreyfus e o coronel Picquart, que ousara se insurgir contra a fraude vergonhosa. Este é reintegrado ao exército com o grau de general de brigada, enquanto Dreyfus é totalmente reabilitado e feito “cavaleiro da legião de honra. Quanto à Zola, que pagou com a vida a defesa incontestada e corajosa da verdade, seu corpo é transladado ao panteão francês, última morada para os restos de um grande caráter.

O caso Dreyfus não só demonstrou que até mesmo a esclarecida França aleitava em seu seio preconceitos e medos irracionais, como deixou claro uma profunda divisão da nação. Apesar da vitória incontestada da verdade, as teorias conspiratórias, antissemitas e supremacistas continuaram a viver dentro de um nicho perigoso, o “Estado Maior do Exército Francês”, que, a partir dessa época, se fecha em torno de si mesmo, como se temesse um inimigo interno, dentro do próprio país. Não é por acaso que a França do Marechal Pétain foi colaboracionista, o regime de Vichy tinha muitos pontos em comum com a Alemanha nazista, se sentiam entre iguais, nutriam e alimentavam pontos de convergência a muito tempo, talvez as teses racistas francesas fossem anteriores, inclusive, às alemãs. Isso pode ser desagradável de ser dito e ouvido, principalmente para aqueles que amam e admiram a França, entre os quais nos incluímos, mas a verdade nem sempre é agradável.

Apesar do caso Dreyfus, o patriotismo dos judeus franceses não fora arrefecido, a I Grande Guerra provaria isso: entraram em massa nas fileiras do exército, quando a França ainda era admirada por judeus de toda a Europa, “dos 40.000 estrangeiros que combateram pela França, 13.000 eram judeus refugiados em sua maioria para escapar ao regime czarista” (BEDARRIBE, p. 357). Poderiam ter migrado aos EUA, muitos, em verdade, o foram; porém, a simples constatação de que milhares de refugiados russos ingressaram no exército do país que admiravam, nos faz intuir que a magia e a admiração que a pátria da revolução exercia sobre estes ainda era grande.

Descendo em direção à península italiana, após a queda de Napoleão, a situação dos judeus italianos retrocedera em quase todas as regiões, paradoxalmente,

em algumas que foram retomadas pelo império austríaco, este manteve os direitos adquiridos no período francês. Ainda assim, até nas áreas lombardo/venezianas, as vexações foram retomadas, o Guetho revivido, e as proibições de exercer determinadas profissões e cargos públicos foram frequentes em todos os lugares; a exceção situava-se nos domínios da Casa de Sabóia, onde, ainda, o código Albertino de 1837 reconheceu os direitos civis de todos os não católicos. O Piemonte não embarcara na onda de retrocesso que invadia a Itália, consubstanciando-se, infelizmente, nos inúmeros decretos papais antijudaicos, a exemplo dos promulgados por Papas como Leão XIII, que, em 1825, ordenou aos bispos onde residissem judeus que os reconduzissem aos guethos. Pio VIII (1829/1830) e Gregório XVI (1831/1846), longe de atenuar as penas desta população, a intensificaram, a inquisição foi reavivada e com sanha de novas vítimas.

Com todo esse retrocesso, aos judeus italianos restou ou acomodar-se a nova situação e resignar-se às humilhações, ou se juntarem aos libertários e revolucionários. Grande parte optou por essa alternativa, e é por isso que encontramos tantos judeus ao lado de Mazzini, lutando no movimento do “ressurgimento italiano”:

Angelo Usiglio acompanhou Mazzini em seu largo desterro em Londres, o círculo da família Rosselli foi para Mazzini um dos centros principais de sua atividade, e foi na casa de Pisa de Pellegrino Rosselli onde morreu, desterrado de seu próprio país. A jovem Itália, encontrou seus mais fieis e entusiastas adeptos nos judeus. Em livorno dois judeus, Ottolenghi e Montefiori, dirigiam uma sociedade vinculada a “Jovem Itália”, a operação de Mazzini em 1844, foi financiada por Todrós de Turin, o poeta do movimento foi o poeta e banqueiro David Levi, que escreveu em 1844, depois da tragédia da expedição dos irmãos Bandeira, uma ode que se converteu no hino de batalha dos irredentistas. (BEDARRIBE, p. 362)

Judeus colaboraram ativa e ininterruptamente em todas as frentes pela unificação italiana. Talvez, por isso mesmo, a quem isso não interessava, se tornaram odiosos e, depois da derrota da revolução de 1848, transformaram-se nos alvos preferidos⁹³, mais suscetíveis à vingança desses. A exemplo do Papa Pio IX que, quando assume, justamente em 1848, era tido como liberal e esclarecido, teve por curto período, de outubro a novembro, como seu ministro das armas, o antigo general napoleônico e Barão do Império, Carlo Zucchi⁹⁴, nome de peso do ressurgimento mas

⁹³ Talvez por serem parte de uma minoria, tida como sem amparo estatal, mais uma “Prova” a somar para aqueles que pregavam como única solução para os judeus, o “Estado Judeu”.

⁹⁴ Figura importante do Risorgimento italiano, ver “Biografia del Barone Carlo Zucchi” de Cesare de Lagier, e “Memorie del Generale Carlo Zucchi” do cura Nicomede Bianchi.

“católico confiável”, que estava preso na fortaleza de Palmanova desde 1831 pelos austríacos. Na revolta, assume o comando da mesma e de mais de 1400 revolucionários, e em fevereiro de 1849, Pio IX, já sem a proteção do general Zucchi, é retirado do comando da cidade pelos revolucionários. Quando, de retorno ao seu governo, toma atitudes de um verdadeiro déspota para com os liberais e, principalmente, para com os seus “Hebrei”. A república romana, proclamada em 9 de fevereiro de 1849 por Mazzini, tendo como chefe Militar Giuseppe Garibaldi, e para onde acorreram judeus de toda a Itália, teve vida efêmera: apenas cinco meses, cercada por exércitos franceses enviados por Napoleão III, cai a primeira experiência republicana em Roma, depois de quase 2000 anos.

Depois disso, voltando ao governo absoluto de toda a cidade e dos estados pontifícios, a postura deste Papa se mostraria não só a mais retrógrada e autoritária possível, mas também cruel, a exemplo do caso do sequestro de uma criança, relatado pelo historiador Simon Dubnov, quando um bebê de pais judeus é literalmente arrestado do convívio pátrio, tendo como argumento o testemunho da babá católica, que relatara a um padre — e isso em confissão — que sua mãe, estando doente, imaginando que iria falecer, pediu à babá que o batizasse. Não morreu, mas teve seu bebê sequestrado: “em junho de 1858, gendarmes pontifícios adentraram a casa do hebreu Mortara em Bolonha e levaram a seu filho Eduardo” (DUBNOV, Simon, 1940, p. 250). O caso repercutiria em toda a Europa, onde vozes se levantaram contra a arbitrariedade das autoridades eclesiásticas, chegando até ao Papa, que negaria todos os apelos para que se devolvam a criança a seus pais; muito pelo contrário, se aproveitara do caso para humilhar todas as delegações judaicas que se apresentarem perante ele. O menino acaba criado num convento e

Posteriormente, quando Bolonha foi unida a Sardenha, se tentou recuperar ao menino, com a ajuda do novo governo, porém este já havia sido levado a Roma, e nenhum apelo teve resultado no sentido de retirar o menino das mãos da cúria romana. Os santos padres educarão de tal modo ao pequeno Eduardo Mortara, e lhe infundiram tanto ódio aos judeus, que já adulto não quis voltar a religião de seus antepassados, e transformou-se num frade fanático, e um missionário por toda a vida. (DUBNOV, 1940, p. 251)

Segundo Dubnov, os casos de intransigência cruel do Papa Pio IX para com seus subordinados Hebreus foram comuns durante todo seu pontificado, parece que o Papa descontaria nestes a raiva que despontara desde a sua retirada do trono de Roma pelos revolucionários, em 1849. Descontava nos mais fracos, sem amparo

religioso ou estatal para defendê-los, e novamente se apresentava mais um item a somar à longa lista que demonstrariam os defensores do Sionismo Estatal. Porém, com a unificação da Itália sob a casa de Savóia, novamente os judeus italianos tiveram um protetor que, seguindo os passos de seus antecessores, manteve e ampliou os direitos civis a todos os não católicos da Itália. Em 1870, por fim, com a união de Roma ao Reino de Itália, os seguidores da Lei de Moshe residentes na cidade e amontoados em cerca de mais de 4000 pessoas no ghetto romano, puderam sentir novamente os ares da liberdade. Ainda sem saber bem o que isso significava, saudaram servilmente seu protetor e rei: “Empregamos pela última vez a palavra israelita, de agora em diante, sob o governo de vossa majestade, só concordaremos como nosso dever de ser italianos” (DUBNOV, p. 270). Assim fizeram, os judeus da Itália estavam profundamente misturados à terra e ao povo, identificados com sua Itália, se elevaram a cargos importantes durante a monarquia, galgando cadeiras no parlamento, no exército e até na chefia de governo, como Luige Lazzatti que, economista, foi ministro da fazenda, chegando a primeiro ministro em 1909.

Os nomes judaicos que se destacariam e se tornariam notáveis serão muitos em todas as áreas. Na política, teriam peso expressivo, a exemplo do prefeito de Roma⁹⁵ em 1907, “Ernesto Nathan”, membro de uma família amiga de Mazzini. Em 1901, havia no senado 7 senadores judeus, e em 1920, chegavam a 19 dentro de um total de 350 cadeiras; a proporção de senadores de origem judaica na Itália superava em muito sua proporção dentro da massa populacional, ou seja, isso nos faz intuir, e com relativa tranquilidade na certeza, que, para o eleitor italiano, pouco interessava a origem judaica de seus representantes. Na ciência, também merece ser lembrado, entre tantos outros, Túlio Levi Civita, notável matemático, cujo desenvolvimento do “Calculo Absoluto”, tornou possível o desenvolvimento da “Teoria da Relatividade” de Einstein. Muitos por seus méritos foram agraciados com títulos de nobreza, como “Alessandro Artom”, por suas contribuições no campo da radiotelegrafia.

Não nos alongaremos muito nos nomes celebres, pois, além de não ser nossa intenção, não dispomos de tempo para isso, mas a constatação destes nos traz a certeza de que a comunidade judaica italiana, no limiar do século XX, se encontrava

⁹⁵ O giro da História é retumbante, de amontoados no Ghetto, sem direitos, a dirigentes da cidade que outrora, a poucas décadas, era governada por um Papa que estava mais para carcereiro do que para apóstolo de Cristo.

em total conforto dentro da sociedade do país e identificados ao povo italiano⁹⁶, do qual se consideravam parte integrante. O que veio a seguir, na década de 1930 e, principalmente, depois da dependência do regime fascista italiano do aliado germânico, colocando-se numa posição de subordinação, não encontrava eco, nem disposição arraigada na maioria dos habitantes do país — não, ao menos, uma disposição real amparada pela crença supremacista e em ideais raciais introjetados nas mentes. Isso seria um tanto contraditório, visto as peculiaridades de formação do “povo italiano”, miscigenado desde as origens. Se, por ventura, em algum momento muitos fingiram crer em outra coisa, os motivos são, sem dúvida, dignos de outra análise, mais minuciosa e atenta a fatores diversos, mas interligados e que se auto influem, tais como política, cultura, psicologia individual e de massas, dentre outros.

Mas, longe de qualquer defesa do fascismo, porém, honestos quanto a constatações amparadas na História, o que realmente se viu no início do movimento fascista italiano foi a participação de vários judeus⁹⁷; de acordo com Bedarribe, “Aldo Fizi”, braço direito do Duce nos primeiros tempos e feroz partícipe de suas milícias, “Guido Jung”, seu ministro da fazenda por alguns anos, entre outros, o que, por si só, já desconstrói qualquer pressuposto racista inicial ao movimento. Porém, depois da dependência contraída em relação ao nazismo, a História mudou de rumo, e *pogroms* fascistas foram implementados, depurando o regime de seus incômodos “Hebrei”. Em 1939, por ocasião do início da II Guerra, a situação piorou para todos os judeus italianos: os que puderam, exilaram-se enquanto havia oportunidade, os demais, alguns dos quais simplesmente se recusavam a crer em todos os indícios de um porvir monstruoso (as provas estavam dadas a alguns anos) e simplesmente se recusavam a abandonar sua Itália, sofreram as consequências reservadas a toda população judaica europeia.

O papado que, menos de um século atrás, agia com desumanidade para com seus judeus, pode, de alguma maneira, tentar redimir-se, apesar das muitas críticas por sua inoperância. A verdade é que também o papado era refém de uma situação desfavorável a todos, controlada pelos nazistas e seus cooperadores. A História

⁹⁶ Ou “povos”, visto a multiplicidade de tipos étnicos e linguísticos (dialetos regionais) que forjaram a Itália moderna. Aliás, a antiga também foi multiétnica, no entanto, o Latim congregava as diferenças dentro da península itálica, e mesmo dentro do Império como um todo, a língua latina tinha esse papel aglutinador.

⁹⁷ A primeira companheira de Mussolini, e sua “mecenaz inicial”, era judia, teve um filho com ela, o qual, após a subida ao poder, escondeu.

também nos demonstra que, ainda na década de 1930, o Vaticano colocou em seu “Index” um catálogo de livros censurados, livros racistas, a exemplo do escrito por Giulio Cogni, onde glorificava as teorias nazistas — o Vaticano nunca compactou ou incentivou fiéis ou clérigos a demonstrarem conivência com esses absurdos. A conduta papa⁹⁸ é, muitas vezes, acusada de conivente ou “neutra ao extremo”, mas as suas reais condições de reação ou “ação”, devem, neste período, serem matizadas. Não esqueçamos que o Partido Nazista Alemão não era, de nenhuma maneira, cristão, muito pelo contrário, desprezava as doutrinas cristãs, e os nazistas, a partir da constatação da total incapacidade do “Duce”, tomaram as rédeas da Itália, para desconforto e vergonha de uma parte da população que, anos antes, creu nas promessas de um canastrão abobadado.

2.5 ÀS VÉSPERAS DA TRAGÉDIA

Na década de 1920, o judeu europeu, segundo Bernard Wasserstein (2014), tinha a “aparência de um povo vibrante, dinâmico e próspero”. Havia conseguido, pela primeira vez em sua história, a emancipação em todos os países do continente, era reconhecido como cidadão de Lisboa a Moscou, especialmente na Europa ocidental onde, há décadas, subia em prestígio e influência, e na União Soviética onde, participante de uma burocracia meritocrática, galgava rapidamente postos na administração⁹⁹. Porém, sem sucesso — eis aí de novo o “Paradoxo” que tantas vezes será assinalado em nosso trabalho —, uma vez que essa ascensão se consubstanciaria também em um ingrediente à mais, auxiliando em sua derrocada e a somar à lista irracional dos motivos elencados para um ódio, do mesmo modo, irracional. Ou seja, em muitos lugares, foram “vítimas de seu próprio sucesso”, a ponto do ditado “Feliz como um judeu na França”, a partir da década de 1930, ser

⁹⁸ Pio XII, por tantas obras e autores considerado o “Papa do nazismo”, de seu falecimento em 1958 é lamentado por Golda Meir “Quando o terrível martírio atingiu nosso povo durante o terror nazista, a voz de Pio XII, foi ouvida em socorro as vítimas”, David Dalin, rabino de Nova York escreveu “Durante a II Guerra Mundial, Pio XII, salvou mais vidas judaicas que Rauol Wallenberg ou Oskar Shindler”. Algum motivo ou dados eles deveriam ter para isso afirmar, portanto preferimos esperar a abertura, e estudo, dos “Arquivos do Vaticano”, sobre esse pontificado que ocorrerão dia 3 de março de 2020, cerca de 20.000 documentos, para emitirmos opinião, sem sermos levianos a esse respeito. Apesar de atualmente a “prioridade não ser a seriedade”, escusando-nos do trocadilho, preferimos continuar sérios, ao invés de agradar as unanimidades atuais e sempre atentas em seu plantonismo vigilante.

⁹⁹ Porém, não antes de completar seus “5 anos de trabalho produtivo”, para provar seu comprometimento com o revolução e sua passagem de “*Homo economicus*” em novo trabalhador modelo stalinista.

pronunciado pela boca de antissemitas quando desejavam demonstrar que algo errado “estava acontecendo para que judeus se sentissem tão bem nesse país”, denotando invariavelmente uma tentativa de colocar dúvidas quanto à honestidade e ao comprometimento de judeus com os países onde viviam.

Na verdade, a situação da população judaica europeia era profundamente heterogênea; os 10 milhões de judeus europeus eram diversos em quase todos os aspectos e, sem dúvida, só muito forçosamente poderiam ser assinalados como um grupo nacional único, no máximo, como participantes de uma “coletividade bastante coletiva”¹⁰⁰. Porém, o que viria depois congraçou as diferenças e uniu as estranhezas, colocando, no mesmo nível de consciência, tanto o culto e o moderno judeu francês como o hassídico da Europa oriental falante de ídiche.

A seguir, uma tabela com os números da população judaica europeia¹⁰¹ em cada país às vésperas do início da Segunda Guerra Mundial, e a consequente política de aniquilação por parte do regime nazista.

TABELA I: POPULAÇÕES JUDAICAS NA EUROPA SETEMBRO DE 1939

Alemanha (inclusive Áustria, Boemia e Morávia)	345.0000
Bélgica	110.000
Bulgária	50.000
Dinamarca	7000
Eslováquia	58.0000
Espanha ¹⁰²	500
Estônia	5000
Finlândia	2000
França	320.000
Gibraltar	1000
Grécia	75.000
Holanda	140.000
Hungria	625.000
Irlanda	5000
Itália	47.000

¹⁰⁰ Perdão pelo trocadilho, porém foi inevitável.

¹⁰¹ Pode-se perceber claramente o predomínio dentre esta, em números, da população do leste europeu. Porém, não é possível afirmar que tal sempre fora assim, esse fenômeno muito provavelmente tem origem na maior assimilação do judeu ocidental, e das “políticas religiosas” de incentivo à alta prole, praticadas por judeus Hassídicos do leste europeu, justamente nas regiões de maior antissemitismo. Mas isso é apenas uma impressão nossa, não pretendemos afirmar nada em definitivo sobre o fenômeno.

¹⁰² O número demonstra que as políticas da monarquia espanhola aliada ao clero surtiram efeito, as populações sefarditas, em meados do século XX, eram praticamente inexistentes na península ibérica, outrora o centro desta cultura.

Iugoslávia	75.000
Letônia	95.000
Lituânia	155.000
Luxemburgo	4.000
Noruega	2000
Polônia	3.225.000
Portugal	1000
Reino Unido	380.000
Romênia	850.000
Suécia	10.000
Suíça	19.000
Turquia (incluindo Eslováquia e Rutênia Subcarpática)	80.000
URSS (inclusive regiões asiáticas)	3.025.000
TOTAL	9.711.300

Fonte: Wasserstein, p.31, 2014.

As condições das várias comunidades judaicas do continente eram tão diversas que, dentre seus membros, poderiam se incluir, se quisesse colocá-los num mesmo bojo, tanto os riquíssimos membros do clã Mendelssohn¹⁰³, como os miseráveis que, na década de 1930, se contavam aos milhões na Europa do leste¹⁰⁴, os que não conseguiam partir da região, pois aqueles com alguma condição de ir, o faziam sem pestanejar, a ponto de Robert de Rothschild, dirigente do *Consistore* de Paris revidar quando apontavam as más condições que enfrentavam em seu país de acolhimento, “se eles não estão felizes aqui, deixem-nos partir. Eles são hóspedes que recebemos calorosamente, mas eles não devem causar perturbações” (WASSERSTEIN, p. 45). A frase demonstra bem a heterogeneidade econômica judaica, a grande maioria, longe de ser o “capitalista voraz”, tão aclamado pelos antissemitas, era pertencente às camadas mais pobres da população, e vivia — e isso há muito tempo — das benesses dos que galgaram posições elevadas ou das instituições filantrópicas que, a rigor, também dependiam da generosidade dos abonados. Alguns, como os Mendelssohn, nem judeus se consideravam mais, todo o clã era cristão na década de 1930, porém ainda subvencionavam seus irmãos menos afortunados através de doações.

A rigor, a divisão clássica mais conhecida era entre “Asquenazis e Sefaradis”, contudo, até essa era relativa, a exemplo da Itália que, apesar da presença acentuada de famílias sefaraditas, que fugiram da perseguição na Espanha, haviam muitas

¹⁰³ Que havia se tornado um dos clãs mais ricos e influentes da Alemanha, como os Rothschild, porém esses muito acertadamente preferiram fazer de Londres sua central, contudo, também têm suas origens na região de Hamburgo, eram os “Mayer Rothschild”.

¹⁰⁴ Principalmente da Polônia, vide tabela apresentada, já que os da URSS, não dispunham de total liberdade de ir e vir, e muitos realmente não o desejavam, acreditavam no projeto que estavam ajudando a construir, inclusive o estado judeu de Birobdzhan.

famílias judias italianas que poderiam retroceder sua linhagem na península, como foi visto no início do capítulo, até 2 milênios atrás e, portanto, não se consideravam nem de um grupo, nem de outro. De acordo com Wasserteinn:

Os próprios asquenazes, que constituíam pelo menos 90% dos judeus da Europa, estavam profundamente divididos: entre *Litvaks* e *Galistynes*, entre o hassidismo e os *misnagdim*, entre judeus ocidentais (particularmente alemães) e *Ostjuden* (emigrantes da Europa oriental), bem como entre judeus ortodoxos, liberais/reformistas e secularizados, sem mencionar as diferenças políticas entrecruzadas. (WASSERSTEIN, 2014, p. 44)

Entre todos havia, apesar da pregação de unidade, um desprezo mútuo; particularmente e ironicamente, isso era acentuado por parte dos judeus alemães que, sem dúvida, se consideravam parte integrante desta nação, de sua cultura e história. Alguns dos preconceitos e ideais superiores que serão base do arcabouço ideológico nazista estavam também presentes nas ideias de superioridade cultural dos judeus alemães em relação a seus irmãos da Europa do leste, principalmente aos poloneses que, em retribuição, os apelidaram depreciativamente de *Yeks*, e cantavam, em sua “homenagem”, estes versos: “Yeke iz a nar (O yeke é um idiota); Um fu a nar hot men tsar (E um idiota só causa problemas); Un vem dem nar vilt zikh a har (Quando um Yeke quer se tornar cavalheiro), vert er a gefar (ele se torna perigoso)” (WASSERSTEIN, p. 46). Realmente se tornaram perigosos, principalmente para si mesmos, pois muitos se recusaram a enxergar o que acontecia a seu redor na década de 1930, na pátria que elegeram como sua, porém que não os considerava como “seus”.

Como podemos depreender, o desprezo mútuo interjudaico era uma constante, e novamente afirmamos que, apesar de poderem ser considerados um coletivo com afinidades culturais e bases religiosas comuns (só bases), a heterogeneidade era imensa dentro desse coletivo. Ainda assim, poderiam se achar algumas similaridades que quase todas as comunidades judaicas do continente compartilhavam, a exemplo das atividades econômicas, que eram majoritariamente trabalhadores individuais, segundo Wasserstein, 60% dos judeus alemães estavam envolvidos no comércio, e, até mais ao leste, as atividades eram, sobretudo, autônomas, “Quase todos trabalhavam sozinhos ou em pequenas unidades familiares. Na Lituânia, em 1937, 60% dos artesãos judeus trabalhavam em casa, entre eles, 90% de alfaiates, 81% de sapateiros e 77% de padeiros”. (WASSERSTEIN, p. 37). Isso, em maior ou menor grau, também ocorria em outros países, excetuando-se a

URSS, onde, depois de transformados em “novos homens”, como já citado anteriormente, podiam galgar as escadas da burocracia estatal.

Muitos também preferiram mudar-se para o “Estado judeu”, fundado por Stalin no extremo leste da URSS, “centenas de famílias de judeus carentes se inscreveram para se mudar para Birobidzhan – como assinalou com desprazer a Organização Sionista” (WASSERSTEIN, p. 347). Para o Sionismo, claro, isso poderia se converter em uma ameaça aos seus planos. O único lugar para a real autonomia judaica só poderia ser a Palestina, e é para lá que deveriam seguir os judeus de todo o mundo, principalmente os mais carentes, e fazer sua “*Alíá*”, enquanto os ricos poderiam fazer sua parte enchendo os cofres do movimento.

Uma curiosa exceção merece ser citada: não havia, em nenhuma parte do continente, uma nobreza judaica, porém, por uma dessas interessantes contradições de que a História está repleta, justamente em uma das áreas mais atrasadas e de um antissemitismo atávico, essa vai aparecer. Na Hungria, onde as ricas famílias judaicas haviam se convertido em quase sua totalidade ao cristianismo, surge uma nobreza de origem israelita que atraía a atenção e o ódio de seus conterrâneos. De acordo com Wasserstein, algumas famílias haviam enriquecido tanto que subiram bem além da estratosfera comum do restante da sociedade judaica:

No ápice havia famílias plutocráticas como a família Walburg em Hamburgo, a família Hartvany em Budapeste, a família Gunsburg (exilada da Rússia) em Paris e a família Rotschild em quase toda parte. Esses aristocratas atraíam a atenção e a hostilidade desproporcionais dos antissemitas, mas eles não representavam de modo algum os judeus em geral (WASSERSTEIN, p. 38).

Essas poucas exceções serão usadas pelos panfletários de extrema direita, nazistas e assemelhados, como exemplo da perfídia e exploração dos judeus sobre os países em que viviam, e de seus “verdadeiros povos”, dentre os quais os judeus não poderiam ser contados, não importando a quanto tempo lá viviam (em alguns lugares, há mais que os pleiteantes a verdadeiros povos).

O final da odisseia judaica na Europa, ocaso de uma trajetória de séculos, lotada de subidas e descidas, seria no século XX, para horror e espanto de tantos herdeiros ainda vivos da “Bele Epoque” e de teoria idealistas sobre as relações internacionais, que nutriam esperanças melhores. A verdade nua e crua já se consubstanciava ainda no início, a I Guerra, e talvez também o primeiro genocídio

CAPÍTULO III - O SIONISMO: ORIGEM, TIPOLOGIA E CONSEQUÊNCIAS

3.1 SIONISMO: UM TÍPICO NACIONALISMO EUROPEU

*Então o Senhor me disse: não molestes a Moabe, e não contendas com eles em peleja, 'porque não te darei por herança da sua terra'; porquanto tenho dado Ar¹⁰⁶ aos filhos de Ló por herança.
(Deuteronômio Cristão, Dvarim Judaica).*

No primeiro capítulo fizemos um retrocesso temporal, a partir da antiguidade tardia e da idade média oriental, para verificarmos os encontros entre judeus e árabes e judeus e muçulmanos, e percebemos que os muros intransponíveis entre as duas culturas, ou o suposto “ódio milenar”, nunca foram assim tão impossíveis de serem transpostos, muito pelo contrário, como durante o domínio *Omeya*, na Espanha muçulmana, quando a convivência não só foi possível, como foi profícua. No segundo, procuramos, sinteticamente, verificar como era a situação judaica na Europa, berço real do antissemitismo e de sua resposta política fundada na segunda metade do século XIX.

Agora, passaremos a analisar quando e como realmente foram criados e transpostos para a Palestina e para o Oriente Médio os antagonismos e as contradições que gerariam os atuais conflitos. São eles, exatamente nessa ordem: o imperialismo europeu e o nacionalismo sionista. O primeiro, querendo estender suas asas sob regiões há muito almejadas, do “homem enfermo da Europa”, o Império Otomano; o outro¹⁰⁷, buscando uma solução para a xenofobia e o racismo contra os seus, de que o continente europeu sempre foi pródigo em demonstrações.

Podemos afirmar, e nessa questão certamente teremos poucos que se contraponham, que o sionismo¹⁰⁸ é fenômeno ideológico surgido na Europa do século XIX e, sem dúvida, influenciado pelos nacionalismos europeus, seus contemporâneos. Semanticamente, pode-se enquadrá-lo como tendo origem na criação de um conceito

¹⁰⁶ De acordo com John L. McKenzie (2011, p. 60), o local não estaria assegurado com exatidão, os especialistas teriam dúvidas, mas poderia corresponder a Khirbet Rabah, no planalto Moabita, situada a cerca de 5 Km do Sul do rio Arnon, atual Wadi Mojib, e a 45 Km ao norte de Kerak. Se essas forem as áreas como existem indicativos de que sejam, deveriam ser respeitadas e reservadas para os Moabitas, que, embora descendentes de Ló, sobrinho de Abraão, não são Hebreus, e se encaixam muito mais numa possibilidade de ancestralidade para as atuais populações palestinas do que para a massa de judeus askenazi do estado de Israel. Contemporaneamente, tais áreas são controladas pelo estado Israelense, portanto a “Torá” estaria sendo desobedecida, e com apoio dos religiosos judeus; mas, enquanto houver a dúvida, a desobediência não estaria estipulada, e talvez “essa dúvida nunca seja realmente esclarecida”.

¹⁰⁷ O Sionismo

¹⁰⁸ O termo é cunhado em Viena, em 1885, por Nathan Birnbaum. Ver SCALÉRCIO, 2003, p. 29.

que pudesse exprimir e denotar direitos políticos ainda não conquistados, encontrando-se no âmbito de uma luta justificadora da legitimidade destes “Inclui-se aqui a criação dos numerosos ‘ismos’ que serviram como conceitos de agrupamento e de dinâmica para ordenar e mobilizar as massas estruturalmente desarticuladas” (KOSELLECH, 2006, p. 101).

Mesmo que, em seus primórdios, o sionismo não tenha se configurado hegemonicamente como ideologia entre as massas judaicas da Europa, logo, encontrou seguidores e terreno propício para crescer. Neste contexto histórico, o sionismo foi, sim, outro nacionalismo surgido no continente, e com todas as características e pressupostos que tais ideologias pregavam, como a de “nossa terra” como sendo o território de uma nação, e essa a propriedade inquestionável de um “povo”. Esse “povo” seria constituído (e somente) por elementos que compartilhassem uma mesma língua e história com laços que os unissem a um suposto passado em comum, e, politicamente, a Nação e seu povo teriam de ter a maioria numérica dos habitantes do território nacional, sendo para essa maioria étnica que seriam reservados os direitos de governança, e não ao voto do conjunto dos cidadãos representando a sociedade como um todo, ou seja, etnia em vez de cidadania.

Todas essas premissas auxiliaram na formação da ideologia sionista, que, muito embora originalmente também estivesse muito influenciada pelo socialismo, deixou-se contaminar por pressupostos que, futuramente, levariam à criação de regimes racistas na Europa. Paradoxalmente, em muitos aspectos o raciocínio sionista reproduz o discurso político nacionalista e segregacionista surgido na segunda metade do Século XIX na Europa. Em síntese, “O Nacionalismo Europeu condicionou o Sionismo” (ZUCCHI, 2012, p. 140).

O grande problema é que, diferente dos outros nacionalismos, que apoiavam suas aspirações estatais com base em territórios do continente, e em comunidades étnicas, mais ou menos homogêneas, o nacionalismo judeu somava contra si populações heterogêneas bastante esparsas e ambicionava um território asiático, desconhecido da maioria de seus militantes, e o maior complicador: habitado por outro povo. Porém, contariam nesta empreitada com aliados bastante improváveis, além de suas comunidades, os “sionistas goyn”.

Depreendemos de análises como a de Edward Said, em sua obra “A Questão da Palestina”, um dado ainda mais interessante, senão surpreendente: ele deixa explícito, em sua abordagem sobre o tema, no capítulo sobre o sionismo, que o

nacionalismo judeu teria sido gestado também, concomitantemente, ou talvez ainda antes, nas formulações de europeus não pertencentes à comunidade judaica, “o sionismo *goyen*” dos não judeus. Ora, isso feito, conscientemente ou não, funcionava em dois sentidos, e ambos favoráveis às potências natais dos autores de tais discursos. Primeiramente, ao resolver um problema exclusivo de seu continente, o antissemitismo (já que, em outros lugares do globo, ele seria inexistente ou, no mínimo, muitíssimo atenuado), transportaram, ao mesmo tempo, sua civilização e seu colonialismo imperialista para uma região que, na aurora do movimento sionista, pertencia ao Império Otomano, refratário aos interesses das potências europeias ocidentais na região, como ficou inequivocamente claro posteriormente. Os turcos teriam mais afinidades políticas e estratégicas com as potências centrais (Áustria e Alemanha) do que com as da Entente, as quais estavam, na verdade, interessadas em se apropriar de suas áreas de influência, como demonstra o acordo Sikes-Picot de 1916, celebrado entre Londres e Paris, muito antes do término da Primeira Grande Guerra.

O sionismo agiria, então, como uma força, uma coluna avançada da Europa no Oriente Médio. Said dá como exemplo o romance “Daniel Deronda”, de George Eliot (1876): “o que é inusitado nesse livro é que o assunto principal seja o sionismo” (SAID, 2010, p. 68). A obra toda é uma apologia ao sentido civilizador do judaísmo, mas de um judaísmo muito peculiar e interessante para o Império Britânico naquele momento. O judaico/sionismo, oriundo e orientado da Inglaterra, que transportaria para o Oriente – então considerado pelos europeus como atrasado e degradado – a iluminação produzida no Ocidente, levando aos bárbaros a salvação de uma nova luz (ou antiga, dependendo da conjuntura que se queira empregar).

Essa nova luz foi, no entanto, produção e produtora de um continente paradoxalmente contraditório, pois, ao mesmo tempo que, de certa forma, iluminará realmente o caminho de uma parcela perseguida da comunidade judaica, cegará e desampará uma outra população (a árabe autóctone da Palestina), ignorada pelas benesses que o “movimento emancipatório” do sionismo representara e proporcionara aos seus, somente aos seus, como afirmou Edward Said: “há um sionismo e uma Israel para os judeus e um sionismo e uma Israel para os não judeus” (SAID, 2010, p. 124), ele, que considerava até os kibutzim coletivistas como sendo instrumentos dessa segregação para com os árabes.

O particularismo, forjado por séculos de segregação no gueto, agora transformava, em certa medida, as vítimas do preconceito em preconceituosos, que se consideravam imbuídos de uma meta superior, grandiosa – cruel ironia, ou paradoxo, como preferirem. Forjado na terra dos paradoxos e das contradições, já na gênese etimológica do nome do continente (Europa), foi construída uma divisão arbitrária e geograficamente inexistente para os separarem, pelo menos em tese, dos bárbaros envoltos nas trevas dominantes de outros continentes, e que estavam à espera de seu contato iluminador.

Essa tarefa inescapável, “o fardo do civilizado”, é demonstrada apologeticamente no célebre poema racista de Rudyard Kipling: “O ônus do homem branco”, conclamando seus concidadãos a cumprirem seu destino, não se subtraírem da tarefa sagrada, carregando a cruz que lhes cabia, pois, para os povos incivilizados, seriam como o próprio Cristo, ou, no mínimo, seus enviados, fariam milagres:

O ônus do homem branco

Toma o ônus do homem branco.
 As guerras selvagens da paz
 Enche o estômago da fome
 E faz com que cesse a doença;
 E quando estiver mais próximo
 Nessa busca em favor de outrem
 Vê como a indolência e a loucura pagã
 Arruinaram tuas esperanças...
 Recebe o ônus da raça branca
 Não ouses curvar-te por menos,
 Nem clames por liberdade
 Para encobrir teu cansaço.
 Por tudo o que clames
 Por tudo o que faças ou não
 Os teimosos e silenciosos povos
 Não de suportar o teu peso e o de teus Deuses.
 Recebe o ônus da raça branca
 Acabaram-se os dias da infância
 Os louros alcançados sem esforço,
 O prêmio fácil, desprezível,
 Aí vem investigar tua hombridade
 Por todos esses anos ingratos.
 Friamente estimulado por sabedoria barata.
 O julgamento de teus pares!
 (RUDYARD KIPLING, 1899)

Bastaria uma estrofe para qualquer leitor mediano — e não racista, claro — compreender a êxtase apologética, a exaltação da missão civilizadora do europeu branco, da superioridade de seus costumes, de sua religião, tudo, e, para essa missão sagrada, a população judaica também era conclamada. Afinal, podiam ser europeus de segunda linha e classe, mas europeus ou europeizados, brancos ou

embranquecidos; seja como for, não poderiam negar sua sagrada missão de expandir a civilização europeia ocidental, da qual, embora perseguidos e segregados, faziam parte. De acordo com Márcio Scalécio, Ze'ev Jabotinsky, um dos grandes nomes do sionismo revisionista e de direita, chegou a afirmar: “nós judeus não temos nada em comum com o oriente e damos graças a D'US por isso” (SCALÉRCIO, 2004, p. 31).

O Oriente era visto, pelo olhar europeu, como estagnado e atrasado, e o sionismo de direita encara com naturalidade a tarefa de propagar a civilização de que a ocidental fazia parte. Com isso, de lambuja, levariam também o Império Britânico, onde ainda não tinham chegado, mas logo chegariam a todos os recônditos da terra – se pudessem, teriam anexado o cosmos –, para infelicidade dos ingleses e sorte dos planetas, que estavam longe demais para a anexação; ou o teriam feito, ou tentado fazê-lo. A seguir, para exemplificar até onde podiam chegar tais desejos expansionistas, um trecho da fala de Cecil Rhodes:

O mundo está totalmente parcelado e o que dele resta está sendo dividido, conquistado e colonizado. Pense nas estrelas que vemos a noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas se pudesse; penso sempre nisso entristece-me vê-los tão claramente e, ao mesmo tempo, tão distantes. (RHODES, 1895).

Eis a utopia do imperialismo: anexar o cosmos inteiro; porém, se não chegaram a tanto, nenhum lugar desse planeta, infeliz planeta, seria deixado livre de sua expansão tentacular. Para isso, lançariam mão de todos os meios disponíveis ou a disponibilizar-se. Utilizaram, inclusive, um problema continental, de uma população perseguida e segregada, transmutando seu ideário justificador do colonialismo em ideologia nacionalista; algo que, pelo menos naquele momento histórico na Europa, deveria ser antagônico a isso, visto os nacionalismos europeus de então lutarem pela autonomia, em muitos casos de minorias, em relação aos impérios dominantes. Outros nacionalismos também foram, muitas vezes, utilizados e manipulados por e a favor de determinado império em detrimento de outro, mesmo dentro do continente europeu, a exemplo do pan-eslavismo, patrocinado pelo Império Czarista em seu benefício e para enfraquecer os Habsburgos da Áustria.

Nesse sentido, o nacionalismo, evocado geralmente por populações exploradas e dominadas, se viu transmutado e servindo a interesses do colonialismo e de um imperialismo que sabia transformar uma dominação exploratória em retórica ufanista: “Por onde esse império estendeu suas fronteiras, miséria e opressão, anarquia e fanatismo tenderam a desaparecer e foram substituídos pela paz, a justiça,

a prosperidade, o humanismo e a liberdade de pensamento, palavra e ação” (LORD CURZON, 1907).

As milhares de vítimas flageladas pela fome na Índia nesse período, causada pela destruição de sua manufatura tecelã, devido à invasão dos tecidos ingleses, talvez não compartilhassem das mesmas opiniões de Lord Curzon. Mas também, talvez, se um sobrevivente de uma das tribos africanas dizimadas com a chegada de representantes desse império de paz e justiça pudesse ler esse pequeno trecho de “Homem de Destino”, de Bernard Shaw, concordaria com ele, sobre como um inglês, sabedor de seu dever para com a Pátria e com Cristo, age em defesa destes, e cumpre sua sagrada missão:

Quando precisa de um novo mercado para suas mercadorias falsificadas de Manchester, envia um missionário para ensinar o evangelho da paz. Os nativos matam o missionário, ele corre as armas em defesa da cristandade; em nome desta luta e conquista; e se apossa do mercado como uma dádiva do céu. (SHAW, 1913, p. 25).

Como Bernard Shaw muito irônica e perspicazmente nota, o cumprimento do dever é sempre recompensado pelos céus com honras e, claro, mercados, uma das palavras-chave dentro da tarefa civilizatória do homem branco e das empreitadas britânicas, segundo afirma Lord Curzon, prosseguindo no mesmo discurso na Câmara dos Lordes, em 11 de dezembro de 1907: “creio que no âmago de um empreendimento Britânico arde essa centelha da flama celeste com que a providência tem amplamente abençoado, até hoje nossos empreendimentos”.

Céus, flama celeste e providência, lucros, mercados e empreendimentos; tais palavras se combinam perfeitamente no discurso das potências imperiais, ávidas por saciarem uma ganância que, como percebemos em alguns parágrafos acima, nas palavras de Cecil Rhodes, se mostrará insaciável e, na mente de alguns como ele, autor do trecho que transcrevemos, tão doentia a ponto de cobiçar os astros do céu e se doer por não poder anexá-los. Essa retórica, que embasava e justificava uma suposta missão iluminadora e sagrada, pregada por políticos e grandes capitalistas, e difundida por autores e romancistas apologistas do eurocentrismo, seria exportada para a Palestina por intermédio do sionismo ou, pelo menos, por um tipo de sionismo, como bem nota Said:

A iluminação dos grandes fatos que engrandecem os sentimentos é uma frase característica de Eliot, e não há dúvida de que a aprovação que ela concede a seus sionistas resulta da crença de que se tratava de um grupo

que expressava quase a perfeição suas próprias idéias grandiosas sobre uma vida de sentimentos expandida (SAID, 2011, p. 71).

Tais ideais grandiosos, como a transposição de uma civilização avançada e moralmente superior, encontrariam no romance “Daniel Deronda”, que os demonstra em inúmeros exemplos. Said também nota que, diferentemente dos projetos de outras potências coloniais nas quais os povos considerados atrasados estavam incluídos em sua *Mission Civilisatrice*, tanto os sionismos *goim* de Eliot quanto o do judeu Mosses Hess, apenas diverso desse no que tange à potência patrocinadora, não incluem os “autóctones”.

Para Hess (idêntico ao de Rudolf Hess, da cúpula do nazismo), indubitavelmente seria a França (antes do caso Dreyfus, claro!), a potência portadora a entregar o tão almejado estado aos seus. Porém, tanto Eliot como Hess, tirando a diferença quanto às preferências em relação às nações protetoras, atuam similarmente no campo do discurso, como se a Palestina estivesse despovoada. Nesse aspecto, corroboram e incentivam as ações de possíveis colonizadores da área, como os líderes puritanos que comandaram a colonização da América britânica, tomando posse dessa terra como se ela fosse desabitada, e ignorando os nativos sempre que possível, pois eles não estavam incluídos em seus planos, em sua grande tarefa, ideologia duradoura e transposta depois na *Frontier Tesis* de Fredrik Jackson Turner, segundo a qual, “o progresso e a prosperidade contínua e sustentada dos Estados Unidos somente seriam possíveis por meio de uma constante e ilimitada expansão das fronteiras norte americanas” (PECEQUILO, 2003, p. 75).

Talvez resida aí uma possibilidade explicativa do porquê de o sionismo ter tido sempre tão boa recepção nos EUA, além, é lógico, da grande e atuante comunidade judaica do país, sendo o sionismo defendido até por alguns de seus presidentes. Sem dúvida, muitos no país fizeram analogias e encontraram semelhanças entre as atitudes dos colonos americanos¹⁰⁹ em relação aos seus nativos e as dos grupos sionistas (houve algumas exceções e muitas omissões, nem todos eram defensores da limpeza étnica) para com as populações árabes da Palestina — acharam similaridades e gostaram!

É emblemático e elucidador que Hess, concluindo um discurso certa vez, cita, na íntegra e enfaticamente, o francês Ernest Laharanne, o qual, devido ao discurso,

¹⁰⁹ Expulsando seus indígenas para ocupar suas terras, consideravam legítimo, e mais, “demonstração de coragem bravia”.

ousamos classificá-lo também como *sionista goin*; porém, como se pode notar, com interesse em utilizar os judeus no benefício de sua pátria em regiões distantes, como interlocutores desta, em suas palavras, mediadores privilegiados entre os continentes. Eis o texto; a retórica apologética chega ao extremo, e depreende-se muito dele, principalmente porque não foi escrito e proferido inicialmente por um judeu, mas, de novo, por um “gentio”, que, dessa vez, não é do Império Britânico, como Eliot, mas, sim, da principal potência rival, a França:

Uma grande vocação está reservada para os judeus: ser um canal vivo de comunicação entre os três continentes. Vocês serão o sustentáculo da civilização para povos ainda inexperientes, seus professores nas ciências européias, para as quais sua raça tem contribuído tanto. Vocês serão os mediadores entre a Europa e Ásia oriental, abrindo as rotas que levam à Índia e a China – essas regiões desconhecidas que, em última instância, serão lançadas a civilização. Vocês chegarão à terra de seus antepassados condecorados com a coroa do antigo martírio e ali, finalmente, curar-se-ão de todos os seus males! seu cabedal levava cada vez mais vastas extensões de terras áridas ao cultivo; seu trabalho e diligência transformarão mais uma vez o solo cansado em vales fecundos, recuperando-os das areias usurpadoras do deserto, e o mundo voltará a prestar tributo ao mais antigo dos povos (HESS apud HERTZBERG, 1976, p. 133)

Como se pode deferir também no texto, entre tantas outras, como plantar em um solo cansado, recuperá-lo das areias do deserto como se nada existisse ou fosse produzido na terra onde eles estariam destinados, a apologia à missão sagrada dos judeus e de sua raça (terceira linha), como se tal existisse, era, a todo momento, enaltecida, alimentada por autores europeus que nada tinham de semita em seu sangue. Muitos dos próprios membros da comunidade judaica europeia não o tinham originariamente em seus antepassados: o eram por conversão, pois o proselitismo só deixou de ser realizado na baixa Idade Média por argumentação de Maimônides de que a integridade cultural do judaísmo estaria em risco se tal prática continuasse, porém, na verdade, com boa dose de revanchismo pelas razões explicitadas no Capítulo I.

O judaísmo, desde que deixou de ser a religião da elite governante de qualquer estado soberano, perdera os atrativos até para muitos de seus membros de antiga cepa, que não suportaram as pressões inerentes a pertencerem a uma minoria dominada e abraçaram o cristianismo ou o islamismo.

Mas, anteriormente a isso, vastas populações haviam sido judaizadas de distantes e descontínuas regiões do continente, que iam da Península Ibérica ao

Dniéper, no Império dos Khazares, eles próprios turanianos convertidos ao judaísmo (FRIEDMANN, 1969, p. 213), e também na Península Arábica, quando, em sua parte meridional, “Os himiaritas, dos quais um dos últimos soberanos, Dhu Nuwás, converteu-se ao judaísmo” (MANTRAN, 1977, p. 50). Daí a enorme diferença entre as culturas/tradições judaicas, *azkenazi* e *sefaradi*, para não falar nas diversidades fenotípicas, que invalidam qualquer classificação plausível, ou, no mínimo, seria de nomear/classificar uma “raça judaica” ou o mais absurdo ainda, a pureza desta.

Tais retóricas segregacionistas, de purismo racial, encontraram solo fértil para crescerem na Europa, e foram incorporadas por muitos dos integrantes das comunidades culturais, ou tradições, como preferirem, que mais sofreram com o racismo e o preconceito; triste ironia, cruel ironia. O vírus se alastra e faz as vítimas se transformarem em algozes de outros, a doença se dissemina infectando um lócus territorial antes livre dela, a Palestina e o Oriente Médio.

Infelizmente, as ideologias racistas europeias encontraram ecos nos dois lados, em judeus e em muçulmanos, nas figuras do *Mufti* (líder religioso muçulmano de Jerusalém) e do Xá da Pérsia, os dois fãs do nazismo e de seu líder, por mais paradoxal que seja, já que, no caso de Adj Amim, o *muft*, a admiração provinha de um semita¹¹⁰. Já no caso do Persa, o general golpista Reza Kan, o carinho era tanto que mudou o nome do país para demonstrar ao *Führer* a sua origem ariana. Assim a Pérsia virou Irã, um país de arianos, diferentes dos povos semitas e tártaros-mongóis que os cercavam, todos encontravam “outro para sentirem-se melhores” e provavam sua superioridade.

Como foi dito de outra forma, o racismo é o elitismo da plebe, e eu completo: dos ignorantes ou mal intencionados e suficientemente dispostos para utilizar-se de ardil tão inescrupuloso e cruel, a fim de tirar proveito em benefício pessoal da ignorância alheia. Ou seja, o indivíduo pode não se considerar ninguém em importância, mas, pelo menos, ora, não é judeu, negro ou asiático. Qualquer minoria dentro do país serve, tendo alguém ou um grupo para se considerar melhor, o sentimento de inferioridade e fracasso, de impotência perante as situações difíceis em que se encontra, parece ser atenuado.

¹¹⁰ Nesse caso, também não tão “puro”, pois, no encontro entre o Mufti e Hitler, é notória a admiração que o Fuher teve ao notar que os olhos de Adj Amin eram de um “azul límpido”, como o céu. A paixão do Mufti deve ter aumentado nesse momento “tão especial”.

Logicamente, regimes políticos souberam utilizar-se desse sentimento, não muito difícil de fazer aflorar em massas despolitizadas, e, claro, ter um bode expiatório para pôr a culpa das dificuldades do país sempre veio bem a calhar para governantes demagogos e aspirantes a ocupar o posto.

Certamente, os líderes sionistas não eram tão ingênuos ou manipuláveis para não perceberem o discurso das potências e de seus intelectuais (nesse sentido, quase ao nível orgânico), a fim de utilizarem-se deles e do problema judaico na Europa em prol de seu expansionismo, mas sabiam-se, ainda fracos para prescindir do apoio de uma ou outra “mão portadora”. Houve, inclusive, casos de líderes que procuraram integrar-se burocraticamente no já moribundo “homem enfermo do oriente”, estudando direito e legislação em Istambul, nunca se sabe, e o Império Otomano poderia sobreviver.

É importante ressaltar, porém, que entre as correntes dentro do sionismo, havia uma de cunho progressista; Isaac Akcelrud nos remete a uma “opção anticapitalista” (AKCELRUD, 1984, p. 54), formada por operários, sindicalistas, tolstoianos, internacionalistas panfletários e bundistas (do partido Bund). Eles podiam tranquilamente fazer a América, onde a população judaica crescia em tamanho e influência, sem passar pelo trabalho, pela aspereza de uma terra onde, sem dúvida, eram uma comunidade minoritária e menos importante, porém, na perseguição de uma utopia social, preferiram ir à Palestina, fazê-la seu lar e pôr em práticas seus sonhos igualitários.

O problema, segundo a análise de Said, exposto na obra *A questão da Palestina*, foi que esses idealistas deveriam, eles próprios, fazer tudo, pois não queriam explorar população alguma, e onde “não circulava dinheiro não havia polícia, nem cadeia, nem sinagoga, nem rabino. Todo poder pertencia à assembleia democrática” (AKCELRUD, 1984, p. 54). Todavia, suas comunas rurais igualitárias, os *kibutz* (as primeiras da história, antes até mesmo da revolução russa), tornaram-se tão fechadas em si mesmas que, ao não admitirem a exploração de outros, com o tempo seus escrúpulos se tornaram barreiras, e as benesses advindas de um trabalho comunitário, onde tudo girava em prol do social, ficaram restritas a seus próprios habitantes e aos de sua origem. Além disso, com o recrudescimento de um estado de guerra interna e externa entre árabes e judeus, tais comunidades se fecharam mais ainda, o particularismo do gueto em outra forma — triste ironia, de novo!

Consideramos que, a partir daí, nas guerras que sobrevieram, é que realmente ergueu-se um muro de intolerância; a cada litigante morto, guerreiro ou vítima civil, mártires se construíram, e o estado democrático compartilhado, que seria, em nossa opinião, o mais viável e sensato, ficou cada vez mais distante: “No banho de sangue que se seguiu os parentes e descendentes de mártires sionistas bateriam no peito orgulhosos desses sacrifícios pessoais, exatamente como fazem hoje os parentes dos mártires palestinos” (FINKELSTEIN, 2005, p. 16).

Apesar de a História não se repetir integralmente, não discordamos de Marx¹¹¹, porém, ela, a História, ironicamente, como é construída por protagonistas humanos – que, a um momento, podem ser os sujeitos ativos da ação histórica – que é irremediavelmente e sem escapatória ação de um coletivo (grandes homens nada realizam sozinhos). Em outros momentos, esses mesmos sujeitos, ativos anteriores, podem se tornar as vítimas passivas; temos exemplos bem claros disso ao término do último conflito global. Isso em um curto espaço temporal, repetindo-se a patologia, só que, em sentido contrário. Achamos que, em muitos aspectos, no conflito entre os judeus e os árabe/palestinos, isso ocorra novamente, com a diferença de que as comunidades árabes da palestina nunca perseguiram ou segregaram os judeus.

Sintetizando, as vítimas de ontem podem, em muitos aspectos, se tornar os algozes de hoje, e isso pode ocorrer em um processo que se dá mais no nível inconsciente — não sendo, portanto, percebido — do que no consciente, pois o discurso trabalha e comunica também desse modo, muito mais dentro da esfera do implícito e do subliminar do que no explícito e escancarado.

A mutação acontece sem os participantes perceberem, e tendemos a pensar que essa transformação seria inaceitável se tivessem consciência disso, pelo menos para uma boa parte dos participantes de tal processo, pois, assim como o velho Conde León Nikolaiévich Tolstoi (TOLSTOY, 1910, p. 25), cremos que existe e arde em cada indivíduo humano uma centelha divina, inerente a ele, e que o faz, a princípio, bom (bem no princípio, ou no fundo, muito no fundo, em alguns). Embora suponhamos, devido às atitudes de muitos seres da nossa espécie, que estes tenham tomado muita chuva e, com isso, a centelha divina neles tenha se apagado, ou, numa melhor hipótese, tenha se atenuado — é uma *explicação climática* e uma desculpa, afinal.

¹¹¹ Apesar de consideramos que interpretam mal a taxativa dele, pois se referia especificamente ao arremedo de apoteose de Luis Napoleão imitando o tio ilustre.

A outra alternativa para a enormidade de absurdos praticados por muitos poderia, a nós, deixar explícito que alguns seres humanos nem mereceriam ser assim classificados. Mas ainda temos muito respeito por tudo que cremos encontrar-se simbolicamente dentro dos verbetes “humano” e “humanidade”, e todo o sentido que essas palavras evocam. Devemos/temos de crer que o melhor é possível e, quem sabe, a centelha divina possa, de alguma forma, em algum momento, acender-se de novo; para isso, é preciso procurar, produzir, se necessário for, o fósforo, e estar disposto e preparado para acendê-lo. Tolstoy morreu crendo nisso, talvez tenhamos a sorte do velho mestre, e acreditar sempre, apesar de tudo, na possibilidade do melhor acontecer¹¹².

Segundo Akcelrud, haveria, no início do século XX, um “sincronismo judeu/árabe”, pelo menos entre as corrente progressistas e internacionalistas de ambos os lados, isso é realmente verificável por esse período em muitos pontos. Akcelrud cita Mohamed Heikal, amigo de Nasser, ex-diretor do *Al Haram*, jornal do Cairo, que afirma, entre outras coisas:

Em 1925, foi fundada a união dos trabalhadores árabes com a ajuda da ‘*Histradut* judaica’. Os melhores elementos pensaram driblar o exclusivismo nacional com a tática de organizações separadas, mas unidas estrategicamente na luta comum. O *mufi* de Jerusalém, futuro aliado de Hitler, venceu a disputa pelo controle do sindicato. Após os distúrbios de 1929, os trabalhadores judeus e árabes criaram uma fraternidade operária para conclamar a ajuda mutua e a luta contra o ‘veneno do ódio racial’. O governo inglês suprimiu a organização, alegando que há razões para acreditar que seus membros se entregarão a atividades destrutivas. (HEIKAL *apud* AKCELRUD, 1984, p. 56)

Apesar de Edward Said desconhecer ou, conscientemente, omitir isso e muito mais, talvez devido às suas próprias inclinações ideológicas ou imperativos estratégicos intelectuais, já que produzia e lecionava nos EUA, e durante toda a sua vida tentou angariar a simpatia da opinião pública norte-americana para a questão e os sofrimentos dos árabes palestinos, sabedor de que, se demonstrasse simpatia ou se achassem que tivesse qualquer afinidade com a esquerda e o comunismo, no país

¹¹² Ou melhor explicado, sem utopias, “de continuarmos a crer na possibilidade de pelo menos um determinado futuro possível”, onde as ações estratégicas, voltadas a ganhos imediatos, por isso mesmo transitórios, sejam substituídas pelas ações participativas, em que termos acordados com vistas a períodos mais prolongados sejam comuns. Difícil, sim, mas impossível, não. E contrapondo dois mestres russos, nem o idealismo transcendental e exaltado Tolstonyano, nem o realismo, que, por vezes, pode ser interpretado como “pessimista” de Tchekhov, mas uma possibilidade construída e traçada em comum e crível de ser implementada. Somos humanos, portanto “sobreviventes”, a história de nossa espécie assim o demonstra.

do Macarthismo, poderia lhe ser e à sua causa, muitíssimo prejudicial, ele admite: “A oposição palestina em Israel dependia, em primeiro lugar das corajosas iniciativas do Partido Comunista com membros judeus e árabes” (SAID, 2011, p. 148), e isso nos idos de 1950, anos depois da proclamação do estado de Israel (1948), e mais longe ainda dos primeiros internacionalistas, membros da *Histradut* ou do *Hashomer Hatzair* (jovem guarda), procurarem ampliar uma ação conjunta com grupos de vanguarda árabes contra os britânicos.

Bem, sabemos que, com o tempo, as tendências reacionárias, em ambos os lados, pareceram levar a melhor devido às escolhas estratégicas e aos imperativos que um mundo então bipolar exigia, num planeta onde um dos dois lados deveria ser impreterivelmente escolhido. Mas isso não mais existe, quiçá o “sincronismo antigo” que existiu entre essas comunidades (utilizadas pelos imperialismos, fossem esses de esquerda ou direita, na época da Guerra Fria), possa iniciar de novo, mesmo que timidamente de alguma maneira, e hoje, talvez árabes e judeus consigam escolher o seu próprio lado ao optarem pela Paz.

3.2 SIONISMO POLÍTICO: DA IGUALDADE FRACASSADA NA EUROPA AO ATIVISMO NA PALESTINA

E chegaras até defronte dos filhos de Amom:¹¹³ não os molestes, e com eles não contendas: ‘porque da terra dos filhos de Amom não te darei herança’, porquanto aos filhos de Ló a tenho dado por herança
(Deuteronômio Cristão; Dvarim Judaico).

ESPERANÇA E DESILUSÃO

Bem antes de tudo isso, concomitante ao Iluminismo no final do séc. XVIII, surgia também a Haskalá, ou Iluminismo judaico, que, em seu arcabouço, continha ideias de integração fraterna entre os indivíduos. O movimento que se espalhava por todo o continente teve profundos reflexos no “Seio do povo judeu, especialmente na Alemanha; Mendelssohn e seus discípulos aspiravam renovar a existência do povo judeu de dentro para lhe fazer digno da igualdade de direitos que proclamavam os líderes iluministas” (El Surgimento del Sionismo, Siglomundo, 1967, p. 63, tradução

¹¹³ Terra dos “filhos de Amon”, os descendentes de Ló, sobrinho de Abraão, segundo McKenzie (2011, p. 31), a sua região corresponderia quase aos limites atuais do Reino Jordanião, tendo ainda hoje sua capital Amon, um nome que denotaria a origem amonita, parece que as guerras não muito ferrenhas entre os dois estados no Século XX, e uma relação em que muitos analistas sintetizariam, quando afirmaram que o “rei Abdula da Transjordânia” seria o melhor inimigo que o estado de Israel poderia ter, nos faz concluir que, pelo menos aí, a Torá, a lei religiosa judaica, foi de certa forma obedecida, e os primos nunca se antagonizaram tão ferrenhamente assim.

nossa). A futura Revolução Francesa e seus ideais igualitários pareciam ser a solução para a discriminação e os preconceitos dos homens para com os homens. Também, de um vindouro governo igualitário de cidadãos suplantando o antigo regime e apontando um futuro melhor para todos, independentemente de etnia, credo ou riqueza, a restauração e a santa aliança cedo terminaram com esses sonhos, e a realidade dos *pogrons* na Europa ortodoxa dos Czares se fez logo sentir novamente.

Porém, no período anterior à restauração e à queda definitiva de Bonaparte em 1815, a Europa via a difusão de uma série de decretos e a construção de um arcabouço legislativo que incentivava a “igualdade e os direitos humanos”, que aumentava as chances de emancipação dos judeus em seus territórios de origem, elevando-os as categorias civis de que gozavam os cidadãos cristãos.

De acordo com Lynn Hunt, os escritores iluministas haviam escrito frequentemente sobre os judeus, muito embora nem sempre de modo positivo. Na verdade, o caráter francês dos judeus era questionado, e eram vistos, ao contrário dos calvinistas, que eram franceses e tinham se desviado do caminho da verdadeira “fé católica” ao abraçar a heresia de Calvino, os judeus eram tidos como estrangeiros, e constituíam uma nação separada dentro do território francês. Depois da concessão dos direitos civis aos protestantes em 1787, Luís XVI criou uma comissão especial para estudar a questão dos direitos judaicos na França — tarde demais para que fosse tomada qualquer medida, pois os fatos posteriores eclipsariam quaisquer medidas eficazes por parte de uma monarquia em vias de extinção, muito embora esta só se apercebe-se da gravidade da situação quando o fim do antigo regime já era fato consumado, uma interessante cegueira de “elites descoladas da realidade”, e que só se preocupavam com seus próprios privilégios e a manutenção desses.¹¹⁴

Na esteira da Revolução, em 1791, “O governo revolucionário francês concedeu direitos iguais aos judeus; em 1792, até os homens sem propriedade foram emancipados; e em 1794 o governo francês aboliu oficialmente a escravidão” (HUNT, Lynn, 2009, p. 27).

¹¹⁴ Sem dúvida, esta “cegueira” não foi privilégio da elite francesa anterior à queda. Podemos visualizar isso em outras derrocadas também, a exemplo da Revolução Russa e a queda do Czar, a despeito de muitas análises da época vislumbrarem acontecimentos do tipo (ver Hobsbawm em o “Breve Século XX”), o regime Czarista parecia eclipsado em sua própria lenda autocrática ortodoxa. Quem sabe tal não possa nos dar alguma esperança a nós, brasileiros, quanto a mudanças significativas no panorama da “Cleptocracia nacional”?

Antes disso, as discussões sobre a ampliação dos direitos se acaloravam, “ou nenhum indivíduo na humanidade tem direitos verdadeiros, ou todos tem os mesmos; e quem vota contra o direito de outro, qualquer que seja a sua religião, cor ou sexo, abjurou a partir deste momento os seus próprios direitos” (HUNT 2009 *apud* CONDORCET, p. 171), alguns, como o Duque Matthieu de Montmorency, exortavam seus colegas, a seguir o exemplo dos Estados Unidos, e afirmava inflamado com toda a despreensão e humildade tão peculiares a um francês¹¹⁵: “eles deram um grande exemplo no novo hemisfério; vamos dar um exemplo para o universo”.

O próprio Napoleão, apesar de suas idas e vindas e intervenções contraditórias, que indicavam que, para ele, os direitos não precisavam ser encarados como um pacote único: “A liberdade é uma necessidade sentida por uma pequena classe de homens a quem a natureza dotou com mentes mais nobres do que a massa dos homens. Consequentemente, ela pode ser suprimida com impunidade. A igualdade, por outro lado agrada as massas” (HUNT 2009 *apud* BONAPARTE, p. 181). Apesar das opiniões convenientes do imperador dos franceses, por onde seus exércitos passaram a emancipação dos judeus foi encorajada, muito embora, após a restauração, os governantes que retornavam ao poder tratavam logo de revogar esses direitos recém adquiridos, a exemplo dos estados italianos e alemães. Em países onde a emancipação judaica era vista como uma coisa francesa, os bandoleiros que atacavam as forças imperiais frequentemente atacavam também os judeus. Na Espanha pós restauração, as torturas inquisitoriais foram, inclusive, restabelecidas, já nos países baixos, a emancipação mostrou-se permanente¹¹⁶.

Podemos considerar como peça chave para entender o surgimento do sionismo a esperança de “emancipação na Europa”, que, de acordo com Enzo Traverso, foi o ponto central da história judaica moderna: “Toda la história de la modernidade judia gira em torno a la emancipación, la aceptación y el reconocimiento político em el mundo de los gentiles” (TRAVERSO, Enzo, 2013, p. 173). Essa tentativa emancipatória insere-se dentro de um amplo processo, muitas vezes circular, de avanços e retrocessos, de luta por direitos humanos gerais, como, em nosso entender, sintetiza muito acertadamente Linn Hunt, quando afirma que “o processo tinha e tem

¹¹⁵ Peço desculpas pela inevitável tirada, foi impossível não fazer, visto a ambição universal do nobre Duque de Montmorency, muito embora a pretensão, neste caso, seja por uma boa causa.

¹¹⁶ Já há muito tempo esses países mostravam-se bem mais tolerantes que os demais, sendo um dos destinos de refúgio de levitas judaicas, principalmente pós “Fernando e Isabel” e seu catolicismo intolerante.

em si uma inegável circularidade: conhecemos o significado dos direitos humanos porque nos afligimos quando são violados. As verdades dos direitos humanos talvez sejam paradoxais neste sentido, mas apesar disso ainda são auto evidentes” (HUNT, 2009, p.216). Verdade, auto evidência, porém, apesar de tudo isso, um árduo caminho precisaria (e ainda precisa) ser perseguido e trilhado, para que tais “direitos” se tornassem reais — no caso judaico, isso se demonstraria bem palpavelmente no que narraremos a seguir, logo na “Iluminada França”, berço de tantas esperanças para os judeus.

Já na beirada final do Século XIX, em 1879 expressão antissemitismo é anotada por Wilhen Mer, ao dar nome e classificar um fenômeno bem antigo em terras europeias. Ainda neste século surgiriam ideias de pensadores sociais como Karl Marx¹¹⁷ e Arnold Tonyntbee, que “Consideravam o antissemitismo um fenômeno passageiro, condenado a desaparecer tão logo o mundo tivesse se libertado dos últimos vestígios dos preconceitos medievais” (TSUR, 1976, p. 8), a realidade humana, novamente, suplantaria tais esperanças ou “suposições e teses”, como preferirem, pois a crueza desta sempre suplanta o apego a preciosismos vocabulares.

Na França, o caso Dreyfus reacendeu a antiga chama do ódio racial que se imaginava (pelo menos por uma parte da intelectualidade judaica) em vias de total extinção. Alfred Dreyfus, o único oficial judeu do Estado-Maior do Exército francês, foi acusado de traição, condenado sem provas e “injustamente degradado” (MASSOULIÉ, 1996, p. 49). Embora pertencente a uma família alsaciana de antiga cepa, que tinha optado pela França depois de 1871, ele jamais conseguiu ultrapassar o posto de capitão. “Preso, em seguida julgado por atentado à segurança do estado, foi condenado à prisão perpétua, ainda que nenhuma prova concludente pudesse ter sido estabelecida” (TSUR, 1976, p. 31).

Theodor Herzl¹¹⁸, “o arauto do Estado, considerado o fundador do sionismo político” (MASSOULIÉ, 1996, p. 49), e originário do império austríaco, da então tida como emancipada e esclarecida Viena, era um jovem jornalista judeu que se encontrava na França por aqueles tempos e se comoveu com o caso. “Trancafou-se

¹¹⁷ Segundo Hunt, 2009, o próprio Marx só havia discutido o tema com alguma minúcia em sua juventude, no seu ensaio “Sobre a questão judaica”, publicado em 1843, cinco anos antes do Manifesto Comunista, e sua visão considerava tais direitos como egoístas, pois estimulavam o individualismo, e a emancipação completa é a da classe, não a individual.

¹¹⁸ Jornalista judeu austro - húngaro, nascido a 2 de maio de 1860, falecido a 3 de julho de 1904. Considerado o fundador do moderno sionismo político.

em seu quarto de hotel (hotel de Castile, rua Cambon, no bairro de Madeleine) e escreveu, em umas poucas semanas, um panfleto intitulado *O Estado Judeu*” (TSUR, 1976, p. 32). Esse panfleto (*L'État des juifs*), editado em 1896, foi marco do movimento sionista na Europa, com seu primeiro congresso em Basileia (1897), muito embora identifiquemos outros movimentos mais ao leste, como o *Hovevei Sion* (amantes de Sião), que realiza seu primeiro congresso antes, em 1884, em Katovice (ZOHAR, 1967, p. 34).

Outros acontecimentos também influenciariam decisivamente a postura de intelectuais judeus, decepcionando-se de vez com as tentativas de inserção igualitária dentro da sociedade europeia e partindo com força para a ideia da emancipação política estatal, “los dirigentes del movimiento sionista moderno (Hess, Pinsker y herzel), procedem casi todos de capas de intelectuales judíos asimilados” (El surgimento del Sionismo, p. 274). Como numa sucessão malfazeja, a década de 1880 veria ressurgirem os pogroms no sul da Rússia, acusaram a comunidade judaica de Damasco na época da páscoa de fazer sacrifícios humanos com o sangue de cristãos, e, para finalizar o contexto nublado que ressurgia, bem mais que isso, de completa intempérie para as esperanças emancipatórias, o “caso Dreyfus”. Sintetizando tudo com exímia lucidez, uma frase de Max Nordeau: “Estamos sentados felizes nesta sala de trabalho e de repente jogam uma pedra da rua, fazem em cacos nossa janela e com isso nos chamam a realidade de que somos judeus” (El Surgimento del Sionismo, p. 274, tradução nossa).

Assim, em 31 de agosto de 1897, reuniram-se 197 delegados¹¹⁹ em Basileia na Suíça, com a “presidência de Kárpel Lippe (o delegado mais velho). Discurso de inauguração de Teodor Herzel. Discurso de Max Nordeau sobre a Situação Geral dos Judeus” (FRAENKEL, Josef, Resenha de Los 27 congressos, 1971, p. 8), foi estabelecido que o “objetivo do sionismo seria criar para o povo judeu um lugar na Palestina garantido pelo direito internacional”; foi fundada, também, a Organização Sionista Mundial, levantada uma moção para criação do fundo territorial judaico, e a criação da Universidade Hebraica em Jerusalém, e estabelecido um comitê de ação com sede em Viena. Ao fim deste primeiro congresso, Herzel afirmaria para íntimos: “em Basileia fundei o estado judeu. Se eu disser isso, hoje obteria como resposta uma

¹¹⁹ Pequeno número, porém, a cada congresso e a cada nova vicissitude judaica na Europa, o número aumentaria, como também as doações para o Fundo territorial, cuja missão era comprar terras na Palestina.

gargalhada geral. Talvez dentro de cinco anos, e certamente dentro de cinquenta, todo o mundo verá” (FRAENKEL, p. 12, tradução nossa). O mundo realmente viu, e as profecias do “Arauto do Moderno Israel” se cumpriam à risca.

Segundo François Massoulié (1996), o sionismo foi um movimento político integrado na Europa da segunda metade do século XIX, partidário da emancipação coletiva da comunidade judaica. Esse caráter estratégico-laico do movimento será fortemente criticado, sobretudo pelos religiosos ortodoxos, e manterá o sionismo como movimento minoritário pelo menos até a primeira década do século XX. Em 1911, estas comunidades coletivistas, os Kibutzim, são inauguradas, formando, a partir de então, “A espinha dorsal da implantação sionista na Palestina” (MASSOULIÉ, 1996, p. 47).

É importante destacar que as terras dos primeiros assentamentos sionistas na palestina foram, em boa parte, compradas de proprietários absenteístas árabes com fundos próprios, desde muito tempo aristocratas europeus de ascendência judaica, como Sir Moses de Montefiore e o Barão Edmond Rothschild, que patrocinavam a compra de terras para seus desafortunados irmãos na Palestina. Houve assentamentos agrícolas judaicos patrocinados por aristocratas, inclusive, no sul do Brasil, na região da atual cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul.

Esclarecemos que preferimos utilizar “assentamentos” e prescindirmos do termo “colônias” para esse período inicial de estabelecimento judaico europeu na região, pois seu sentido atual dentro do contexto do conflito israelo/árabe/palestino se refere a terras que consideramos inequivocamente pertencentes ao povo palestino, ou seja, são expropriativas deste. Escolhemos, para esse espaço temporal, a utilização apenas do termo “assentamentos” devido à alegada legalidade desses núcleos iniciais; contestados ou não, as transações e seus pagamentos foram realizados, e a documentação referente a essas transações existiu; portanto, não nos sentimos com capacidade de discutir a sua validade, que consideramos estar no âmbito do direito internacional.

Apesar de a palavra “colônias”, nesse período, não abranger somente o significado mais geralmente representado nos dias atuais, conotando a colonização sobre uma região inerentemente pertencendo a outrem, ou seja, uma ação intrinsecamente de cunho imperialista. No Extremo Sul do país, ainda hoje o termo colônias se refere apenas a áreas rurais, de produção agrícola, e “colonos” é um designativo aos habitantes desses lugares. A colônia era (lá ainda o é) esse local de

produção e, em muitíssimos casos, não pré-habitado anteriormente, a exemplo das colônias italianas na Serra Gaúcha, região composta de imensos “perais”, precipícios onde os imigrantes italianos foram, no final do século XIX, “assentados” para fazer a América¹²⁰.

Às vezes, ou quase sempre, só a experiência proporcionada pela “penúria” dos primeiros tempos resultará num desenvolvimento real e sustentado, como Eduardo Galeano já notara em “As veias abertas da América Latina”, onde explicita, em uma passagem, sua opinião sobre “a importância de nascer pequeno”, como nasceram as treze colônias do norte (futuros EUA), diversas dos grandes e ricos vice-reinados espanhóis. Hoje em dia não é necessário ser especialista para saber qual região é mais desenvolvida. Deixando de lado os reguladores de plantão, sabemos que em grande proporção o sub desenvolvimento de “*nuestra américa*” é fruto das opções equivocadas de uma elite, ou várias delas, algumas com interesses bem contrastantes (e diversos do grosso da população), e não da interferência do vizinho do norte, que, à exceção do México e América Central, deixou a parte sul do continente bem “solta” e sem muita atenção, isso até a segunda metade do século XX e o “perigo vermelho” se firmar como parte essencial da paranoia americana¹²¹.

Depois desse pequeno “adendo”, voltemos a como se formaram os assentamentos de que trata nosso trabalho. A Organização Sionista Mundial, criada em 1920, e a Agência Judaica, fundada por Weizmann em 1928, também tratavam de angariar fundos para compra legal de terras; porém, muitas vezes, os proprietários árabes, verdadeiros senhores feudais delas e, em sua imensa maioria, moradores de cidades litorâneas como Beirute, vendiam propriedades habitadas sem nem ao menos informar os desafortunados que trabalhavam e eram explorados juntamente com suas famílias por esses membros das elites árabes. Um exemplo bem ilustrativo de tal ocorrência e do oportunismo de alguns membros destas elites é o caso de Said al Husseyni, membro palestino do parlamento otomano em 1911, que bradava pela proibição de imigrantes judeus na palestina, sendo que “Al Husseyni pertencia a uma

¹²⁰ E realmente fizeram, construíram sua *Mérica*, em meio a esses imensos abismos e kanyons (entre eles, Itaimbenzinho, o segundo maior do continente), nem tribos indígenas formavam aldeamentos perenes na área, os sítios que encontramos são na maioria pré-históricos. Lecionei e pesquisei na área, que atualmente é a região de maior progresso econômico do RS, suplantando em muito a parte meridional do estado, outrora de esplendor, proporcionado pelas fortunas provenientes da pecuária e do charque.

¹²¹ Sobre a política externa dos EUA para a América latina, é sintético e esclarecedor o capítulo V, de “A política externa dos Estados Unidos — continuidade ou mudança”, de Cristina Soreano Pecequillo.

família e a um grupo de notáveis locais que na década de 1930 bradava contra a colonização sionista ao mesmo tempo que vendia terras aos recém chegados” (PAPPÉ, 2006, p. 33, tradução nossa). Digamos que, para nós, brasileiros, tal contradição política é assim tão surpreendente, estamos bem acostumados a práticas similares em nossas elites políticas e econômicas.

Essa especulação, em alguns casos, se mostraria também passível de fraudes, pois o código de terras turco era recente só datava de 1858¹²² e, a partir dessa data, muitos desses proprietários registraram terras que não lhes pertenciam, alargando suas posses e depois vendendo-as aos sionistas, situação essa que piorará com a queda do Império Otomano e o vácuo de autoridade que lhe sucedeu. Apesar disso e dos problemas inerentes a várias dessas transações que ocorreram, a área dos núcleos e assentamentos iniciais judaicos na palestina eram juridicamente legais até início da década de 1940, sendo regulados pela “lei Britânica de transferência de terras na Palestina de 1940” (TSUR, 1976, p. 101), que tenta delimitar as novas aquisições para os assentamentos judeus. Com a declaração de independência de Israel em 1948 e, principalmente, devido à guerra que sobreveio, o que ocorrerá, sob nenhum aspecto, é justificável ou defensável: está no âmbito da expropriação ilegítima e injustificável.

Para Massoulié, o sionismo se desenvolve no contexto do pós-guerra e do retalhamento das províncias árabes do Império Otomano tombado, e sempre à

¹²² Preferimos não indicar nenhum endereço específico, pois quase todos os autores pesquisados fazem alusões panfletárias a um ou outro lado; porém, é possível verificar facilmente através da internet (Google) pelo título: código de terras turco/otomano de 1858, que há *sites* que o utilizam e o transcrevem em partes, tanto de defensores dos sionistas, quanto de palestinos; os primeiros, completamente convictos de que compraram legalmente as terras dos primeiros assentamentos, e os segundos, convictos também de que foram roubados, em nossa opinião ambos estão “corretos”. Em nosso entender, quem agiu com má-fé real foi quem registrou como suas terras que não lhes pertenciam, e as vendeu sem dar nenhuma satisfação a seus moradores e aos produtores rurais, pequenos camponeses que delas retiravam o sustento seu e de suas famílias. A realidade, como sempre, não se encontra nem em um extremo nem em outro das convicções, mas é mais uma mescla das duas, e o paradoxo aí é que, mesmo as duas versões sendo verdadeiras, os professantes e defensores delas, por não procurarem entender a outra e seus argumentos, somente desclassificando estes, assumem uma postura sectária, e, neste vestir de roupa (o sectarismo excludente), invalidam o que poderia ser imensamente ‘salutar’ para a confecção de um novo modelo para a compreensão da questão, onde os dois lados são sujeitos ativos, porém também foram (e são) “passivos” de ações que lhes escaparam (e escapam) o controle. “Conhecereis a verdade e esta vós libertará” (Bíblia cristã, livro de João, 8:32); essa frase, apesar de ter sido utilizada por um grupo completamente avesso a verdade durante as eleições de 2018 num certo grande país sul americano, é bastante apropriada, pois somente a “real busca” pode amparar soluções para conflitos e antagonismos. A frase continua válida e linda, ainda que tenha sido utilizada por mitômanos de plantão, acreditamos que a História, em pouco tempo, demonstrará “a verdade” sobre quem mentia descaradamente para o povo durante o pleito de 2018.

sombra de uma grande potência ocidental e, a partir daí, de maneira mais agressiva que aquela inaugurada anos antes.

A Declaração Balfour, de 2 de novembro de 1917, tornará público o apoio que o governo inglês dá à organização sionista, pois “Promete criar na Palestina um lar nacional para o povo judaico” (MASSOULIÉ, 1996, p. 52-53). Essa declaração, na mesma medida em que contradiz a promessa feita aos nacionalistas árabes de criação de seu reino, em troca do apoio destes à derrubada Otomana, atesta a dubiedade e o pragmatismo inglês, agora interessado na posição estratégica da região (dada a proximidade desta com o Canal de Suez) e no avanço territorial relativamente à França.

A partir de 1922, a Grã-Bretanha se torna mandatária sobre a região Palestina, a imigração judaica se desenvolve atendendo ao plano dos sionistas de povoamento da região que, contrariamente a todos os demais mandatos, não concede a seus habitantes o direito à autodeterminação; nesse momento, isso é favorável ao projeto sionista, o número deles na área ainda não poderia garantir-lhes uma proeminência, e isso comprometeria seus planos. É projeto inglês estabilizar a população judaica da Palestina em algo próximo de um terço da população total. Assim será até a iminência da Segunda Guerra Mundial, quando os interesses britânicos passam a dificultar a entrada de judeus provenientes da Europa.

Akcelrud distingue três diferentes levas migratórias: os judeus da Europa Oriental, que chegaram à Palestina como pioneiros e voluntários; os da Europa Ocidental, que desembarcaram às escondidas como refugiados; e os condenados pelo nazismo ao extermínio, os quais ninguém queria acolher, como revelou a “Conferência de Eviã”: “A política inglesa de apaziguamento de Hitler fechava as portas da Palestina aos judeus, ajudando a propaganda nazista no Oriente Médio. Começa então nova epopéia, a imigração clandestina, a *haapala*”. (AKCELHUD, 1984, p. 61).

Lotfallah Soliman, discutindo os critérios utilizados pela agência judaica e pela organização sionista para a concessão de vistos de imigração à Palestina (a emigração de judeus da Alemanha no período inicial do hitlerismo é livre), constata que, na realidade, suas preocupações eram “menos salvar judeus que salvá-los com seus capitais” e, sobretudo, levar para a Palestina apenas “material humano” (a expressão é de Bem Gurion) que, “segundo certos critérios políticos de idade e de

formação, pudesse contribuir para a edificação de um Estado” (SOLIMAN, 1990, p. 85).

É nesse contexto que se realiza o acordo de “*Havaara*” entre a agência judaica e o regime alemão, acordo comercial que levava, apesar das críticas¹²³, a salvo alguns milhares de condenados ao extermínio na Europa para a Palestina, e tão somente a ela, outro destino não interessava de nenhuma maneira aos dirigentes do “*Ischuv*”, a comunidade judaica na Palestina. Apesar da possibilidade de imigração para outros países, paulatinamente essas portas se fecharão, como demonstrará a conferência de Éviam de 1938, onde poucos queriam aceitar os condenados ao extermínio na Europa.

As transações decorrentes do Acordo de Haavara se realizarão, principalmente, na forma de troca de compras no parque industrial alemão com o próprio dinheiro dos beneficiados, retido na Europa pelos nazistas, e:

Uma sociedade fiduciária, o *Havara Trust and Transfert Office*, é criada sob a égide do Anglo-Palestinian Bank. Tem por função gerir os interesses dos judeus candidatos a imigração e negociar com exportadores e industriais alemães. O montante das transações é fixado em três milhões de marcos, com possibilidade de renovação. (SOLIMAN, 1990, p. 82).

Tanto maquinário adquirido nas negociações quanto o “material humano”¹²⁴ iriam direto para *Eretz Israel*, a Terra de Israel (não admitindo-se outro destino senão este), auxiliar na consecução do objetivo estatal, sempre em primeiro lugar. As transações que iniciaram em 1933 chegaram a 37 milhões de marcos e só findaram em 1939, com o início da guerra.

É interessante destacar que, no boicote comercial contra mercadorias produzidas na Alemanha hitlerista, iniciado desde 1933 nos EUA, e que se estendeu a outros países do Ocidente, com apoio de comunistas e judeus de vários setores, a Agência Judaica e seus principais líderes se posicionam contra.

É paradoxal e curioso que “De todas as personalidades marcantes do sionismo, somente Jabotinsky se insurge abertamente contra a decisão da

¹²³ Que são feitas, principalmente, porque, no período inicial do hitlerismo, a imigração judaica era livre, restando-se seus capitais, com o acordo, estes poderiam levar o capital em forma de compras nas indústrias alemãs (sendo as negociações realizadas entre os órgãos oficiais sionistas), apenas para a Palestina. Parece que o motivo humanitário desse acordo encontra-se nitidamente ligado ao capital que os candidatos à imigração possuíam, talvez o interesse em salvar os capitais estivesse no mesmo parâmetro que o de salvar vidas, senão maior, a *Raison D’Etat* sempre falaria mais alto.

¹²⁴ Expressão de Bem Gurion.

organização” (SOLIMAN, 1990, p. 80), ele que, ideologicamente, era fascista. Porém, pelo que se pode notar, era somente admirador do regime Italiano, e não vinculado aos acordos e alianças que este realizou (Eixo), a ponto de um pragmatismo que poderia demonstrar-se autodestrutivo, ou mesmo suicida, se a guerra que sobreveio não tomasse os rumos que tomou, e, mesmo assim, lá pelos idos de 1943, em Stalingrado, ou seja, no meio do conflito, com a grande ofensiva soviética, essa era a verdadeira causa da derrocada Nazista.

Tudo poderia ter sido diferente, e o pragmatismo do *Ischuv* e da Agência Judaica poderiam ser encarados hoje bem diversamente, mais como um crime que como uma escolha estratégica ou a melhor opção do momento, mas o “Senhor Destino” e, principalmente, os “Russos” conspiraram a seu favor (do *Ischuv*) na condução dos rumos da guerra.

Para Soliman, a questão ideológica fundamental parece clara: construir um Estado judeu para — e só para — o povo judeu. A prática terrorista se intensificaria há mais ou menos seis meses do fim do mandato britânico (ocorrido em 15 de maio de 1948), e atesta, além da desigualdade militar notória (pelo menos em relação aos palestinos), a intenção *a priori* de estender as linhas de fronteira expulsando e/ou dizimando a população autóctone.

Infelizmente, ocorreram ações de extrema violência que corroboram as análises de que foram planejadas racionalmente, não sendo apenas contingências de um estado de guerra. Cattán (1987) e Soliman (1990) relatam o massacre de Deir-Yassin, ocorrido em 10 de abril; conforme Cattán, tal acontecimento situa-se dentro de um “Esquema habitual de ocupação” (CATTAN, 1987 p. 129). O episódio em questão se refere à matança da quase totalidade da população de uma aldeia isolada que, atacada à noite, não mostra sequer resistência à barbárie particular a esse evento; e o fato de ele ter sido empreendido pelo *Irgun*, grupamento paramilitar, autorizaria o discurso autodefensivo das forças oficiais israelenses (*Haganah*) quanto a seu não comprometimento com o ocorrido.

Soliman (1990), contudo, refutando a teoria do consentimento a contragosto do *Haganah*, cita a correspondência de seu comando enviada aos líderes do *Irgun* e do *Lehi-Stem*: “Gostaria de atrair sua atenção para o fato de que a tomada de Deir-Yassin está incluída em nosso plano geral. Não faço nenhuma objeção a que o senhor se encarregue desta ação, desde que esteja em condições de manter o lugar” (SOLIMAN, 1990, p. 130).

Muito embora, atualmente, só o massacre perpetrado pelo Yrgun seja lembrado, milícias árabes revidam com o mesmo barbarismo, em 13 de maio, e “massacram os habitantes do *Kibutz Kfar Etzion*” (MASSOULIÉ, 1996, p. 63); a partir daí, de lado a lado se perpetuam as matanças, não há como deixar de admitir isso.

A repercussão desse acontecimento na aldeia Deir Yassin vai comprometer a tão propalada Pureza das Armas Judaicas (*Tohar Haneshek*) e a porá em questão no futuro, quando se iniciará, por parte do Ocidente, um olhar mais atento e crítico quanto à justeza dos atos de Israel e questionamentos sobre os direitos das populações árabes da Palestina. Por muito tempo o Ocidente se recusou a enxergar essas populações e suas penas, e ainda hoje muitos em Israel e fora dela apelam para qualificações de antissemitismo ou se utilizam do *marketing* em cima da *Shoá* para fazer calar ou desqualificar quem chama atenção para atos de força desmedida, desnecessária ou mesmo desumana praticados contra árabes palestinos.

Muito embora tais atos e excessos de lado a lado (não esqueçamos, só para exemplificar, de quando o Grande *Mufti* de Jerusalém, Hadj Amin, jogava as multidões muçulmanas contra judeus, causando massacres destes) tenham ocorrido — e ocorram ainda — é inegável, não há como ser ingênuo quanto a esses assuntos, sob a pena de auxiliar, como espectadores passivos e omissos, um jogo que prejudica e tem matado milhares de seres humanos.

Alguns dos que denunciam as desumanidades cometidas por forças israelenses muitas vezes querem que tais casos ocorram. São tendenciosos e demagogos e utilizam-se desses ocorridos para detratar Israel, sendo sua glória, como quem diz: “Viu, esses judeus não prestam mesmo”; sentem-se corroborados em suas frases de preconceito, e há também os que são realmente antissemitas e sob nenhuma circunstância ou aspecto desejam a paz entre israelenses e árabes, afinal, ambos seriam em sua origem semitas e, enquanto continuarem se matando mutuamente, farão na verdade seu serviço, realizarão sua meta: acabar com ambos.

A informação séria é fundamental, mas é necessário a realização da análise crítica dessas informações para que vire conhecimento real elucidador. “Segundo alguns sociólogos, hoje vivemos numa sociedade do conhecimento, ou sociedade da informação, dominada por especialistas profissionais e seus métodos científicos” (BURKE, 2003, p. 11).

Portanto, todo cuidado é necessário para não virarmos massa de manobra nas mãos de disseminadores de informações a serviço de interesses muito próprios,

os quais não estão ligados aos conceitos de nação ou soberania, nem os defendem, a não ser quando os interessam, quando lhes dá lucro, e esses, muito menos, são internacionalistas no sentido socialista.

Os dois modos de visão de mundo e também de ação (nacionalismo e socialismo internacionalista), embora ideologicamente antagônicos, quando se batem irrefletidamente, na realidade, fazem o jogo do Grande Capital e de seus donos, que pouco se importam se quem morre é de sua religião ou povo. Na verdade, para tais, o mundo é um parque de diversões, e os seres humanos brinquedos dos quais se pode extrair ganhos.

Esses jogadores do tabuleiro de xadrez global são internacionais e muito internacionalistas sim, mas no sentido de seus interesses, Estados-Nação, governos e uma população culta e politicamente atuante no sentido da preservação de seus interesses e direitos sociais conquistados em época de concessão (mais por medo de reviravoltas sociais que pelo senso de justiça das elites políticas), ou a conquistar, são entraves a seus lucros e às suas manipulações.

O discurso está presente em ambos os lados, e muito mais, em lados que preferem não aparecer de jeito nenhum, são atores, sujeitos partícipes do que ocorre; porém, preferem (precisam) permanecer incógnitos, para manipularem melhor, para usufruírem mais de seus interesses, pois serem descobertos poderia tirar-lhes a vantagem de manipulação sobre a opinião dos demais, de poder sobre os demais, apoderando-se da direção dos acontecimentos a partir das sombras. Segundo Foucault: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2000, p. 10).

Nesse sentido, há mais por trás do conflito israelo/árabe do que os beligerantes que aparecem, as lutas políticas que se travam, ou mesmo as visões de mundo que parecem tão antagônicas, mas, na realidade, são discursos que mascaram e servem a interesses que nada têm a ver com a causa ou com os dos povos que sofrem com a guerra endêmica na região.

Perguntamos se ainda é possível existirem indivíduos bem informados, porém ingênuos o suficiente para achar que os bilionários sauditas¹²⁵ estão preocupados de verdade com a causa e o sofrimentos dos palestinos, tanto os de Israel quanto os que

¹²⁵ Pois muito dinheiro saudita para lá foi deslocado, “recursos de Riad”, como escreve Alexandre Roche (1992, p. 209).

trabalham para eles em seu próprio território na Península Arábica, em empregos que os seus cidadãos (entenda-se súditos) não querem e nem trabalhariam por acharem indignos. Explorar uma mão de obra de desterrados é mais interessante, porém não está livre de problemas para os exploradores, como se sabe; não por tempo indefinido!

Há também quem creia que capitalistas judeus americanos ligados à indústria armamentista, petrolífera ou financeira com interesses estratégicos na área, choram e se remoem de dor por israelenses mortos em atentados; talvez haja algum que chore sim, exceção para confirmar a regra de que choram, morrem e matam, mas por seus lucros somente, sua força e, ao mesmo tempo, sua fraqueza extrema.

Atualmente, mais do que nunca, devido à massa de informações com a qual somos bombardeados, é necessário distinguir, processar e transformar a informação crua em conhecimento real, desmistificador. “Também precisamos distinguir entre conhecimento e informação, “saber como” e “saber o quê”, e o que é explícito e o que é tido como certo” (BURKE, 2003, p. 19).

Recusar posturas ingênuas é preciso, mais que isso, fundamental, e todo cuidado é necessário, pois agora está em voga a difusão, para calar os mais atentos e desconfiados, da seguinte tese: “ele crê em teorias da conspiração, coitado!”. Isso também é discurso que serve a interesses, é preciso e extremamente necessário cuidar da ordem do discurso, a quem se direciona, e, talvez a parte mais difícil, descobrir quem o proferiu inicialmente, onde realmente teve origem, a quem serve, pois esses geralmente se encobrem por trás de uma nevoa protetora difícilíssima de descortinar.

Nenhum ator internacional, seja do tipo que for, age, interfere ou opina sobre os conflitos no Oriente Médio desinteressadamente ou por causas exclusivamente humanitárias, assim como dizia o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, “em política nada acontece por acidente, se alguma coisa acontece, você pode ter certeza que foi planejado” (VISENTINI, 2012, p. 158), e não temos dúvidas de que os planejamentos políticos projetados sobre o Oriente Médio sempre procuraram satisfazer a interesses que pouco tinham a ver com os dos seres humanos que sofriam e sofrem com uma guerra perpétua — ainda hoje é assim.

A tragédia de Deir-Yassin é inegável, pois foi atestada por inúmeras fontes ligadas ao próprio governo israelense; porém, sem eximir a política oficial israelense da corresponsabilidade, devemos destacar que as duas forças sionistas que realizaram atos como esse (e terroristas também quando do mandato britânico) foram

o *Irgun* e o *Stern*, duas facções de extrema direita que foram desintegradas logo em seguida à estruturação do estado, o *Irgun*, de Beguin, discípulo de Jabotinsky (de inegáveis inclinações fascistas), foi a *manu militari*, e não sem antes entrar em conflito com a *Haganah*, base do futuro exército regular, precursor do *Tsahal*, que unificará todas as armas.

Porém, tanto essas tendências, como também suas lideranças, não sumiram, foram para o jogo político constituindo-se em partidos (ex: o *Likud*), que hoje detêm uma massa eleitoral muito grande em Israel que, junto com os partidos religiosos, constituem atualmente os principais obstáculos na real busca da paz. Vale citar, para melhor entendimento do quadro do atual Israel, que já foram governo inúmeras vezes.

Quanto à ideologia dos principais dirigentes do movimento sionista, Lotfallah Soliman afirma: “Basta examinarmos detidamente para constatar que entre os três grandes sionismos políticos pós-Herzeliano, Weizmann, Ben Gurion e Jabotinsky, não havia nenhuma divergência quanto aos objetivos” (SOLIMAN, 1990). Apesar das declarações conjunturais de uns e de outros e das acusações recíprocas, todos os três eram “Estadistas”, e todos os três, em graus diversos, pretendiam fazer de toda a Palestina o Estado do “povo judeu” de volta à “terra que era dele”.

E, com tal objetivo, todos concordavam, todos queriam a volta à pátria ancestral, mitológica, bíblica, uma nação de glórias, mantida viva em suas mentes por séculos de orações sempre a repetir “Ano novo em Jerusalém”, mesmo que essa pátria não mais existisse também há séculos. Que importava? Afinal, estava viva em sua história, em sua narrativa como povo da diáspora, e podiam, deviam, recriá-la, “História é recriação, e o historiador é o mediador, o conduto dessa recriação” (DOSSE, 2001. p. 51). Neste sentido, o conceito de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (1983) nos parece completamente aplicável, visto que a nação que derivou do sionismo foi socialmente construída, “imaginada” por seus idealizadores, mesmo com diferenças ideológicas, todos queriam o Estado Judeu.

Nesse sentido, todos os líderes sionistas, das diversas correntes, sentiram-se como historiadores realizando um fazer histórico aplicado, materializado, construtores erguendo, ou melhor, recriando a pátria de seus ancestrais, mesmo que aquela recriação não fosse o “recriar”¹²⁶ de nada que realmente houvesse existido, mas, sim,

¹²⁶ Como afirma Ernest Renan, citado por Hobsbawn “entender mal a história é essencial para se tornar nação” (Hobsbawn, Eric. Sobre História), com o qual concordamos completamente e acrescentamos: “entender mal a história é fundamental para justificação de absurdos”. Um documentário francês de

um fenômeno totalmente novo e fruto das condições muito peculiares que estavam dadas pelo século XX.

Porém, nem sempre fora assim. No início do movimento a região, o local para o estabelecimento do núcleo estatal que esteve por vezes em aberto, em discussão, o discurso que fazia da “Palestina uma terra sem povo para um povo sem terra”, conclamando os judeus para lá, nem sempre foi o único. Tanto que, durante a vida de Herzl, ele próprio pela via das conversações diplomáticas, tentou encontrar um pedaço qualquer que fosse da superfície terrestre, onde pudesse estabelecer “um lar nacional, núcleo de um futuro estado independente” (MASSOLÍE, 1996, p. 49). Seria um estado que poderia oferecer segurança e amparo em termos de um interlocutor constituído para uma população espalhada e sem representante legítimo perante outros governos.

Herzl entrara em contato com o sultão otomano e o kaiser alemão; não obtendo sucesso, foram cogitadas Chipre e uma área na Argentina; porém, em 1903 Londres oferece Uganda (como se lá também não houvesse uma população autóctone). O congresso sionista aprova, por pequena maioria, a proposta, a rejeitando imediatamente após a morte de Herzl, em 1904, afinal, não haveria sentido um sionismo sem Sião, é “o fracasso provisório da via diplomática do sionismo”, seguida por Herzl e continuada por Chaim Weizman, futuro presidente do estado de Israel; porém, a predominância de agora em diante será dos sionistas práticos e de suas ações objetivas.

Em Said (2012, p. 9) há referências bem plausíveis, visto serem do diário de Herzl, de que esse preferiria e planejava a Palestina como o destino e objetivo do sionismo. Sim, não discordamos de que qualquer líder do movimento a preferiria, por inequívocas razões que não precisam ser repetidas. Porém, é interessante destacar que, enquanto viveu ele, o líder inquestionável do sionismo, aventou seriamente outra possibilidade, de outra área (Uganda), e esta foi colocada em votação como projeto e “aprovada pelo congresso sionista em 1903” (MASSOLÍE, 1996, p. 49).

2008 sobre Chomsky é digno de nota o depoimento de um advogado francês na mídia, que se manifestava sobre porque a França deveria participar da invasão do Iraque junto com os EUA, os equívocos das afirmações são estarrecedores. Ver “Chomsky & Cia”, episódio 2, 2008, de Olivier Azan e Daniel Mermet.

As observações de Said acerca do diário de Herzl quanto à população árabe da palestina¹²⁷ são de 1895 (SAID, 2011, p. 15); portanto, oito anos antes. Nesse período, certamente, muita coisa foi se transformando na cabeça do líder sionista, porque teria posto a proposta em votação e conseguido aprová-la, uma proposta que a maioria hostilizava, sendo tal aprovação, sem dúvida, conseguida somente por prestígio dele, visto ser por extrema minoria, e descartada logo após sua morte, em 1904.

Mesmo nessa época, uma considerável e, muitas vezes, influente parcela da comunidade judaica, criticava o projeto por continuar fiel à “[...] idéia de uma emancipação pessoal no contexto dos países onde moram, e acusavam os sionistas, com seu projeto de ruptura com o Ocidente, de fazer o jogo dos antissemitas” (MASSOULIÉ, 1996, p. 48), a corrente socialista dentro do sionismo pregava essa ruptura. Havia também a vertente que pregava “o sionismo cultural” de *Ahad Haám*, a qual afirmava que Israel deve tornar-se um refúgio para o judaísmo, para a cultura judaica; nesse sentido, “é preciso não tanto preparar a terra para o povo, mas o povo para terra” (MASSOULIÉ, 1996, p. 49).

Para François Massoulié, o movimento nunca esteve completamente unificado e encontrava-se dividido mesmo quanto aos objetivos básicos. Ele contesta a unidade do movimento antes de tragédia sob o nazismo: “[...] dos *pogrons* de odessa (1881) até auschwitz, o sionismo adquiriu uma trágica legitimidade” (MASSOULIÉ, 1996, p. 48), e só a partir daí é que as diversas tendências deixaram suas diferenças por hora de lado, por uma luta em comum.

No entanto, podemos deferir que — apesar do mosaico ou colcha de retalhos que, em muitos aspectos, o movimento era, assim como o judaísmo europeu (controvérsias nunca lhe faltaram), pelo menos em sua veia política —, o objetivo era claro: só a constituição do estado era realmente importante e faria diferença para os judeus.

De qualquer forma, com o panorama proporcionado pela afirmação do nazismo e pelo fortalecimento do sentimento antissemita, o sionismo político aparecerá como uma alternativa aceitável, e, para muitos, a única digna de “luta

¹²⁷ Herzl observa, em seu diário, que o movimento Sionista teria de estimular a população “pobre da palestina” a cruzar a fronteira em busca de emprego em “países de trânsito”, e isso seria conseguido se lhe fosse negado emprego na palestina; porém, essa anotação é de 1895. Oito anos mais tarde, o líder sionista encararia seriamente “Uganda” como opção e destino, em vez da Palestina.

concreta e objetiva”. Os defensores dessa vertente dentro do movimento propunham a criação do Estado judaico na Palestina mediante a sua colonização por judeus espalhados pelo mundo, especialmente os residentes na Europa. De fato, durante as décadas de 1920 e 1930, a imigração judaica para a Palestina aumentou significativamente, gerando conflitos que, com o tempo, só fizeram recrudescer, e até hoje não se verificam perspectivas a curto prazo de resolução.

Mas o que tentamos vislumbrar é que, no contexto do sionismo e do mundo ocidental, houve e foram postas em pauta e discutidas outras possibilidades¹²⁸ para o designado “problema judaico”. Posteriormente, Stalin, na URSS, também colocará a sua maneira de resolver as questões dos “seus judeus” (sua filha era casada com um), com a criação de um território autônomo para estes e o seu deslocamento forçado para o extremo leste da URSS¹²⁹.

Jacob Tsur, inequivocamente um apologista panfletário do Sionismo político, quando afirma: “Entretanto, apesar das divergências estratégicas ou táticas existentes entre as diversas formações ‘*Hagana, Irgun Tsvaí-Leumi e Lohamei-Herut-Israel*’ – todas elas participaram da mesma luta de libertação nacional, tendendo todas para o mesmo fim” (TSUR, 1976, p. 61), confirma as dedutivas de Lotfallah Soliman citadas alguns parágrafos atrás, quanto aos objetivos dos três sionismos políticos pós-Herzelianos (Weizmann, Ben Gurion e Jabotinsky), e isso anos antes de Soliman escrevê-los. Não descartamos a utilização de palavras semelhantes para a analogia ser realizada, ingenuidade nestas questões é quase um crime; porém, com certeza, Tsur não se importaria, pois era exatamente o que queria afirmar: “A total convergência de todos os grupos políticos dentro do movimento Sionista” (TSUR, 1976), apesar de suas diferenças ideológicas, em direção ao mesmo fim almejado, “a construção do estado de Israel”.

Se o que um egípcio, Soliman (como foi transcrito em alguns parágrafos acima), afirmar igualmente o mesmo sobre os objetivos das correntes dentro do sionismo, achamos que ele (Tsur), sem dúvida, não reclamaria, pelo menos nisso consideramos que as afirmativas se encontram; portanto, talvez a prova real, para

¹²⁸ Além de Uganda, foram aventadas também terras em Madagascar, Argentina e Chipre, para o estabelecimento de colônias judaicas. No caso de Uganda, parece que o governo britânico daria apoio ao estabelecimento de uma espécie estatal lá, como se a população local fosse inexistente, pois o governo de sua majestade preferiria brancos, mesmo que fossem judeus, que fariam o serviço dos ingleses na administração do país e em prol dos interesses da coroa.

¹²⁹ Birobdjian, capital do “Oblast autônomo judaico”, atualmente com uma população de 176. 000 indivíduos, sendo que somente 0,2 % são judeus.

usar um termo da álgebra (só para constar, uma invenção árabe), tenha aí sido realizada.

Porém, mais tarde, as divergências existentes no Sionismo vão situar-se noutra parte. Enquanto Jabotinsky, ideologicamente ligado ao fascismo e considerado pelo próprio Mussolini como o ideal do novo homem fascista, queria que o objetivo final fosse continuamente proclamado em alto e bom som, Weizmann, até sua morte, e Ben Gurion, até 1942, pensavam que a proclamação de objetivo como esse seria, no mínimo, inútil, alienaria certas simpatias, além de despertar prematuramente a animosidade dos árabes.

Embora isso, todos os três estavam convencidos de que o sionismo deveria desenvolver-se sob as asas protetoras de uma grande potência, mas, enquanto Weizmann era anglófilo e contava com o apoio mais oportunista que ideológico de Zeev Jabotinsky nessa vinculação, Ben Gurion, que, em sua juventude na Polónia, vinculara-se a grupos socialistas judeus, como o *Pooley Sion* (operários de Sion), e foi fundador, posteriormente, do *Mapai* (partido trabalhista de Israel), atribuía pouca importância à escolha da “mãe portadora”, com a única condição de que esta fosse capaz de levar o projeto até sua maturação. Jabotinsky, tribuno inflamado, acreditava na onipotência do verbo, Weizmann, finório da política e da diplomacia, enquanto Ben Gurion, realista e pragmático, voluntarioso, ciumento e ditador, priorizava a ação *in loco* às “situações de fato”, sem as quais tanto o verbo quanto a diplomacia seriam inúteis.

Jabotinsky, querendo tudo agora, recusara todos os planos (tudo que considerava concessão), enquanto Weizmann e Ben Gurion os aceitaram todos como “à-valoir”, esperando que a evolução das relações de força permita extorquir novos *à-valoir* até a realização do Grande Israel, aquele do Terceiro Templo” (SOLIMAN, 1990, p. 139-140). E parece que estavam certos. As condições objetivas que se desenvolveriam a partir do final da primeira guerra mundial evoluíram para que pudessem extrair ganhos, e esses cada vez mais substanciais rumo à finalização ou limiar real de seu projeto, o Estado.

CAPÍTULO IV – A INTERFERÊNCIA OCIDENTAL

Não vos entremeis com eles, porque vos não darei da sua terra nem ainda da pisada da planta de um pé: porquanto a Esaú ‘tenho dado a montanha de Seir¹³⁰ por herança’ (Deuteronômio cristão; Dvarim judaica).

4.1 CONTEXTO POLÍTICO DO ORIENTE MÉDIO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Até a Grande Guerra, o Oriente Médio era uma divisão administrativa do Império Otomano gerida por governantes locais e organizada em províncias cujas delimitações físicas eram mutáveis, variando de acordo com as relações locais. Sua submissão à Sublime Porta (Istambul) implicava basicamente o pagamento de taxas, sendo o tipo de exploração tradicionalmente exercido pelos Otomanos de viés tributário, diverso dos modelos ocidentais exploratórios das colônias praticados por países europeus.

Segundo Visentini (2012), as potências ascendentes do continente europeu, em processo de industrialização, voltaram-se para essa região de “notável importância geopolítica”, e ainda sob o controle da decadente Turquia¹³¹ — o “Homem doente da Europa” —, iniciando o que seria conhecido como “A Questão do Oriente” ainda na segunda metade do século XIX:

A chamada Questão do Oriente, desencadeada com a Guerra da Crimeia (Inglaterra e França contra a Rússia, em 1856) abarcava a tentativa inglesa de controlar a passagem para o oceano Índico (após a construção do canal de Suez, 1867), de impedir o acesso do Império russo aos mares quentes e abertos e, posteriormente, de obstaculizar a projeção alemã para a região (através da estrada de ferro Berlim-Bagdá). Neste último aspecto já ocorria uma competição aberta pelo controle do petróleo – a fonte de energia dos

¹³⁰ Segundo o dicionário Bíblico de John I. McKenzie, as Montanhas de Seir seriam, sem dúvida, “a cadeia de montanhas que se estende do SO do mar Morto ao longo do lado Oeste da Arábia” (MCKENZIE, 2011, p. 783). Essa região deveria ser reservada aos descendentes de Esaú, primogênito de Isaac, segundo patriarca hebreu, e irmão de Jacó, o terceiro, que ultrapassa o irmão, no direito à primogenitura, após enganar o pai; porém, a Esaú e seus descendentes (não Hebreus) estaria sempre reservada essa área, hoje controlada pelo “Estado Israelense”, contrariando, assim, o que a Torá estipulava, e com apoio irrestrito dos “religiosos ortodoxos judeus”.

¹³¹ O império otomano já agonizava desde meados do século XIX, e seu controle no oriente médio já havia sido contrastado pelo Egito, transformado em verdadeiro estado autônomo e rival por Mohamed Ali, general albanês do exército do sultão. Sendo que o controle, apenas nominal da Sublime Porta, fora garantido pelos interesses de Londres, que intervém e obriga Ali a recuar, ficando garantida a manutenção da dinastia que fundara no trono egípcio; essa se manteve até a queda de seu último representante, o rei Farouk, na década de 1950. Os Britânicos, então, em 1841, recebem como recompensa do sultão o fechamento dos Dardanelos a Rússia. A coroa britânica consegue seu objetivo de obstruir a saída dos russos ao mediterrâneo, e o império otomano consegue mais uma “sobrevivência”, até o final da I Guerra, quando sua aliada de ocasião, em conluio com a França, não tardam em dividir seu território através de Picot-Sykes.

motores a combustão, que moviam a II Revolução Industrial (VISENTINI, 2012, p. 17).

A despeito das ideias, deveras utópicas, de que a segurança da riqueza dispensaria países extremamente armados, e as nações, como indivíduos, ao promoverem seu “desenvolvimento próprio trabalhariam para o desenvolvimento global”, conceito talvez plausível, ou mais “bem apessoado e atraente” para uma época ascendente como a das últimas décadas Século XIX, a “Belle Époque”. A competição entre as potências europeias em busca de mercados e matérias primas revelaria a realidade em sua crueza para compor o quadro: “o nacionalismo começou a assumir um aspecto sinistro e a degenerar em imperialismo” (CARR, 2001, p. 65), e a guerra não tardaria a surgir nos horizontes como uma “possibilidade muito concreta”, mais que isso, capaz de tomar proporções jamais vistas e espalhar-se como vírus degenerativo, para além das fronteiras europeias.

Logo montou-se o sistema de alianças: de um lado, as “Potências Centrais” (Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano), de outro, a “Entente Cordiale”, também denominada “Tríplice Entente” (Reino Unido, França, Aliadas ao Império do Czar), para compor o quadro o revanchismo da França em relação a Alemanha, pela derrota na guerra de 1870 e a perda da Alsácia-Lorena. A fascinação que a guerra exercia entre a juventude era inegável, cristalizada em poemas e artigos incentivadores desta: “A guerra! De repente a palavra ganhou prestígio. É uma palavra jovem, toda nova, embonecada dessa sedução que faz reviver o coração dos homens. Os jovens dão-lhe toda beleza de que estão plenos e de que a vida cotidiana os priva” (BONNARD, Abel. *Jornal Le Fígaro*, 1912. In: JAURES, Jean. *As causas da Primeira Guerra Mundial*. Lisboa, Estampa, 1974, p. 63/64). Para todos analistas que se agarram a variáveis, poderíamos afirmar¹³², a despeito do incomensurável ou o imponderável, sempre presentes em questões humanas, que a primeira década do novo século, continha todas as variáveis que conjugadas poderiam forjar um conflito, em escala ampla e com tendência expansiva, “global”.

Os acontecimentos posteriores confirmariam a não muito difícil previsão, e os desejos belicosos seriam satisfeitos e ultrapassariam, em muito, qualquer catástrofe fomentada pela espécie até então, a “Grande Guerra”.

¹³² Com o privilégio só garantido pela “retrovisão”, certeza de quem escreve a posteriori.

Com o advento do novo século e da I Guerra Mundial¹³³, as potências da Entente Cordiale procuraram o apoio da população árabe na luta contra o Império Turco, incentivando os movimentos de independência¹³⁴ com promessas de medidas favoráveis à autonomia política e à unidade árabe. Porém, antes mesmo do término do conflito, França e Inglaterra acertaram entre si uma divisão da região de acordo com seus interesses estratégicos, por meio do acordo secreto de Sykes-Picot, em 1916, buscando consolidar sua presença na Síria e na Palestina, respectivamente, uma intenção neocolonialista que geraria um conflito com os interesses árabes que pretendiam a autonomia.

Interessante observar a enormidade territorial que a Inglaterra e a França, secretamente, por meio desse acordo, outorgaram a si do ainda moribundo Império Otomano. No mapa a seguir (Figura 5), podemos verificar as regiões que, pelo plano, estariam diretamente sob o controle dessas potências, além de outras que também estavam sobre sua influência hegemônica.

¹³³ Muito ao contrário das teorias idealistas das relações internacionais, a exemplo das ideias de Norman Angell, de que a guerra entre as potências da Europa era algo implausível (ver Norman Angell, “A Grande Ilusão”, 2001, p. 21/35), a guerra se mostrou bem factível e destrutiva como nunca para os países e suas economias, com a exceção dos EUA, que muito lucraram com essa, e algumas outras nações sul-americanas, exportadoras de produtos primários.

¹³⁴ Interessante para ilustração da “Revolta Árabe”, incentivada pelos britânicos, o filme “Lawrence da Arábia”, produção inglesa de 1962, dirigido por David Lean. Apesar de ser uma produção comercial, é guardadas as proporções, bem interessante.



Figura 6: Partilha do Oriente Médio
 Fonte: thebogdemocracy, 2013.

Contrariamente às ambições franco-britânicas sobre a área — intenção nitidamente neocolonial —, ao final da guerra, o que predomina na diplomacia internacional é uma postura de rechaço ao colonialismo, influenciado pela Revolução Russa e as teses de Lenin, e pela posição norte-americana, expressa em 1918 nos quatorze pontos do presidente Wilson, com o reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos, o que é incorporado ao Pacto da Sociedade das Nações. Nessa conjuntura, o sistema de mandatos estabelecido nos tratados do pós-guerra coloca-se como saída para manter o controle sobre as áreas antes mantidas sob o domínio dos países derrotados, camuflando o domínio colonial que se mantém sob novo formato. O Oriente Médio é dividido entre a França e a Inglaterra sob tal regime, que, em tese, representaria um controle provisório, mas sem prazo final pré-fixado, ou, segundo sua própria interpretação, de quando os países estariam maduros para se autogerir.

Segundo Martines Carreras, “Tras el Tratado de Versalhes, um año más tarde, em maio de 1920, la conferencia de Sam remo legalizó los arreglos e repartos territoriales, previamente acordados entre Francia e Gra Bretanhã em detrimento de los árabes” (CARRERAS, 1991, p. 53). Apesar das posições contrárias expressas na

Doutrina Wilson e da Revolução Russa e seu anti-imperialismo engajado causarem arrepios ao mundo ocidental, a Conferência de Sam Remo referendava o acordo de Picot-Sykes, que repartira os domínios Otomanos mesmo antes do término da guerra. Isso é realizado pelo Tratado de Sèvres, um acordo de paz imposto à Turquia em agosto de 1920, no qual ficou estabelecido que deixavam de integrar o império derrotado uma série de territórios, entre os quais a área que atualmente corresponde à Síria, ao Iraque, ao Líbano, à Palestina e à Transjordânia, onde foram estabelecidos mandatos sob a tutela inglesa ou francesa, com a delimitação de fronteiras artificiais, tudo reconhecido pela Liga das Nações¹³⁵.

Os planos das potências europeias vencedoras, a respeito do destino dessas áreas, receberam o aval internacional através da Liga, prenúncio de que esta não seria bem-sucedida em seu objetivo inicial, pelo menos em sua pró-forma, de mediar e resolver questões e defender interesses de povos sem se deixar influenciar pelo poderio dos envolvidos. AA II Grande Guerra provaria isso.

Assim, foi implantado um novo sistema de dominação na região, com a divisão dos árabes e o desmembramento das áreas do Império Turco no Oriente Médio nominalmente em diferentes Estados; porém, na realidade, colocados sob a tutela e administração europeia. Isso frustrou o nacionalismo árabe, que fora incentivado pelos países da Entente (França e Inglaterra, já que o Império do Czar enfrentava seus próprios dilemas internos com a revolução), no curso da Grande Guerra, com o objetivo de enfraquecer Istambul.

Vale citar, para visualização mais adequada dos interesses rivais há muito tempo atuando e competindo na região, que o canal de Suez, construído numa aliança entre franceses e o rei Ismail do Egito, e inaugurado em 1875, fora arrebatado pelos ingleses numa jogada realizada pelo primeiro-ministro Disraeli, que, aproveitando-se das dificuldades econômicas do rei egípcio, compra as ações deste, assegurando o controle britânico do canal. Tal negócio, realizado por um judeu, como o nome demonstra, corroboraria, no futuro, um discurso antissemita (anti/judaico), por parte de alguns no Egito. Lotfallah Solimam é testemunha ocular de um evento em que tais retóricas seriam apregoadas e o descreve em sua narrativa:

¹³⁵ Segundo Hans Morgenthau (2011), diferentemente do antigo “Pacto da Santa Aliança”, a Liga das Nações era uma organização real, com personalidade jurídica, órgãos e entes próprios, porém, pelo que se viu num futuro próximo, possivelmente, (em nossa análise), mais fraca que o pacto anterior do Século XIX, haja visto sua completa incapacidade de evitar a “proliferação dos germes de conflitos posteriores”; muito ao contrário, sua fraqueza os incentivou.

Assim é que num dia de 1947, após a ONU ter votado a resolução sobre a partilha da palestina, enquanto, no decorrer de um debate organizado pela juventude *Wafdist*, eu me esforçava para limitar os estragos fazendo uma distinção entre ‘judeus’ e ‘sionistas’, é por um membro desta pequena minoria que me vi atacado: a compra pela Inglaterra das ações do canal de Suez, compra que serviria de prelúdio ao bombardeio de Alexandria e a invasão e à ocupação inglesa do Egito em 1884, foi realizada por um judeu (Disraeli), por intermédio de outro judeu (Henry Oppenheim), graças à contribuição financeira de um terceiro (Lionel Rothschild) (SOLIMAM, 1990, p. 72).

Solimam relata que, como o público era composto, em sua maioria, pela ala democrática do *Wafd*¹³⁶, a qual, tal como ele, era contra o plano de partilha proposto pela Liga das Nações, pensou estar amparado contra as teses antisemitas. Ledo engano, as argumentações dele de que “nem todo judeu era um Rothschild e Oppenheim ou sionista” não surtiriam efeito. O discurso do ódio irracional parece mais eficaz nessas ocasiões extremas, mas deixemos essa análise para outra oportunidade e voltemos às acomodações realizadas pelas potências vencedoras ao término da primeira guerra.

O sistema de mandatos foi instituído e regulado a partir do art. 22 do Tratado de Versalhes, e corresponde à cláusula do Pacto da Sociedade de Nações (votado em fevereiro de 1919), que pretendia regular a situação das colônias pertencentes aos países derrotados na guerra e habitadas por populações ainda não capacitadas para se dirigirem por si mesmas. Contexto em que se enquadravam¹³⁷ as regiões separadas do Império Otomano, correspondentes à Palestina, Síria, Líbano e Iraque, cuja administração deveria ser guiada por um mandatário. Esse sistema gera descontentamento e conflitos na região, pois os árabes são liberados do domínio Otomano, mas colocados sob a tutela dos Impérios Francês e Britânico. Assim, ao invés da projetada nação árabe unida, tem-se a divisão da região em nações distintas e heterogêneas, representando, ainda, uma razão adicional para o descontentamento entre os árabes o compromisso assumido pela Inglaterra com os sionistas.

De acordo com Martinez Carreras (1990, p. 55), o desmembramento do Império Otomano deveu-se à iniciativa francesa, que pretendia estabelecer-se na Síria e no Líbano, e aos sionistas, que queriam ocupar a Palestina, tendo colaborado a Inglaterra ao aceitarem o projeto de divisão, ao invés de tentar estabelecer um

¹³⁶ Do árabe, “delegação”, e nome do partido nacionalista liberal e burguês do Egito, fundado em 1918, e influente nas décadas de 1920 e 1930, dissolvido após a queda do rei Farouk, em 1952.

¹³⁷ Ou melhor, que potências europeias “achavam” que se enquadravam, mas, na verdade, estavam defendendo seus próprios interesses de expansão na área.

protetorado único sobre toda a área. Outro fator que contribuiu para o desmembramento é a atitude dos setores dirigentes árabes, tradicionais e conservadores, que não apresentaram uma oposição efetiva à desagregação e terminaram por aceitá-la e cooperar com as potências mandatárias, buscando o apoio ocidental para manter seu poder. França e Inglaterra desenvolvem uma política de alianças com as famílias dominantes locais, que ganham tronos, mas não independência, estando a população submetida a um dominador estrangeiro e a uma elite local subserviente e corrupta, que não busca mudanças.

Na Síria, com o término da Grande Guerra, o Partido da Independência Árabe proclama a independência sob um regime de monarquia constitucional, Feysal ocupa o trono e o país abrange os atuais territórios da Síria, Líbano, Transjordânia e Palestina. Contudo, em julho de 1920, a França ocupa a região e depõe o rei, instalando sua administração e delimitando novas fronteiras, concedendo autonomia a certos territórios com o objetivo de obter apoio de grupos minoritários e dividir a oposição. É o caso do Líbano, que se torna Estado autônomo em relação à Síria.

Londres organiza a criação da Transjordânia, que antes integrava a Palestina, objetivando constituir um Estado que fosse área de transição e permitisse um equilíbrio estratégico entre o Iraque, a Palestina, a Arábia Saudita em formação e a Síria francesa. O governo do novo reino é dado a Abdullah, dirigente da elite árabe e segundo filho de Hussein, de Meca, da família dos Hachemitas, que, em troca, renuncia seus direitos sobre o Iraque a favor de seu irmão Feysal, que, por sua vez, havia sido expulso pelos Franceses da Síria.

Winston Churchill organizou todo esse esquema em nome do Reino Unido a fim de beneficiar os seus antigos aliados *Hachemitas*, deflagradores da Revolta Árabe contra os turcos em 1916, cujo líder foi o filho de Hussein de Meca, Faysal, mas que seriam expulsos da Península Arábica pelos sauditas. Nessa época, Churchill era “secretário das colônias, depois de haver celebrado no Cairo uma conferência que estudou diferentes possibilidades para resolver a situação” (MARTINEZ CARRERAS, 1990, p. 64).

Desde 1919, os reinos peninsulares do *Nejd* e do *Hedjaz* estavam em conflito. O *Nejd* era controlado pelo *Saudita* Abdalaziz, do ramo islâmico do *Wahhabismo* (prega uma volta aos valores primevos do Islã), que realiza campanhas sucessivas contra o *Hedjaz*, controlado pelo Hachemita Hussein, o “*Cherif* de Meca”, até que, em 1924, Abdalaziz invadiu o vizinho, que é controlado com facilidade. O *Cherif* se coloca sob a

proteção britânica e abdica em favor de seu filho “Ali”, debaixo do qual tenta colocar os restos de seu Estado, quando, em 1925, os Sauditas o derrotam, unindo completamente os dois reinos. O que restou na península ficou por conta do Yemem, que também se constituiu em um Emirado independente, e de outros pequenos reinos, então, política e economicamente insignificantes.

Londres, que baseia boa parte de sua política para a área devido à confiança que tem na família dos *Hachemitas*, logo encontrará ou fabricará postos (entenda-se tronos) em que possa assentar seus protegidos, logicamente para que esses defendam os interesses britânicos na região, mesmo às custas de divisões arbitrárias de território e recursos, que poderão levar, e levarão, a conflitos no futuro. Também o Kuwait, riquíssimo em recursos petrolíferos, foi inventado em termos de fronteiras criadas artificialmente por ingleses, a fim de beneficiar a uma família aliada local (os *Al-Sabah*) e também aos seus próprios interesses, dividindo terras e seus imensos recursos subterrâneos, com antagonismos fronteiriços permanentes que acabarão redundando na invasão do país pelo Iraque em 1990¹³⁸.

Pedimos licença para realizar um breve adendo e salto ao futuro em nossa narrativa, para relacionar essas manipulações geográficas artificiais das primeiras décadas do século no Oriente Médio a conflitos bem atuais e conhecidos. As Guerras do Golfo proporcionam exemplos claros do que a política manipulatória praticada pelas potências ocidentais sobre a região pode gerar. Esse conflito, ainda bem presente em nossa memória, com seus desdobramentos nefastos repercutindo muito até hoje, tanto na região castigada pela guerra como nos EUA, combalido economicamente pelos bilhões (alguns dados falam em trilhões de dólares queimados¹³⁹) com a guerra contra o Iraque, a fim de defender seu aliado¹⁴⁰, apesar

¹³⁸ Uma das queixas iraquianas contra o Kuwait era exatamente que este realizara exploração petrolífera perto da fronteira em comum, no campo de Rumailá, e retirou do subsolo importantes quantidades de óleo que pertenciam às jazidas situadas em território iraquiano — ou do subsolo iraquiano. A rigor, subsolos não respeitam fronteiras, são, a grosso modo, vasos comunicantes. Em função desse bombeamento, oculto e ilícito, segundo os iraquianos, que ocorrerá durante o conflito Irã/Iraque, o governo de Sadan Hussein reclamará uma indenização de 2,5 bilhões de dólares do Kuwait. Ver CAUBET, 1991, p. 12.

¹³⁹ Há cálculo, em matéria da Veja, disponível em <http://vejaabril.com.br/tema/osama-bin-laden>. Existem outros, mas esse, apesar de estar publicado nessa revista, serve para dar uma ideia da enormidade dos recursos despendidos desde o início das intervenções americanas.

¹⁴⁰ Interessante destacar que, quando ouvira as reclamações de Saddam Hussein contra o Kuwait, a embaixadora americana Sra. April Glaspie afirmou, em 25 de julho de 1990: “Não temos opinião sobre os conflitos entre países árabes, como o seu litígio com o Kuwait”. Na mesma semana, o porta-voz de James Baker e seu adjunto para o oriente próximo declararam que a América “Não tinha a obrigação de ajudar o Kuwait, se fosse atacado” (ver CAUBET, 1991, p. 15), ambiguidade discursiva que certamente influenciou na decisão iraquiana de invadir o vizinho imaginando-se livre para tal.

de inicialmente ter beneficiado algumas áreas da economia americana com interesses no Oriente Médio, a rigor, as de sempre, as que sempre lucram com a desgraça mundial, a de armamentos e a do petróleo.

Porém, tais gastos influenciaram decisivamente, se não redundaram na grave crise estadunidense¹⁴¹, que repercutiu em todo o globo, haja vista uma crise na maior economia planetária não passar impunemente, ou seja: a humanidade toda sofre pelos desvarios gananciosos em busca de lucros imediatos e sem medir consequências humanitárias (ou medindo e pouco se importando). Os donos dos interesses que mais danos causam ao planeta tanto no que se refere às vidas humanas perdidas em conflitos insanos, fomentados pelos senhores das armas o conflito atual da Síria é um exemplo —, quanto à vida do meio ambiente natural, comprometido e talvez irreversível, são estes: a grande indústria armamentista e a petrolífera e seus dirigentes, bem como os políticos atrelados a elas, são os causadores dessas tragédias.

Portanto, quando os aiatolás xiitas do Irã chamam os EUA de grande satã¹⁴², talvez em certo sentido não estejam exagerando tanto assim, já que a maior parte dos controladores dessas indústrias são norte-americanos ou ligados a eles.

Gratos pela licença e voltando à década de 1920, a Inglaterra busca assegurar o domínio sobre a região da Palestina para obter uma ligação terrestre com o Canal de Suez, o qual já controlava, garantindo, assim, a rota de ligação mais rápida e eficiente entre áreas longínquas integrantes do Império Britânico e a metrópole, a situação da região se tornaria ainda mais delicada devido a negociações e acordos contraditórios:

[...] entre os principais podemos citar acordo de Syks-Picot – que colocava a Palestina sob controle internacional, sendo que na conferência de San Remo, em 1920, se decidira pelo mandato britânico – e a declaração Balfour, de 1917, na qual a Grã-Bretanha se comprometia com o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu (VISENTINI, 2012, p. 22).

No curso das tratativas sobre o futuro da região, haviam sido feitas promessas contraditórias, tanto no sentido da libertação dos povos árabes quanto no sentido de

¹⁴¹ Comparada por analistas à Crise de 1929, em rigor econômico e perda de postos de trabalho.

¹⁴² Palavra em hebraico que significa “adversário”, o que, sem dúvida, os EUA são do Irã, tanto pela sua grandeza como antagonista, como pelos seus esforços em obstaculizar a viabilidade do regime e do país. E isso já desde a década de 1950, quando depois do governo nacionalista e reformador de Mossadeg ter nacionalizado o petróleo, esse foi eliminado por um golpe coordenado pela CIA, em 1953, o que representou uma predominância dos interesses americanos no Irã em detrimento dos Britânicos, a partir de então em declínio na região.

estabelecer-se ali “um lar nacional para o povo judeu”, amparado na Declaração de Balfour, de novembro de 1917. O texto da declaração é o primeiro escrito oficial britânico a reconhecer o direito aos judeus de estabelecerem seu “Lugar Nacional” na Palestina, palavras bem dúbias e que deixam o leitor interpretar como preferir. Os ingleses dizem sem dizer. Num mesmo e pequeno texto tentam satisfazer os judeus do movimento sionista, dos quais pretendem ter o apoio, principalmente por estes já estarem bem organizados na Palestina e, portanto, com condições de os auxiliarem na desestabilização do Império Otomano, pedem a Lord Rothschild que entregue a declaração de apoio a um importante amigo seu, e líder da federação sionista, Chaim Weyzmann (químico da área de explosivos), que tantos serviços prestara aos britânicos com seus inventos, porém, procurando não se comprometer com as outras comunidades da Palestina. Eis o texto, é só lê-lo com atenção que se perceberá a dubiedade da redação:

Foreigen Office
2 de novembro de 1917

Estimado Lord Rothschild:

Tenho grande prazer em lhe enviar, em nome do governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia com as aspirações sionistas judaicas, que foram submetidas ao gabinete e aprovadas por ele. O governo de Sua Majestade considera favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um ‘Lugar Nacional’ para o povo judeu, e se esforçará em tudo que seja possível para facilitar a consecução deste objetivo, ficando claramente entendido que não se fará nada que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judias existentes na Palestina, ou os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país. Lhe agradeceria se colocasse esta comunicação no conhecimento da Federação sionista.

Sinceramente seu
Arthur James Balfour.

Essa declaração, como se pode perceber, na verdade não prima muito pela clareza nas intenções, diz mais pelo que deixa de afirmar, e acabara na falta de outra prova documental ou acordo real assumido, constituindo-se na base para a futura configuração de uma solução de compromisso para o problema antissemita no continente europeu, porém, redundará paradoxalmente num novo “estranhamento” e em novos conflitos, agora entre os judeus e os árabes habitantes da região palestina (e de todo o Oriente Médio). As potências europeias, nesse contexto, deságuam uma contradição que é sua no mesmo movimento em que reiteram seus preconceitos, transportando-os para a região.

O sionismo descobrira, enfim, seu Papa Urbano¹⁴³, o Lord Baulfour. A carta ao barão “desse descendente de uma velha família inglesa tornou-se declaração, reconhecimento oficial do sionismo, fim do exílio anunciado” (BRUNO, 2005, p. 51). Logo, tal documento tornou-se público, somente dois anos depois de ser expedido, em 1919, porque, diferentemente dos britânicos, os sionistas não haviam se comprometido com promessas dúbias, interessava-lhes a revelação dos compromissos firmados por Londres com eles. No entanto, com isso, as dificuldades que, de qualquer modo, já seriam grandes, se tornaram ainda maiores, principalmente em relação aos árabes. Segundo José Martinez Carreras (1991 *apud* ALI MERAD, 1995, p. 45):

Esta declaração determinava unilateralmente o futuro estatuto da Palestina e estava em contradição com os compromissos morais e diplomáticos adquiridos pela Grã-Bretanha com os árabes, especialmente na pessoa do rei Hussein, e que se manifesta com toda sua crueza ao término da Primeira Guerra Mundial. Sua revelação em 1919 provocou a indignação dos árabes, dando início a uma nova e dramática fase na história do Oriente Próximo (CARREIRAS, 1991 *apud* ALI MERAD, 1995, p. 45).

Ao final da guerra, aconteceu a instalação do mandato inglês, que atuou na região com três forças: a potência mandatária, os sionistas judeus (as condições do Mandato Britânico foram objeto de negociação também com a Organização Sionista, na Conferência de Paz de Paris) e os árabes palestinos, que se consideram traídos por Londres e organizam uma reação dirigida contra os judeus e os ingleses. É inevitável o fracasso do Mandato Britânico, pois deveria atender a objetivos inconciliáveis, tendo se comprometido a buscar o desenvolvimento do povo submetido ao mandato, com a perspectiva de sua futura independência, e com o estabelecimento de um “lar nacional para o povo judeu” na mesma região. Paulo Fagundes Visentini corrobora a atuação dessas três forças, as quais, segundo esse autor, estariam representadas por:

A Grã Bretanha, que exercia o mandato na região e que, já em 1937, reconheceu a necessidade de partilha da palestina entre um estado judeu e outro árabe; os judeus sionistas, que passaram a criar instituições próprias, constituindo quase um estado, a partir da Organização Sionista Mundial, da Agência Judaica, do Conselho Nacional Judeu e da Confederação Geral do Trabalho Judeu; e os árabes, que, já por sua vez, passaram a ser

¹⁴³ Alusão nossa ao papa Urbano II que, no século XI convoca a primeira cruzada em Clermont, na França, para a “tomada dos muçulmanos da Terra Santa” pelos cristãos europeus. A diferença é que agora seriam os judeus europeus a “conquistarem a terra aos árabes”.

representados pelo Conselho Supremo Muçulmano e pelo Partido Árabe Nacional (VISENTINI, 2012, p. 23).

A Sociedade de Nações concedeu à Grã-Bretanha, na Conferência de São Remo, em abril de 1920, o mandato sobre a Mesopotâmia (CARRERAS, 1991, p. 76), e foi proclamada a independência sob o governo monárquico de Abdullah, o qual é destituído a posteriori, pois se mostra incompatível com os interesses franceses e britânicos na área. Em face das dificuldades para o controle da região por meio de um mandato direto, em agosto de 1921, Londres instala no governo um soberano que considerava mais confiável (Feysal) e reconhece a independência do país, conservando o direito de intervenção militar em caso de guerra. Em razão da riqueza da região em petróleo, os países ocidentais tinham especial interesse na manutenção da estabilidade política da área correspondente à antiga Mesopotâmia¹⁴⁴. Feysal, que havia sido expulso pelos franceses da Síria, obtém o apoio inglês para subir ao trono do Iraque, em troca da renúncia do seu irmão Abdulah, que é compensado com o trono da Transjordânia, outra invenção britânica.

Concluímos, sem muitas dúvidas ou contrariedades, que a artificialidade com que foram construídas as fronteiras no Médio Oriente após a queda do Império Otomano, no fim da Grande Guerra, pela ação dos britânicos e, em menor escala, por franceses, é fator de inquestionável influência nos antagonismos e futuros conflitos que se abaterão sobre a região, tanto os que tangerão a sionistas e árabes quanto os que acontecerão entre os próprios árabes, e também posteriormente, na década de 1980, entre Iraque e Pérsia, esses já como desdobramentos da Guerra Fria entre EUA e URSS, que se desenvolve a partir da década de 1950 e, desde seu início, com as duas superpotências atuando na região e fazendo dela mais um dos palcos de seu enfrentamento ideológico, ou seja, mais um fator complicador para a parte do globo que mais dispensava isso — a situação já era desesperada ao extremo.

4.2 O IMPACTO DA ASCENSÃO DO NAZISMO E DA II GUERRA MUNDIAL SOBRE A PALESTINA

A terra pranteia e se murcha; o mundo enfraquece e se murcha: enfraquecem os mais altos do povo da terra (ISAÍAS 24:4).

¹⁴⁴ Segundo Eric J. Hobsbawm (2007), a ideia de um Estado-Nação soberano e secular na Mesopotâmia seria, inclusive, mais recente ainda que a do estado territorial judeu, preconizado pelos sionistas. Ver Hobsbawm (2007, p. 107).

A ascensão do nazismo e a eclosão da II Guerra Mundial influenciaram tencionando, de forma decisiva, a situação política do Oriente Médio, especialmente no que tange aos que se constituiriam nos futuros embates entre judeus e árabes, mas não somente nessa questão, como também na configuração dos novos estados nacionais da região. O Oriente Médio foi assumindo importância estratégica fundamental para o imperialismo desde o final do século XIX. O desmembramento do Império Otomano tornou a área esfera de influência de potências capitalistas.

Ao largo desse período, desenvolveu-se uma tensa relação entre as velhas potências, as populações locais e o movimento sionista — processos influenciados pela II Guerra Mundial, de uma forma geral, e pelo nacional socialismo particularmente. O *Mufti* de Jerusalém era um admirador do nazismo que também contava com a simpatia do Xá da Pérsia mais ao leste. Tudo isso contribuiu decisivamente para que a região adentrasse a década de 1940 em um clima político instável, tendo como principais desdobramentos a questão sobre a Palestina e o acirramento de movimentos nacionalistas árabes.

A visualização de um panorama amplo das reais implicações e dificuldades que envolvem essa questão remete-nos ao antissemitismo europeu e ao problema judaico no continente, o qual se agravou sensivelmente durante o período entre guerras, tornando-se literalmente, para os judeus, “sem perspectiva alguma de resolução”, e com a ascensão de Hitler ao poder, ao contrário, como sabemos. A afirmação do nazismo, ao longo da década de 1930, contribuiu para o fortalecimento do “sionismo de cunho estatista”, pois, até então havia, entre os próprios judeus, discordância em torno do caráter político do movimento.

Um pouco antes surgira a percepção, em muitos membros da comunidade judaica, de que o salvador teria de ser construído por ela e seria a representação de uma ideia. Dentro dessa interpretação, o sionismo político se encaixava perfeitamente, oferecendo-se como materialização dessa construção. Afinal, de todos os inúmeros messias aparecidos durante a diáspora judaica, alguns levando a catástrofes, o sionismo parecia oferecer uma alternativa bem implementável e material; porém, para alguns, apresentava um defeito enorme, visto que teriam de lutar e trabalhar muito e contra forças, no momento, bem superiores, para colocá-lo em prática, em ação. Pior, esse messias dependia totalmente deles, não era como

esperavam, ou seja, o que iria realizar tudo sozinho e, contando com poderes sobrenaturais, mover céus e terras pelos seus escolhidos.

Faziam parte dos grupos contrários ao sionismo muitos religiosos ortodoxos que combatiam o projeto de criação de um Estado judeu, por considerá-lo leigo e sacrílego, uma vez que o subordinava a identidade judaica a um projeto político e pregava o retorno à terra prometida antes da volta do messias. Porém, já em 1902, havia aparecido o partido Mizrahi e com ele o:

Sionismo religioso, segundo este os judeus são um povo apenas porque lhes foi dada a Torá para que eles observem seus preceitos, e os dois exílios do povo judaico foram provocados pelo abandono da aliança com D'US. Unindo-se ao movimento sionista por razões táticas, eles esperam reorientá-lo para um retorno à religião (MASSOLIÉ, 1996, p. 49).

O movimento, que até então detinha um caráter estritamente laico, começava a ser invadido, a princípio, de modo cauteloso e incipiente, por influências religiosas.

É interessante realizar, em certo sentido, um salto temporal avante em nossa narrativa, para destacar que justamente os herdeiros ideológicos dessas comunidades ultrarreligiosas que, durante muito tempo, foram contrárias à ideia, são os que, após o sucesso do projeto sionista estatal (inicialmente laico em todas as suas vertentes) se instalaram no novo Estado. Atualmente, são os mais reacionários e intransigentes, e quando os acordos propostos possam, em qualquer percentagem, mínima que for, tirar-lhes alguns metros quadrados de terra, reagem violentamente e em geral seus assentamentos ficam em áreas notoriamente de posse árabe. Geralmente cercados por uma maioria, a qual não se furtam de provocar, apelam para as forças de defesa do Estado, apesar de estarem desobrigados a servir nessas mesmas forças, e isso vem causando bastante embaraço e constrangimento aos comandantes militares de Israel.

São esses grupos também que, segundo pesquisa realizada pelo “jornal de centro-esquerda israelense *HaAretz*”¹⁴⁵, não têm vergonha de defender estradas diferenciadas para árabes e judeus, oferecer exclusivismo em cargo públicos, proibir árabes de residirem em bairros de maioria judaica e proibir o voto aos árabes. Além disso, são contra qualquer acordo que redunde em um estado aos palestino, ou seja, são assumidamente “racistas”. Seu preconceito e suas ações fazem lembrar os anos em que, no sul dos EUA, negros e brancos não podiam dividir a mesma calçada.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://esquerdacritica.wordpress.com/2012/10/23/somos-racistas-dizem-os-israelenses>.

Interessante que os que hoje ainda defendem tais absurdos nos Estados Unidos, os representantes da KKK¹⁴⁶ odeiam também os judeus e são manifestadamente antissemitas.

Também é relevante fazer uma analogia com o que esses ultraortodoxos desejam quanto ao seu *apartheid* dos palestinos, pois nos parece muito similar com o que fizeram por séculos na Europa com os judeus, o confinamento em guetos. A exclusão dos palestinos é análoga à exclusão que os antepassados destes que defendem isso sofreram. Será que não notam isso? Ou o sentimento de revanche pode ser descarregado em qualquer um, em cima de seres que nada lhes fizeram? Muito pelo contrário, suas comunidades viveram com eles tranquilamente por séculos no mundo muçulmano, inclusive na Palestina, lado a lado, a exemplo de *Safed*,¹⁴⁷ enquanto, na Europa, os judeus eram perseguidos, segregados e humilhados.

O sectarismo destes fundamentalistas excluía as representantes do gênero feminino dentro de sua própria comunidade étnica, não permitiam às mulheres judias rezarem no muro das lamentações, interdição essa só enfrentada em 2013 por decisão da Suprema Corte de Israel, o que não os impede de ainda tentarem as excluir, afinal, só eles sabem interpretar a vontade de *Adonai* — o que uma corte laica pode entender dela! Um exemplo do que são capazes, e isso há poucos anos, foi o assassinato do primeiro ministro Israelense Yitzhak Rabin, em 4 de novembro de 1995, por um extremista religioso judaico, Rabin havia assinado com Yasser Arafat, da OLP, o acordo de Oslo II, em 28 de setembro de 1995. As negociações que resultaram no acordo renderam a Rabin, Shimon Perez e Arafat o prêmio Nobel da Paz de 1994, eles que, à exceção de Perez, registravam em seu passado atos de bem pouca paz, muito pelo contrário. A Rabin rendeu, ainda, um tiro e a morte por ter sido considerado traidor por judeus ultraortodoxos.

Os antepassados desses fundamentalistas que, inicialmente, eram contrários ao sionismo de cunho político e estatista, com a difusão das pregações racistas na Alemanha de Hitler (que culminarão na carnificina dos campos de concentração), possivelmente acabaram se convencendo de que as alternativas eram escassas, senão inúteis, e muitos engrossaram, também, as fileiras dos que optaram pela Aliá¹⁴⁸;

¹⁴⁶ Klu Klux Klan, nome de várias organizações racistas norte-americanas que apoiam a supremacia branca e o protestantismo (padrão *WASP*), em detrimento de outras religiões e etnias. Em seu período mais forte teve influência principalmente na região do sul dos EUA.

¹⁴⁷ Aldeia da palestina, famosa na idade média por abrigar comunidades religiosas judaicas

¹⁴⁸ “Subida” em hebraico, termo utilizado para designar a imigração à Palestina.

outros preferiram destinos menos trabalhosos, enquanto estes estiveram abertos para eles; porém, quando esses se fecharam¹⁴⁹, e a Europa se deparou com o problema dos refugiados que ninguém queria, sedimentou-se ainda mais a convicção dos que só viam solução com a constituição do Estado Judeu.

A ascensão do nazismo e a eclosão da II Guerra mundial agravaram sobremaneira a questão e os choques entre judeus e árabes na palestina, pois, a partir de então, a imigração judaica aumentou de forma avassaladora, e qualquer contestação aos seus princípios era vista como politicamente suspeita e poderia ser taxada de também ser antissemita. Na verdade, percebe-se que a questão palestina configura-se como um desdobramento de problemas e questões surgidas já no início do século XX, pela penetração das velhas potências europeias no Oriente Médio, e do antissemitismo continental, que culminou e teve seu ápice em termos de horror com a “solução final” implementada pelos nazistas.

É importante frisar que, às vésperas da Segunda Guerra, já existia grande número de judeus sionistas na Palestina, os quais, anteriormente, tiveram permissão do governo londrino mandatário para ingressar na região; outros, que vieram burlando as restrições britânicas, “no ano de 1939, a cifra já chegava a 400 mil judeus na palestina” (VISENTINI, 2012, p. 23). Além de colônias de origem *Sefaradi* de longa data, também populações que poderiam remontar sua origem até a antiguidade, mas essas duas bem diversas dos Sionistas de origem *Askenazi* e, muito provavelmente, com mais afinidade cultural com as comunidades árabe- palestinas, porém, logicamente, mesmo se contadas em conjunto, ainda assim completamente minoritárias, se comparadas à população árabe.

Um importante contraponto à imigração judaica foi o grande levante de 1936. A partir daí, frente a um contexto crescente de oposição árabe, para tentar minimizá-lo, o governo britânico imprimiu uma política de restrição à imigração judaica na região, estabelecida em 17 de maio de 1939 pelo Livro Branco, como forma de não comprometer seu domínio imperial no mandato. Essa política restritiva teve como contrapartida do movimento sionista a organização de campanhas de sabotagem e

¹⁴⁹ A hipocrisia ocidental e a lavada de mãos ao estilo “Pilatiano”, são bem demonstradas pela “Conferência de Evia”, entre 6 e 15 de julho de 1938 na França, quando 32 países responderam ao convite do governo norte-americano para tratar da questão dos refugiados, todos elencaram desculpas, algumas muito bem fundamentadas, para eximirem-se do problema, o que corroboraria a frase de Hitler, que não perderia uma oportunidade como aquela, dada tão gentilmente na conferência, ao afirmar que eles, os bárbaros alemães, haviam recebido a todos, sem excluir ninguém, por tanto tempo, que, por isso mesmo, é que adquiriram o “problema judeu”, ver Solimam (1990, p. 89/89).

terrorismo contra a Inglaterra e a população árabe. O objetivo era pressionar o poder mandatário inglês a abdicar das restrições quanto ao número de judeus que poderiam ingressar na Palestina.

E, de acordo com Bar-Zohar (1967) e Soliman (1990), em 6 de novembro de 1944, Lorde Moyne, que acabava de ser nomeado Ministro de Estado, residente geral da Grã-Bretanha no Oriente Médio, era abatido no Cairo por integrantes do Lehi-Stern. Ele era considerado pelo grupo como o responsável pela implantação do segundo Livro Branco, quando dirigiu o Colonial Office em 1941, e “notório anti-sionista” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 19). Pertinente citar que esse mesmo Lord Moyne, depois da derrota da Alemanha, chegou a sugerir seriamente: “nós vencemos o império hitlerista, agora expulsaremos os alemães da Prússia oriental onde então será criado um Estado judeu” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 112). A curiosa sugestão foi imediatamente recusada por Gurion, que não admitia outro destino para os judeus sobreviventes, muito menos para a criação de um Estado para eles que não fosse a Palestina. Mas, a partir dessa sugestão, podemos depreender que o nobre inglês não era só antissionista, como também bastante antigermânico — já que, nesse caso, não haveria a desculpa para a proposta de ser um antagonista ao nazismo, o qual havia sido derrotado e estava sepultado embaixo dos escombros da Alemanha do pós-guerra —, nos parece que tal proposta era contra a população civil da Prússia, que também havia sofrido, e sofria ainda, com a catástrofe oriunda da loucura hitlerista.

O movimento sionista, ao apostar no projeto de criação de Israel na Palestina, eximiu-se de embate político mais sistemático pela resolução dos problemas advindos da perseguição judaica no âmbito interno do continente. Provavelmente, consideraram tal projeto ineficaz e de resultados incipientes, visto muito da história dos judeus na Europa cristã não ser, via de regra, só “essa”, claro, mas, infelizmente, “essa”, reeditada de país em país, com nuances mais ou menos sombrias, sendo a história da segregação e do preconceito aos seus, e escolhendo, por isso, a opção estatal de terra e território nacionais e um governo próprio que garantissem o que almejavam e acreditavam que somente um Estado seu poderia lhes conferir.

Supomos que, ainda antes da eclosão da guerra, com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e a promulgação, em 1935, das “Leis para defesa do sangue e da honra (as leis de Nuremberg), que proibiram os casamentos e relações extra-conjugais entre judeus e alemães não judeus (arianos) sob ameaça de severas penas, inclusive a morte” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 17), as lideranças políticas do

movimento tivessem concluído que não tinham nenhuma outra alternativa pois, com a eminência da guerra:

Os sionistas não tinham escolha. Na realidade, jamais tiveram. Na verdade eles eram os primeiros a perceber que Hitler era ferozmente anti/semita e que podia ir muito mais longe em sua empresa de depuração do Grande Reich e da totalidade da Europa, senão do mundo, da 'gentalha' que constituíam para ele as 'raças' classificadas por seus teóricos como 'inferiores' e 'poluentes'. Eles sabiam que se saísse vitorioso da guerra, Hitler não faria distinção entre judeus sionistas ou não sionistas. (SOLIMAN, 1990, p. 67)

O término da II Guerra imprimiu uma nova feição à situação, já que, a partir de então, qualquer política contrária aos objetivos estatais que concedessem uma pátria aos sobreviventes do extermínio ficou inviabilizada, e a federação sionista e a agência judaica souberam utilizar-se do marketing sobre a tragédia ocorrida (*Shôa*) para realizar suas metas. Longe de julgar, consideramos seu planejamento em busca de determinado fim histórico que achavam ser sua missão, uma obra de construção estatal nunca antes ocorrida, digna de muitas análises e, sem dúvida nenhuma, de admiração, senão por muitos dos métodos utilizados, que considero equivocados, pelo menos por sua irresoluta obstinação, muitas vezes enfrentando condições em nada favoráveis, mas que redundou na consumação de seu objetivo final: a constituição de seu Estado.

Por outro lado, é importante ressaltar que o ressentimento entre árabes e judeus que se iniciou a partir de então é um fenômeno histórico que inexistia até a primeira metade do século XX, gerando-se a partir da penetração imperialista na região e da transposição para o Oriente Médio dos antagonismos e preconceitos oriundos da Europa. Enfatizamos que o projeto sionista e sua ideologia, mesmo daqueles com as melhores e mais humanas intenções entre os sionistas, é produto da cultura europeia tanto quanto são os judeus *askenazi* que, nos primórdios do movimento para a Palestina, se dirigiram como colonos, portanto, o estranhamento e as mútuas dificuldades de compreensão eram inevitáveis.

Destacamos que, como muitos líderes sionistas frequentemente alegavam estar "agindo em nome do judaísmo mundial" (FINKELSTEIN, 2005, p. 16), as massas árabes temerosas, e com razão, acabaram se convencendo de que a alegação era verdadeira, como se sabe, uma mentira repetida mil vezes, com o tempo, parece (somente parece!) crível, e muitos palestinos passaram a dar crédito a essas alegações, e, ainda durante o mandato britânico, muitos judeus não sionistas começaram a ser hostilizados na Palestina.

Como os líderes do movimento (ou das correntes majoritárias, pois, se havia uma pequena exceção, merece ser lembrada) e seu projeto pretendiam realmente a criação de um estado judeu, e “exclusivo para judeus” (eis a grande diferença), tal temor se justificava e, “especialmente depois de 1967, os judeus não-sionistas de todo mundo foram-se tornando, senão uma pequena minoria, certamente uma minoria cada vez menos ouvida” (FINKELSTEIN, 2005, p. 16). Como para fazer a antiga distinção era necessária uma boa dose de sofisticação intelectual, “não seria razoável esperar que o grosso da população árabe, assim como as multidões encolerizadas que dela faziam parte, continuassem a fazer esta distinção” (YESHUA PORAT *apud* FINKELSTEIN, 2005, p. 17).

Nesse panorama, os judeus e, principalmente, os pioneiros do sionismo, em sua totalidade, apareciam e representavam para as massas árabes como sendo os verdadeiros representantes do Ocidente, do imperialismo e da usurpação, mesmo que o intento deles não fosse realmente esse, de modo algum era, pelo menos por parte de uma das correntes do movimento sionista, que, quando ainda militava na Europa, já se batera contra tais oponentes. Infelizmente, com o tempo, seu peso e importância no *Ischuv* decrescerá muito.

Não podemos deixar de fazer um esforço analítico, ou, pelo menos, realizar uma tentativa nesse sentido, no que tange à incompreensão que se seguiu, pois os sionistas estavam impregnados pelo mirar e a cultura europeia, provavelmente do eurocentrismo arrogante desta, caracterizada por uma visão carregada ideologicamente de pressupostos que dividiam a humanidade e os povos em civilizados ou bárbaros atrasados.

A explicação para a oposição atual entre o mundo árabe muçulmano (com a Pérsia a origem é mais recente ainda) e o mundo ocidental cristão deve ser buscada, justamente, no contexto da primeira metade do século passado; ou seja, nas promessas firmadas pelas antigas potências ocidentais frente aos árabes, em função do apoio prestado por esses no processo de desestruturação do Império Otomano, bem como no apoio do Ocidente ao projeto sionista e à criação de um estado judeu na Palestina, encartado pelas massas como representante e braço armado do Ocidente na região e, posteriormente, na transposição para o Oriente Médio dos antagonismos das duas superpotências e sua Guerra Fria, e não em pseudo-ódios milenares ou choque de civilizações com diferenças inconciliáveis.

A História demonstra que tais diferenças foram, muitas vezes, bem conciliáveis, muito embora tais teses cumpram um papel ideológico que mascara os reais interesses de dominação sobre toda a região e seus recursos, principalmente energéticos. Outro desdobramento da penetração imperialista na Palestina, da eclosão da Segunda Guerra e do avanço do sionismo, foi o fortalecimento de movimentos nacionalistas árabes no Oriente Médio. Justamente durante a II Grande Guerra, consumou-se a independência dos países árabes no Oriente Próximo, em detrimento do domínio colonial europeu. Durante esse processo, a Inglaterra tendeu a assumir uma postura favorável às demandas nacionalistas como forma de sustentar sua influência política e militar na região. Por outro lado, os projetos de unificação da região em um grande estado árabe continuaram em pauta, ainda que não viabilizados. Em uma breve análise comparativa, podemos afirmar “que o nacionalismo Judaico venceu o Árabe” (MASSOULIÉ, 1996, p. 65), pois conseguiu configurar-se enquanto Estado, ao passo que o projeto de criação de um estado árabe unificado não logrou sucesso.

Destacamos mais duas questões: primeiro, chamamos a atenção para o fato de que a imigração judaica, ao resolver o problema do antissemitismo na Europa, cria um novo problema, agora para o povo palestino, centrado principalmente na questão dos refugiados, despossuídos de suas propriedades e de suas raízes ao serem deslocados de suas terras quando foi criado o Estado de Israel e, de imediato, travada a guerra entre esse e os estados árabes da região. Segundo, é que esses mesmos refugiados, ao mesmo tempo que causarão instabilidade nos países hospedeiros e na região como um todo, serão também motivo de constante preocupação para o Estado de Israel, pois se organizarão e iniciarão uma luta ininterrupta, com os meios de que possuem, contra o Estado judeu.

CAPÍTULO V - RUMO À IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL: O INÍCIO DA HISTÓRIA SEM FIM

5.1 O TERMINO DA GUERRA E AS NOVAS VARIÁVEIS

Não temas, pois, porque sou contigo, trarei a tua descendência desde o oriente, e a ajuntarei desde o ocidente. Direi ao norte; entrega; e ao sul; não retenhas, trazei meus filhos de longe, e minhas filhas das extremidades da terra
(ISAÍAS, 43: 5,6).

Com o término da II Guerra Mundial, a derrota do Nazismo e a consequente informação para a opinião pública mundial dos horrores e da perseguição perpetrada por ele aos judeus europeus, culminando com a política nazista da solução final para o “problema judaico”, ou seja, o genocídio de sua população, houve uma comoção mundial (principalmente nos EUA), que tornará ainda mais fortes as opiniões (no Ocidente) a favor da criação de uma pátria judaica.

Na Palestina, a tensão entre as comunidades judaicas e árabes aumentavam, entre elas, o poder mandatário britânico entrincheirado; porém, este não foi capaz de deter o que já se vislumbrava ser o início de uma “guerra interna”, muito pelo contrário, se constituíra em alvo dessa: “em 22 de julho de 1946, o hotel King David, centro da administração britânica, foi pelos ares: 91 mortos. Dinamitara-o o *Irgun*, sob ordem da *Haganah*, que queria expulsar os ingleses com fogo e sangue” (BRUNO, 2005, p. 53).

A onda de imigração pós II Guerra, embora ilegal, só tende a crescer; mesmo antes da guerra, essa imigração havia aumentado de forma preocupante, tanto que o governo britânico mandatário já havia, em 1937, através da “Comissão Peel, concluído que há uma incompatibilidade entre as aspirações nacionais das duas comunidades e, pela primeira vez, propõe a partilha da palestina em dois estados” (MASSOLIÉ, 1996, p. 59).

Do início da Grande Guerra, em 1914, ao final da segunda, em 1945, a população judaica na palestina multiplicou-se mais de oito vezes, conforme os dados abaixo:

Tabela II: População judaica na Palestina antes e logo após a II Guerra Mundial

Ano	Número de judeus na Palestina
1882	24.000
1889	50.000

1914	85.000
1946	700.000

Fonte: COLEÇÃO GUERRA NA PAZ, 1984.

Não podendo deter a imigração clandestina de judeus, Londres encaminhará à ONU a Questão Palestina, em 1947. As Nações Unidas elaboram, então, um plano de partilha, pelo qual o território passaria a abarcar um Estado judeu e outro árabe. O judeu, com 14 mil Km², incluindo a Galileia Oriental, a faixa que vai de Haifa a Telaviv e a região do deserto de Negueve até o Golfo de Ácaba; o Árabe, com 11 mil Km², incluindo a Cisjordânia e a faixa de Gaza; e Jerusalém teria *status* internacional. A Figura 6 apresenta o mapa com a visualização geográfica de tal plano:



Figura 7 - Plano de Partilha da Palestina

Fonte: BBC BRASIL, 2001.

Em termos populacionais, o Estado judeu comportaria 498 mil judeus e 497 mil árabes, abarcando 56% da Palestina; o árabe comportaria 725 mil árabes e 10 mil judeus e abrangeria 44% da Palestina; Jerusalém, com uma população de 100 mil judeus e 105 mil árabes, teria *status* internacional. Não é preciso ser um exímio matemático para verificar que, apesar de o plano conceder maior extensão territorial para o Estado judeu¹⁵⁰, esse teria percentualmente quase a mesma população de

¹⁵⁰ Teria percentualmente mais território, 12%, porém, a população total seria bem maior que isso em comparação com o estado árabe; 995 mil moradores para o estado judeu, sendo metade árabe; e 735 mil no estado árabe, sendo somente 10 mil judeus; a conta é fácil, e demonstra com facilidade que o

árabes com cidadania e direito a voto. Israel, desde seu princípio, foi uma democracia, e, mesmo hoje, os 19% de árabes que têm cidadania israelense elegem proporcionalmente o mesmo número de representantes no *Knesset* (Parlamento). Poderiam ser bem mais, e isso faria toda a diferença, como foi aventado como possibilidade na introdução deste trabalho, porém os estados árabes vizinhos não tinham interesse em aceitar o plano de partilha.

Esse plano, votado através da resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, continha disposições, em sua parte III, que determinavam a retirada da potência mandatária até 1º de agosto de 1948, encerrando-se seu mandato. Determinava, também, que ganhariam independência tanto o estado árabe quanto o judeu e a área de regime especial internacional de Jerusalém, dois meses depois da retirada das forças armadas britânicas. Além do estabelecimento de uma união econômica da qual deveriam fazer parte os dois estados palestinos, tanto como a cidade internacionalizada de Jerusalém, o plano contava com outras importantes disposições que julgamos convenientes citar.

Garantia, em seu capítulo I, que o acesso aos lugares santos não seriam, de nenhuma maneira, dificultados, estariam protegidos a liberdade de culto e trânsito a todos os residentes dos dois Estados (judeu e árabe), e também aos da cidade de Jerusalém, tendo o cidadão de qualquer uma das entidades estabelecidas na Palestina a garantia de livre acesso às entidades estatais dela, sendo este legal de um ou outro estado.

Quanto aos direitos das minorias residentes, estariam asseguradas as prerrogativas de exercerem a liberdade de consciência, ensino de sua religião, costumes, tradição cultural e língua, sem nenhuma forma de preconceito ou restrição quanto à imprensa e publicações de uma ou outra comunidade minoritária dentro dos Estados árabe ou hebreu, e garantidas as reuniões públicas; a liberdade de consciência deveria ser completamente assegurada, sujeita somente à exigência de ordem pública e dos costumes.

Sobre as terras e a sua posse, afirmava: “Nenhuma apropriação de terra possuída por um árabe no estado judeu ou por judeu em estado árabe será

plano não foi “assim tão premeditadamente favorável aos judeus como hoje também difunde-se retoricamente”, sem falar na qualidade das áreas, a maior parte do território judeu ficava em área totalmente desértica.

consentida, exceto por propósitos públicos. Em todos os casos será paga indenização total, a ser fixada pela Suprema Corte, antes da desapropriação” (ONU, 1947).

Jerusalém constituir-se-ia sob um *corpus separatum*,¹⁵¹ subordinada a um regime internacional especial, e seria administrada pelas Nações Unidas, sendo tarefa da autoridade administrativa principal proteger e preservar os interesses espirituais das três grandes fés monoteístas: cristã, judia e muçulmana. O governador não poderia pertencer nem ao Estado árabe, nem ao judeu, e os moradores poderiam optar pela cidadania *ipso facto* da cidade ou tornarem-se cidadãos dos estados judeu ou árabe. A cidade, assim como toda a Palestina, estaria incluída numa união econômica e regulada por uma junta econômica mista, bem como, seria desmilitarizada, muito embora o governo tivesse o direito de recrutar força policial, porém, seus membros deveriam ser de fora da Palestina.

O plano de partilha foi votado após protelações e somente depois que seus defensores tiveram a absoluta certeza de que não haveria uma derrota; além dos sionistas, o próprio presidente americano Truman se empenha pessoalmente em garantir a aprovação. A última sessão, que deveria ter sido iniciada no dia 27 de novembro, devido ao fato de ser um feriado norte-americano, no qual se comemora o Dia de Ação de Graças, foi adiada para o dia 28, dando mais tempo para os defensores do projeto e o próprio Truman pressionarem:

Que, fazendo as vezes de seu departamento de estado, intervém pessoalmente, nem para os sionistas, que mobilizam todos seus amigos. Alvos privilegiados, as nações absenteístas; para ‘convencê-la’, Washington - a exemplo da agência judaica - não recua diante de nenhum ‘argumento’. Instigada pela administração americana, a companhia de borracha Firestone previne a Libéria de que reveria seus projetos de expansão se Freetown não alterar seu voto. E chegam mesmo a ameaçar a França, que se abstivera por medo das reações no norte da África, de cortar-lhe provisões. Oferecem a alguns chefes de delegação envelopes e até mesmo presentinhos para suas esposas (SOLIMAN, 1990, p. 118).

Akcelrud discorda de que o apoio americano fosse total. Ele afirma que personalidades militares, como o general George Marshal e o próprio Pentágono, preferiam o não estabelecimento do Estado de Israel e, mesmo depois da votação,

¹⁵¹ Diverso das “afirmações” divulgadas pela mídia brasileira em 07/12/2017, que afirmavam que a cidade deveria ser dividida entre os governos de Israel e Palestina. Nesta data, o presidente Donald Trump declarou a transferência da embaixada dos EUA para Jerusalém, promessa sua de campanha, e que explicitamente deixa transparecer o reconhecimento de seu governo a Jerusalém como capital israelense. Tal agradou muitos de seus doadores de campanha judeus e parte da comunidade evangélica dos EUA, que vê nisso uma possibilidade aceleradora das previsões proféticas, em consonância com suas crenças escatológicas. Trataremos mais desses assuntos no final do trabalho.

atuaram contra ele: “na verdade os americanos queriam reabrir a questão (isto é, anular a votação da Assembleia geral presidida por Osvaldo Aranha)” para criar “[...] nova oportunidade de entendimento entre judeus e árabes” (AKCELRUD, 1984, p. 67). Segundo esse autor, Washington reconheceu Israel porque Moscou não lhe deu alternativa, e, analisando-se que o arsenal com que as forças de defesa de Israel conseguiram realmente se armar e assegurar a implantação do Estado veio direto da Tchecoslováquia a mando de Stalin, a hipótese tem muito de verossímil, pelo menos em parte.

Seja como for, com a inarredável postura do presidente americano Henry Truman a favor do estabelecimento do Estado judeu, mesmo contrariando o general “Marshall e seus assessores que discordavam, por acharem que a postura norte-americana favorável às demandas judaicas prejudicaria seriamente as relações dos Estados Unidos com o mundo árabe” (SCALÉRCIO, 2004, p. 27), numa época e num globo cada vez mais dependentes do petróleo, e contando com os votos do bloco soviético, a proclamação do estado encontrava-se cada vez mais factível e mais visível nos horizontes sionistas.

A União Soviética, com interesse em desestabilizar a região e acabar com o Império Britânico, mistura seu voto e de seus satélites com os EUA, então, no dia 28 de novembro de 1947, a “[...] legalidade internacional que permitiu a criação do Estado de Israel é formada” (SOLIMAN, 1990, p. 120). Na realidade, essa resolução não propunha somente a criação do Estado judeu, mas, sim, a divisão da Palestina em um Estado árabe e outro judeu, e a internacionalização de Jerusalém e sua união econômica, como já foi demonstrado anteriormente. Soliman, apesar de ser nitidamente contra o plano, por “ter sido traçado num asilo de loucos”, também reconhece a inabilidade dos árabes em negociar algo melhor adequadamente: “os árabes, inábeis e ainda pouco acostumados às justas internacionais, rejeitam o plano” (SOLIMAN, 1990, p. 140). Analisamos que, possivelmente, não fora só isso, havia fatores complicadores a mais, a exemplo de os representantes de algumas nações, como Jordânia e Síria, terem seus próprios planos para a Palestina, como parte de seus territórios.

O que os árabes palestinos, “[...] representados pelo Conselho Supremo Muçulmano e pelo Partido Palestino Árabe Nacional” (VISENTINI, 2012, p. 23), não perceberam e, portanto, também rejeitaram o plano, que, claro, nunca foi (nem de longe) o ideal, e os sionistas percebem imediatamente, é que a aceitação dele lhes

daria, afinal, seu Estado e legitimidade e, sobretudo, a base de que precisavam. O resto, bem, o resto conseguiriam depois, estavam se preparando para isso há décadas e, a partir dali, do aval internacional, lançar-se-iam a avanços mais substantivos.

Na Palestina, perto do Mar Morto, no hotel Kalia, o homem que é considerado o pai do Estado de Israel aguarda ansioso ao resultado da votação; é, então, informado de madrugada: “Bem Gurion recebe a boa nova; o projeto de criação de um estado judeu foi adotado pela ONU por 33 votos contra 12 e 10 abstenções” (ZOHAR, 1967, p. 144). Ele volta imediatamente a Jerusalém, sabia que não era o fim de nada, muito pelo contrário, o limiar de nova luta, agora para a consolidação do Estado, mas, para isso, preparavam-se há muito.

Desde as formações iniciais do *Hashomer* (A Guarda), que substituiu os antigos seguranças de origem beduína e circassiana¹⁵² contratados dos *kibutz*, os destacamentos de defesa evoluíram muito; a *Haganá* já era uma força considerável, contando com milhares de recrutas, no entanto, havia “ressalvas quanto a sua disciplina militar” (ZOHAR, p. 148). Já o *Palmach*, constituía-se em respeitável força de combate, disciplinada e bem treinada, contava com cerca de 3000 homens e seria a base da força armada de Israel. Havia, também, os grupamentos clandestinos, o *Etzel* e o *Lehi*, que, no momento, foram tolerados e utilizados em ações de “limpeza”, apesar de o comando da *Haganá* sempre negar qualquer vinculação oficial com tais grupos, devido a sua violência, e tentar manter a fama incólume da *thohar aneshek*, a pureza de armas da *Haganá*.

Mas, como Soliman afirma, “os mitos só tem vida longa quando a inteligência abdica” (SOLIMAN, 1990, p. 121)¹⁵³, a lenda sobre justeza das armas das FDI não se perpetuará, pelo menos não indefinidamente. A inteligência acordará de um sono que, para a infelicidade de tantos que sofreram, durou muito tempo. Michel Bar Zohar, doutor em Ciências Políticas e biógrafo oficial de Bem Gurion, com acesso ao próprio “chefe” e a seus dados, afirma que há muito os judeus se preparavam para os embates, que todos os líderes do sionismo tinham certeza de que um dia chegariam:

Na primavera de 1939, os depósitos secretos da *Haganá*, espalhados pelo país, contavam com 6000 fuzis, 1 milhão de cartuchos, 600 metralhadoras leves e pesadas, 24000 granadas, 12000 obuses, sem contar milhares de fuzis ‘legais’ nas mãos das forças policiais judaicas, em caráter de forças

¹⁵² Segundo Peter Demant (2013), aqueles chechenos que, no século XIX, reemigraram para o Oriente Médio, são chamados de cherquesses ou circassianos.

¹⁵³ A frase é extremamente oportuna para os dias atuais no Brasil, percebe-se o “mito” festejado por certa parcela do eleitorado brasileiro nas eleições de 2018.

auxiliares nem as armas de que dispõem as outras organizações clandestinas, o ETZEL – iniciais da ‘Organização Militar Nacional’ e o LEHI – iniciais de ‘Organização pela Liberdade de Israel’ (BAR-ZOHAR, 1967, p. 106).

Nessa citação, verificamos que os arsenais eram consideráveis desde 1939 e, inicialmente, eram preparados para o enfrentamento com os britânicos. Nesse trecho, também podemos vislumbrar as forças judaicas principais da época: a oficial, a *Haganá*, aglutinada por Gurion, que conseguira reunir grupos socialistas, trabalhistas, os de tendência anglófila de Weizman e os que buscavam somente uma pátria e reforçavam as fileiras dos milhares de recrutas da *Haganá*, e as outras duas que também constituíram grupos armados: o ETZEL e o LEHI, popularmente conhecidos por o *Yrgun* e *Gang Stern*, de tendências nitidamente de direita.

Porém, esses arsenais e seus dirigentes que, até 1939, eram preparados para um previsível embate com os britânicos, foram redirecionados, principalmente no que tange aos efetivos. Com o iniciar da Segunda Guerra em 1939, os planos mudaram: Bem Gurion, apesar de ainda combater obstinadamente o livro branco dos ingleses, segundo Zohar, percebe que o inimigo principal dos judeus é Hitler, depois de finalizadas as últimas negociações, no já citado Acordo de *Havaar*, entre o *Ishuv* e Hitler, acordo que, apesar das críticas, levava à Palestina, bem ou mal, milhares de condenados ao extermínio. Claro, só interessava ao *Ischuv* e à agência judaica que fossem levados para lá.

Depois do término das transações decorrentes do “*Havaara*”, exatamente em 1939, e do iniciar da guerra, as fileiras britânicas estarão mais cheias no Oriente Médio, agora de soldados judeus, pois:

Mais de 30.000 homens e mulheres combateram em todos os fronts do oriente médio, na Líbia, na Grécia, na Tunísia e na Sicília. Prudentemente caracterizados sob o nome ambíguo de Palestinos, os regimentos judaicos do *Ischuv* honraram a bandeira da estrela de davi. Em Bir-hakein, os leginários do general Koenig prestam continência a uma companhia do kings Weste African Rifles, que perdeu 450 homens, 9/10 de seus efetivos no campo de batalha. No Fort-Gourad, o ponto de partida da invasão da Síria é marcado por uma batalha sangrenta entre somalis e judeus. Neste dia Moshe Dayan, futuro chefe do estado maior do Exército de Israel e vencedor do Sinai, perde sua vista esquerda. Para-quedistas judeus, homens e mulheres partem em missões suicidas na Europa ocupada. Após longos anos de conversações junto ao governo britânico, Weizmann e Shertok realizam seu ‘objetivo de guerra’, a criação de uma brigada judaica. Equivalente a uma divisão reforçada, este exército judaico, o HAYL - iniciais de brigada judaica combatente -, participará nos combates decisivos na Europa e hasteou a bandeira azul e branca em Berlim no dia da vitória (BAR-ZOHAR, 1967, p. 110).

Serão esses quadros de veteranos que fornecerão a futura oficialidade profissional da *Haganá* e do *Palmach* (tropa de choque) na guerra, que sobrevirá, apesar da desconfiança inicial dos chefes dessas formações, que preferiam combates improvisados e baseados na bravura e coragem de seus homens, “com os quais já haviam realizado feitos consideráveis” (ZOHAR, 1967, p. 148), a planejamentos profissionais de um exército regular, dos quais os veteranos incorporados da Segunda Guerra Mundial não mais prescindiriam.

Pelo que notamos, não foi somente a Legião Árabe da Transjordânia, a serviço do rei Abdula e comandada pelo inglês Glub Pasha, “a mais formidável força militar da região” (SCALÉRCIO, 2004, p. 56), treinada pelos britânicos, pois toda a formação militar dos futuros dirigentes das FDI de Israel fora realizada sob o comando e treinamento específico dos britânicos na II Guerra Mundial, inclusive as suas famosas unidades paraquedistas. A contribuição desse considerável efetivo judaico dentro do Exército inglês será citada na futura Declaração de Independência de Israel como um dos motivos pelos quais Israel “mereceria figurar ao lado dos povos que fundaram as Nações Unidas”¹⁵⁴ e, portanto, também incluir-se na família de “nações soberanas”, com direito a uma cadeira entre elas.

Seguiu-se à resolução 181 da ONU um estado de guerra interna, que já se vislumbrava desde 1946, porém, intensificou-se depois de o plano de partilha ser aprovado pelas Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947, quando:

Uma semana mais tarde, começava a batalha de Jerusalém. Os árabes assediaram a cidade. Os judeus destruíram o hotel Semiramis, os árabes, o prédio do *Palestine Post*, a rua Bem Yeuda e a sede da agência judaica. O bairro judeu da cidade velha ficou sob assédio. Não menos de 30.000 dentre os 100 mil judeus abandonaram a cidade. (BRUNO, 2005, p. 53).

As unidades judaicas há muito sabiam da inevitabilidade dos embates, e, certamente, do lado árabe palestino também; suas milícias eram comandadas pelo celebre e “mais notável guerreiro de que dispunham Abedel Quader al Husseini” (SCALÉRCIO, 2004, p. 58), e, apesar da coragem e muitos atos de bravura demonstrados, e de estarem levando a melhor até março de 1948, quando “o fornecimento de armas às forças judaicas pelos países ocidentais, em especial a Tchecoslováquia, inverte a situação” (MASSOLIÉ, 1996, p. 63), os grupos milicianos

¹⁵⁴ Ver Declaração de Independência de Israel, 5º parágrafo, documento completo disponível em: <http://www.pazagora.org/1948/05/declaração-da-independencia-de-israel>.

palestinos não serão mais pareis para as, agora melhor armadas, tropas da *Haganá*, e do *Palmach*, que contavam com o auxílio da Gang Stern e do *Yrgun*.

Ben Gurion e a alta liderança sionista sabiam que a Proclamação de Independência que pretendiam realizar iria, invariavelmente, fazer com que os conflitos tomassem outros rumos, com a intervenção de forças regulares dos estados árabes, portanto, planejaram, e, em março de 1948, o alto comando judaico colocou em execução o Plano D, cujo nome é oriundo da letra *Dalet*, quarta do alfabeto hebraico. Esse plano preconizava, a princípio, colocar em segurança os assentamentos judaicos e todas as áreas que a resolução da ONU destinava à soberania judaica, e também a ligação entre as fronteiras limítrofes do novo estado, apesar de essas, convenientemente, nunca serem aludidas pela liderança do *Ishuv*. E, muito menos, na Declaração de Independência de Israel se fez alguma questão da especificidade dessa delimitação, ou sequer de deter-se nos limites fixados pela ONU. Gurion sempre deixara isso bem claro a todos. O texto dele, a seguir, deixa inequívoco seu não comprometimento com a delimitação prévia das fronteiras:

Vejam por exemplo a declaração de independência dos EUA; ela não contém nenhuma alusão a limites territoriais. Não estamos obrigados numa declaração de independência a precisar exatamente os limites do estado. Os árabes nos atacam. Se conseguimos derrotá-los, a Galileia ocidental e o território compreendendo os dois lados da estrada de Jerusalém tornar-se-ão parte integrante do estado. Se tivermos a força para fazê-lo, por que não fazê-lo (ZOHAR, 1967, p. 178).¹⁵⁵

Como pode-se notar, nas palavras do líder maior do *Ischuv*, se as condições oriundas da guerra lhes fossem propícias, as forças de Israel não só poderiam, como deveriam conquistar territórios, sendo mesmo uma das suas prioridades capturar cidades árabes e “limpar territórios”. Nesse sentido, os comandos volantes dispunham de “grande autonomia” (SCALÉRCIO, 2004, p. 58). Quanto ao Estado Maior, essa autonomia poderia ser usada, de novo, de maneira oportunista quanto à desvinculação da chefia central com os atos desses comandos, caso ocorressem atos demasiadamente sangrentos, Deir Yassim é um exemplo dessa estratégia. A *Tohar*

¹⁵⁵ Pelo que se notará posteriormente, a analogia feita pelo líder sionista em relação aos EUA não ficaria apenas no âmbito da declaração de independência. Este realmente se espelhava na expansão dos Americanos do norte, em cima de territórios que não pertenciam originalmente à coroa britânica, (feita às expensas dos franceses, espanhóis, índios ou mexicanos), como um exemplo para expandir o Estado de Israel sobre seus vizinhos. A ocupação do Sinai, no futuro, é exemplo disso, pois a desocupação foi feita à contra gosto do líder.

Aneschek da *Haganá* não poderia ser manchada, se o fosse, teriam, afinal, uma desculpa, não partira de seu comando as ordens para nenhum ato bárbaro.

A matéria do *The New York Times*, de 10 de abril de 1947, que noticiou o fato nos EUA, era explícita quanto à vinculação do ato bárbaro contra habitantes indefesos da aldeia árabe, somente a grupos paramilitares do *Irgun* e a *Gang Stern*: “200 ARABS KILLED, STRONGGHOLD TAKEN”

Jerusalem, april 9 - A combined force of IRGUN ZVAI LEUMI and the STERN GROUP, Jewishe extremist underground forces, captured the arab village of Deyr Yasin on the western outskirts of Jerusalem today. In house- to-house Fighting the Jews killed more than 200 Arabs, half of them women and children (THE NEW YORK TIMES, 10/04/1948).

A mesma matéria referia-se também à *Haganá*, mas a tratava como força combatente regular que conquistara, num outro embate, um reduto árabe altamente estratégico e grandemente guardado por mais de 2000 combatentes árabes. O desnível no tratamento é facilmente verificável, resguardando a “moral” das forças oficiais israelenses; a sorte do *Yrgun* e da *Gang Stern*, dentro do novo estado, não seria a que imaginavam, depois de servirem a seus propósitos, principalmente o de levar a culpa pelas barbáries cometidas durante o Plano Dalet, seriam desintegradas.

As consequências advindas do “plano D” já poderiam ser verificadas ainda no início de 1948, milhares de árabes em fuga abandonaram suas casas, apesar de, em parte, a culpa desta partida, ou expulsão, poder ser atribuída à inabilidade inicial de seus líderes que, em transmissões por rádio, segundo “sionistas”, pelo menos, inicialmente, havia os incentivado a sair e voltarem somente quando o conflito chegar aos “seus irmãos do entorno” e depois da vitória triunfal destes sobre as forças judaicas. Para Lotfallah Soliman, essas afirmações seriam completamente inverídicas:

Dois eminentes cientistas, um palestino, Walid Kalid, em 1959, e outro irlandês, Erskine Childers, em 1961, tentarão em vão demonstrar que todas essas afirmações não tinham por base nem mesmo falsas interpretações de fatos reais, mas simples alegações que nenhuma peça, mesmo que forjada apoiava, e o mito perdurará e sobreviverá aos trabalhos recentes dos pesquisadores israelenses publicados nos Estados Unidos e na Grã Bretanha desde 1987. Na França, esses trabalhos, de Tom Seguev, Simba Elapam, Benie Morris, Avi Shlaim, etc., continuam, aliás, a ser ignorados. Na França, onde a pesquisa histórica deve continuar a ser ideológica, preferem-se as certezas delirantes de uma Annie Krieel e as jeremiadas de um Élie Wisel (SOLIMAN, 1990, p. 126).

Se acaso houve, realmente, qualquer transmissão deste cunho, foi proferida ou por um inapto ou, talvez, pelos próprios interessados na evacuação e expulsão dos

árabes de seu território. Qualquer estrategista mediano em assuntos militares saberia que, quando esses efetivos regulares árabes entrassem na guerra e invadissem a Palestina, seria muito melhor poder contar com a população autóctone favorável a eles, para dar-lhes algum auxílio, sempre oportuno em termos de logística.

Segundo Soliman (1990 *apud* BÉGUIN, 1949), autoridades sionistas usaram expedientes de terror psicológico para fazer com que as populações árabes se deslocassem com medo de que barbaridades ao estilo de Deyr Yassin ocorressem. Ele cita o próprio Menahen Béguin, líder do grupo *Yrgun*, que se gaba orgulhosamente de que suas ações, mesmo sendo exageradas por parte de seus inimigos, prestaram um grande serviço ao estado e às fronteiras de Israel:

Os quartéis gerais árabes em Ramallah difundiram uma história cruel de atrocidades, pretendendo que o yrgun procedera ao massacre sem discriminação, de cerca de duzentos e quarente homens, mulheres e crianças em Deyr Yassin. Os órgãos oficiais sionistas, assombrados com o desenvolvimento das forças do yrgun e com o crescimento de sua base popular, apoderaram-se avidamente dessas acusações árabes e, sem mesmo procurar verificar sua veracidade, aceitaram-nas como vieram e apressaram-se a denunciar e condenar o yrgun. Esta *Greuelpropaganda* árabe-sionista teve, entretanto, consequências imprevistas e imediatas. Através de todo o país, os árabes, levados a acreditar em loucas lendas sobre a 'carnificina do yrgun', foram tomados de pânico e começaram a fugir para salvar suas vidas. Esta fuga em massa desenvolveu-se rapidamente em louca e incontrolável debandada. Dos oitocentos mil árabes que viviam no território atual do estado de Israel, só restam cento e sessenta e cinco mil. O significado político desse desenvolvimento dificilmente pode ser superestimado. (SOLIMAN, 1990 *apud* Béguin, 1949, p. 130).

Depreende-se da fala do líder do *Yrgun*, citada na obra de Soliman, que o fato de terem sido alardeados, sendo totalmente verídicos ou não, atos de crueldade perpetrados por seu grupo, difundidos pela liderança da *Haganá* por medo de sua influência, e, no caso das lideranças árabes, para denegrir sua imagem e a de seus militantes, foi, na realidade, benéfico para o Estado de Israel, pois o livrou do imenso número de árabes que, amedrontados, abandonaram suas casas. São esses que fugiram tomados de pânico (linha 13), e seus descendentes os que atualmente são impedidos de voltar, como se fossem culpados de algo, como se houvesse culpa no fato de serem simplesmente humanos e temerem por suas vidas e a dos seus.

Seja como for, o fato é que se foram expulsos ou fugiram amedrontados por violência extremada de grupos armados que souberam se utilizar de procedimentos psicológicos e de terror eficientes, ou instigados pela incompetência de líderes despreparados que abusaram de uma retórica triunfalista, que, nem de longe, poderiam ter utilizado seriamente, dando-lhes a esperança de uma vitória fácil, ou uma

mescla das alternativas, não importa mais; a certeza é que deixaram uma terra que por direito era sua, lhes pertencia há séculos, ali residiam e tinham raízes profundas.

A grande liderança guerreira árabe palestina, o primo do *Mufti* de Jerusalém, Abdel kader al Husseini, morreu em 9 de abril de 1948, “e a resistência palestina não sobreviverá por muito tempo a seu bravo cavaleiro” (SOLIMAN, 1990, p. 125).

Ao mesmo tempo que o plano D era executado, a agência executiva judaica e seu chefe maior decidiram que a proclamação de independência de Israel ocorreria em 14 de maio de 1948, um dia antes da data oficial para a evacuação das tropas britânicas. Concomitantemente a isso, e sempre seguindo seus próprios planos, tinha de conseguir enquadrar de vez os comandos da *Haganá* e do *Palmach*, que eram, na sua opinião, as únicas forças capazes de poder levar a cabo sua guerra; porém, essas ainda se mantinham sob a chefia de homens nitidamente pró-soviéticos, e pior, alguns favoráveis a um Estado binacional.

É interessante verificar alguns trechos do biógrafo de Bem Gurion para perceber-se que o que hoje parece um estado totalmente controlado pela direita e seus homens nem sempre assim o foi, e que existiam outras formas de pensamento e de ação política que, mesmo minoritárias¹⁵⁶, merecem serem lembradas:

O Palmach fora concebido, criado e dirigido por lugar-tenentes do velho líder Tabenkine, chefe do movimento: ‘a unidade do kibutz’, surgido como uma cisão do Mapai em 1944 e, após uma longa evolução, juntou-se à extrema esquerda, para formar o Mapam, partido operário de tendência pró-soviética. Desta evolução três aspectos aparecem perfilados: o primeiro, é que um partido minoritário, que representa no máximo 5% do Ischuv, dirige a mais potente formação militar do Ischuv; mais ainda: o chefe do ‘comando nacional’ Israel Galili, que dirige a Haganá, é também um dos chefes deste partido. Segundo ponto paradoxal: a Haganá e o Palmach, únicas forças capazes de criar pelas armas o estado de Israel, se acham sob influência de um partido que NÃO lutara pelo nascimento de um ‘ESTADO JUDEU’; a EXTREMA ESQUERDA, com efeito, lutou por um ‘ESTADO BINACIONAL’, enquanto os homens de Tabenkine, após terem se oposto ao programa de Biltmore, lançaram a fórmula fácil de mandato internacional sobre a palestina. Terceiro ponto delicado, que se tornara embaraçante, a partir do ponto em que as questões diplomáticas se coloquem ao estado: a orientação do Mapam e da quase totalidade dos oficiais superiores do Palmach é nitidamente pró-soviética. Como reagirão eles de posse das armas do estado se este decidir-se a seguir um rumo diferente? (ZOHAR, 1967, p. 162).

A preocupação demonstrada por Gurion no trecho transcrito acima decorre de que as armas enviadas pela Checoslováquia a mando de Stálin estavam prestes a chegar, muito embora essas armas são as que fariam toda a diferença na Guerra de

¹⁵⁶ Não esqueçamos que o Partido Bolchevique, na Revolução Russa de 1917, era também minoritário e, no início, correspondia a cerca de 5% dos revolucionários.

Independência. O pragmático Gurion não queria que tais armamentos ficassem sob o comando e nas mãos de gente ligada ideologicamente ao bloco soviético e ao líder que as mandara (Stálin), sendo, alguns destes, com inclinações internacionalistas, como se nota no texto, ou com adeptos da “inadmissível ideia de um estado binacional”, não o estado seria judeu. Gurion e os seus trabalhariam com afinco para se livrarem desses perigos e dessa gente “inadequada” aos fins que almejavam para “o seu Israel”. Daí em diante, ele tomará as iniciativas para privar essas formações militares de seu comando principal e conseguirá seu intento. Galili é afastado, após todos os tipos de manobra, por Gurion, que consegue suprimir o cargo de chefe do “comando nacional” (BAR-ZOAH, 1967, p. 164), cargo ocupado por Galili.

Embora a alta oficialidade tenha se revoltado, os chefes dos departamentos, oficiais superiores do Estado-Maior, apresentam-se ante Bem Gurion: “O general Elihau Cohen (Bem Hur), o general Zvi Ayalon, o general Igal Sukenik (Yadsin) e o general Moshê Lerer Zadok) opõem-se violentamente à transferência de seu chefe” (BAR-ZOAH, p. 165) e exigem sua recondução. Com o advento da guerra após a proclamação, até os oficiais de esquerda não terão o que fazer, a não ser o que guerreiros fazem quando um exército lhes faz frente: lutam. As forças retrogradadas, a partir de então, tomariam a frente, infelizmente, para todos. Para população palestina foi, sem dúvida, o início de sua “Naqba”, pois, sem freio algum, tropas judaicas lhes puseram a correr, sem nenhum escrúpulo quanto aos meios ou as baixas entre eles, e a Israel, pois terá de guardar, e encarar, isso para sempre, a vergonha de agir como as tropas nazistas quando deslocavam populações no leste europeu — basta ver as imagens do deslocamento e fazer a analogia¹⁵⁷.

Achamos interessante destacar o trecho anterior, alguns parágrafos acima, pois o autor exprime as preocupações de Gurion, procurando frisar que esse sempre foi pró-ocidental e contra os esquerdismos ligados a Moscou, marketing autoral, sem dúvida, para angariar ainda mais as simpatias de Washington e de seus aliados, mas uma publicidade em cima de algo bem factível, pois realmente o “velho”, apesar do pragmatismo e de sua juventude socialista, demonstrará preferência pelo sistema ocidental. O autor transmite também as preocupações do líder, e as considera como totalmente legítimas e bem intencionadas, sobre o que queria e não queria para o futuro Estado; realmente, para ele e seu grupo, tais preocupações e receios eram

¹⁵⁷ Imagens em Pappé, p. 224-235.

fundamentais, eles não queriam um Estado esquerdista, binacional¹⁵⁸, ou internacionalizado, nada disso, queriam “o estado judeu para, e talvez só para!, judeus”, como Herzl preconizava em “L’État des Juifs (O Estado Judeu) de 1896”.

Podemos perceber que, apesar do modo como as coisas se desenrolaram, tudo poderia ter sido diferente, até os kibutz, tão criticados por Said como segregacionistas, não o eram, não em todas as suas formas, muitos tinham um ideal de real fraternidade e igualdade social. A guerra tem o poder de modificar tudo, e, geralmente, para pior, pelo menos enquanto ela persiste. E essa, iniciada em 1948, nunca teve um fim, ainda aí está.

5.2 A PROCLAMAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL

Antes que estivesse de parto, deu à luz; antes que lhe viessem as dores, deu à luz a um filho. Quem jamais ouviu tal coisa? Quem viu cousas semelhantes? Poder-se-ia fazer nascer um país num só dia? Nasceria uma nação de uma só vez? Mas Sião esteve de parto e já deu a luz seus filhos. (ISAÍAS, 66: 7, 8).

Em 14 de maio de 1948, sexta feira, 5 Yar 5708 pelo calendário judaico, às 4 horas da tarde, foi proclamada a independência de Israel. Essa data, segundo Bar-Zohar (1967, p. 180), foi antecipada, pois o dia 15 de maio cairia numa sexta feira, data sagrada para a grande maioria dos judeus, e a liderança sionista não poderia prescindir de uma data com a qual todo o *Ischuv* concordasse, mesmo porque, precisariam da união de todos os esforços, os quais, pelo que sabiam, estavam prestes a enfrentar. Por isso mesmo, Gurion passa a retificar e corrigir o que achava necessário no texto: “o espírito sutil de Shertok dá lugar ao espírito vigoroso e direto de Bem Gurion” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 180), provavelmente o “espírito vigoroso e direto de Gurion” adequava o texto, deixando-o palatável a todas as conveniências que seu pragmatismo intuía. De madrugada, o líder é interrompido por um telegrama: “os habitantes de kfar etzion que içaram a bandeira branca foram degolados pelos árabes” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 180). François Massolié (1996, p. 63) considera o ocorrido uma vendeta pelo massacre dos habitantes de Deyr Yassim, ocorrido em 10 de abril, perpetrado pelo *Yrgun* de Beguin.

¹⁵⁸ Essa solução era defendida pelo grupo marxista judeu do “Hachomir Hatzair”, para qual os judeus formavam uma nação, como os árabes, e a solução revolucionária residiria no binacionalismo e no princípio de “não dominação de uma nação pela outra”. Ver Soliman, 1990, p. 97-98.

A Carta contendo a declaração em nome do conselho nacional representando o povo judeu na palestina e o movimento sionista do mundo é lida por Gurion em Telaviv, em frente a uma plateia de sionistas e jornalistas. Interessante que, logo atrás do “velho” (como Gurion era chamado), encontrava-se convenientemente postado um grande retrato de Herzl¹⁵⁹, como que a abençoar e legitimar o líder da independência de Israel. Enfim, o sonho do “pai da Israel moderno” era alcançado, mas, refletindo mais detidamente, qual seria o pai do Israel do século XX? Aquele da foto ou o que lia a declaração? A simbiose era naturalmente estimulada, quase uma transubstanciação era induzida, o velho não só era um político hábil e pragmático ao extremo, como também um bom marqueteiro, ao estilo dos de hoje. Tanto que, por estratégia de marketing ou não, o fato é que a declaração de independência de Israel serviu a isso também, além de enfatizar uma visão humanista de mundo, fazer referências em cima do holocausto nazista na Europa, enfatizar que Israel lutou ao lado das nações que combateram o nazismo (através do *Hayl*). Portanto, é uma das vitoriosas da guerra, tanto quanto todas as outras, e merecia figurar ao lado de todas as nações soberanas que fundaram a ONU, e lá ter um assento garantido, pois lutará por isso.

Além de tudo isso, a Declaração da Independência de Israel¹⁶⁰, que continha “afirmações, compromissos e importantes omissões” (SCALÉRCIO, 2004, p. 61), deixava claro que, apesar de estar aberta à imigração de judeus de todo o mundo, comprometia-se com as garantias e liberdades das outras comunidades de seu Estado:

O ESTADO DE ISRAEL será aberto a imigração de judeus de todos os países de sua dispersão; promoverá o desenvolvimento, o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; será baseado nos preceitos de liberdade e paz ensinados pelos profetas hebreus; defenderá total igualdade social e política para todos os seus cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo; garantirá total liberdade de consciência, culto, educação e cultura; protegerá a santidade e inviolabilidade dos templos e lugares sagrados de todas as religiões; e se dedicará aos princípios da carta das nações unidas.

Podemos perceber que a declaração compromete-se explicitamente com as orientações estabelecidas pela resolução 181 da ONU (analisada por nós anteriormente) e garante o direito de cidadania plena aos árabes de seu território,

¹⁵⁹ Para visualização desse momento: <http://www.pazagora.org/1948/05declaração-da-independencia-de-israel>.

¹⁶⁰ Documento completo disponível em: <http://www.pazagora.org/1948/05declaração-da-independencia-de-israel/>. Também transcrevemos uma cópia em anexo, oriunda da Agência Judaica.

apesar de fazer referências aos profetas judeus, uma alusão que poderia ter sido dispensada pelo Gurion “ateu”, mas a qual o Gurion pragmático jamais dispensaria, comprometia-se a garantir o pleno direito a todas as outras religiões e seus lugares sagrados, tentava contemplar a todos. Tais iniciativas podem ser entendidas como meramente oportunistas, porém eram mais que isso:

Na verdade, as consequências políticas da iniciativa eram complexas demais para acreditarmos que se tratava de mero oportunismo. No momento de criação de Israel, a população da Palestina como um todo era majoritariamente árabe. Bem Gurion não podia imaginar que o sucesso do plano D e a subsequente vitória sobre os exércitos regulares árabes provocariam um caudal de refugiados tão grande. Na época, a liderança judaica apostava mais num incremento vertiginoso da vinda de colonos judeus para a região que uma fuga em massa dos árabes (SCALÉRCIO, 2004, p. 61).

No concernente à economia, a declaração assegurava também ensejar todos os esforços para o estabelecimento da união econômica de toda a Palestina. Quanto aos limites territoriais, não os aludia em uma única linha sequer, como também já visto anteriormente, isso era uma determinação da cúpula sionista, de não se fixarem limites na declaração (BAR-ZOAH, 1967, 178). Tal falta de compromisso com os limites, após a guerra, se mostraria muito conveniente aos objetivos expansivos do estado, visto com a guerra que sobreveio terem se apropriado de muito território destinado pela decisão 181 da ONU aos árabes.

Próximo ao final, há uma alusão à agressão que os territórios judeus sofriam, já antes da declaração, no dia 13 de maio, os primeiros embates tinham sido iniciados, Kfz Etzion caíra em mãos árabes, carros blindados árabes se dirigiam para outros pontos do bloco. No sul, “pesada ofensiva egípcia tem como objetivo os postos isolados” (BAR-ZOAH, 1967, p. 179). Em suas últimas frases, lendo a declaração de independência de Israel, o velho conclama:

[...] em meio a brutal agressão instamos aos habitantes árabes do estado de Israel para que retornem aos caminhos da paz e façam sua parte no desenvolvimento do estado, com total e igual cidadania e a devida representação em seus órgãos e instituições – provisórios ou permanentes. Oferecemos paz e boa vizinhança a todos os estados vizinhos e seus povos, e os convidamos a cooperar com a nação independente hebraica para o bem comum.

Já quando, em 29 de novembro de 1947, o plano de partilha palestina havia sido aprovado, todos os Estados Árabes se mostravam extremamente contrários à decisão e dispostos a tudo para impedirem a criação do Estado de Israel, a pretexto

de protegerem os interesses dos palestinos, então desorganizados, porém escondendo, na verdade, interesses próprios, como demonstrava Abdula (Cairo 10 de abril 1948), que avisa que invadirá a Cisjordânia logo que os ingleses saírem. No entanto, o Rei Faruk (Egito) adverte que o país deve ser entregue aos palestinos para que escolham seu próprio governo, sendo imediatamente aplaudido por Abdula, pois, para ele, estaria intrínseco: não é necessário nem conquista, nem ocupação, nem partilha, pois o povo é um só, e a Palestina é a banda costeira da Transjordânia.

De acordo com Isaac Akcelrud (1984, p. 67), os Sírios percebem logo o tom do discurso do monarca *Hachemita* em detrimento de seus interesses, em vez do “Sul da Síria”, a Palestina passava a ser o “Litoral” da Transjordânia, no lugar da “Grande Síria”, a “Grande Transjordânia”, e é claro que não podiam concordar. Logo após a “proclamação do estado de Israel em 14 de maio”, os exércitos regulares árabes do entorno declaram guerra ao novo país, embora esse estado de guerra já existisse internamente com o plano *Dalet* e os conflitos entre os comandos judeus e as milícias palestinas ocorressem há muito. Ainda, um dia antes da proclamação, forças regulares árabes já avançavam contra as áreas de assentamentos judaicos:

A 12 de maio a invasão do território judeu pela legião árabe tem início. Mil e quinhentos homens, apoiados por tanques e canhões, constituem a primeira onda de assalto. Algumas horas mais tarde, com uma calma olímpica e uma fleuma britânica, um funcionário de sua majestade lê o comunicado anunciando a próxima partida do alto comissário (BAR-ZOHAR, 1967, p. 176).

A guerra oficial só começaria a 15 de maio de 1948 e, embora parecesse estar em maior número, pela soma dos países aliados contra Israel, havia grande disparidade entre os exércitos árabes, sendo esses compostos pelos efetivos do Egito, da Transjordânia, da Síria, do Líbano e do Iraque, e o comando geral foi dado ao rei da Transjordânia, Abdula. No início dos conflitos, todos esses exércitos unidos, regulares e irregulares, somavam 25 mil homens, enquanto as forças de defesa de Israel organizaram 35 mil soldados, homens e mulheres, “em junho os israelenses contavam com 65 mil, e em dezembro com 96.441” (SCALÉRCIO, 2003, p. 62).

Quanto ao profissionalismo dos efetivos árabes, a situação era talvez pior que o seu número, fora a bem treinada “Legião Árabe do rei Abdula”, os outros exércitos eram de uma capacidade sofrível, ou nenhuma, como no caso do Líbano, que disponibilizará somente cerca de 400 homens para os conflitos, país esse que, além

da fraqueza incontestada, fazia parte dos planos de Gurion, que pretendia apoiar a formação de um estado cristão no sul, no vale do rio Litami.

Já quanto ao comandante em chefe das forças árabes, o *Hachemita* Abdula de Ama, o líder judeu há muito tratava com ele, através de sua emissária Golda Meyerson (Meyer no futuro), e sempre procurava evitar “[...] uma confrontação armada entre Israel e o maior exército do Oriente Médio, a situação do estado judeu não se apresenta tão desesperada. Terá a Transjordânia de participar do conflito? É o único país árabe que pode ser dissuadido a participar do conflito” (ZOHAR, 1967, p. 174).

Os sionistas contavam com a não participação da Transjordânia, ou, pelo menos, que, se participasse, não fosse tão enfática em seus esforços. Foi para esse potentado, o pouco previsível ou confiável Rei Abdula, oferecida, mesmo que nominalmente, a chefia, o comando geral dos exércitos árabes unidos. A rigor, controlava somente a sua bem treinada legião, cujo comandante era o ex-oficial britânico, apelidado de Glub Pascha¹⁶¹, talvez, por isso mesmo, os rumos da guerra tenham sido os que foram. Importante fazer um adendo para visualizar melhor a composição dessa “bem treinada tropa” que servia ao monarca *Hachemita*, que, além de seus beduínos, incluía também:

[...] aventureiros de organizações fascistas remanescentes da débâcle da guerra, incluiu circassianos desertores do Cáucaso ‘reeducados pelos nazistas, muçulmanos iugoslavos saídos dos campos italianos de prisioneiros, elementos das tropas de assalto de Hitler misteriosamente desaparecidos das prisões egípcias, mercenários ingleses e alguns poloneses do Exército de Anders, o mesmo que trouxe até a Palestina o cabo Menachem Beguin. (AKCELRUD, 1984, p. 67).

De acordo com Isaac Akcelrud (1984), Abdula havia sido autorizado pelos ingleses a se apoderar do território destinado aos palestinos¹⁶², a Galileia seria deixada para a Síria ou para o Líbano, conforme o desenrolar de tudo, e Gaza ficaria para o Egito. Por tais “interessantes motivos”, o exército do rei da Transjordânia preferiria os elementos acima identificados para aumentar seus efetivos do que

¹⁶¹ Em meios militares sabe-se que não existe o “termo ex-oficial”, excetuando-se o caso de expulsão, o oficial inativo ou está reformado (aposentado) ou faz parte da reserva, mas sempre será considerado um membro das forças armadas, podendo ser convocado em caso de necessidade, portanto, as lealdades dessa figura certamente eram discutíveis: estaria em primeiro lugar o monarca Hachemita da Transjordânia ou a coroa britânica? Talvez pouco importa, pois os interesses ingleses e de Abdula, no caso de uma guerra contra Israel, nesse sentido, poderiam ser “bem convergentes”.

¹⁶² Na biografia de Bem Gurion, por Bar-Zohar, de 1967, existe uma referência, na página 175, a um parágrafo secreto do acordo entre a Inglaterra e a Transjordânia sobre a “entrega da Palestina à coroa Hachemita”. Essa informação teria chegado no dia 8 de maio, por parte do enviado secreto da agência judaica em Paris, Maurice Fischer, e causou apreensão nas autoridades do Ishuv.

colocar armas nas mãos de palestinos árabes, já, naquele tempo, a maioria da população de seu reino, mas que tinham o inconveniente de querer um país deles, e não um pertencendo à monarquia *Hachemita*.

Percebe-se que os aliados da população árabe da Palestina tinham interesses muito singulares na questão, talvez, por isso mesmo, não conseguiram conjugar seus esforços “no plural na guerra que desfecharam” contra Israel. Mas seria mesmo só contra Israel? Ainda segundo Isaac Akcelrud (1984, p. 67), “a invasão múltipla contra o recém-nascido estado judeu camuflava uma disputa inter-árabe e escondia cinicamente a recusa ao direito de autodeterminação e soberania dos palestinos”.

Como já havíamos verificado, apesar da enormidade aparente, que poderia representar, à primeira vista, os exércitos dos cinco países árabes unidos contra Israel, essa pretensa vantagem era ilusória, as FDI de Israel se mostravam muito melhor preparadas para o conflito, com uma capacidade real de mobilização e com armamento novo chegando do leste europeu, inclusive aviões para sua recém-criada força aérea. Além de tudo, podiam contar com as divisões internas dos governos árabes a seu favor, portanto a vantagem era só aparente contra o agora independente *Medinat Ysrael*, o Estado de Israel, que contava com um ingrediente a mais a impulsionar os homens e mulheres do Tsahal; tinham que vencer, resistir, pois a derrota significaria a extinção de sua pátria soberana recém-conquistada, e essa alternativa não era aceitável.

Márcio Scalécio (2004, p. 62) afirma que a guerra de independência de Israel pode ser dividida em três fases: a primeira, “de 15 de maio a 11 de junho; a segunda, de 9 a 18 de julho; a terceira, de 15 de outubro a 7 de janeiro de 1949”, todas sendo interrompidas por tréguas periódicas, até o armistício negociado pela ONU.

O quadro geral do conflito, iniciado já no dia 15 de maio, pode ser mapeado geograficamente assim: o sul da Palestina até o litoral da Faixa de Gaza estava a cargo das forças egípcias, auxiliados por milicianos árabe-palestinos. No litoral e na fronteira norte, operavam os libaneses, contando com o suporte do exército árabe de libertação. No norte, também os Sírios, na fronteira leste, estavam a cargo da temível Legião Árabe e do inexpressivo exército iraquiano. Em vinte dias, as FDI neutralizaram as mal equipadas forças egípcias, “[...] que avaliaram erradamente que poderiam contar com suprimentos fornecidos pelas demais forças árabes do Líbano, Transjordânia, Síria e Iraque” (SCALÉRCIO, 2004, p. 66).

Ledo engano. Os suprimentos egípcios, suficientes para três dias, acabaram-se, e não houve reabastecimento por parte dos aliados. No norte, os sírios, embora mal equipados, demonstraram tenacidade na luta, mas quedaram-se paralisados em suas posições, não realizando qualquer esforço no sentido de ir ao encontro dos egípcios para os auxiliar, ou ligarem-se aos libaneses ou ao Exército Árabe de Libertação. Quanto aos libaneses, aliás, cuja sociedade estava dividida em inúmeras facções e onde estavam no governo políticos do ramo cristão maronita, que chegaram a afirmar que “o Líbano não era exatamente um país árabe” (SCALÉRCIO, 2004, p. 67), o esforço de guerra jamais poderia ser levado em grande conta.

Em relação à fronteira leste, a cargo basicamente da Legião Árabe, apesar de ser a única com reais condições de mudar os rumos da guerra a favor dos aliados, há muito, representantes sionistas encontravam-se com o rei Abdula, “o único potentado árabe passível de entrar em negociações” (ZOHAR, 1967, p. 175), tentando dissuadi-lo a entrar no conflito, que sabiam, adviria, ou então, que se entrasse, não o fizesse com tanto afinco, na verdade, Abdula sonhava com toda a Palestina e judeus e árabes vivendo debaixo da autoridade de seu cetro.

A estratégia de Abdula era perigosa, e ele foi assassinado em 1951 por ter sido considerado traidor da causa árabe; entretanto, a ambiguidade de suas ações não o impediu de entrar na guerra, não podia se negar a ir ao campo de batalha ao lado de seus irmãos árabes, no entanto, não era obrigado a ser muito ardoroso em suas ações:

Com a proclamação de Israel, a legião entrou na Palestina tomando posições defensivas próximas ao eixo Ramalha-Nablus (buscando o controle da Cisjordânia). Ocupou a cidade velha de Jerusalém e as localidades estratégicas que controlavam a estrada entre Tel Aviv e Jerusalém – Latrun e a linha entre as localidades de Lod (com o único aeroporto internacional da Palestina) e Ramle. Enviou ainda algumas unidades com o objetivo de ocupar pontos defensivos no Neguev e deixou que o extremo norte da linha árabe ficasse ao cargo das tropas iraquianas (SCALÉRCIO, 2004, p. 69).

Mesmo que as ações da Legião Árabe não possam ser encaradas como muito empenhadas, os maiores revezes que as forças de Israel sofreram foram por conta destas, pois não conseguiram assumir o controle da cidade velha de Jerusalém, e seus ataques contra Latun foram repelidos. A legião só deixaria o Neguev na etapa final e por iniciativa própria; os únicos sucessos das *FDI* contra a legião foram nas áreas de Lod e Ramle, e, mesmo assim, contaram com a ajuda de “Pasha Glub de se

retirar do local, pois entendia que não possuía forças suficientes para a defesa de suas posições” (SCALÉRCIO, 2004, p. 70).

No desenrolar dos acontecimentos, os sírios são, na Galileia, detidos pelos *Kibbutz* fortificados. Em 29 de maio, comandada pelo inglês Glubb Pacha, a Legião Árabe, da Jordânia, “após esperar por 10 dias a rendição” (BRUNO, 2005, p. 53), ocupa a parte antiga de Jerusalém, a qual só iria deixar na guerra de 1967. O Egito conquista o deserto do Negueve e a Faixa de Gaza; no dia 30, é assinado um cessar fogo, conseguido pelo mediador da ONU, Conde Folk Bernardot que, mais tarde, em 17 de setembro, será assassinado por integrantes do Lehi, do futuro primeiro-ministro de Israel, Ytzhak Shamir.

Muito embora a finalização oficial da guerra só ocorreria no início de 1949, depois das várias tréguas e retomadas do conflito, no panorama geral, nunca se vislumbrou um futuro de sucesso para os exércitos árabes, seus interesses antagônicos patrocínavam a divisão interna, aliados à eficácia da *Haganá* e à sua mobilidade. Por fim, o armamento de que Israel se abasteceu prenunciava um epílogo de insucesso para os aliados e de vitória para as FDI, a qual será transformada em mito. A estratégia do exército de Israel fora baseada na grande mobilidade, podiam dar combate a um atacante, dissuadi-lo e, rapidamente, seguir para outro frente; isso, aliado a novos carregamentos de armas, que chegavam em número mais que abundante, fez toda a diferença.

A guerra era interrompida de tempos em tempos por tréguas, durante as quais ambos os lados aproveitavam para se reforçar, recrutando mais forças, mas a mobilidade das FDI, aliada, agora, às armas tchecas, fez a grande diferença, e, contando com o não envolvimento da Legião Árabe da Transjordânia numa guerra total, procurando apenas garantir posições e se defender, contribuirão para a vitória de Israel, o que se constituirá no grande mito da *Haganá*, e será humilhante para as forças árabes, sendo fator complicador de toda a questão das relações entre Israel e os países árabes do entorno: “a supremacia conquistada pelas forças israelenses será grande demais” (SCALÉRCIO, 2003, p. 73).

Essa humilhação sofrida pelos árabes impulsionará um revanchismo complicador no futuro, que ainda é notado: “Israel ganhara a guerra, mas perdera a paz”, como disse o oficial israelense Ygal Allon, muito embora os motivos que o impulsionaram a proferi-lo sejam mais belicosos que se imagina a uma primeira mirada. Em sua opinião, as FDI deveriam ter aproveitado as vantagens e continuado

a avançar ou, no mínimo, não retroceder posições. Ele era contra posturas moderadas ou reentrega de territórios, parece que, como ele, esse pensamento militarista ganhara adeptos a partir de então, chegando a ter o predomínio nos meios militares israelenses.

Paralelamente à ação defensiva contra os Estados Árabes, houve o recrudescimento de um estado de guerra interna com os extremistas Israelenses do *Irgum* e do grupo *Stern*, agindo em Jerusalém e procurando estocar armas vindas de fora, cujo caso mais representativo é o do *Altalena*, navio cujo carregamento de armas fora adquirido pelo *Irgum*, e que, ao tentar desembarcar seu carregamento, entra em confronto com a *Haganá*, afundado em 3 de julho de 1948, em frente a Tel Aviv. Béguin estava a bordo e só se retirará após combate: “corvetas armadas da marinha israelense aparecem no horizonte. Obuses de morteiro chovem em quantidade, as metralhadoras crepitam entre os caixotes contendo explosivos. Os membros do *Etsel* tentam em vão fugir do círculo de fogo em que estão encerrados de costas para o mar” (BAR-ZOHAR, 1967, p. 193).

As armas que haviam sido desembarcadas sob o olhar dos homens da *Haganá*, que estavam à espreita nessa hora, convenientemente escondidos, serão apreendidas, Béguin foge e refugia-se no navio; tenta resistir, mas o barco é afundado. Depois desse combate, a unidade das forças de defesa de Israel é conseguida, os grupos paramilitares são desfeitos, incorporando seus efetivos ao *Tsahal*. O Estado é um só, o Exército agora também o é. Apesar das tentativas de desvinculação das forças oficiais israelenses com massacres e expulsões, essas, muitas vezes, teriam também utilizado a violência e expulsado populações árabes de suas terras, seja por iniciativas de força ou pelo efeito do pânico. O trecho de Lotfallha Soliman (1990, p. 136), citado a seguir, com dados enumerados pelo pesquisador israelense Benny Morris, corrobora essa análise:

Examinando os arquivos mortos israelenses, ele chegou à conclusão de que a expulsão dos árabes se dera em fases sucessivas. Numa primeira, que ocorreu em fevereiro e, março de 1948, várias aldeias da planície costeira foram esvaziadas de seus habitantes. No dia 3 de abril, o Haganah expulsou os 924 habitantes de Khirbet- Azzun. No dia 10, foi a vez dos 620 habitantes de Ad-Dumeira, dos 910 beduínos de Na-Nufeiat e dos 340 beduínos de Al-Faqora. Dia 15, os cerca de 650 habitantes da aldeia de Miska foram expulsos de suas casas, assim como um número indefinido dos de Khirbet-as-sakas. Um terceiro ciclo começou em maio. No dia 12, o Haganah esvaziou as aldeias de najd e sumsum de seus habitantes (respectivamente 600 e 1200). Dia 27, a Brigada Givati ocupou-se das aldeias de Zarnuka e Kaukaba e expulsou seus 2600 e 1870 habitantes. Os 1550 habitantes de Rubin foram expulsos em 1 de junho e, no dia 4, Yibna foi esvaziada de seus 5920

habitantes. Mesmo a aldeia de Huj, que era considerada pró-judaica e cujo *mukhtar* fora assassinado em janeiro, quando de uma visita a Gaza, por suas simpatias pró-sionistas, mesmo essa aldeia 'colaboracionista' foi esvaziada de seus 800 habitantes. Beni Morris enumera estas expulsões e muitas outras no seu livro *The birth of Palestine refugee problem, 1947-1949*. (SOLIMAM, 1990, p. 137).

É verificável que, durante a guerra, a debandada, expulsão ou fuga dos árabes palestinos intensificou-se e, quando isso não foi causado diretamente pelas tropas da FDI, foi por elas, no mínimo, estimulada. Na ofensiva sobre a região de Lod, as tropas sob o comando do mais tarde célebre comandante israelense, Moshe Dayan, ao lidarem com um grande número de refugiados palestinos, moradores dos vilarejos do entorno, davam-lhes esta instrução: “vão ao encontro do rei Abdullah” (SCALÉRCIO, 2004, p. 71).

Ilán Pappé (2006) relata (apesar das tentativas de desvinculação das FDI, com massacres, preferindo deixar a culpa recair sobre grupos paramilitares, como nós já percebemos), o horror a que foi submetida a aldeia de DAWAYAMEH¹⁶³, um pequeno vilarejo situado em Bersheba, que foi completamente trucidado, segundo o informe da ONU, datado de 14 de junho de 1949. Essa chacina faz cair por terra a desvinculação das forças oficiais israelenses com os horrores, pois, de acordo com Pappé “o massacre foi o resultado da ordem que o comandante do batalhão 89 da brigada 8, havia recebido do chefe do estado maior, Ygael Yadin: seus preparativos devem incluir a guerra psicológica e o “tratamento” dos cidadãos como parte integral da operação” (PAPPÉ, p.263). O resultado do “tratamento” sobre os cidadãos da referida aldeia foi sua completa extinção, contando-se o assassinio de crianças de menos de 2 anos. Alguns relatos dos próprios soldados, atordoados com a selvageria que puderam realizar, referiam crânios de bebês abertos, mulheres violadas, entre outras barbaridades com o total de 455 pessoas mortas. Ainda de acordo com Pappé, essa foi a última das grandes chacinas cometidas por tropas israelenses, quando, em 1956, novamente, 49 habitantes de Kifar Quassim, aldeia sobre jurisdição jordaniana, que havia passada depois do armistício a Israel, foram assassinados. Censurar a partida de contingentes, aos milhares, para longe de seres capazes de tais atos, é como censurar os milhões de judeus russos que fugiam dos pogroms nas terras do Czar Moscovita.

¹⁶³ Colocamos em caixa alta intencionalmente, pois a barbárie sofrida por esses pequeno lugarejo, precisa ser lembrada, recordada, e nós mesmos só soubemos de mais esse ato infame a pouco, portanto, fazemos questão de o enfatizar.

Grande parte desses desterrados deslocou-se para os territórios do monarca *Hachemita*. Parece desnecessário citar a extensa lista de atrocidades cometidas lado a lado desde então, mas é importante frisar a eficiência dos procedimentos físicos e psicológicos de evacuação levados a cabo pelas forças sionistas, tanto as oficiais, quanto as que depois serão desintegradas e assimiladas em grande parte pela *Haganá*, transformada posteriormente no *Tsahal*. Henry Cattán (1987) afirma serem, mais ou menos, 1.600.000 refugiados, dos quais, aproximadamente 600.000 residentes em território árabe, segundo a partilha de 1947. Essas cifras são contestadas. De qualquer forma, o número é alto, pois, somente na guerra de 1948/49, “750.000 pessoas, de um total de um milhão e meio de árabes residentes na Palestina, deixam o território israelense” (MASSOLIÉ, 1996, p. 65).

Para melhor contextualização do problema que esses refugiados representarão no futuro para toda a região, apresenta-se a Tabela 2, a seguir, com os números atualizados de sua Diáspora:

Tabela III: Diáspora Palestina

País	Número
Jordânia	1.358.706
Cisjordânia	532.438
Faixa de Gaza	716.930
Líbano	52.668
Síria	347.391
Total	3.308.133

Fonte: SAYG, 1997 apud VISENTINI, 2002, p.24.

Esse êxodo palestino de imensas proporções, nesse momento, durante e após a guerra de 1948/49, segue principalmente para a Transjordânia, onde, posteriormente, o filho de Abdula, o Rei Hussein, ao enfrentar a desestabilização que seu governo sofria devido à presença e interferência de uma crescente população de origem Palestina¹⁶⁴, manda os Beduínos massacrar e expulsar esses “irmãos árabes”, em 1970, no Setembro Negro. Grandes contingentes deles refugiam-se no sul do Líbano, onde se tornam alvos de ataques israelenses, mais do que isso, sua presença

¹⁶⁴ Ainda hoje a população do reino jordaniano é majoritariamente de origem Palestina, em torno de 56%. Ver Almanaque Abril, “Nações do mundo”, tópico sobre Jordânia, 2006, p. 322.

agrava as divergências entre cristãos e muçulmanos, quebrando o precário equilíbrio do país e sendo uma das causas da guerra civil de 1975/76:

Nesse contexto, em 1970 o exército e os beduínos jordanianos atacaram os guerrilheiros palestinos (massacre do Setembro Negro), que se retiraram para o Líbano, alterando o precário equilíbrio político-étnico-religioso desse país ao introduzir uma força muçulmana e/ou esquerdista no cenário local. Paralelamente, intensificaram-se os ataques terroristas palestinos e israelenses (VISENTINI; DANILEVICZ, 2010, p. 265).

A total falta de coordenação tática e ofensiva entre os dois exércitos, sírio e jordaniano, na guerra que se seguiu, pode encontrar sua explicação (ou pelo menos parte dela), em vieses bem distintos, ao vislumbrar a questão por parte dos mandatários desses países, que estavam mais interessados em projetos pessoais de extensão e ampliação de poder e influência, atitudes bem similares e também verificáveis, quase que invariavelmente, em quase todos os líderes políticos da região — nesse quesito, talvez só nesse, pouco divergiam.

Na verdade, como se pode notar, todos os governos dos Estados no entorno nutriam interesses muitos próprios e, às vezes, bem antagônicos, que nada tinham a ver com o bem-estar ou a proteção da população árabe da Palestina, e talvez, em menor grau ainda com a autonomia desta, tanto que a Jordânia se apossa do restante de terras que poderia restar a estes árabes durante a guerra e, para piorar ainda mais sua situação, como afirmou, muito acertadamente, Edward W Said:

[...] nenhum ou outro movimento na história teve um oponente tão difícil: um povo reconhecido como a vítima clássica da história. E nenhum outro movimento de libertação nacional ou de independência no período do pós-guerra teve um conjunto de aliados tão pouco confiáveis, e por vezes homicidas, uma conjuntura tão volátil, uma super potência como interlocutor tão hostil e uma super potência aliada tão ausente (SAID, 1992, p xxxiv).

O oponente, a vítima clássica da história: os judeus; um conjunto de aliados tão pouco confiáveis e, às vezes, homicidas: os estados árabes vizinhos; uma conjuntura tão volátil: a do pós-guerra e da guerra fria a iniciar-se em seguida; a superpotência como interlocutora tão hostil: os EUA; a superpotência, futura aliada, porém tão ausente: a União Soviética. Realmente, as condições político históricas desse período (e a partir dele) não poderiam se mostrar mais desfavoráveis aos palestinos e às suas aspirações estatais. Já, para os sionistas, o momento era esse, de conseguirem seu país, e não deixariam a oportunidade escapar. Para isso se preparavam e se organizavam há muito tempo.

As dores advindas da tragédia ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial, a *Shôa* judaica que, em muitos aspectos foram comparadas, inclusive por Bem Gurion, às dores do parto do Estado de Israel, também marcaram — só que agora em outro povo — o início de seu drama, de sua *Naqba*, a catástrofe do povo palestino.

A tragédia de um povo constituiu-se e foi transformada na antessala de sua própria redenção, no limiar de seu tão almejado Estado, só que em sentido inverso, paradoxalmente, configurou-se como catástrofe para outro, e no exílio de seu país.

E todas as ambições territoriais e de poder, muito particulares dos aliados de ocasião, que alegavam agir em defesa do direito dos palestinos, contribuirão para o que se verificará na guerra posteriori: a falta de comando diretivo centralizado para as ações e, em alguns momentos, uma inércia paralisante. Tais ações (ou falta delas) não podem ser explicadas só pela incompetência das elites dirigentes árabes (embora a proporção de tal qualidade não deva ser subestimada), mas, também, por divisões internas e, talvez, por interesses obscuros em querer ver o aliado do momento e o inimigo se destruírem mutuamente, para, depois, tirarem proveito de ambos. O que “em tese” poderia acontecer, visto Israel ter de defender-se em várias frentes, concomitantemente; mas isso não aconteceu, ficou ao nível dos sonhos de alguns governantes árabes. Israel defende-se, reage e, por óbvias razões, leva a melhor, mas o que será construído, em termos de *marketing*, e, logo em seguida, disseminado mundialmente, é a versão da extrema competência do comando do *Haganah*, liderando o pequeno Davi israelense, contra o gigante Golias árabe, na realidade, um Titã de pés de barro.

Seja como for, foi a aurora de uma nova mitologia¹⁶⁵, ou a reedição da correspondente antiga sob o Reino de Davi, a da invencibilidade das Forças Armadas de Israel. Desde então, e depois com as guerras posteriores, tal mito tendeu a crescer, e diversas vezes foi utilizado como demonstração da inquestionável justeza da causa do Estado e da ideologia sionista, afinal, estava escrito! Parece que, a partir daí, religiosos judeus fundamentalistas não mais tinham dúvidas quanto à pureza da causa.

¹⁶⁵Aqui é inevitável lembrar da advertência de Marc Bloch para rejeitar as seduções “da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e do empirismo, disfarçados em senso comum” (BLOCH, 2002, p. 47), “A Apologia da História, ou o ofício do historiador”, escrito por ele em 1942, durante seu cativeiro, que acabou em seu fuzilamento sob os nazistas, porém extremamente atual para quem estuda “conflitos humanos e suas narrativas”.

5.3 O MITO E O LOBBY ISRAELENSE ATRAVESSAM O ATLÂNTICO: DISCURSOS E PERSPECTIVAS ATUAIS, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não perverterás o direito do estrangeiro e do órfão; nem tomarás em penhor a roupa da viúva. Lembrar-te-ás de que foste servo na terra do Egito
(Deuteronômio Cristão; Dvarim Judaico).

O Estado de Israel arraigará também para sua causa multidões de fervorosos aliados muito além do Mediterrâneo, do outro lado do Atlântico, em terras estadunidenses: os fundamentalistas cristãos, que viam a comprovação das profecias bíblicas nos eventos em terras do Oriente, além, é claro, do apoio da própria comunidade judaica americana, na qual o *lobby* sionista arrecadou (e arrecada) milhões de dólares para sua causa e, “se acrescentarmos a esse *lobby* político a mídia que age geralmente em favor de Israel, é possível compreender que a sua verdadeira força ainda é a diáspora” (ROCHE, 1992, p. 208).

Nesta finalização, acrescentamos um adendo para uma análise sucinta de como esse *marketing* é utilizado, e como as simpatias são revertidas politicamente em apoios, e esses se mostrarão de inestimável valor, pois o governo dos EUA, seja republicano ou democrata, jamais quererá prescindir do aval, ou, no mínimo, da neutralidade desses eleitores que, nesse quesito, pelo menos, não abrem mão, são inequivocamente a favor do Estado de Israel, portanto, serão contra qualquer governo que for contrário às demandas desse. O sucesso do *lobby* sionista entre evangélicos, pentecostais e neopentecostais nos EUA é inquestionável. Tal fenômeno já pode verificar-se no Brasil, claro, em menor grau¹⁶⁶, visto nossas peculiaridades políticas e religiosas (somos ainda um país de maioria católica), se visitarmos um templo de alguma dessas denominações pentecostais¹⁶⁷ e perguntarmos ao pastor o que ele acha sobre o assunto, verificaremos que a adesão ao *lobby* israelense é unanime, quase todas as denominações realizam, inclusive, excursões à “Terra de Israel” (não a denominam nunca de Palestina), para a verificação, por parte de seus fiéis, do cumprimento das profecias, que, segundo eles, seguem seu curso inexorável, em todos acontecimentos na região¹⁶⁸.

¹⁶⁶ As eleições de 2018 no Brasil e o “compromisso” assumido pelo novo governo com a comunidade evangélica em transferir a embaixada brasileira de Tel Haviv para Jerusalém, corrobora nossas intuições, essas são bem anteriores ao governo atual dos EUA e do Brasil.

¹⁶⁷ O autor deste trabalho já fez isso, e todas as respostas dos líderes era a mesma.

¹⁶⁸ As representações diplomáticas israelenses no Brasil têm preparada uma cartilha denominada “Fatos sobre Israel”, impressa em Jerusalém, em 2010, pelo Ministério de Relações Exteriores de Israel, em português, destinada à publicidade de seu Estado em nosso país, e seus principais “clientes” são

Em um artigo do jornal evangélico “O Mensageiro da Paz”, órgão oficial das Assembleias de D’US (a maior e mais antiga igreja Pentecostal do país), publicado em novembro de 2011, o discurso do primeiro ministro israelense Benjamin Netanyahu, proferido na ONU em 23 de setembro do mesmo ano, é transcrito quase na íntegra. Nele, ele se defende de acusações, reclama de antissemitismo, afirma só lutar pela segurança de seu país e acusa a ONU de “perseguir Israel”. O autor do artigo afirma concordância com as queixas de Netanyahu e acrescenta: “[...] no final dos tempos, haverá uma onda cada vez mais crescente de antissemitismo no mundo, que culminará com um conflito internacional contra Israel, liderado pelo AntiCristo, ocasião em que Jesus aparecerá nos céus com sua Igreja para estabelecer o Milênio” (MENSAGEIRO DA PAZ, 2011). O discurso em defesa de Israel é inequívoco, ora, os contrários ao Estado de Israel, demonizados, seriam liderados pelo próprio “anticristo”, e, na derradeira hora, as hostes cristãs viriam em defesa de Israel, lideradas e encabeçadas pelo “Cristo”, que desce do céu e salva a situação. A direita do país, agora, pode contar também com o Messias cristão em sua defesa. Contradição ou paradoxo? As questões suscitadas e desenvolvidas no século XX, o século dos paradoxos, ainda estão longe de terem um final.

Em relação à busca de apoios, temos a impressão de que os representantes palestinos aprenderam a mesma lição, e hoje os buscam em terras americanas entre as comunidades religiosas católicas e ortodoxas sul-americanas. A argumentação é quanto à natureza palestina de Jesus, portanto, esse “palestino Jesus” já sofria desde aquelas épocas remotas como os seus irmãos sofrem atualmente com os judeus; isso nos faz cheirar alguns indícios de ideias antissemitas incrustadas, mesmo que subliminarmente, pois utiliza o mesmo discurso dos cristãos orientais, aliás, os padres ortodoxos¹⁶⁹ parecem gostar muito dessas considerações um tanto quanto forçadas, pois assinam qualquer texto que sugira isso. E, como afirma Bernard Lewis, os líderes do antissemitismo procuram formar aliados em países do Oriente Médio de hoje, espalhando suas teses revisionistas por lá, o Irã, em especial, com uma tradição de fundamentalista desde a época em que a dissidência *Shiia* tornou-se maioria lá,

líderes evangélicos. Está disponível também na internet sob o endereço eletrônico: www.mfagov.il, pode-se simplesmente digitar no Google “fatos sobre Israel” e encontrar-se-á a cartilha em PDF.

¹⁶⁹ Ver publicação da delegação especial da Palestina no Brasil de 2010, na qual, num texto de apoio introdutório um sacerdote ortodoxo, “demonstra a desnecessidade do Estado de Israel, pois a igreja cristã seria a nova Israel”, e, claro, depreende-se claramente, em seu texto, que a verdadeira Igreja Cristã seria a Ortodoxa.

sendo, como já foi demonstrado, uma exceção dentro do mundo islâmico, e não a regra.

Moacir Scliar, escritor porto-alegrense, falta já nos faz, afirmava ser brasileiro, gaúcho, judeu e colorado, tudo junto. Ser uma dessas não excluía a outra, e nem antagonizava com as demais, aliás, ele era bem mais que isso, era um bom médico, excelente escritor e, certamente, muito mais.

Portanto, por que Jesus não poderia ser Judeu, Palestino, Profeta e Messias? Judeu porque assim nascera; palestino, pois a terra, embora pequena, era e ainda é quase um microcosmos¹⁷⁰, denomina-se Palestina também; Profeta porque o Islã o considera tal; e Messias porque, para os cristãos, ele o é; portanto, Jesus não seria Judeu, Palestino, Messias Cristão e Profeta no Islã? Ser uma coisa não exclui a outra, a não ser para intransigentes e sectários. Consideramos que o mesmo vale para Jerusalém, sagrada para as três religiões monoteístas, portanto, o plano de internacionalização ou soberania compartilhada, nunca foi tão nefasto assim em nossa análise.

Alguns grupos de esquerda latino-americana¹⁷¹ que, ao pensar, e mesmo desejar realmente, em muitos casos (não em todos), expressar uma postura progressista ao lado dos mais fracos, na verdade, apoiando qualquer liderança extremista, por a considerarem legítima, no final de contas, acabam fazendo um jogo que não auxilia a real busca de alternativas factíveis na construção da Paz, mas, sim,

¹⁷⁰ Terra de encontro de muitos povos, etnias e tradições, no momento do nascimento de Jesus, dominada pelos romanos, mas onde o grego era a segunda língua. Terra dos Filistins, antigos Cretenses, Canaã dos Cananeus, Israel das 12 tribos, terra que emana leite e mel das promessas. E sua cidade mais significativa, Jerusalém; Jebus dos Jebuseus, Cidade de Davi para os Judeus, “Al-Quads” a Cidade Santa para os islâmicos. A Terra Santa dos cruzados. A terra era, foi e é tudo isso, cada qual reconhece a terra e a cidade como também se reconhece a si mesmo, com o que se identifica, com o que constrói para si mesmo como referencial. Então, como dizer o que a terra é ou não é? Todos tem razão, toda representatividade é correta para quem a professa, sem necessariamente a outra visão estar errada; são visões, maneiras de enxergar, e válidas, a não ser o sectarismo excludente, que se acha melhor que “outrem”, esse, a nosso entender, já em origem estará equivocado, e consideramos importante a função de um humanista denunciá-lo. Portanto, por que não envidar todos os esforços para fazer mesmo da cidade o que seu nome significa: “YERU-SHALÁYIM, A CIDADE DA PAZ”, afinal, esse é seu título, quem assim a batizou queria que tal fosse sua vocação, e como um dos centros (único em comum) das três religiões monoteístas irmãs, pois é o que são em origem ‘judaísmo-cristianismo-islamismo’, ‘crenças irmãs’, com mais similaridades fundamentais na base (o D’US único) que diferenças no arcabouço doutrinário e discursivo, deveria irradiar comunhão entre os povos, e não ser motivo de divergência para estes.

¹⁷¹ O autor tem conhecimento sobre o que afirma, já participou de grupos políticos com este viés, que são solidários à extrema esquerda Palestina e que, muitas vezes, com intransigência, só fazem contribuir para obstaculizar o processo de paz, que já é deveras complicado demais, sem sectarismos a o impregnar, sejam esses políticos ou religiosos.

favorecem um outro extremo da questão; e é percebível que, pelos extremos, não se construirá a ponte, o meio da estrutura é fundamental, imprescindível, para ligar dois pontos, ou ambos avançam, construindo um pouco de cada lado para chegarem ao encontro um do outro, e tal avanço só é possível se ambos cederem um pouco, saindo passo a passo de seus extremos e percorrendo o caminho que os liga, difícil, utópico talvez, mas impossível, nunca!

Talvez a questão sul-africana em seu “epílogo” (somente no epílogo, claro!), tenha a ensinar algo de profícuo e pacífico, pois foi concluída sem separação nacional entre as duas comunidades, na constituição de um Estado que não mais segrega e divide, banindo-se o horror do apartheid, apesar de, logicamente, as divisões de classe e renda estarem ainda muito presentes e dividirem, nesses quesitos, brancos e negros, mas creio (e espero) que tais diferenças abrandem-se cada vez mais com a participação e interferência dos negros, agora em todos os aspectos da vida nacional verdadeiramente, e, principalmente, na política, na qual são majoritários. Mas, infelizmente, nos conflitos israelo-árabes, nunca surgiu o equivalente a um Madiba/Mandela, nem em um, nem em outro lado.

Criticar é fundamental, mas pessimismo perpétuo e críticas permanentes sem apresentar nada como caminho, ou vislumbrar sempre atitudes suspeitas e segundas intenções em todos, não só é ineficaz, como presta um desserviço à causa da paz. Ingenuidade com os interesses e fatos, como já afirmei, é extremamente prejudicial, mas a eterna crítica desmedida e a demonização de seres que são “irremediavelmente apenas humanos” (infelizmente, não são raras as vezes que o demonstram naquilo o que isso tem de mais medíocre) é tão prejudicial quanto a ingenuidade ou a desinformação.

Nesse aspecto, apesar de considerarmos o trabalho de Finkelstein excelente em termos de pesquisa e dados, não concordamos com seus comentários sobre “O meio termo feliz” (expressão dele criticando escritos de Beni Morris), o caminho do meio, muitas vezes, é interessante para a causa da concórdia, como várias vezes já foi demonstrado na história política. O Brasil é pródigo em exemplos, e muitos deles conciliando e terminando com lutas de décadas, que não seriam vencidas nem por um lado, nem por outro, todos os conflitos internos e guerras civis no sul estão na história, a exemplificar: 1835/45; 1893/94; 1923/24; todas consumindo gerações

cerceadas de futuro no Rio Grande do Sul (só na Federalista, em 1893/94¹⁷², foram 10.000 vidas entre peleias e degolas comuns nesse conflito); no caso do estado gaúcho, a conciliação ocorreu¹⁷³, apesar das acusações dos mais propensos a uma luta que do seu sangue, ou dos seus, não seria regada e, se fosse, não seriam tão irredutíveis assim, a não ser que sonhassem com o extermínio recíproco.

O termo no qual os dois lados ganham, ou pelo menos evitam continuar perdendo, é o melhor, e evita-se, com isso, mais derramamento de sangue inútil; resta descobri-lo, quem sabe, no cessar das eternas acusações mútuas e das vinditas de parte a parte. Pois é certo, se lembrarmos da morte a todo instante e nos atemorizarmos com ela, sem dúvida, ficaria impossível viver a vida, pela preocupação irracional com seu desfecho e do dia fatídico e inescapável para todos, esquecer no cotidiano a inevitabilidade da morte é imprescindível para o prosseguimento de nossas vidas.

Como Nietzsche já nós alertara, em “A Genealogia da Moral” de 1887, o esquecimento é, muitas vezes, necessário para se poder continuar a jornada e produzir o novo, o eterno rancor prende, evita o progresso e as possibilidades de seguir em frente na construção de um novo caminho, projetando e sonhando com uma paz real, que creio ser factível e possível de construção, um outro mundo é, sim, possível, mas, sem dúvida, como toda realidade, antes de ser concreto e materializado, deve ser planejado nas mentes e nos sonhos; por isso, antes de tudo, sonhar, primeiro, é fundamental.

Não estamos, com isso, querendo afirmar que devemos esquecer a História e o que passou, mas o contrário: realizar perpetuamente sua análise crítica, renovando-a em interpretações, porém, ininterruptamente, dando um passo adiante, em direção às possibilidades vindouras, e quiçá melhores, e não ficarmos presos, acorrentados a erros cometidos por um ou outro lado, num círculo vicioso que só faz perenizar o mal e impede novas criações. No caso israelo/palestino, a “Criação da

¹⁷² Segundo o relatório conclusivo do general João Telles ao presidente Floriano Peixoto, o horror era generalizado, assassinatos por toda parte, degola de homens, mulheres e crianças, como se cordeiros fossem. Documento completo em “Militares e civis num governo sem rumo, o Governo Provisório revolucionário no sul do Brasil. 1893-1894”, p. 23, de Carlos Humberto Correa, 1990.

¹⁷³ O resultado da conciliação e do final da guerra fratricida de décadas entre os rio-grandenses foi a bem-sucedida revolução de 1930, que desbancou do governo central, a política do café com leite e, junto com ela, um grupo de políticos para quem a “conciliação e pacificação do sul nunca interessou”, sendo no resultado dessa paz que se pode notar o porquê dos políticos centrais não desejarem um rio grande pacificado. Fazemos essa referência pois achamos interessante realizar uma analogia “futura” do que poderia ocorrer com o final da luta entre israelenses e árabes, no concernente aos interesses ocidentais em jogo na região, e que, na realidade, dominam o desenrolar dos conflitos.

Paz”, é nesse sentido que evocamos “o esquecimento nietzschiano” como sendo capaz de dar vazão a possibilidades criativas, pois, como refletimos anteriormente, a *Shôa* de um povo, ou seja, sua tragédia, foi comparada analogamente às dores do parto de seu Estado e de sua redenção; porém, paradoxalmente, essa mesma soberania redentora provocou a “*Naqba*”, catástrofe para outro povo, e o exílio de seu país.

Avaliamos que existem muitas similaridades entre as histórias de sofrimento entre esses dois povos. Já foi dito que os palestinos são os novos judeus, mas, nos dias de hoje, contraditoriamente, quem exerce esse poder horrendo, de humilhar e despossuir outros seres na Palestina, é o mesmo povo que mais sofreu com tais barbáries, ou seja, em muitos aspectos, os palestinos são os judeus dos judeus.

E consideramos que sim, há uma saída, como Akcelrud notara, “somente o movimento israelense da paz percebeu a afinidade entre o renascimento judaico e o alvorecer palestino” (AKCELRUD, 1984, p. 66), um renasceu como “povo soberano e distinto depois da dor imensa” e outro, através do furacão que o assolou, se percebeu como tal.

Por que não encontrar, nas similaridades de seus sofrimentos, uma razão para transigir e confluir, percebendo-se mais como similares do que diversos, iguais na origem e no fim, do que antagônicos neste ínterim, que torcemos, seja deveras momentâneo, muito perto do epílogo, pois, como escreve Paulo F. Visentini, com o qual concordamos, “a história de longa duração mostra-nos que, se árabes e judeus conheceram algumas décadas de rivalidades, também viveram harmonicamente nos séculos anteriores” (VISENTINI, 2012, p. 75); por que não retomar essa harmonia passada e fazer “os dias de profícua coexistência”, como houve no califado de Córdoba, na Espanha muçulmana, reviverem, e, agora, para o desenvolvimento de todos, com isonomia real e total entre os dois povos, e com a perspectiva de um futuro de paz permanente para a região.

Sonho, utopia, pode ser, mas, como já escrevi, e no que acredito inarredavelmente, tudo começa nas mentes e nos sonhos antes de ser materializado na realidade, e se o sonho for sonhado no plural e no coletivo por muitos, a possibilidade de projetá-lo no mundo real, como materialidade, fica cada vez mais próxima, mais factível de construção, de ser construído e em conjunto. Aos críticos, lembramos que a “neutralidade total” é a mais improvável das utopias, e as ciências sociais são essencialmente ciências aplicadas, destinadas, para usar a frase de Marx:

“a mudar o mundo e não somente interpretá-lo, ou então explicar porque ele não precisa ser mudado” (HOBBSAWN, 1998, p.149), e como afirmava, Marc Bloch “não se pode negar, no entanto, que uma ciência sempre parecerá ter algo de incompleto, se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor” (BLOCH, 2004, p.45).

Basta uma rápida análise da situação do Oriente Médio pós 1945 para se perceber que um dos principais problemas originados com a criação do Estado de Israel e a imediata guerra que lhe foi travada pelos países árabes foi o início da questão da população refugiada, “expulsos de suas terras, segundo os árabes, instigados a partir por seus líderes’, segundo Israelenses” (MASSOLIÉ, 1996, p. 65), ou, quem sabe, uma mescla de ambas as coisas, ou, ainda, outra.

Seja como for, seu “êxodo”, além de um fator de desestabilização para a região como um todo (apesar de, aparentemente, no início, Israel ter sido beneficiado, pois assegurou a maioria judaica no Novo Estado), constituiu uma questão humana de fundamental importância e imprescindível resolução para o mundo contemporâneo e para todos aqueles que ainda creem que um planeta sem barreiras ou separações advindas da causa absurda da discriminação étnica ou religiosa é possível. E, talvez, quando ocorrer um real e inequívoco:

O acordo Israelo-Palestino será O sinal desencadeante de um imenso e generalizado movimento de libertação de todo o Oriente Médio. Os privilégios feudais, os grandes negócios petrolíferos, os superlucrativos negócios da indústria Bélica os controles estratégicos, todo o complexo de exploração e dominação do Oriente Médio estará em risco no dia em que Israelenses e Palestinos decidirem pela ‘Paz entre nós, guerra aos senhores’ (AKCELUD, 1984, p. 71).

Torçamos para que, pelo menos, “a guerra entre eles” possa findar, e as feridas causadas por anos de agressões mútuas tenham tempo de fecharem.

No epílogo de nossa dissertação, em 2014, acontecia o auge das rebeliões em países árabes, quando ingênua e entusiasticamente todos denominavam de “Primavera árabe”, denominação a que nunca concordamos, intuíamos que o que ocorria era apenas a troca de regimes de força e com atuação relevante de interesses fomentadores externos. Foi o que realmente ocorreu, pois a democracia não se desenvolveu em nenhum deles, muito pelo contrário, no Egito, os militares assumiram de vez; na Síria, a guerra civil destruiu o país; na Líbia, onde o regime de Kadafi caiu com intenso apoio francês, uma “real queima de arquivo por parte de Sarkosi; a tribalização toma conta do que restou o país, e apenas a Tunísia, mais dependente da Europa e do turismo desta, houve uma estabilização.

Bem, no final de nossa dissertação de mestrado em 2014, mesmo desconfiando do “ufanismo” em relação ao que acontecia no resto do oriente médio, eu ainda tinha, como mantenho até hoje, que, exclusivamente em relação a judeus e palestinos, o futuro seria melhor, teria de ser melhor. Continuo acreditando nisso, mesmo com a vitória de novo da direita em Israel. Não nos é possível deixar de crer, que não possam escolher o diálogo produtor, os mais progressistas entre os árabes, os Palestinos, e os descendentes dos que mais sofreram o preconceito e a xenofobia europeia. Muitas ações que estão surgindo me alimentam essa esperança, a exemplo dos “Guerreiros da Paz”, iniciativa que congrega ex-militares judeus e ex-combatentes palestinos, quase todos sentiram diretamente, na pele, o sofrimento da opção violenta; é uma luz, que ainda nos faz vislumbrar, em algum ponto, a paz.

Continuamos a acreditar como Said que, muito embora não tenha deixado de denunciar as violações e incompreensões que seu povo sofreu e sofre, nunca deixou de crer na igual humanidade de judeus e palestinos, e aí acredito no que isso pressupõe de bom, ou, no mínimo, de inteligente e racional, a partir do qual poderia ser forjada uma convivência comum.

Terminamos esse trabalho sem intuir se o que virá será um estado ou dois, sem previsões, mas com a esperança de que ambos povos verão o humano no outro. Isso, por si só, já será o princípio de algo melhor.

SHÁLON SALÁN

PAZ

CONCLUSÕES

Neste epílogo, no qual enumeraremos as conclusões da pesquisa, que podem ser facilmente vislumbradas já no corpo do trabalho, queremos enfatizar que, ao contrário do que pretendíamos ao começar nossas investigações e do que tínhamos previsto inicialmente, muito foi, em grande parte, modificado, reformulado, no meio do percurso, devido às próprias descobertas que íamos fazendo.

Este trabalho iniciou-se com uma visão, de minha parte (não me envergonho ao confessar), em muitos aspectos equivocada, e também contaminada com “preconceitos” difundidos amplamente na mídia e em obras de renome, sobre conflitos civilizacionais e sobre a “aparente belicosidade intrínseca aos muçulmanos e árabes”. Considero-me afortunado, pois tive tempo para tentar desvencilhar-me dessas contaminações, e sinto-me tranquilo por saber que procurei, ao máximo de meus esforços, realizar um trabalho de pesquisa que sempre priorizou, ao menos, estar isento de imposturas e preconceitos, já que de falhas sei ser humanamente impossível isentá-lo.

No capítulo inicial, em que estudamos a convivência entre judeus e árabes através dos tempos, percebemos nitidamente que o tão difundido antagonismo secular entre esses povos é, na verdade, inverídico, e não corroborado pela história comum de ambos. Verificamos que a convivência não só, na maioria das vezes, foi pacífica, como, em muitas ocasiões, foi profícua e produtiva, como na Espanha medieval dos Omíadas e em outras regiões. Também notamos que o proselitismo foi, sim, praticado pelos judeus, a exemplo do estado eurasiático dos Kazares, tribo turcomana convertida por volta do século VI ao judaísmo. Esse importante estado medieval era uma terceira força entre o mundo cristão e o islâmico, todavia, ao sucumbir, no século XI, suas populações tiveram de se submeter a suseranias de credos diversos ao seu (o judaísmo) e, de dominantes de um outrora poderoso império; passaram à minoria, segregada em estados que não mais lhes pertencem, sendo essas comunidades importantes na formação da “cultura judaica askenaze” do leste europeu. O proselitismo judaico também teve vez na Península Arábica, quando o rei “Dhu Nuwas”, da tribo dos himiaritas, controladores do reino de Sába, se converte ao judaísmo. Isso ocorre também no século VI, quase 100 anos antes do surgimento de Maomé e de suas revelações, nas quais percebemos paralelismos inquestionáveis com a religião judaica. No período (610 d.C.), em que o profeta inicia suas pregações,

havia significativos focos populacionais judaicos na Península Arábica, apesar de estranhamentos e alguns conflitos iniciais entre judeus e árabes no local. Com o avanço muçulmano sobre a Palestina, os judeus que eram proibidos de entrar em Jerusalém desde 135 d.C, com a conquista desta pelo Califa Omar, em 638 d.C, são autorizados a entrar na cidade e lá residirem novamente, por serem considerados “dhimmis” pela doutrina islâmica, ou seja, são protegidos.

No segundo capítulo, que é um capítulo basicamente cronológico, nesse sentido, pois fizemos uma cronologia dos sucessos e agruras judaicas no continente europeu desde a época de sua chegada à Roma ainda consular, antes de Augusto e o início do *imperium*, portanto, ainda antes do I século cristão. Para tal, escolhemos, mais pelo material que conseguimos e pelo tempo de que dispúnhamos, três áreas exemplares: Península Itálica, França e Península Ibérica. cremos que a amostragem, embora pequena, pode denotar, indubitavelmente, que a “Saga” foi difícil, repleta de perseguições e migrações de áreas, em um período mais intolerante — para outras, momentaneamente mais acessíveis. Porém, a constatação foi que, embora tivessem existido oásis momentâneos, como a Espanha omíada ou a Holanda (essa manteve-se sempre, desde a libertação ao jugo filipino e católico, tolerante), de maneira geral, a situação judaica no continente sempre foi imprevisível, e intuímos que, se isso ocorria em áreas centrais e “civilizadas” do continente, o que ocorria mais ao leste, com números populacionais judaicos mais expressivos, precisaríamos de um estudo a parte, inteiro, para podermos sequer referir alguma análise, e não dispomos de tal tempo. As perseguições sazonais foram dando cada vez mais motivos a aqueles que achavam que para proteger o “Povo Judeu”, mesmo com toda sua heterogeneidade, só um “Estado Judeu”. As razões para a formação e construção do “Sionismo Estatal” estavam dadas, só esperavam um momento propício para se porem em marcha. Esse momento foi o século XIX, mais precisamente em sua segunda metade, quando novos acontecimentos reforçariam suas razões.

No capítulo seguinte, abordamos a ideologia e o movimento sionista. Vimos que o nacionalismo judeu, condicionado pelos nacionalismos europeus, procurou ser uma resposta às perseguições que a população judaica, principalmente askenazi, sofria no continente. Percebemos que esse não se constituía inicialmente em um movimento majoritário entre as massas judias europeias que, em sua maioria, preferiam a integração dentro das sociedades onde viviam. Conjuntamente com a “Ilustração” do século XVIII, surgia a “Haskala”, o “Iluminismo Judaico”. A Revolução

Francesa e seus ideais igualitários deu novo fôlego aos que pretendiam a integração, porém, a derrota de Napoleão Bonaparte, a restauração e a Santa Aliança terminariam com essas esperanças, e os pogroms, na Rússia czarista, colocariam a última pá de cal nas esperanças de igualdade para os judeus no seio continental.

O movimento sionista toma fôlego, incentivado também por escritores e ideólogos “goys” não judeus, tanto ingleses como franceses, interessados em utilizar uma massa perseguida como ponta de lança em sua corrida imperialista no Médio Oriente, então sobre o controle Otomano. Em 1897, em Basileia, é realizado o I Congresso Sionista, convocado por Theodor Herzl, no qual são definidas as diretrizes unificadas do movimento que, embora primordialmente tenha sido também influenciado pelo socialismo, paradoxalmente, se deixou impregnar pelos pressupostos do nacionalismo europeu do século XIX, que pregava, entre outras coisas, que o estado deveria ser governado pela sua maioria étnica. Esse fator vai ser relevante na condução do movimento e fundamental na política desenvolvida a partir de 1948 pelo governo do Estado de Israel na Palestina.

No penúltimo capítulo, verificamos que a situação no Médio Oriente estava, e está ainda, diretamente ligada à ação de potências ocidentais, no início de França e Grã-Bretanha, interessadas em partilhar essa região (acordo Sikes-Picot, 1916) de acordo com seus interesses estratégicos, os quais eram principalmente ligados ao detrimento da Rússia, ao Canal de Suez e à crescente importância das fontes energéticas ligadas ao petróleo, das quais a região era riquíssima em jazidas. Para isso, a Inglaterra procurou incentivar o nacionalismo dos povos árabes em detrimento do império turco, dominador da área e aliado das potências centrais na I Grande Guerra. Também apoiará o movimento nacionalista judeu, o sionismo, sendo sua “simpatia” demonstrada através da declaração de Balfour, em 1917, e acabará constituindo-se em “novo paradoxo”, pois, como incentivar dois nacionalismos nascentes em uma mesma região, já que a área do Oriente Médio pretendida pelos sionistas, a Palestina, era majoritariamente, em termos populacionais, constituída de árabes étnicos? O antagonismo tornou-se, então, inevitável.

No pós-guerra, o que ocorre ratificado por decisão da Liga das Nações, é a instalação de mandatos sobre a região, que é colocada sobre tutela anglo/francesa, até que seus povos tivessem condições para se autogerir, porém sem nenhum prazo pré-fixado para a autonomia, fórmula que servia aos interesses ocidentais, mas não aos árabes nem aos sionistas, e ambos se movimentam em ações para conseguir a

autogestão. As fronteiras entre os países da região são fixadas artificialmente por Grã-Bretanha e França, e vão se constituir em questão de permanente tensão entre eles (a exemplo da guerra Iraque *versus* Kuwait).

Na última parte do trabalho, tratamos especificamente da “implantação estatal de Israel sobre a Palestina” e como todas as variantes internacionais atuaram neste sentido. Na maioria das vezes, mesmo tragédias, como o holocausto, foram revertidas em prol do projeto de estado, e, em sentido inverso, como tudo atuou contra as necessidades da população palestina, que foi abandonada até pelos governos árabes, mais interessados em seus interesses específicos, que quase nada tinham a ver com o dos palestinos, fizeram mais um jogo fictício de fachada do que uma luta verdadeira em prol de qualquer causa “Pan Árabe” — pelo menos os governos e suas elites já se percebiam diversos.

Ainda durante a segunda guerra mundial (1939/1945), toda a região do Oriente Médio torna-se palco de enfrentamento entre as potências em guerra e seus aliados locais. O nazismo europeu praticou uma política de perseguição sistemática aos judeus europeus, que culminou com “a solução final”, ou seja, o genocídio dessa população, após a derrota de Hitler e as revelações sobre as práticas nazistas em relação aos judeus (os campos de extermínio) comoveram a opinião pública mundial, principalmente a norte-americana. A liderança sionista soube aproveitar-se disso para fortalecer sua causa e angariar simpatizantes no mundo inteiro; a questão sobre a Palestina é levada à ONU que, em 29 de novembro de 1947, aprova o plano de partição da Palestina em dois estados, um judeu e um árabe, e Jerusalém com *status* internacional. Os árabes rejeitam totalmente o plano, e os judeus, ao contrário, o aproveitam com êxito, e, em 14 de maio do ano seguinte, é proclamada a independência de Israel, os ingleses se retiram do local e Israel é imediatamente invadida por forças aliadas árabes. A guerra inicia-se.

Ao analisarmos a resolução 181 da ONU, percebemos como ela foi indubitavelmente aproveitada pelos sionistas. A sua carta de independência tem paralelismos explícitos, a comunidade árabe palestina poderia ter aproveitado a ocasião também para conseguir seu estado, o plano inequivocamente não era perfeito, mas a comunidade árabe palestina certamente estaria melhor com um país seu desde 1948, como os judeus, do que com as migalhas que hoje lhe são dadas pelo governo de Israel. O problema maior foi que, sem quadros ou lideranças expressivas após a morte de Abdelkader Al Hussein, a população palestina dependeu

da representatividade oferecida pelos governos dos estados árabes vizinhos, os quais, como foi visto em nosso trabalho, nutriam interesses próprios para a área, às vezes divergentes entre si, e que muito pouco ou nada tinham a ver com a autodeterminação do povo palestino. Para piorar a situação, a região torna-se palco do enfrentamento entre EUA e URSS no período da Guerra Fria a iniciar-se em seguida.

Concluimos, e sem dúvidas a nos inquietar, que, com o auxílio ocidental, que exportou um antagonismo que era seu, o movimento sionista, ao proporcionar um país para seu povo e protegê-lo das perseguições sazonais que invariavelmente sofreu enquanto um Estado Nacional não teve, quase como em uma via de mão dupla, em sentido inverso, despossui outro povo, deixando-o sem o seu “país”. O paradoxo aí é palpável, inclusive, para deficientes visuais¹⁷⁴ o lerem em relevo. A “Shôa” judaica, tragédia do povo judeu, ocorrida durante a II Guerra, proporcionou a legitimidade para esse povo reivindicar seu lar territorial e pleiteá-lo perante a assembleia das nações, conseguindo-o; porém, da maneira como isso foi realizado, despossuiu outro povo, que há séculos fazia daquela terra sua casa, sendo o início da “Naqba”, a catástrofe do povo palestino.

Assim, acreditamos que o que nos propusemos ao iniciarmos esse projeto foi verificar se a tão difundida e milenar hostilidade Israelo/Árabe embasava-se, de alguma forma, na história, e se não, onde estaria a causa (ou as causas) de tal antagonismo; e o que fez uma população que fazia do continente europeu há séculos procurar como resposta a seus problemas uma terra desconhecida e habitada por outro povo, que a rede de forças internacionais garantiu força e colocou em marcha o movimento que deu êxito ao projeto sionista.

Cremos, que no corpo do trabalho, em cada capítulo, se pode depreender as respostas, mas, sinteticamente as repetimos e reiteramos: não, a História não corrobora o antagonismo milenar judeu/árabe. As causas do movimento sionista estão intimamente ligadas ao antissemitismo europeu. As potências europeias, interessadas no médio oriente, forneceram o combustível que o movimento sionista necessitava, até o holocausto perpetrado pelos nazistas foi usado em favor da criação do Estado.

Sinteticamente, e reiterando, os resultados do trabalho podem ser assim definidos: o Antissemitismo europeu gerou como resposta o Sionismo que, exportado

¹⁷⁴ Que me desculpem os amantes das “frases politicamente corretas”, por essa alusão, liberdade que me outorguei, independente dos “fiscais de plantão”.

ao Médio Oriente e com a interferência ocidental, gerou os conflitos entre judeus e árabes que, ao contrário de qualquer crença difundida erroneamente, não é corroborado pela história de ambos os povos.

Portanto, agora, não nos é difícil afirmar: a Implantação do Estado de Israel na Palestina, produto direto dos antagonismos e contradições que permearam o século XX, constituiu-se em mais um paradoxo, num século que foi pródigo na produção destes. Esperamos ter conseguido descortinar um pouco esta questão, tão cheia de mistificações e utilizada por agentes que nenhuma preocupação real tem com os que sofrem com os conflitos.

REFERÊNCIAS

Fontes

1) Fontes documentais e primárias utilizadas:

ACORDO de Haavara. 1933.

ACORDO Secreto de Picot-Sykes. 1916.

BULA UNAM SANCTAM. BULA PONTIFÍCIA. 1302. Editora Vaticano.

THEODOSI IMPERATORIS CODEX. 438, d C. Disponível em:
<https://www.thelatinlibrary.com/theodosius>. Acesso em março. 2019.

DECLARAÇÃO de Arthur James Balfour. (Declaração proferida em 2 de novembro de 1917).

DECLARAÇÃO de Independência de Israel, de 15 de maio de 1948.

DISCURSO de Lord Curzon. (Discurso proferido na Câmara dos Lordes, Londres, em 11 de dezembro de 1907).

ORDONNANCES LUI IX. France, 1254.

O ALCORÃO: livro sagrado do Islã. Tradução Mansour Chalita. Rio de Janeiro: Record, 2012. Tradução de: Al-Qhurân.

ORGANIZAÇÃODAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de partilha da ONU**. 29 nov. 1947.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução n. 181, de 28 de novembro de 1947**. Trata do plano de partilha da Palestina. 1947. Disponível em:
<http://terrornapalestina.home.sapo.pt/onu.htm>. Acesso em: jul. 2013.

TRATADO de Versales. Fev. de 1919. Artigo 22.

2) Fontes literárias e outras utilizadas:

ORACIÓN DE MAIMÓNEDES. Disponível em: <https://www.unav.edu>. Acesso em abr. 2019.

KIPLING, Rudyard. **The wite mans burden**. 1899.

PRONUNCIAMENTO de Cecil Rodhes. 1895. (Pronunciamento divulgado na imprensa Britânica).

SHAW, George Bernard. **Homem de destino**. 1913.

3) Fontes religiosas utilizadas e citadas:

DEUTERONÔMIO. In: BÍBLIA do estudante: aplicação pessoal. São Paulo: CPAD, 1995. p. 207-245.

DVARIM. In: TORÁ Misné

EVANGELHO de João. In: BÍBLIA do estudante: aplicação pessoal. São Paulo: CPAD, 1995. p. 1.195-1.226.

OS APOSENTOS. In: O ALCORÃO: livro sagrado do Islã. Tradução Mansour Chalita. Rio de Janeiro: Record, 2012. Tradução de: Al-Qhurân.

OS COLIGADOS. In: O ALCORÃO: livro sagrado do Islã. Tradução Mansour Chalita. Rio de Janeiro: Record, 2012. Tradução de: Al-Qhurân.

Filmografia:

ÁGORA. Direção de Alejandro Amenábam. Espanha: Mod Producciones, 2009.

CRUZADA. Direção de Ridley Scott. EUA, Reino Unido, Alemanha, Espanha, 2005.

EXODUS. Direção de Otto Preninger. Estados Unidos, 1960.

LAWRENCE da Arábia. Direção de Davi Lean. Grã-Bretanha, 1962.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

AKCELRUD, Isaac. **O Oriente Médio**. São Paulo: Atual, 1984.

AUDAH, Abdul Kader. **O Islam sábios e seguidores**. Tradução do Prof. Samir el Hayek. São Bernardo do Campo, SP: Centro de Divulgação Islâmica para a América Latina.

AUMANN, Moshe. **O labirinto Palestino: uma saída**. Jerusalém: Comitê Acadêmico de Israel, 1986.

ASTRUC, Jean. **Hist. De la Faculte de Médecine de Montpellier**. Livr: III. France, S/D.

BALTA, Paul. **Islam, civilización y sociedades**. México/Espanha: Siglo XXI, 1999.

BAR-ZOAH, Michel. **Bem Gurion: o profeta armado**. Rio de Janeiro: Senzala, 1967.

BASBAUM, Lêoncio. **Sociologia do materialismo**. São Paulo: Moysés Baumsteinn, 1979.

BASNAGE, ?. **History of the Jews**. Book VII. London: Taylor's Translation ,1706.

BEDARRIBE, Jassuda. **Grandezas y Miserias de um Pueblo**. Los Judios en Francia, Italia y Espanha, desde su dispersión hasta nuestros dias. Buenos Aires: Editorial Victor Leru, 1947.

BERRY, Zakaria el. **Os direitos humanos no Islam**. Traduzido pelo Professor Samir el Hayek. são Bernardo do Campo, SP: Centro de Divulgação Islâmica para a América Latina, 1409-1989.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **A apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.

BOSI, Alfredo. **A arqueologia do estado-providência**. Sobre um enxerto de ideias de longa duração. São Paulo, 1992.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.

CAUBT, Christian G. **As verdades da guerra contra o Iraque**. Florianópolis: Editora Acadêmica, 1991.

CASIRI, ?. **Bibliotheca Árabetico-Hispanica Escorialensis**. Madrid: Antonius Perez de Sato, 1760.

CATTAN, Henry. **Palestina, los árabes de Israel**. México: Siglo XXI, 1987.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo: o governo provisório revolucionário de Desterro 1893-1894**. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardele, 1990.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Memória da barbárie: a história do genocídio dos judeus na segunda guerra mundial**. São Paulo: Nova Stella; EDUSP, 1990.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2013.

DOSSE, François. Questões suscitadas pela pluralidade dos modelos interpretativos em ciências sociais: a guinada interpretativa. Paul Ricour revoluciona a história. In: **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Unesp, 2001.

DUBNOV, Simon. **História Contemporânea do Povo Judeu**. São Paulo: Editora Cohen, (n/d)

EDUARDO, Galeano. **As veias abertas da América Latina**. Montevideu, 1971.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Londres, 1884.

FINKELSTEIN, Norman. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOULCALT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

FRAENKEL, Josef. **Los congresos Sionistas**. Buenos Aires: Congreso Judío Latinoamericano – Rama Del Congreso Judío Mundial, 1971.

FRIEDMANN, George. **Fim do povo judeu?** São Paulo: Perspectiva, 1969.

FUKS, Saul (Org.). **Tribunal da história**: julgando as controvérsias da história judaica. Rio de Janeiro: Relume: Centro de História e Cultura Judaica, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAÁM, Ajad. **El Sendero de Retorno- Ensayos sobre la Nacionalidade Judia**. Buenos Aires: Editorial Israel.1942.

HALLIDAY, Fred. **Islam and the myth of confrontation**. London; New York: I. B. Travis, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. **Nações e nacionalismo desde1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2010.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

HUARTE, Juan H. de San Juan. **Examen de Ingenios para las Ciencias**. Buenos Aires: Espana Calpe Argentina, 1946.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos- Uma História**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES. Origem e desenvolvimento das Religiões. Milano: Arnoldo Mondadori Editore. Catalunya: Folio. S.A. 2008.

ITZIGSOHN, José A. **Una experiência judia contemporânea, memórias e reflexiones**. Buenos Aires: Paidós,1969.

JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2001**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KARL, Marx. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOESTLER, Arthur. **A décima terceira tribo**. 1976.

KOSELLECH, Reinhart. **Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico**. In: **Futuro do passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**. Do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LEWIS, Bernard. **Os judeus no Islã**. Rio de Janeiro: Xenon, [199-].

LLORENTE, Juan Antonio. **História Crítica de la Inquisición**. Madrid, 1822. Disponível em <http://books.google.com>.

MADRAZO, Mariano de. **Palestina Médio Siglo – Acordes Historicos 1913 – 1958**. Madrid: Editora Nacional, 1964.

MACEVEDY, Colin. **Atlas da história medieval**. Rio de Janeiro: Ulisseia, 1973.

MANTRAN, Robert. **A expansão muçulmana**: séculos VII-XI. São Paulo: Pioneira, 1977.

MARTINEZ CARRERAS, José. **El mundo árabe e Israel**. Madrid: Istmo, 1991.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo, 1996.

MAUDUDI, Alimam Abdul A'La. **O Islam hoje**. São Bernardo do Campo: Junta de Assistência Social Islâmica Brasileira, 1990.

MCKENZIE, John L. **Dicionário bíblico**. São Paulo: Paulus, 2011.

MONTUCLA, M. **Historie des Mathematiques**. Paris: Avec approuver e privilege du Roi. MDCCLVIII. 1758.

MORIN, Edgar. **O mito III**: o conhecimento do conhecimento. Sintra: Europa-América, 1987.

NIETZSCHE, Friederich. **A genealogia da moral**. 1887.

PAPPÉ, Ilan. **La limpeza étnica de Palestina**. Barcelona: Critica, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreano. **A política externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança? Porto Alegre: UFRGS, 2003.

QUELLET, Ricardo Luís. **Geopolítica Del Oriente Médio**. Buenos Aires: Centro FICCHI - Centro de Formación e Investigación em Ciencias del Comportamiento Humano, 2004.

QUTUB, Mohammad. **Islam, a religião mal compreendida**. Tradução de Samir el Hayek. São Bernardo do Campo: Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, 1990.

QUTB, Sayid. **O Islã, a religião do futuro**. Traduzido pelo Professor Samir el Hayek. São Bernardo do Campo: Centro de Divulgação Islâmica para a América Latina.

REMUSAT, Abel. **Mémoire sur Láo – Teseu**. Paris, 1825.

RIBEIRO, Darci. Os brasileiros. In: _____. **Teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. v. 1.

ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio e as relações diplomáticas internacionais. In: VISENTINI, Paulo (Org.). **A grande crise: a nova (de)sordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: vozes, 1992.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **The politics of dispossession: the struggle for Palestinian self-determination 1969-1994**. Nova York: Vintage; Eooks, 1995.

SCALÉRCIO, Márcio. **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma história profana da Palestina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SUETÔNIO. **A vida dos doze césores**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2012.

SUETÔNIO. **VitaTiberius**. Disponível em: Penelope.uchicago.edu/thoye/L/Roman/textes/12caesar/tiberus.html.

SISMONDI J. C.L. **De la Littérature du Midi de l'Europe**. Paris: Chez Teuttel et Wurtz, Libraires, 1829.

TOLSTOI, Leon Nikolaiévich. **O que é religião**. Lisboa: Edições do Porto, 1910.

TRAVERSO, Enzo. **El final de la Modernidade Judia - História de um giro conservador**. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2013.

TSUR, Jacob. **A Epopéia do Sionismo**. Paris: Plon, 1976.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. São Paulo: Difel, 1986.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

_____. **Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História mundial contemporânea (1776-1991)**: da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. Brasília: FUNAG, 2010.

WASSERSTEIN, Bernard. **Na Iminência do Extermínio**. A História dos Judeus da Europa antes da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora Pensamento- Cultrix Ltda, 2014.

ZANDÁNI, Majid Aziz Az-Az. **O caminho para a fé**. Traduzido pelo Professor Abdalla Mansur. [S.l.]: Movimento da Juventude Islâmica Abu Bakr Assidk.

ZUCCHI, Luciano Kneip. A implantação do estado de Israel e a gênese dos conflitos israelo/árabes na Palestina. In: ARIAS NETO, José Miguel; OLINTO, Beatriz; SOSHODOLAK, Hélio (Org.). **A escrita da história – fragmentos de historiografia contemporânea**. Ponta Grossa: ANPUH, 2013.

Artigos

1) Revistas:

Nações do mundo: a Jordânia. **Almanaque Abril**, Rio de Janeiro: Abril, p. 322, 2006.

METZGER, Fabio. Ensinaamentos de todo dia, a Torá. **Aventuras na História**, Rio de Janeiro: Abril, p. 55-57, dez. 2005.

CAVALCANTE, Rodrigo. A criação da Bíblia. **Aventuras na História**, Rio de Janeiro: Abril, p. 33-39, dez. 2005.

LEWIS, Bernard. O Islã e as outras religiões. **Revue des Analles**, Paris, p. 11-95, 1980.

BRUNO, Jean. Jerusalém, Fênix de muitos credos. **História Viva**, Rio de Janeiro, p. 32-53, dez. 2005.

El Surgimiento del Sionismo. **Siglomundo - La Historia Documental del Siglo XX**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, S/D.

2) Artigos de jornais:

ÓRGÃO OFICIAL DAS ASSEMBLEIAS DE D'US NO BRASIL. Mais uma vez, cumprindo as profecias, mundo se levanta contra Israel. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, p. 4-5, nov. 2011.

MYRE, Greg. O Hamas saiu vitorioso. E agora? **Zero Hora**, Porto Alegre, 29 jan. 2006. (Artigo publicado inicialmente no *The New York Times* e transcrito no *Zero Hora*).

3) Dados Geográficos, Demográficos e Estatísticos:

ONU In: CATTAN, Henry. **Palestina, los avales e Israel**. México: Siglo XXI, 1971. p. 303-304

SAYG, Rosemery. L'é avenir brouillé dès refugies. **Le Monde Diplomatique**, p. 24, maio 1997.

COLEÇÃO Guerra na Paz. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984. 6 v.

Documentos Eletrônicos:

ESQUERDA CRÍTICA. **Somos racistas, dizem os israelenses**. 2012. (Pesquisa do jornal israelense *HaAretz*, sobre o racismo em Israel). Disponível em: <http://www.esquerdacritica.wordpress.com/2012/10/23/somos-racistas-dizem-os-israelenses/>. Acesso em: 10 out. 2013.

ISRAEL. **Declaração de Independência de Israel**. 1948. Disponível em: <http://www.pazagora.org/1948/05/declaracao-da-independencia-de-israel/>. Acesso em: 4 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução número 181 da ONU**. 1947. Disponível em: <http://www.terrornapalestina.home.sapo.pt/onu.htm>. Acesso em: 4 set. 2013.

DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL. 14/05/1948. Disponível em: <http://www.agenciajudaica.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Mapas pesquisados na internet:

BBC. **Mapa do Plano de Partilha da ONU para a Palestina**. [2016]. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portugalespecial/2011/meastmaps/2.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MAPA. **Expansão Muçulmana sobe os primeiros califas**. [2013]. Disponível em: <http://www.google.com.br/mapa-of-expansion-califate-pt-svg>. Acesso em: 24 out. 2013.

MAPA. **Diáspora Judaica**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/a-diáspora-judaica-no-orient>. Acesso em: 20 maio 2019

MAPA. **Campos de Extermínio**. 2019. Disponível em: <http://www.google.com.br/campos-de-exterminio>. Acesso em: 10 junho 2019.

WIKIMEDIA COMMONS. **Mapa of Expansion of Califate- pt.svg**. 13 nov. 2011. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_expansion_of_Caliphate-pt.svg?uselang=pt-br. Acesso em: 20 out. 2013

MAPA. **Acordo de Sikes/Picot**. [2013]. Disponível em: <http://www.thebogdemocracy.com>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MAPA. **Império Kazar**. [2013]. Disponível em: <https://www.google.com.br/mapa-do-imperio-dos-kazares>. Acesso em: 22 out. 2013.

THOTH. Mapa do **Império Khazar no início do século 10**. 19 ago. 2013. Disponível em: <http://thoth3126.com.br/o-reino-dos-khazares/>. Acesso em: 10 set. 2013.

WIKIPÉDIA. **Mapa da reconquista cristã sobre o Império Almóada**. [2013]. Disponível em: <http://vpt.wikipedia.org-mapas-da-recoquista-crista-sobre-os-almoadas>. Acesso em: 30 out. 2013.

Vídeos no YouTube:

SHLOMO SAND: a invenção da terra de Israel. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vQb5chFPad8>. Acesso em: 20 dez. 2013.

Sites eletrônicos pesquisados:

AGÊNCIA JUDAICA. **[Site oficial]**. [2018]. Disponível em: www.agenciajudaica.com.br. Acesso em: 20 dez. 2018.

ESQUERDA CRÍTICA. **[Site oficial]**. [2018]. Disponível em: www.esquerdacritica.com.br. Acesso em: 14 nov. 2018.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIR. **[Site oficial]**. [2017]. Disponível em: www.mfa.gov.il. Acesso em: 23 nov. 2017.

PAZ AGORA. **[Site oficial]**. [2013]. Disponível em: www.pazagora.com.br. Acesso em: 10 dez. 2016.

TERRA PALESTINA. **[Site oficial]**. [2013]. Disponível em: www.terrornapalestina. Acesso em: 5 out. 2013.

Cartilha de divulgação:

ISRAEL. Ministério das Relações Exteriores de Israel. Escritório Central de Estatística. **Fatos sobre Israel**. Coordenado por Quality Translations (QT). Jerusalém, 2010.

Conferência

Relaciones Culturales entre Espana y El Mundo Árabe. Conferencia pronunciada em la inauguración del Año Académico. Instituto de Estudios Islamicos em Madrid. 11 noviembre 1959. Excmo Sr. Don José Ruiz Morales; Director General de Relaciones Culturales del Ministerio de Asuntos Exteriores. Publicado por El Departamento de Relacines Culturales, Madrid, 1960.

GLOSSÁRIO

Adonai (hebraico): Nosso Senhor.

Aelia Capitolina (latim): Nome dado a Jerusalém pelos romanos, após a expulsão dos judeus em 135 d.C. Aélia vem do nome de “gens” (familiar) de Adriano, o imperador, e Capitolina, porque foi dedicada a Júpiter Capitolino.

Alawitas: Seita xiita da Síria que venera Ali, igualmente dinastia do Marrocos desde o século XVII.

Almoádas: Al-murawhhidun, dinastia muçulmana puritana no Magreb e na Espanha (1146-1275).

Almorávidas: Al-murabitun, dinastia muçulmana puritana no Magreb e na Espanha muçulmana (1036-1148).

Abássidas: Segunda dinastia Califal (750-1258), assume o poder depois de destronar os Omeias, Omíadas.

Al-Sabah: Família reinante no Kwait, entronizada com apoio britânico.

Armagedon (Hebraico): Monte ou montanha de Megido, última e maior batalha mítica do bem contra o mal, ocorreria no final do mundo.

Al-Quads (Árabe): A santa, título árabe atribuído a Jerusalém.

Al-Aqsa (Árabe): “A mesquita distante”, mesquita de Jerusalém cujo nome faz alusão a uma passagem do Corão.

Al-Andaluz (árabe): A Espanha Árabe.

Ahal aL-Dhima (Árabe): Povo do pacto.

Ashura: Festa do calendário muçulmano, no mês de Muharran.

Ahl aL-Kitab (árabe): Povos do livro, grupos monoteístas citados no Corão.

Asquenazi, Asquenazim, Asquenazita, Askenazi: Judeus de origem europeia.

Ançar, Ansar (árabe): Os ajudantes de Medina que apoiaram Maomé.

Al-Haran: Jornal do Cairo, onde os militantes do Wafd escreviam.

Ahad-Háan: Grupo de Sionismo Cultural atuante no início do século XX.

A-Valoir: termo usado em direitos autorais, significando extração de valores antes da consecução total do trabalho.

Banu-Omeya (árabe): clã dos Omeias, origem dos Omíadas, primeira dinastia califal.

Berberes: Grupos nômades do norte da África islamizados.

Cadi, qadi (árabe): Juiz.

Caaba, Kaaba: Construção em Meca que abriga a pedra negra, tornada, assim, segundo a crença, pelos pecados dos homens, lugar mais sagrado do Islamismo.

Cazares, Cázaros, Kazares: Povo de origem turcomana, que entre o século VII e X, dominaram grande parte da Ásia central. Seus domínios se estenderam até a Europa do leste. A palavra Khazar parece etimologicamente nas línguas túrquicas ligada a designação para “errante”. Sem ligação com o povo Cazaque do Cazaquistão atual.

Chalón (Hebraico): Paz.

Cherif: Título honorífico árabe, protetor de um lugar.

Corpus-separatun (Latin:): Corpo separado, zona internacionalizada.

Dalet (hebraico): Quarta letra do alfabeto hebraico.

Dar ul-Islán (árabe): Casa do Islã, territórios controlados pelo muçulmanos.

Dar ul-arb (árabe): Casa da guerra, mundo exterior ao Islã.

Dhimma (árabe): Proteção, pactos de proteção.

Dhimmis (árabe): Protegidos pelo Pacto.

Ein Sof. (hebraico): Atributo de Adonai, “infinito”.

Eretz Israel (hebraico): Terra de Israel.

Etzel, Yrgun, Irgun: “Organização Militar Nacional”, grupo paramilitar da direita sionista.

Edon, edonitas: Descendentes de Esaú, primeiro filho de Isaac, filho de Abraão.

Fatímidas: Dinastia Ismailita, Xiita, dos adeptos de Ali, genro de Maomé, casado com Fátima, daí Fatímidas, controladora da Tunísia e do Egito (909-1171).

FDI: Sigla de Forças de Defesa de Israel.

Frontier Tesis: Tese da fronteira, extremamente importante nos meios acadêmicos de História nos EUA, elaborada por Frederik Jaksson Turner.

Filistin: Antigo povo, provavelmente originário de Creta, que migrará para a costa de Canã. Daí também *Falastin* em árabe, em português Palestina.

Fuher (alemão): O Guia.

*Goy*n (plural), *goy* (singular), *goin*, *goi*: Gentius, gentiu, o não judeu.

Guetho (do italiano): Lugar de segregação de populações minoritárias.

Haavara, Ha'Avarah (hebraico): Acordo de transferência.

HaAretz: Jornal de centro esquerda Israelense.

Haganah, Haganá (hebraico): Defesa, principal força armada judaica na Palestina durante o período do mandato.

Haapalá (hebraico): Migração ilegal de judeus para a Palestina.

Halacá: Preceitos rabínicos, lei reguladoras, servindo, inclusive, para as atitudes em relação a guerra.

Hayl: Iniciais de Brigada judaica combatente, unidade militar que luta sob o comando Britânico na II Guerra.

Haram-al-Sharif (árabe): O nobre Santuário, Lugar islâmico mais sagrado de Jerusalém.

Hovevei Sion (hebraico): Amantes de Sion, grupo pioneiro sionista do leste europeu.

Hachem, Hachemitas: Dinastia descendendo do clã Haschem, controladora do Hedjas (até 1924), e reinando na Jordânia (desde 1922) e no Iraque (1920-1958).

Hashomer Hatzair (hebraico): Jovem Guardiã, movimento sionista de esquerda que em 1927 fundou o Kibutz Artz.

Haskalá (hebraico): Iluminismo judaico.

Hégira, hidjra (árabe): Fuga ou emigração.

Histadrut: Federação dos Trabalhadores de Israel.

Ídiche: Dialeto judaico europeu oriental, composto por 80% de palavras de origem germânica.

Islã (árabe): Submissão, obediência. Ao mesmo tempo verbo e substantivo. O islâmico se submete à vontade de Alá.

Ishuv: Comunidade judaica da Palestina.

Irgun: Ver Etzel.

Ipsa Facto (latim): Pelo próprio fato, em decorrência dele.

Jihad (árabe): Esforço, podendo ser utilizado no sentido belicoso, sem necessariamente ser exclusivo deste.

Jhizia (árabe): Imposto de captação cobrado dos não crentes, não pertencentes a Umma.

Knesset (hebraico): Lugar de reunião, Parlamento de Israel.

Khandaq (árabe): Fosso.

Kazar, Kazares: Ver Cazares.

Kharadjitas (árabe): Os que saíram, cisma entre os adeptos de Ali, os xiitas.

Kibutzim, Kibutz (hebraico): Reunião, juntos. Comunidade coletivista judaica na Palestina.

Likud (hebraico): União. Partido de direita Israelense.

Lohamei Herut Ysrael, Lehi, Gang Stern: “Lutadores pela liberdade de Israel”, grupo paramilitar sionista de direita dissolvido em 1948.

Madinat Al nabi (árabe): A cidade do profeta, Medina.

Magistra vitae (Latin): Mestra da vida.

Mapai: Partido Trabalhista de Israel.

Mufti: Título do líder máximo muçulmano de Jerusalém.

Muktar (árabe): Líder de Aldeia.

Munafiqum (árabe): Hipócritas, falsos convertidos.

Maghreb: Norte da África islâmico, região ocidental do mundo muçulmano, constituindo-se da Tunísia, Argélia e Marrocos.

Mascherek: O Oriente Médio.

Medinat Israel: O Estado de Israel.

Moab, Moabitas: Descendentes de Ló, sobrinho de Abraão.

Muharran, 10 Muharrém: Décimo mês do calendário muçulmano.

Milhemet Mitsvá, Milhemet Hová: Preceito rabínico para guerra, autorização, mandamento para esta.

Mission civilisatrice (francês): Missão civilizadora.

Naqba (árabe): Catástrofe.

Nejd, Najd (árabe): Terras altas, região central da Península Arábica.

Oblast (Russo): Espécie de estado, província.

Omíadas, Omeyas: Ver Banu Oméya.

Palmach, Palmá: Iniciais das palavras hebraicas “seções de assalto”, comandos da Haganá.

Pogrons (russo): Eliminação de uma comunidade étnica diversa da majoritária dominante, comuns contra aldeias judaicas na Rússia Czarista.

Pooley Sion(hebraico): Operários de sion, grupo socialista judeu do leste europeu.

Quorayshitas: Clã que protegia os ídolos da cidade Meca na Arábia pré-islâmica. Maomé é originário deste clã.

Sabras: Termo para designar judeus nascidos no território de Israel, não imigrantes.

Sassânidas: Dinastia controladora da Pérsia pré-islâmica (224-651).

Salán (árabe): Paz.

Safed: Antiga aldeia judaica na Palestina que abrigou grupos religiosos desde a Idade Média.

Sefarad: A Espanha em Hebraico.

Sefaraditas, Sefaradis, Sefaradins: Judeus Espanhóis, e judeus habitantes do mundo Islâmico.

Shálon: (hebraico): Paz

Suras: Capítulos do Corão.

Sunitas, Sunismo: Ramo do Islã a qual pertencem 84% de seus fiéis, identificam-se com os preceitos da “Suna”, estabelecidos no século VIII, com base nos ensinamentos de Maomé e do quatro primeiros califas, os chamados ortodoxos.

Sublime Porta: Designação Turca para Istambul, a capital Otomana e morada do Sultão.

Stern: Ver Lohamei-herut-Ysrael.

Shiia: Ver Xiitas.

Taifas (árabe): Bandeiras, pequenos estados muçulmanos na Espanha medieval.

Talmud Babli: A compilação do Talmud realizada durante o exílio babilônico.

Takfir (árabe): Infiel, desviado da religião.

Thohar-Haneshk (hebraico): Pureza das Armas.

Torá (hebraico): A Lei.

Tsahal (hebraico): Exército unificado de Israel depois de 1948.

Tishri, Tishrei (hebraico): Sétimo mês do calendário judaico.

Turanianos: Povos de origem turca.

Umma (árabe): Comunidade dos crentes no islamismo.

Varegues: Povo nórdico, como os Wikings eram conhecidos nas regiões eslavas da Rússia.

Wafd (árabe): Delegação, Partido Nacionalista Burguês do Egito dissolvido em 1952.

Wahhabismo, Wahhabitas: Seita fundamentalista Sunita, fundada por Muhammad ibn Abd al- Wahhab na Península Arábica (1703-1792). A dinastia Saud da Arábia Saudita é sua seguidora.

Xiitas: Adeptos de Ali, marido de Fátima, filha de Maomé, primeiro cisma do Islã, acreditavam que a sucessão do profeta deveria ser realizada por um parente deste.

Yrgun: Ver Etzel.

Yom (hebraico): Dia.

Yur (árabe): Dia.

Yar: Mês do calendário judaico, corresponde ao maio do calendário ocidental.

Yatrib: Nome primitivo de Medina, a cidade do Profeta.

Yeru- Shaláyim (hebraico): A Cidade da Paz, Jerusalém.

ANEXO A - CRONOLOGIA RELATIVA AO I CAPÍTULO (SÉCULOS II AO XVIII)

- 132/135 - Depois da segunda revolta judaica, os judeus são dispersados por ordem do imperador Adriano, a Judeia torna-se colônia romana e passa ser designada por Palestina, o antigo nome proveniente de “filistins”. Jerusalém é renomeada para Aélia Capitolina, e os judeus proibidos de se fixarem na cidade.
- 335 - A sentença proibitiva aos judeus de residirem em Aélia é renovada.
- 438 - O Código de Teodósio II reitera novamente a sentença e a amplia, proíbe a criação de sinagogas; os judeus não podem, a partir de então, realizar suas cerimônias religiosas na cidade.
- Séculos VI ao X - Europa do Leste - A elite dirigente do grande império dos khazares, no Dniéper, é convertida ao judaísmo, origem (ou uma delas) de comunidades “Asquenazin” de judeus europeus orientais.
- Século VI - O reino de Sába, no sul da Península Arábica cai sob o controle dos Himiaritas, povo em que um dos últimos governantes, “Dhu Nuwas”, converte-se ao judaísmo.
- 570 - Nascimento de Maomé na cidade de Meca.
- 610 - Início das visões de Maomé com o anjo Gabriel lhe entregando “a revelação”.
- 619 - Morte de Kadidja, esposa de Maomé, e de seu tio Abu Talib, com o consequente enfraquecimento de Maomé e sua perseguição em Meca pelo clã dos Qorayshitas.
- 622- Início do calendário muçulmano com a Hégira, fuga de Maomé para a cidade de Yatrib, futura Medina, “a cidade do profeta”, e contatos entre Maomé e as tribos judaicas da cidade, tentativas iniciais de acomodação e cooptação entre as duas comunidades.
- 624 - Com o fracasso das tentativas de conversão das tribos judaicas de Medina, Maomé proclama que a verdadeira fé é o islamismo, e a única interpretação válida dali em diante é “o Corão”.
- 627- Marcha dos Qorayshitas sob o comando de Abu Sofyan contra Medina, o profeta decide expulsar da cidade a tribo judaica dos Banu Nadhir, aliada destes. Salvo da derrota pela retirada dos oponentes e a proteção de um fosso, Maomé dá um ultimato para a última tribo judaica de Medina os Bannu Quraza, conversão ou morte. A tribo recusa-se a conversão, os homens são decapitados e as mulheres e crianças reduzidas a escravidão.
- 628-632 - Início da fase ofensiva do Islã, conquista de Kaybar, cidade ao norte de Medina, habitada por maioria judaica, onde a tribo dos Banu Nadhir havia

procurado refúgio, somando-se a comunidades mais antigas de judeus. Kaybar capitula com o profeta, que concede aos judeus o direito de permanecer na cidade, com “o Pacto de entregar metade da produção aos muçulmanos”.

- 632 - Morte de Maomé.
- 632-634 - Califado de Abu Bakar, conclusão de processo de islamização da Península Arábica.
- 634 - Início do califado de Umar ibn al kattab, durante o qual os judeus são definitivamente expulsos de kaybar. O exército muçulmano rumo em direção aos domínios Bizantinos e Sassânidas.
- 636 - Derrota dos Bizantinos na batalha de Yarmuk, Palestina.
- 638 - Conquista de Jerusalém por Umar, que, agora, mesmo com o desagrado dos chefes cristãos, permite o retorno de famílias judaicas e o reinício de seus cerimoniais religiosos, depois de cinco séculos da expulsão dos judeus da cidade pelos romanos. Data atribuída à formulação do chamado “Pacto de Omar”. Construção por Omar de uma pequena mesquita de taipas, ao lado dos restos do templo hebreu.
- 656-661- Califado de Ali ibn Talib: cisma mundo muçulmano, xiitas seguem Ali que é assassinado em 661.
- 660-750 - Domínio dos Omíadas sobre o império islâmico, com Moawya proclamado califa em Jerusalém em 660.
- 691- Edificação do “Domo da Rocha” em Jerusalém, por Abb al Malik, seu filho irá erguer a mesquita de “Al Aqsa”, no lugar do antigo templo hebreu.
- 705-708 - Conquista das tribos judaicas e cristãs do centro e oeste do Magreb, pelo general Omíada Muça ibn Noaçar.
- 711- Conquista da Península Ibérica, Córdoba e Toledo são ocupadas rapidamente com auxílio das populações judaicas locais, perseguidas pelos visigodos.
- 732 - Derrota muçulmana em Poitiers, os Francos sob o comando de Carlos Martel detém o avanço Islâmico sobre a Europa.
- 744-750 - Conspiração interna acaba com o governo Omíada. O último descendente deste clã, Abeder Raman, busca refúgio na Península Ibérica, onde sua autoridade é aceita. Início do emirado Omíada independente de Cordóva.
- Séculos X ao XIII - Florescimento, apogeu e queda da civilização “Andaluz”, que reunia, em muitos aspectos e de forma simbiótica, islâmicos, judeus e cristãos, sob a autoridade dos Califas Omíadas na península; sob esses

governantes, a tolerância com as diversas comunidades e religiões será a regra, redundando no apogeu de uma civilização que se tornará a mais evoluída da Idade Média. Após a queda dos Omíadas, a Espanha muçulmana se dividirá em inúmeros reinos menores, em sua maioria controlados por dinastias berberes vindas do Magreb; com elas, a tolerância será substituída. Conversões forçadas, massacres de judeus e cristãos, conversão forçada de Maimônides em Córdoba (1135-1204), decadência da Espanha muçulmana, conquista pelas monarquias cristãs do norte.

- 1492 - Queda de Granada, o último bastião muçulmano na Espanha é tomado pelo casal de reis católicos, Fernando e Isabel, os quais, no mesmo ano, expulsam os judeus, que fogem ou são convertidos, passando estes a serem conhecidos como cristãos-novos. Muitas famílias judaicas procuram refúgio sob a proteção dos sultões otomanos, os novos senhores do mundo islâmico.
- Séculos XVIII - Grandes massacres na Polônia e Ucrânia, regiões limítrofes do antigo Império Kazar do Dniépr, nessa época sob controle dos Czares ortodoxos russos, fazem com que novamente grandes contingentes de judeus, de cultura asquenazim, procurem abrigo dentro do mundo muçulmano, dirigido pelos sultões otomanos, governantes da Sublime Porta, Istambul, que detém fama de tolerância.

ANEXO B – CRONOLOGIA RELATIVA AO II CAPÍTULO (SÉCULOS I ANTES DO PRESENTE AO XX ATUAL)

• SÉCULOS I a.C AO V

- Século I A. P – Pompeu (106/48 a.C) introduz cativos judeus a Roma, a "cidade, nesta época, chega a contar com 4000 “libertos judeus”.
- Proteção sob Cesar (100/44 a.C), que concede a muitos cidadania.
- Augusto (63 a.C/14 d.C) segue o exemplo do tio, concedendo bairros romanos para se estabelecerem.
- Tibério (42 a.C/37 d.C) os persegue, proscree os ritos judaicos e os declara “contaminadores de Roma” (SUETÔNIO).
- Calígula (12/41 d.C) repete e intensifica as perseguições, devido à negativa de o adorarem como divino.
- Cláudio (10 a.C/54 d.C) perseguições amenizam.
- Vespasiano (9/79 d.C) enfrenta revoltas na Palestina.
- Tito (39/81) toma e destrói Jerusalém.
- Revolta de Barchobebas (132/135 d.C), terceira revolta judaica na Palestina.
- Adriano (135 d.C) vence a revolta a muito custo, funda sob as ruínas de Jerusalém “Aélia Capitolina”.
- Marco Aurélio (121/180) - perseguição atenuada.
- Governos de Décio (201/251), Valeriano (200/260) e Diocleciano (244/311) – perseguição tanto a judeus como a cristãos.
- Constantino (272/337) - judeus proibidos de realizar o proselitismo no império, porém perseguição atenuada.
- Juliano (330/363), Valente (328/378) e Máximo (335/382) – relativa paz.
- Teodósio (347/395) - volta a hostilidade e a proibição de exercer cargos públicos.
- Honório (384/526) – repete atos do pai.
- Teodorico, rei dos Ostrogodos (454/526), derrota Odoacro (433/493) que havia deposto o último imperador, tenta reorganizar a Itália, protege os judeus desde o início, reerguem a sinagoga de Roma.

- **Séculos V ao VII Península Ibérica e Gálias.**

- Novas perseguições sobre os reis visigodos controladores da península ibérica e grande parte das Gálias, o alívio só chegaria com a conquista muçulmana da Espanha.

- **IDADE MÉDIA – SÉCULOS VIII AO XV**

- Século VIII - Capitulares de Carlos Magno (742/814), perseguição contra todos não cristãos. Saxões sofrem mais que outros neste período.
- 840/875 – Governo de Carlos o Calvo, não lhes faz perseguição sistemática, porém lhes endurece as taxações.
- 845 – “Concílio de Meaux”, renovação de todas as exclusões aos judeus.
- 877/879 - Governo de Luís II, conseguem privilégios na corte através do serviço ao monarca.
- 893/922 - Governo de Carlos o Simples, volta das perseguições.
- Séculos XII ao XIII - Península Ibérica – decadência califado omíada, perseguição a não islâmicos por parte dos berberes norte africanos, fundamentalistas islâmicos.
- 1138 – Tentativa de proteção pelo Papa Alexandre II.
- Fins do século XI – Alfonso VI de Castela ignora a nova orientação do Papa Gregório VII, e protege ostensivamente os judeus de seu reino.
- 1180/1223 – Reinado de Felipe II (Augusto) – Expulsão e butins na França, fuga para Itália.
- População judaica nas cidades italianas cresce pela sua expulsão da França.
- Séculos XII ao XIII – Itália – grande atividade judaica nas cidades comerciais italianas judeus a serviço da fazenda real do Papa Alexandre III.
- 1215 – Concílio de Latrão, Papa Inocêncio III os inclui nas medidas tomadas contra heréticos (entre essas sinal distintivo).
- 1233 – Papa Gregório IX funda a inquisição.
- 1262 – França – Marselha é obrigada a invalidar as leis que protegiam “seus judeus” depois de perderem a revolta contra seu suserano.
- Século XIII Castela – Afonso X protege os judeus em seu Reino, muitos a seu serviço, a contragosto dos bispos locais.

- Século XIII França – Luís IX, “São Luís”, promulga leis que perseguem judeus e muçulmanos.
- Início Século XIV – França – governo de Felipe o Belo (1268/1314) que faz grandes empréstimos a banqueiros judeus e templários.
- 1306 – Expulsão dos judeus de França.
- 1312 – Extinção da “Ordem dos templários”, Luís o Belo lhes devia grandes somas, como também aos banqueiros judeus do reino.
- 1314 – Luís X, o Teimoso, assume e segue os passos do pai.
- 1316 – Antes de morrer Luís o Teimoso permite a volta de judeus, “afim de que possam ajudar seus senhores a melhorar as finanças”.
- Século XIV- Península Ibérica – Grandes perseguições, embora em Aragão tenham sido protegidos no por Pedro IV e Juan I, na área muçulmana já em frangalhos, são perseguidos, grandes levadas fogem outras são obrigadas a abjurar.
- 1412 – Concílio de Valladolid – decreta confinamento dos judeus, proibição de profissões liberais, entre outras, fuga de judeus da área cristã ibérica também.
- Século XV – França e Itália – Grandes massas de judeus fugidos da península ibérica imigram fortalecendo o comércio nas grandes cidades.
- Séculos XVI - França, Espanha e Portugal deixam de contar judeus no computo geral de sua população, são subtraídos de qualquer vínculo nacional.
- Espanha – Auge das perseguições inquisitoriais, Torquemada, mais de 100.000 vítimas.
- 1474 – França, edito de Luís XI, permite “a volta de todos os estrangeiros exilados, menos os ingleses”.
- Na Península Itálica, nas grandes cidades comerciais alcançam certa autonomia e prestígio.
- Século XVI, surgimento do protestantismo desvia o foco das perseguições, pela igreja católica, para estes novos “inimigos”.
- 1546/1565 – Governo de Pio XI em Roma, permite aos seus Hebrei, ter imóveis mais caros, e exercer todo tipo de profissão e comércio.
- 1592/1605 – Governo de Clemente VIII, aproveita muitos judeus fugidos de Espanha em seu governo, e no comércio com o oriente.

- **Séculos XVII ao XVIII**, apesar das costumeiras e sazonais perseguições e suplícios, tanto em França como na Itália, judeus são tolerados, e conseguem inclusive legislações favoráveis.
- Século XVIII – Iluminismo e Haskála.
- Fins do século XVIII são concedidas várias cartas patentes pelo governo monárquico francês.
- 1762 - Rousseau fala pela primeira vez em “Direitos do homem”, de todos, sem distinção de credo ou raça.
- 1789 – Revolução Francesa.
- 1792 – O Governo revolucionário concede direito de cidadania aos judeus.
- Napoleão Bonaparte (1769/1821) lhes concede o direito a ter deputados e a organizarem o Grande Sanedrin.
- 1806 - Pressão alsaciana sobre Napoleão para revogar direitos dos judeus.
- 1808 – O Imperador, já enfraquecido, cede em parte aos alsacianos.
- 1814 – Restauração dos Bourbon, direitos conquistados pelas minorias não são cassados.
- Século XIX - Grande emergência de figuras e intelectuais judeus em toda Europa. Destacam-se na França e Itália.
- **Século XIX – Itália**
 - 1837 - Código Albertino no Piemonte – reconhecimento dos direitos civis aos judeus.
 - Retrocesso nos estados papais – decretos antijudaicos de Pio VIII (governo 1829/1830), Gregório XVI (governo 1831/1846).
 - República romana de 1849, grande número de judeus participa das revoluções na península italiana.
 - Extremo retrocesso depois das revoluções de 1848 na Itália, Pio IX, lança sua fúria contra os judeus de Roma depois que reassume o governo da cidade.
 - 1858 – Caso do rapto do menino judeu “MORTARA” pela Igreja, corroborado pelo Papa, que recusa a devolução da criança.
 - 1870 – União de Roma ao Reino da Itália sob o governo de Vitor Emanuel, que imediatamente concede cidadania e direitos iguais aos judeus romanos, antes segregados por Pio IX.

- **França**

- Final século XIX - Caso Dreyfus perpetuasse até o início do século XX, com grande comoção e reviravoltas até a absolvição total do capitão Dreyfus, o caso se mostrara uma grande farsa antisemita.
- 1902 – Émile Zola é assassinado por nacionalistas que o acusavam de denegrir a imagem do exército francês ao denunciara fraude no caso Dreyfus.
- 1906 – Anulação total, pela Suprema Corte Francesa, de todas as decisões referentes ao caso Dreyfus proferidas pelo Conselho Militar, reabilitação total de todos os condenados, com retorno a patentes superiores.
- 1909 - Corpo de Emíle Zola, morto durante o caso, por defender a verdade, transladado ao panteão francês.

- **Século XX**

- 1907 – Prefeito de Roma “Ernesto Nathan”.
- Na Itália das duas primeiras décadas um grande número de políticos judeus consegue lugar no parlamento.
- 1921 – Fundação do Partido do Fascio, de Benito Mussolini, o partido conta com a participação de vários membros da comunidade judaica italiana.

ANEXO C - CRONOLOGIA RELATIVA AO III CAPÍTULO (FINAL DO SÉCULO XVIII A 1913)

- Final do século XVIII - concomitante ao Iluminismo ou Ilustração, surge a “Haskala”, ou Iluminismo Judaico, pregando integração fraterna entre os indivíduos. A Revolução Francesa e seus ideais igualitários pareciam ser a solução para a segregação e ofereciam uma alternativa para as populações discriminadas no continente.
- Início do século XIX - o Império Napoleônico é derrotado, a Restauração e Santa Aliança destroem as esperanças igualitárias e de integração fraterna no seio dos países onde residem, defendidas por uma parte da intelectualidade judaica, os pogroms na Europa Czarista trazem a triste realidade da perseguição étnica à tona novamente.
- 1858 - Instituição do Código Turco de terras, muitos proprietários absenteístas, registram terras que não lhes pertenciam, o que vai prejudicar posteriormente camponeses no Oriente Médio.
- 1862 - Mosses Hess, um dos primeiros idealistas do sionismo publica “Roma and Jerusalém”, esse autor é partidário da França como Potência patrocinadora para o sionismo. Seu discurso tem similaridades com o de um “sionista goy”, o francês Ernest Laharane, incentivador da ideia de um estado judeu no Oriente Médio.
- 1875 - inaugurado o Canal de Suez, numa aliança entre o rei Ismail do Egito e os franceses, posteriormente arrebatado pela Grã-Bretanha, através de uma jogada do primeiro-ministro Disraeli, que se aproveita das dificuldades do monarca egípcio e assume o controle do canal.
- 1876 - Lançamento do romance “Daniel Deronda”, do britânico George Eliot. Este autor, apesar de “goy”, trata neste livro do sionismo com uma linguagem nitidamente incentivadora deste.
- 1879 - A expressão “antisemitismo” é anotada por Wilhen Meir, ao dar nome ao fenômeno, bem antigo, em terras europeias.
- 1881 - Pogroms de Odessa na Ucrânia, patrocinados pelo império Czarista.
- 1884 - Congresso do movimento sionista do “Hovevei Sion” realizado em Katowice, na Europa Oriental. Bombardeio de Alexandria e invasão inglesa do Egito.
- 1894 - O caso Alfred Dreyfus, na França, desencadeia a chama do ódio racial em terras gaulesas. Ele é um oficial do exército de família alsaciana de antiga cepa que escolherá o país por opção, é acusado de espionagem para a Alemanha, e mesmo que nenhuma prova tenha sido estabelecida, é condenado e enviado à Ilha do Diabo, na costa da Guiana. Parte da intelectualidade francesa, como o escritor Victor Hugo, se põem abertamente contra a injustiça,

mas o estrago era irreparável, mesmo que autores como Karl Marx e Arnold Tynbee acreditassem que o antissemitismo desapareceria logo que o mundo tivesse se libertado dos últimos preconceitos medievais, e o movimento sionista, que sempre fora minoritário entre a comunidade judaica, ganharia novos e importantes adeptos.

- 1895 - Pronunciamento, divulgado na imprensa, do aventureiro e explorador inglês Cecil Rhodes, com célebre conteúdo apologético do imperialismo
- 1896 - Theodor Herzl, jornalista judeu austríaco, de passagem por Paris, indignado com o caso Dreyfus, escreve o *L'État des Juifs* (O Estado Judeu), obra que é considerada o marco do movimento sionista na Europa, pois procura demonstrar que o único meio para combater a discriminação e as perseguições sazonais seria o estabelecimento de um estado, só um governo nacional poderia fazer frente a esses problemas, atuando como representante legal constituído frente a outros, e protegendo tanto seus cidadãos, como as suas comunidades étnicas presentes em outros países. Herzl é considerado o pai do estado de Israel moderno.
- 1897 - Um ano após a primeira edição do “Estado Judeu”, de Herzl, é realizado o primeiro congresso sionista unificado, com todas as tendências presentes.
- 1899 - O poeta e romancista britânico Rudyard Kipling publica o célebre poema racista “o fardo do homem branco”, durante a guerra hispano-americana.
- 1903 - Londres oferece Uganda para o estabelecimento do “Lugar Nacional para o Povo Judeu”, a proposta é levada à votação pelo Congresso Sionista e aprovada por pequena vantagem.
- 1904 - Morte de Teodor Herzl, abandono de todas as propostas que não fossem o estabelecimento do “Estado Judeu na Palestina”.
- 1905 – A polícia secreta do Czar Russo elabora os “Protocolos dos sábios de Sion”, peça mais elaborada do antissemitismo da época.
- 1907 - 11 de dezembro, o discurso de Lord Curzon, na câmara dos lordes, demonstrando como o “Imperialismo Britânico era salutar aos povos que dominava”.
- 1911- Inauguradas as primeiras comunidades coletivistas do tipo “Kibutzim” na Palestina.
- 1913 - O escritor e dramaturgo irlandês George Bernard Shaw publica “Homem de destino”, uma de suas ácidas e irônicas críticas ao imperialismo britânico.

ANEXO D - CRONOLOGIA RELATIVA AO IV CAPÍTULO (1914 A 1944)

- 1856 - Guerra da Criméia entre Inglaterra e França contra Rússia.
- 1867 - Inauguração do Canal de Suez.
- 1914 - Início da I Grande Guerra. O Império Otomano, controlador da Palestina, alia-se aos impérios centrais.
- 1916 - Grã-Bretanha e França acertam, por meio do acordo de Picot-Sykes, a partilha das áreas do Oriente Médio sob o controle de Istanbul, antes mesmo do final do conflito. Início da Revolta Árabe, liderada pelo Xarif Hussein de Meca e incentivada por Londres, para desestabilizar o Império Otomano.
- 1917 - 2 de novembro, declaração de Arthur James Balfour, em nome de sua Majestade Britânica, expressando apoio à constituição de um lar nacional para o povo judeu na Palestina.
- 1917 - Revolução Russa, teses de Lenin contra o imperialismo.
- 1918 - Divulgação dos 14 pontos do presidente Wilson para a paz, deixando claro, por parte do governo dos EUA, a defesa de uma postura internacional que leve em consideração o interesse dos povos colonizados. Fundação, por Chaim Weizman, da Universidade Hebraica na Palestina.
- 1919 - Tratado de Versalhes, dispõe sobre a situação dos países derrotados e suas áreas subordinadas, a 10 de janeiro de 1920 a Liga das Nações o ratifica. No Médio Oriente, o Partido da Independência Árabe proclama a sua independência sobre a monarquia constitucional que englobaria Síria, Líbano, Transjordânia e Palestina, o trono é oferecido a Abdula, filho de Hussein de Meca, do clã Hachem, soberanos do Nejed e aliados dos britânicos, que se encontravam em guerra com os Saud do Hedjas que os expulsaram da Península Arábica. Revelação e divulgação, por parte dos Sionistas, da Declaração Balfour, preliminares de possíveis problemas entre as comunidades árabes e judias na área, com o descontentamento, por parte dos árabes, com a declaração do governo britânico.
- 1920 - Conferência de San Remo, institui o sistema mandatos, segundo o qual as regiões pertencentes aos países derrotados e habitados por populações ainda não habilitadas para se autogerir ficariam sob a administração das potências vencedoras. A rigor, não dava prazo nenhum para que essas regiões se constituíssem em estados soberanos. Essa conferência ratificou a divisão acordada secretamente pelo Picot-Sikes de 1917. No Oriente Médio, a França depõe o rei Abdula, que é compensado a posteriori pelos seus aliados britânicos com o trono da Transjordânia, seu irmão Faisal recebe o trono do Iraque, a Síria e o Líbano passam a ser mandatos franceses. Na década de 1920, a imigração judaica para a Palestina aumenta significativamente. Criação da Organização Sionista Mundial.

- 1924/25 – Os últimos redutos hachemitas na Península Arábica são derrotados, os Sauds, fundamentalistas wahhabitas controlam todo o país.
- 1928 - Fundação do Movimento Irmandade Muçulmana, no Egito. Criação da Agência judaica, por Chaim Weizmann, representando os interesses do Ishuv, a comunidade judaica na Palestina, angariando fundos internacionais e implementando a compra de terra dos proprietários absenteístas árabes, para o estabelecimento de assentamentos sionistas.
- 1933 - Acordo comercial de “Haavara” realizado entre o III Reich, e a Agência Judaica, só será finalizado em 1939 com o início da II Guerra.
- 1935 - Promulgação das “leis Racistas de Nurenberg” pelo regime Nacional Socialista.
- 1936/1939 - Revolta Árabe na Palestina.
- 1937 - Conclusão do relatório da Comissão “Peel”, dos britânicos, sobre o esquema de partição da Palestina.
- 1938 - Entre 6 e 15 de julho, é realizada, na França, a “Conferência de Éviam”, onde 32 países, a convite dos EUA, discutem como resolver o “problema dos refugiados”, solução alguma é encontrada, as portas se fechavam aos condenados ao extermínio pelo governo Hitlerista.
- 1939 - III Livro Branco “de MacDonald”, fixando limite de 75.000 judeus que poderiam entrar na Palestina nos próximos cinco anos, procurando estabilizar a população judaica em torno de um terço na área, era a favor de um estado único com a preponderância árabe.
- 1939 - Início da Segunda Grande Guerra, 30.000 judeus se engajam na luta, através da brigada judaica do Hayl, sob o comando britânico e lutam em todos os frentes do Oriente Médio, chegando a participar de combates na Europa sob o nome “ambíguo de Palestinos”, para esconder sua origem. Na Palestina, o Mufti de Jerusalém se declara abertamente a favor do III Reich.
- 1940 - Instituição da lei Britânica de Transferência de Terras da Palestina.
- 1944 - 6 de novembro, assassinato pelo Lehi, no Cairo de Lord Moyne, Ministro de Estado residente geral da Grã-Bretanha para o Oriente Médio, considerado responsável pela implantação do II livro branco quando dirigia o Colonial Office em 1941.

ANEXO E – CONOLOGIA RELATIVA AO CAPÍTULO V (1945 A 1948)

- 1945 - Final da Segunda Grande Guerra, comoção mundial com a exposição a opinião pública dos horrores perpetrados nos campos de extermínio contra judeus europeus, campanha internacional para o estabelecimento de uma Pátria aos sobreviventes do extermínio.
- 1946 - 22 de julho, explosão do Hotel King Davi, em Jerusalém pelo Yrgun, matando dezenas de pessoas, início de um estado de guerra interna.
- 1947 - Em 29 de novembro, a ONU, aprova a Resolução 181, que estabelece a partilha da Palestina em um Estado Árabe e outro Judeu.
- **1948**
 - Abril, massacre da vila palestina de Deyr Yassim perpetrado pelo Yrgun, iniciando um êxodo de grandes proporções.
 - Em 9 de abril, morre o líder da resistência palestina Abedel Kader Al Hussein.
 - Em 12 de maio, o território judeu é invadido pela legião árabe. No dia 13 de maio, acontece massacre do Kibutz Kfar Etzion, realizado por árabes.
 - Em 14 de maio, é proclamada a Declaração de Independência de Israel, por Ben Gurion, em Tel Aviv.
 - Em 15 de maio inicia oficialmente a guerra. No dia 29 de maio, a Legião Árabe da Transjordânia ocupa a cidade antiga de Jerusalém, a Síria invade o norte, e o Egito o sul do estado hebreu.
 - Em 30 de maio é assinado o primeiro cessar fogo. No dia 3 de julho acontece o afundamento pela Haganá do navio Altalena com carregamento de armas para o Yrgun de Beguin.
 - Em 17 de setembro é assassinado o conde Folke Bernadotte, mediador da ONU, pelo Lehi, do futuro primeiro-ministro israelense Yitzhak Shamir.
 - 28 de outubro – Massacre de Dawaymeh.

ANEXO F - EXTRACTO DE LA RESOLUCIÓN 181 DE LA ASAMBLEA GENERALE DE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS DE 29 DE NOVIEMBRE DE 1947

Habiendo recibido y examinado el informe del Comité Especial, con la inclusión de unánimes recomendaciones y un proyecto de Partición con Unión Económica aprobado por mayoría del Comité Especial, recomienda al Reino Unido como poder mandatario de Palestina y a todos los demás miembros de las Naciones Unidas la adopción y cumplimiento respecto al futuro gobierno de Palestina del Plan de Partición con Unión Económica que a continuación sigue. Requiere al Consejo de Seguridad para tomar las medidas necesarias para su cumplimiento:

- I. El Consejo de Seguridad considerará si las circunstancias de este período de transición constituyen una amenaza de la paz. Si decide que esta amenaza existe, para mantener la paz y seguridad internacionales, el Consejo de Seguridad complementará la autorización de la Asamblea General con la adopción de medidas bajo los artículos 39 y 41 de la Carta para reforzar la Comisión de las Naciones Unidas tal y como se manda en esta Resolución, para que ejercite en Palestina las funciones que le han sido asignadas.
- II. El Consejo de Seguridad determina como amenaza a la paz, o acto de agresión de acuerdo con el artículo 39 de la Carta, cualquier intento de alterar por la fuerza el arreglo previsto en esta Resolución.
- III. El Consejo de Administración Fiduciaria será informado de sus responsabilidades derivadas de este proyecto.

Llama a los habitantes de Palestina a que contribuyan por su parte para llevar a cabo este plan.

Apela a todos los Gobiernos y a todas las naciones para que se abstengan de tomar cualquier determinación que pueda obstaculizar o retardar el cumplimiento de estas recomendaciones.

La Resolución comprende tres partes. Las provisiones referentes a los Santos Lugares y a la ciudad de Jerusalén están comprendidas en la primera, capítulo primero, de este modo:

1. Santos Lugares, sítios y edificios religiosos. Los derechos existentes respecto a los Santos Lugares y edificios religiosos y demás sítios no serán denegados.
2. Respecto a los Santos lugares, la libertad de acceso, tránsito y visita será garantizada, de conformidad con los derechos existentes, a todos los residentes y ciudadanos del otro Estado y ciudad de Jerusalén, así como también a los extranjeros, sin distinción de nacionalidad, y solamente sometidos a las exigencias de la seguridad nacional y orden y decoro públicos.

De modo análogo, la libertad de cultos será garantizada de conformidad con los derechos existentes, sometidos al mantenimiento del decoro y orden públicos.

3. Los Santos Lugares, monumentos religiosos y emplazamientos serán protegidos. No se permitirá acto ninguno que menoscabe su carácter sagrado. Si en cualquier momento estima el Gobierno que cualquier santo lugar, monumento o sitio necesita una reparación urgente, el Gobierno apelará a la comunidad o comunidades a quienes concierne llevar a cabo tales reparaciones. El Gobierno deberá llevarlas a cabo por sí mismo a expensas de la comunidad o comunidades, si no se toma ninguna medida dentro de un plazo razonable.
4. No será impuesta ninguna tasa a los Santos Lugares, monumentos religiosos o sítios consagrados que estaban exentos de impuestos en la fecha de creación del Estado.

No se establecerá ningún cambio en el curso de estos procedimientos aunque se quiera establecer una discriminación entre propietarios o poseedores de los Santos Lugares, monumentos religiosos y sítios consagrados que tiendan a colocar estos propietarios o poseedores en posición menos favorable en relación con el curso general de imposiciones existentes en el momento de adopción de las recomendaciones de la Asamblea.

5. El gobernador de la ciudad de Jerusalén tendrá derecho a determinar si las prescripciones de la Constitución del Estado en relación con los Santos Lugares, monumentos religiosos o sítios consagrados dentro de los límites del Estado y derechos religiosos son aplicados y respetados correctamente, así como tomar decisiones considerando los derechos

existentes, em los casos de controversia que puedan surgir entre los derechos existentes, em los casos de controversia que puedan surgir entre las diferentes comunidades religiosas o los ritos de una comunidad religiosa com respecto a estos lugares, monumentos o sitios.

Recibira asimismo toda cooperación necesaria y los privilegios e inmunidades para el ejercicio de sus funciones em el Estado.

PARTE II- Apartado C).

Los limites de la ciudad de Jerusalén serán tales como se definen em las “Recomendaciones” sobre la ciudad de Jerusalén.

PARTE III- CIUDAD DE JERUSALÉN.

A) Regime Especial.

La ciudad de Jerusalén será considerada como corpus separatum bajo um régimen espacial internacional y quedará administrada por las Naciones Unidas. El Consejo de Administración Fiduciaria será designado para descargar las responsabilidades de la autoridad administrativa em favor de las Naciones Unidas.

B) Límites de Jerusalén.

La ciudad de Jerusalén incluir ala municipalidade actual de Jerusalén, más las ciudades y villas de los alrededores, de las cuales la más al Este será Abu Dis; la más al sur, Bethleem; la más occidental, Ein Karim, incluyendo también el territorio de Motza; la más al norte, Shu' fat, como lo indica el mapa adjunto (anejo B)

C) Estatuto de la Ciudad

El Consejo de Administración Fiduciaria confeccionará y aprobará, dentro de los cinco meses después de aprobarse el presente plan, um Estatuto detallado de la ciudad, que contendrá, entre otras, las siguientes disposiciones:

1) Mecanismo del Gobierno y Objetivos Especiales.

La autoridad administrativa en descargo de sus obligaciones administrativas, seguirá los siguientes objetivos:

- A) Proteger y preservar los únicos intereses espirituales y religiosos localizados en la ciudad de las tres grandes creencias, la Cristiana, la judía y la musulmana. Para este fin asegurará el orden y la paz, especialmente para que la paz religiosa reine en Jerusalén.
- B) Promoverá la cooperación de todos los habitantes de la ciudad en sus propios intereses y estimulará y apoyará el desarrollo pacífico de las relaciones mutuas entre los pueblos de Palestina en Tierra Santa; promoverá la seguridad y el bienestar, además de tomar medidas constructivas para los residentes, teniendo en cuenta las especiales circunstancias y costumbres de los diferentes pueblos y comunidades.

2) Gobernador y Cuerpo de Administración.

Se nombrará un gobernador para la ciudad de Jerusalén por el Consejo de Administración Fiduciaria, que será responsable ante él. Será elegido teniendo en cuenta especiales calificaciones, sin considerarse su nacionalidad. Sin embargo, no podrá ser ciudadano de ninguno de los dos Estados de Palestina.

El gobernador representará a las Naciones Unidas dentro de la ciudad y ejercerá para su protección todos los poderes de la Administración, incluyendo la dirección de los Asuntos Exteriores. Estará asistido de un organismo administrativo con funciones internacionales, según el artículo 100 de la Carta, y escogidos, siempre que sea posible, entre los residentes en la ciudad y el resto de Palestina, sin discriminación. El gobernador someterá al Consejo de Administración Fiduciaria un plan detallado para la organización administrativa de la ciudad, debidamente aprobado por él.

3) Autonomía Local.

- A) Las localidades autónomas en el territorio de la ciudad, villas, ciudades y municipalidades gozarán de amplios poderes para su administración y gobierno local.

B) El gobernador estudiará y someterá para su consideración y decisión de Consejo de Administración Fiduciaria um proyecto para el establecimiento de unidades especiales em la ciudad, em los sectores judío y árabe del nuevo Jerusalén. Las unidades de la ciudad nueva continuarán formando parte de la actual municipalidade de Jerusaln.

4) Medidas de Seguridade

A) la ciudad de Jerusalén será desmilitarizada y su neutralidade declarada y assegurada. No se permitirá ningún ejercicio de unidades paramilitares ni otras actividades similares dentro de sus límites.

B) Si la administración de la ciudad de Jerusalén fuese obstaculizada seriamente o amenazada de falta de cooperación o interferência de parte de uno o más sectores de la población, el gobernadr tendrá autoridad para tomar aquellas medidas que sean necesarias para restablecer el funcionamiento de la administración.

C) Para prestar la assistência al mantenimiento de la ley internacional em orden y especialmente para la protecci'ón de los Santos Lugares, monumentos religiosos y sitios consagrados de la ciudad, el gobernador organizará um Cuerpo de policía especial com fuerza adecuada, cuyos miembros serán reclutados de fuera de la Palestinaaa.

El gobernador tendrá poderes para destinar o aplicar la cantidad presupuestaria necessária para el mantenimiento de esta fuerza.

5 Organización Legislativo

Un Consejo Legislativo elegido por personas adultas residentes em la ciudad , sin distinción de nacionalidade y com base del sufragio universal secreto y representación proporcional , tendrá poderes legislatvos y fiscal. Sin embargo, ninguna medida legislativa podrá interferir las provisiones dictadas em fuerza del Estatuto de la ciudad ni podrá prevalecer ninguna ley ni reglamento contra el mismo. El Estatuto garantizará al gobernador um derecho de veto para las disposiciones contrarias a las decisiones referidas em la disposición anterior.

6 Administración de Justicia.

El estatuto provera para el establecimiento de um sistema judicial independiente, incluyendo em él um Tribunal de Apelación. Todos los habitantes de la ciudad quedarán sometidos a él.

7 Unión Económica y Régimen Económico.

La ciudad de Jerusalén quedará incluida em la unión económica de Palestina y quedará bajo las estipulaciones del acuerdo y de cualquier tratado derivado de éste, así como bajo las decisiones de la Junta Económica Mixta.

La sede de la Junta Económica estará establecida em território de la ciudad de Jerusalén.

El Estatuto provera la reglamentación de las cuestiones económicas que no caigan dentro del régimen de la unión económica com uma base de igual trato e indiscriminación para todos los miembros de las Naciones Unidas.

8 Libertad de Tránsito y Visita: Control de Residentes.

Conforme a consideraciones de seguridad y de carácter económico y bienestar determinadas por el gobernador bajo las directivas del Consejo de Administración Fiduciaria, la libertad de entrada y residência dentro de la ciudad y los limites de ésta serán garantizados por los residentes, ciudadanos de los Estados Árabe y Judío. La inmigración y la residência y los limites de la ciudad para sus naciones o de otros Estados serán controlados por el gobernador, bajo las directivas del Consejo de Admistración Fiduciaria.

9 Las Relaciones com los Estados Árabe y Judío.

Estarán acreditados cerca del gobernador de la ciudad representantes de los Estados árabe y judio encargados de la protección de los intereses de su respectivo Estado Nacional em conexión com la administración internacional de la ciudad.

10. Lengua Oficial, Idioma Oficial.

El árabe y el hebreo serán los idioms oficiales de la ciudad. Esto no obstante, no es obstáculo para que se adopte uno o más idiomas para su uso em desenvolvimiento del trabaj si así fuera menester.

11. Ciudadania.

Todos los residentes se considerarán *ípsa facto* ciudadanos de la ciudad de Jerusalén, al menosnque opten por la ciudadania del Estado em cual hayan tenido su ciudadania o em su calidad de árabes y judíos hayan hecho intancia de su intención para ser ciudadanos del Estado árabe o Judío, respectivamente, de acuerdo com la parte primeira, sección B, párrafo 9, de este plan.

El Consejo de Administración Fiduciaria hará los arreglos necessários para la protección consular de los ciudadanos de la ciudad fuera de su território.

12. Libertad de los Ciudadanos.

A) Quedarán assegurados los habitantes de la ciudad em goce de sus derechos humanos y fundamentales, así como em sus libertaddes, incluyendo la de consciência religiosa, religión, trabajo, idioma, educación, expresión y prensa, asociación y petición. Solo estarán sujetos a las necessidades de orden público y moral.

B) No se hará ninguna discriminación entre los habitantes por razones de raza, religión, lengua o sexo.

C) Todas las personas dentro de la ciudad tendrán derecho a igual protección de las leyes.

D) Las leyes familiares y status personal para el mantenimiento del orden público y de sus intereses religiosos serán respetados,

E) Excepto em lo que sea requerido para el mantenimiento del orden público y buen gobierno, no se adoptarán medidas que obstruyan o interfieran las actividades de las corporaciones religiosas o de caridad de cualquier creencia o para establecer discriminaciones contra cualquier representante o membro de essas corporaciones em el mar de su própria religión o nacionalidade.

F) El derecho de cada comunidade a mantener sus próprias escuelas para la educación de suas membros em su idioma próprio, mientras se conformes a las condiciones generales educativas que la ciudad imponha, no será negado ni obstaculizado.

Los establecimientos educacionais extranjeros continuarán sus actividades dentro de la base de sus derechos existentes.

G) No se impondrá ninguna restricción em el libre uso de cualquier idioma em sus relaciones privadas a ningún habitante de la ciudad, así como em el ejercicio del comercio, em matéria de religión y la prensa o em publicaciones de cuaquier classe, o em las reuniones públicas.

13. Santos Lugares.

A) Los derechos existentes em los Santos Lugares, monumentos religiosos o sítios consagrados no serán negados ni obstaculizados.

B) El libre acceso a los Santos Lugares, monumentos religiosos y sítios consagrados y el libre ejercicio de las creencias serán assegurados conforme a los derechos existentes y sometidos a los requerimientos del orden y decoro públicos.

C) Los Santos Lugares y monumentos religiosos y sítios consagrados serán protegidos.

No se permitirá ningún acto que de cualquier modo pueda alterar su carácter sagrado. Si em cualquier momento aprecia el gobernador que uno o cualquiera de los Santos Lugares, monumentos religiosos y sítios consagrados requiere reparación urgente, el gobernador advertirá a la comunidad o comunidades concernentes para que lleven a cabo la restaración o el gobernador podrá llevarla a cabo por el mismo a expensas de las comunidades concernentes, si no se toman alguna medida dentro de um tempo razonable.

D) Nó se impndrá ninguna tasa fiscal a cuaquiera de los Santos Lugares, monumento religioso o sitio consagrado que estuviera exento de impuestos em la fecha de creción de la ciudad. No se efectuará cambio alguno que tienda a discriminar em este aspecto a el propietarios u ocupantes de los Santos Lugares, monumentos religiosos o sítios consagrados o que pueda colocar a estos propietarios ocupantes em uma posición menos favorable em relación com los procedimientos fiscales existentes em el momento em eu se adopten las medidas de Asamblea Generale.

14. Poderes Especiales del Gobernador.

Com respecto a los Santos Lugares, monumentos religiosos o sitios consagrados, em la ciudad o en cualquier parte de Palestina.

A) La protección de los Santos Lugares, monumentos religiosos o sitios consagrados localizados em la ciudad de Jerusalén serán de la competencia especial del gobernador.

B) Em relación com estos lugares, monumentos y sitios em Palestina fuera de la ciudad, el gobernador determinará, dentro de los límites de su poder, garantizado por las constituciones de ambos los Estados, si las disposiciones de las constituciones de ambos Estados árabe y Judío em Palestina respecto a estas materias y a los derechos religiosos de que trata han sido correctamente aplicados y respetados.

C) El gobernador tendrá también poder para tomar decisiones considerando los derechos existentes, em los casos de disputa que puedan surgir entre las diferentes comunidades religiosas o los derechos de una comunidad religiosa respecto a los Santos Lugares, monumentos o sitios consagrados em cualquier parte de Palestina. En estas tareas será asistido por um Consejo Consultivo de representantes de diferentes clases actuando com capacidad de consejeros.

D) Duración del Régimen Especial

El Estatuto elaborado por el Consejo de Administración Fiduciaria respecto a los principios mencionados entrará em vigor no más tarde del 1 del octubre de 1948, será mantenido durante um primer período de 10 años, a menos que el Consejo crea necesario reconsiderar estas provisiones em anterior fecha. Después de expirar este período, el esquema general será sometido a nuevo examen por el Consejo de Administración Fiduciaria a la luz de la experiencia adquirida em sus funciones. Los residentes de la ciudad quedarán luego libres para expresar por medio de um referendum sus deseos em vista de una posible modificación de régimen de la ciudad.

PARTE IV- CAPITULACIONES.

Los Estos cuyos nacionales han gozado em el pasado em Palestina de los privilegios e inmunidades propias de los extranjeros, incluso de los beneficios de la jurisdicción y protección consular que formalmente les procuraban las Capitulaciones em uso em el Imperio Otomano, quedan invitados a renunciar de estos privilegios e inmunidades em los propuestos Estados Árabes y Judío y em la ciudad de Jerusalén.

Observação: a formatação do texto foi transcrita de acordo com o documento original em espanhol.

ANEXO G – DECLARAÇÃO DE INDEPENDENCIA DO ESTADO DE ISRAEL

14/05/1948

A terra de Israel é o local de origem do povo judeu. Aqui a sua identidade espiritual, política e religiosa foi moldada. Aqui eles primeiro atingiram a formação de um estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros. Depois de serem forçosamente exilados de sua terra, o povo conservou consigo sua fé durante sua Dispersão e nunca deixou de rezar e sonhar com o retorno para sua terra e com sua restauração, lar, de sua liberdade política.

Impelidos por sua ligação histórica e de tradições, judeus lutaram geração após geração para se restabelecerem em sua antiga terra natal, nas décadas recentes, eles voltaram em massa. Pioneiros, desafiadores refugiados e defensores, eles fizeram desertos florescerem, reavivaram a língua hebraica, construíram vilarejos e pequenas cidades, criaram uma próspera comunidade que controla a sua própria economia e cultura, adorando a paz mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos de progresso para todos os habitantes do país e aspirando a um estado independente.

No ano 5657 (1897), nas conferências do pai espiritual do Estado Judeu, Theodor Herzl, o Primeiro Congresso Sionista delineou e proclamou o direito de o povo judeu fazer renascer o seu próprio país.

Esse direito foi reconhecido em 2 de novembro de 1917 e reafirmado no Mandato da Liga das Nações que, em particular, deu sanção internacional para a conexão histórica entre o povo judeu e Eretz-Israel e o direito de o povo judeu reconstruir o seu Lar Nacional.

A catástrofe que recentemente caiu sobre o povo judeu – o massacre de milhões de judeus na Europa – foi outra demonstração clara da urgência de resolver o problema da falta de um lar através do restabelecimento em Eretz -Israel do Estado Judeu, que abriria bem os portões da terra natal para todo judeu e conferiria ao povo judeu o status de membro privilegiado na comunidade de nações.

Sobreviventes do holocausto nazista na Europa, assim como os judeus do resto do mundo, continuaram a migrar para Eretz – Israel, apesar das dificuldades,

restrições e perigos e nunca deixaram de assegurar o seu direito a uma vida de dignidade, liberdade e trabalho honesto em seu lar nacional.

Na segunda Guerra Mundial, a comunidade judaica deste país contribuiu por completo com as nações que amam a paz e a liberdade contra as forças da tirania nazista e, com sangue de seus soldados e seus esforços de guerra, ganhou o direito de ser reconhecida entre os povos que fundaram as Nações Unidas.

No dia 29 de novembro de 1947, a Assembleia das Nações Unidas aprovou a resolução do estabelecimento de um Estado Judeu em Eretz – Israel; a Assembleia Geral requereu aos habitantes de Eretz – Israel a tomarem as medidas necessárias para a implementação desta resolução. Este reconhecimento das Nações Unidas pelo direito de o povo judeu estabelecer o seu Estado é irrevogável.

Este é o direito natural de o povo judeu ser mestre de seu próprio destino, como todas as outras nações, em seu próprio Estado soberano.

De acordo, nós, membros do Conselho do Povo, representantes da Comunidade Judaica de Eretz – Israel e do Movimento Sionista, estamos aqui reunidos no dia de término do Mandado Britânico sobre Eretz – Israel e, por virtude de nossos direitos naturais e históricos e pela força da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, aqui declaramos o estabelecimento do Estado Judeu em Eretz – Israel, a ser conhecido com Estado de Israel.

Declaramos que, vigorando a partir do término do Mandato a esta noite, véspera de Shabbath, 6 de Iyar de 5708 (15 de maio de 1948), até o estabelecimento das autoridades eleitas, regulares do Estado em acordo com a Constituição que será adotada pela Assembleia Constituinte Eleita no mais tardar em 1 de outubro de 1948, o Conselho do Povo atuará como Conselho Provisório do Estado, e seu órgão executivo, a Administração do Povo, será o Governo Provisório do Estado Judeu, a ser chamado “Israel”.

O Estado de Israel será aberto para a imigração judaica e para o recebimento de exilados; patrocinará o desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes; será baseado na liberdade, justiça e paz como o imaginado pelos profetas de Israel; garantirá a liberdade de religião, consciência, língua, educação e cultura; respeitará os lugares sagrados de todas as religiões; e será fiel aos princípios da Ata das Nações Unidas.

O Estado de Israel está preparado para cooperar com as agências e representantes das Nações Unidas a implementar a resolução da Assembleia Geral

de 29 de novembro de 1947 e tomará todas as medidas necessárias para trazer a unidade econômica em toda Eretz – Israel.

Nós fazemos um apelo às Nações Unidas para assistir o povo judeu a construir o seu Estado e para receber o Estado de Israel na comunidade das nações.

Nós fazemos um apelo – em meio ao duro ataque lançado contra nós há meses – aos habitantes árabes do Estado de Israel para manter a paz e participar da construção do Estado na base de igual e completa cidadania e através de representação em todas as suas instituições provisórias e permanentes.

Nós estendemos nossa mão a todos os estados vizinhos e seus povos numa oferta de paz e boa vizinhança, e apelamos a eles para o estabelecimento de laços de cooperação e ajuda mútua com o soberano povo judeu, estabelecido em sua própria terra. O Estado de Israel está preparado para fazer a sua parte em um esforço comum para o desenvolvimento de todo o Oriente Médio.

Nós apelamos ao povo judeu de toda a Diáspora para ajudar os judeus de Eretz – Israel nas tarefas de imigração e construção e de os apoiarem na grande luta de realização do antigo sonho – a redenção de Israel.

Colocando nossa confiança no Misericordioso, nós afixamos nossas assinaturas a esta proclamação nesta sessão do Conselho de Estado, no solo da Terra Natal, na cidade de Tel-Aviv, nesta véspera de Shabbth, em 5 de Iyar de 5708 (14 de maio de 1947).